



PILAR DE MORAES SIDI

**“NÃO SINTA VERGONHA DE SER PROFESSOR”: UM ESTUDO DE CASO  
SOBRE A AUTORIDADE DO PROFESSOR A PARTIR DO PORTAL DE  
NOTÍCIAS CLICRBS**

CANOAS, 2019

PILAR DE MORAES SIDI

**“NÃO SINTA VERGONHA DE SER PROFESSOR”: UM ESTUDO DE CASO  
SOBRE A AUTORIDADE DO PROFESSOR A PARTIR DO PORTAL DE  
NOTÍCIAS CLICRBS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Clede Antonio Casagrande  
Coorientadora: Profa. Dra. Elaine Conte

CANOAS, 2019

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S568n Sidi, Pilar de Moraes.

Não sinta vergonha de ser professor [manuscrito] : um estudo de caso sobre a autoridade do professor a partir do portal de notícias clicRBS / Pilar de Moraes Sidi – 2019.

223 f.; 30 cm.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2019.

“Orientação: Prof. Dr. Clede Antonio Casagrande”.

“Coorientação: Prof<sup>a</sup> Dra.Elaine Conte”.

Bibliotecário responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

PILAR DE MORAES SIDI

**“NÃO SINTA VERGONHA DE SER PROFESSOR”:** UM ESTUDO DE CASO SOBRE  
A AUTORIDADE DO PROFESSOR A PARTIR DO PORTAL DE NOTÍCIAS CLICRBS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovado pela banca examinadora em: 22.03.2019

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Cledes Antonio Casagrande-Orientador  
Universidade La Salle (Canoas-RS)

---

Profa Dra. Elaine Conte-Coorientadora  
Universidade La Salle (Canoas-RS)

---

Prof. Dr. Cleber Gibbon Ratto  
Universidade La Salle (Canoas-RS)

---

Prof. Dr. Edgar Zanini Timm  
Centro Universitário Metodista-IPA

---

Profa. Dra. Maiane Hatschbach Ourique  
Universidade Federal de Pelotas-UFPEL

---

Profa. Dra. Rosaria Ilgenfritz Sperotto  
Universidade Federal de Pelotas-UFPEL

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta tese de doutorado aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e contribuindo imensamente para a minha formação acadêmica e pessoal, tendo sido essenciais para a conclusão desta etapa da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, que sempre contribuíram e me apoiaram nos estudos, sendo essenciais para a minha formação acadêmica e pessoal.

À CAPES, pela bolsa de estudos, que foi fundamental para a minha vida acadêmica durante o período de realização do doutorado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Clede Antonio Casagrande, por todo apoio e contribuição durante a escrita desta tese.

À bibliotecária Melissa Rodrigues, que foi muito atenciosa quanto a revisão e auxílio na parte técnica da tese.

Ao setor da biblioteca da Universidade La Salle, que sempre prestou um bom atendimento, procurando me auxiliar da melhor maneira possível, seja quanto as buscas, retiradas e devoluções de materiais.

A todos que, de alguma forma, me auxiliaram nesta caminhada.

Seria uma atitude ingênua pensar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica.

Paulo Freire

A autoridade é uma ligação entre pessoas desiguais.

Richard Sennett

## RESUMO

A presente tese, tem como foco de análise, a autoridade do professor na Educação Básica, retratada pelo portal de notícias clicRBS. O objetivo da investigação, é compreender, como o clicRBS, um meio de comunicação digital, está retratando a autoridade do professor na Educação Básica e quais os possíveis impactos disso para a educação brasileira contemporânea. Trata-se de uma pesquisa, de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Para dar conta da problemática, realizamos, inicialmente, uma busca no portal de notícias clicRBS, coletando as postagens dos últimos dez anos (2008-2017), com o descritor: “autoridade do professor”. Para a interpretação dos dados, utilizamos a técnica da análise de conteúdo, proposta por Lawrence Bardin (2010). No portal de notícias clicRBS, foram encontradas 49 postagens, das quais emergiram 5 categorias de análise, quais sejam: a) crise da autoridade familiar; b) crise do professorado; c) crise da escola; d) violência e violência simbólica; e) imagem do professor e de sua autoridade. A tese decorrente desta pesquisa é: o portal de notícias clicRBS, nas notícias analisadas, deslegitima e desautoriza o professor, sendo que, a autoridade do professor, não entrou em declínio apenas pela crise da autoridade familiar, pelos problemas da formação de professores, ou pela crise da escola enquanto instituição social, mas sim, por uma crise muito maior, que instaurou-se na sociedade, que manifesta-se, através da crise política, refletindo-se, na crise dos modelos tradicionais, que encontravam-se consolidados. Trata-se da crise da tradição, da crise democrática que assola a sociedade contemporânea, abalando as estruturas verticais e as hierarquias antes consideradas consolidadas e inabaláveis, exigindo-se, que se renovem e se reinventem, as tão desgastadas formas de exercício do poder. Como resultados adicionais, podemos vincular o agir pedagógico à conversação relacional no tempo das diferenças, ambivalências, plasticidade e mudanças. O diálogo, perpassa pela via de reconhecimento do outro, de valorização do conhecimento pedagógico e de reconstrução da autoridade, visto que, isso será importante, para que os educadores tenham sua autoridade reconhecida pela sociedade.

Palavras-chave: Autoridade, clicRBS, crise, educação, professor, Educação Básica.

## ABSTRACT

The present thesis focuses on the authority of the teacher in Basic Education, portrayed by the clicRBS news portal. The purpose of the research is to understand how clicRBS, a means of digital communication, is portraying the authority of the teacher in Basic Education and what the possible impacts of this for contemporary Brazilian education. This is a qualitative research of the case study type. In order to deal with the problem, we initially performed a search on the clicRBS news portal, collecting the posts from the last ten years (2008-2017), with the descriptor: "authority of the teacher". For the interpretation of the data we use the technique of content analysis proposed by Lawrence Bardin (2010). In the clicRBS news portal, 49 posts were found, of which 5 categories of analysis emerged, namely: a) family authority crisis; b) teacher crisis; c) school crisis; d) symbolic violence and violence; e) image of the teacher and his authority. The thesis resulting from this research is: the clicRBS news portal, in the analyzed news, delegitimizes and disallows the teacher, and that the authority of the teacher has not only declined due to the crisis of family authority, the problems of teacher training or the crisis of the school as a social institution, but rather because of a much greater crisis that began in society, which manifests itself through the political crisis, reflecting itself in the crisis of traditional models that were consolidated. It is the crisis of tradition, of the democratic crisis that plagues contemporary society, shaking the vertical structures and hierarchies once considered consolidated and unshakable, demanding that the so worn out forms of exercising power be renewed and reinvented. As additional results, we can link the pedagogical action to the relational conversation in the time of differences, ambivalences, plasticity and changes. Dialogue is based on the recognition of the other, the valorization of pedagogical knowledge and the reconstruction of authority, since this will be important for educators to have their authority recognized by society

Keywords: Authority, clicRBS, crisis, education, teacher, basic education.

## RESUMÉ

La présente thèse porte sur l'autorité du professeur en éducation de base, décrite par le portail d'informations clicRBS. Le but de la recherche est de comprendre comment clicRBS, un moyen de communication numérique, décrit l'autorité de l'enseignant en éducation de base et ses impacts possibles sur l'éducation brésilienne contemporaine. Il s'agit d'une recherche qualitative du type d'étude de cas. Afin de traiter le problème, nous avons d'abord effectué une recherche sur le portail d'informations de clicRBS, en collectant les messages des dix dernières années (2008-2017), avec le descripteur: "autorité du professeur". Pour l'interprétation des données, nous avons utilisé la technique d'analyse de contenu proposée par Lawrence Bardin (2010). Dans le portail d'informations de clicRBS, 49 messages ont été trouvés, parmi lesquels 5 catégories d'analyse ont été identifiées, à savoir: a) la crise de l'autorité familiale; b) la crise des enseignants; c) la crise scolaire; d) la violence et la violence symbolique ; e) l'image de l'enseignant et de son autorité. La thèse résultant de cette recherche est la suivante: le portail d'informations clicRBS, dans les nouvelles analysées, délégitimise et interdit l'enseignant, et que l'autorité de l'enseignant n'a pas seulement décliné en raison de la crise de l'autorité familiale, des problèmes de formation des enseignants ou de la crise. L'école en tant qu'institution sociale, mais plutôt à cause d'une crise beaucoup plus grande qui a commencé dans la société et qui se manifeste à travers de la crise politique, se reflétant dans la crise des modèles traditionnels qui ont été consolidés. C'est la crise de la tradition, de la crise démocratique qui sévit dans la société contemporaine, ébranlant les structures verticales et les hiérarchies autrefois considérées consolidées et inébranlables, exigeant que les formes ainsi épuisées de l'exercice du pouvoir soient renouvelées et réinventées. Comme résultats supplémentaires, nous pouvons relier l'action pédagogique à la conversation relationnelle au moment des différences, des ambivalences, de la plasticité et des changements. Le dialogue passe par la reconnaissance de l'autre, valorisant le savoir pédagogique et reconstruisant l'autorité, car il sera important pour les éducateurs que leur autorité soit reconnue par la société.

Mots-clés: autorité, clicRBS, crise, éducation, enseignant, éducation de base.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Foto da página inicial do clicRBS.....	110
Figura 2 – Charge sobre a educação brasileira.....	125
Figura 3 – Charge: “Que notas são essas?” .....	142
Figura 4 – Livro sobre como educar os filhos.....	147
Figura 5– Professora agredida por estudante .....	167
Figura 6– Psiquiatra Içami Tiba.....	173
Figura 7 – Padre Zezinho .....	177
Figura 8 – Promotor de justiça .....	181
Figura 9- Psicóloga Denise Rodrigues .....	182
Figura 10 – Professora de Viamão.....	183
Figura 11-Menino envergonhado .....	186
Figura 12- Avião .....	188
Figura 13- Professora grevista .....	190

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>20</b>
2.1. Um breve panorama da história da educação: um olhar retrospectivo.....	21
2.2. Os sentidos da autoridade manifestados em sua historicidade.....	24
2.3 A concepção sociológica de autoridade.....	36
2.4. A crise da autoridade e a educação.....	52
2.5. A crise da autoridade familiar.....	62
2.6. Uma breve história da formação de professores no Brasil.....	71
2.7. A constituição da identidade docente.....	80
2.8. A imagem do professor e sua des/ valorização.....	85
2.9. Panorama da história do jornalismo.....	88
2.9.1. A influência das mídias na veiculação de notícias.....	97
2.9.2. Relações sociais e a emergência do ciberespaço: contexto do nascimento do webjornalismo.....	102
<b>3. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....</b>	<b>116</b>
3.1. Caracterização do Estudo.....	116
3.2. Relevância Pessoal.....	118
3.2.1. Relevância Acadêmica.....	119
3.2.2. Relevância Social.....	123
3.3. O problema de pesquisa.....	126
3.4. Objetivo geral.....	127
3.4.1. Objetivos específicos.....	127
3.5. Campo empírico.....	128
3.6. Instrumentos para coleta de dados.....	129
3.7. Técnica de análise de dados.....	130
<b>4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>135</b>
4.1. Descrição dos dados.....	135
4.2. Análise das Categorias.....	137
4.2.1 Categoria A - Crise da Autoridade familiar.....	137
4.2.2 Categoria B - Crise do professorado.....	150
4.2.3 Categoria C- Crise da escola.....	159

<i>4.2.4 Categoria D- Violência e Violência Simbólica.....</i>	<i>165</i>
<i>4.2.5 Categoria E- Imagem do professor e de sua autoridade.....</i>	<i>172</i>
<b>4.3. Implicações das categorias para a educação contemporânea.....</b>	<b>191</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>195</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>209</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A inquietação para esta pesquisa, surgiu, da constatação de que, na educação contemporânea, professores vivenciam diversos desafios para exercer a autoridade na Educação Básica. A educação que almejamos, remete à uma formação para a diversidade, a modos de agir não regressivos e conscientes, onde haja respeito e diálogo entre educandos e educadores, sendo proporcionado aos estudantes, condições para que sejam futuros cidadãos, providos de uma formação científica e cultural, que contribua para o exercício da cidadania, na vida social e profissional, tornando-os, pessoas autônomas e críticas, capazes de realizar construções, reflexões e intervenções no mundo e na sociedade em que vivem.

O interesse pela questão da autoridade do professor na Educação Básica, emergiu, durante os anos de 2012 e 2013, quando tive meus primeiros contatos com a docência, através das disciplinas de Estágio de Docência em Ciências Sociais I e II, na UFRGS, nas quais, realizei o estágio em duas escolas públicas, ministrando aulas de sociologia para estudantes do Ensino Médio. Nesta trajetória, tive a oportunidade de vivenciar o que é ser professora, tendo a experiência, de estar à frente dos estudantes, podendo abordar os conhecimentos, de forma crítica, algo que a disciplina de sociologia, por si só, já é privilegiada. Identifiquei-me bastante, com as inquietações de como é ser professor/a, como se constitui a identidade docente que se vincula a outras questões, entre elas, a autoridade do professor.

Desde as primeiras aulas de sociologia, que ministrei na condição de estagiária, costumava me questionar, se existia uma receita certa de como ser professor, como agir /interagir com os estudantes, como construir uma relação de respeito mútua. As questões que começaram a habitar meu âmago foram: até que ponto podemos ou devemos nos exaltar com os estudantes, ou será que como professores carregamos traços de um funcionalismo unidimensional, ou através da tradição cultural somos autorizados a transmitir e tentar impor alguma coisa, ou podemos vincular o agir pedagógico à conversação relacional no tempo das diferenças, ambivalências, plasticidade e mudanças, de forma a tecer possibilidades do reconhecimento do outro e da valorização do conhecimento? Estas e muitas outras questões, emergiam, em diversos momentos da aula, provocando inquietações e estranhamentos em relação ao exercício da autoridade vivenciada pelo professor em sala de aula. Como sou uma pessoa pacienzosa, muitas

vezes, os estudantes acabavam me pedindo para “ficar braba”, “gritar”, “mandar” os mais agitados para a direção da escola. Contrariando o que os aprendizes estavam acostumados, em relação à postura de outros docentes, eu procurava investir, em uma construção do conhecimento, que ocorresse, através do diálogo com os educandos. Tais elementos são observados por Freire (1996, p. 49-50), ao referir:

Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de mudar, de promover, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. Não é possível a assunção que o sujeito faz de si numa certa forma de estar sendo sem a disponibilidade para mudar.

Atualmente, a autoridade do professor, está sendo constantemente questionada e debatida no contexto escolar e fora dele, causando preocupações constantes, porque, a crise de autoridade, parece ser um dos elementos marcantes da educação contemporânea, não só no Brasil, como em alguns países do mundo. É importante salientar que, os laços de autoridade, são construídos pelos vínculos sociais (entre desiguais), por meio do reconhecimento de uma desigualdade, que passa a ser vivenciada por todos os indivíduos da sociedade. Para Sennett (2014, p. 30): “O ingrediente essencial da autoridade é alguém que tem força e a usa para guiar os outros, disciplinando-os e modificando seu modo de agir, através da referência a um padrão superior”. Ou seja, a autoridade, implica em relações entre desiguais, que se reverencie, através do respeito e da virtude. Na concepção de Hannah Arendt (2014), a autoridade, é uma relação hierárquica de poder (derivada das esferas política, econômica e cultural), que precisa ser legitimada e consentida nas relações educacionais, sendo propagada, na esfera educativa e familiar. Segundo Libâneo (1994, p. 251):

O professor precisa aprender a combinar severidade e respeito. [...] Na sala de aula o professor exerce uma autoridade, fruto de qualidades intelectuais, morais e técnicas. Ela é um atributo da condição profissional do professor e é exercida como um estímulo e ajuda para o desenvolvimento independente dos alunos. [...] A autoridade deve fecundar a relação educativa e não cerceá-la. Autoridade e autonomia são dois polos do processo pedagógico. A autoridade do professor e a autonomia dos alunos são realidades aparentemente contraditórias, mas, de fato, complementares. O professor representa a sociedade, exercendo um papel de

mediação entre o indivíduo e a sociedade. O aluno traz consigo a sua individualidade e liberdade. Entretanto, a liberdade individual está condicionada pelas exigências grupais e pelas exigências da situação pedagógica, implicando a responsabilidade. Nesse sentido, a liberdade é o fundamento da autoridade e a responsabilidade é a síntese da autoridade e da liberdade.

Libâneo (1994), evidencia, a complexidade do debate sobre a autoridade do professor e traz novos elementos para pensarmos a mesma. Na medida em que, educadores lidam diariamente com as diferentes autoridades, sendo os atores que estão envolvidos e fazem parte do cotidiano escolar, muitas vezes, percebem que, ocorre um desrespeito recíproco no espaço educativo comum a todos. Com o intuito de compreendermos melhor a questão da autoridade do professor na Educação Básica, retratada pelo portal de notícias clicRBS, que se apresenta como um fenômeno complexo e multifacetado, faz-se necessário emprendermos, a origem e a historicidade deste conceito, através da busca das origens do termo, remetendo ao passado. Afinal de contas, de que forma o professor perde ou está perdendo a autoridade? Que visibilidade os meios de comunicação estão dando para o professor?

Para Renaut (2004, p.7):

De facto, desde há pelo menos uma geração que uma crise de legitimidade sem precedentes abala as instâncias que têm como tarefa assumir a função educativa. Fragilização da escola nas suas missões de transmissão do saber e dos valores, escalada do individualismo na vida familiar, problematização constante das vivências da paternidade: sem dúvida que nunca as referências e os modelos segundo os quais, em cada época, os adultos exercem as suas responsabilidades relativamente as crianças foram objeto de tantas dúvidas ou inquietudes quanto ao que o futuro pode ainda reservar.

Nesta perspectiva, na presente tese de doutorado, voltamos o nosso olhar, para o modo como a autoridade do professor é retratada, direta e indiretamente, no portal de notícias clicRBS. A escolha deste portal de notícias, justifica-se, pelo fato dele ser, um dos meios de comunicação social mais conhecidos no Sul do Brasil. Interessa-nos investigar, como o portal de notícias clicRBS posiciona o professor e sua autoridade na sociedade brasileira contemporânea, através da visibilidade conferida ao mesmo, pela mídia, levando-se em consideração, a maneira pela qual a mídia o projeta. Ademais, buscamos compreender, através desta análise, se o educador tem ou não sua autoridade legitimada, na sociedade contemporânea. Para tal, almejamos relacionar as postagens veiculadas no interior deste portal de notícias, a constituição de sua autoridade e ao declínio dela, e, concomitantemente, as implicações deste fenômeno para a educação brasileira contemporânea. Para Libâneo (2011, p. 10-11):

Diante da crise de princípios e valores, resultante da deificação do mercado e da tecnologia, do pragmatismo moral ou relativismo ético, é preciso que a escola contribua para uma nova postura ético-valorativa de recolocar valores humanos fundamentais como a justiça, a solidariedade, a honestidade, o reconhecimento da diversidade e da diferença, o respeito a vida e aos direitos humanos básicos, como suportes de convicções democráticas. A par disso, a escola tem um grande papel de fortalecimento na sociedade civil, das entidades, dos movimentos sociais. Ora, tudo o que esperamos da escola para os alunos são, também, exigências colocadas aos professores.

Buscando significar este ser social que é o professor, imbuído de autoridade, um ente carregado de símbolos, simbolismos, significados e significantes, e que se apresenta ou é apresentado através das representações imagéticas de sua identidade /personalidade/ autoridade, no portal de notícias, encontrando-se carregado de sentidos, sensações, poder e força. Independente, de serem reais, mitológicas, artificiais, surreais, mascaradas, disfarçadas ou encobertas por facetas do que realmente são, é que, este grupo social (professorado), está sujeito a sofrer a influência da mídia na sua (re)construção e representação social. Esta mesma mídia, pode ter o poder de induzir os outros seres, a enxergá-los, de uma maneira que, muitas vezes, não representa aquilo que realmente são, atribuindo significados à sua imagem, à sua autoridade, à sua apresentação/ representação, através daquilo que, tem sido dito verbalmente, ou do que, não tem sido dito, ou do que se encontra encoberto pela imagem, ou por discursos, que a mídia divulga para a sociedade.

Não podemos deixar de atentar, para o fato de que, quando estudamos um campo social, ele se encontra imerso num campo de forças, no qual, existem atores e níveis diferentes de forças, que sobre eles, atuam. No interior deste campo, os indivíduos que nele se situam, são carregados de símbolos e simbolismos, que lhes conferem forças para atuar no campo, sendo que, estão imbuídos ou não de poder, e por isso, existem no interior deste campo, diversas disputas sociais, que são, carregadas de sentidos e significados simbólicos. Sob este aspecto, Bourdieu (1989) afirma que:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1989, p.72).

O interior de um campo, é carregado de símbolos e simbolismos, como ocorre com o professor, sua imagem e sua autoridade, retratadas pelo portal de notícias clicRBS.

Desta forma, na presente tese, que se situa no campo de estudos da educação, voltamos o nosso olhar, para o fenômeno da autoridade do professor, na sociedade brasileira capitalista e contemporânea. A lente pela qual será analisada esta investigação, será a compreensão sociológica do fenômeno educacional, visto que, sou socióloga e estudo este fenômeno social sob o ponto de vista sociológico educacional, estando, no momento, afastada da docência da Educação Básica, uma vez que não estou lecionando, propondo-me a pesquisar, um fenômeno social de ampla abrangência, e que modifica profundamente a sociedade. Neste sentido, conforme afirma Bourdieu (1989, p.57):

De facto, o sociólogo, seguindo os objetos que estuda, está, ele mesmo, mais ou menos afastado dos actores e das coisas em jogo por ele observadas, mais ou menos tentado, por conseguinte, a entrar no jogo do metadiscurso, com a aparência de o objectivar.

Na medida em que escrevo sob o ponto de vista de pesquisadora, posso ter um olhar distanciado do fenômeno estudado, qual seja, a autoridade do professor na Educação Básica, retratada pelo portal de notícias clicRBS, utilizando o referencial teórico da sociologia e da filosofia da educação. Ainda na concepção de Bourdieu (2006), discorrendo sobre os métodos e técnicas de pesquisa:

Com efeito, as opções técnicas mais “empíricas” são inseparáveis das opções mais “teóricas” de construção do objeto. É em função de uma certa construção o objeto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados, etc, se impõe (BOURDIEU, 2006, p.24).

Com este intuito, optamos<sup>1</sup>, por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso. O corpus de análise desta tese, são 49 notícias, coletadas, nos últimos dez anos (2008-2017), no portal de notícias clicRBS<sup>2</sup>. Para efetuar esta investigação, partimos do seguinte problema: Como o portal de notícias clicRBS, um meio de comunicação digital, está retratando a questão da autoridade do professor na Educação Básica, e quais os possíveis impactos disso para a educação brasileira contemporânea?

Esta tese, está inserida na Linha de pesquisa 3: Culturas, linguagens e tecnologias na Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle.

---

<sup>1</sup> Como a justificativa da pesquisa é pessoal, mas a escrita é em conjunto, pois é feita em parceria com o orientador, algumas vezes aparecerá a primeira pessoa do singular, e em outras vezes a escrita estará no plural.

<sup>2</sup> A partir do ano de 2018 o portal de notícias clicRBS mudou de nome, passando a se chamar Gaúcha ZH.

Defendemos, aqui, a seguinte tese: o portal de notícias clicRBS, nas notícias analisadas, deslegitima e desautoriza o professor, sendo que, a autoridade do professor, não entrou em declínio somente pela crise da autoridade familiar, pelos problemas da formação de professores, ou pela crise da escola como instituição social, mas, por uma crise muito maior, que instaurou-se na sociedade, que se manifesta, através da crise política, se refletindo, na crise dos modelos tradicionais que encontravam-se consolidados na sociedade. Trata-se da crise da tradição, da crise democrática que assola a sociedade atual, abalando as estruturas verticais e as hierarquias antes consolidadas e inabaláveis, exigindo-se, que se renovem e se reinventem as tão desgastadas formas de exercício do poder.

A primeira parte do título, da presente tese de doutorado, que está entre aspas, com a frase: “Não sinta vergonha de ser professor”, foi tirado, de uma notícia do clicRBS, intitulada: “Profissão e Paixão”<sup>3</sup>, que elogiava, aparentemente, o trabalho docente, mas no final dizia: Não sinta vergonha de ser professor, de dizer-se professor de sentir-se professor! Parabéns professor! Consideramos esta notícia, e em especial esta frase, bastante emblemática, sendo um exemplo paradigmático, da maneira pela qual, o portal de notícias clicRBS retrata o professor, e, conseqüentemente, o desautoriza, contribuindo para a crise da autoridade presente na sociedade contemporânea.

O texto da tese aqui apresentada, divide-se em cinco capítulos. O primeiro, trata da introdução da tese. O segundo, é o maior deles, pois aborda o referencial teórico. Iniciamos, falando a respeito da educação, desde seus primórdios; em seguida, tratamos do conceito de autoridade e de seu surgimento, paralelamente, ao seu desenvolvimento, com os principais autores que a abordaram, trazendo a questão da crise da autoridade, cerne principal desta tese e as modificações da estrutura familiar, que também contribuem para a crise da autoridade do professor; na sequência, discutimos, a respeito da formação de professores e concomitante a identidade docente, discorremos a respeito da (des) valorização do professor; continuando, englobamos a história do jornalismo, bem como, a maneira pela qual as mídias se utilizam para “vender” a notícia e “formar” ou “deformar” a opinião pública, adentrando, em seguida, no ciberespaço (contexto de nascimento dos portais de notícias) e apresentamos o espaço em que está sendo desenvolvida a pesquisa, qual seja: o portal de notícias clicRBS. O terceiro, refere-se à metodologia da

---

<sup>3</sup> BULIANI, M, A. **Profissão e paixão**. 2013. Disponível em: <<http://dc.clicRBS.com.br/sc/noticias/noticia/2013/04/profissao-e-paixao-4118899.html>>. Acesso em: 20/09/2017.

pesquisa, sendo apresentados: o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a relevância social, acadêmica e pessoal, o campo empírico e as técnicas de coleta e análise de dados. O quarto capítulo, é dedicado à análise e interpretação dos dados. Por fim, no quinto, são tecidas as considerações finais da tese.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente tese de doutorado, inicia, com uma breve explanação a respeito da história da educação, com a utilização dos autores: Moacir Gadotti (2006) e Mario Aliguiero Manacorda (2006). Em seguida, adentramos na historicidade do conceito de autoridade, sob a luz da filósofa Hannah Arendt (2014), sendo complementada, pela concepção sociológica de autoridade, cunhada pelos sociólogos Richard Sennett (2014) e Max Weber (2003). Dando continuidade, são debatidas a crise da autoridade, pela ótica dos filósofos Alain Renaut (2004) e Hannah Arendt (2014); prosseguindo, mergulhamos na questão da crise da autoridade paterna e familiar, com os novos arranjos de família instituídos na sociedade, abordando autores como: François Hurstel (1999), Philippe Julien (1997), Elisabeth Roudinesco (2003) e Vera Regina Ramires (1997). Continuando, tecemos considerações a respeito da história da formação de professores no Brasil, sob a luz dos autores: Mario Osório Marques (1992), Bernadete Gatti (2010) e Demerval Saviani (2009). Em seguida, são discutidas as questões da identidade docente com: Antonio Nóvoa (1992), Maurice Tardif (2000, 2002, 2008, 2017), Marie Cristine Josso (2001) e Selma Garrido Pimenta (2002), e a (des) valorização do professor, na esteira de Theodor Adorno (1995), Bernadete Gatti (2010), Marcelo Ricardo Pereira (2011) e Antonio Alvaro Zuin (2014, 2017). Prosseguindo, adentramos na história do jornalismo e das técnicas de se propagar as notícias, abordando os autores: José Pedro Sousa (2008), Francisco Rudiger (1990), Cremilda Medina (1978), Nilson Lage (1990), Mayra Rodrigues Gomes (2000), Fausto Neto (1992, 1996), Beatriz Becker (2005), Benício Antonio de Lima (2001), Nelson Werneck Sodré (1999) e Nelson Traquina (2004). Finalizando, discorremos sobre o contexto do nascimento dos portais de notícias, com a temática do ciberespaço pela ótica dos autores: Pierre Lévy (1993, 1999, 2003), André Lemos (2004), Manuel Castells (2003), Lúcia Santaella (2013) e da emergência dos meios de comunicação digitais e dos portais de notícias com: Paula Jung Rocha (2006), que trouxe interessantes contribuições em sua tese de doutorado em Comunicação Social na PUCRS, intitulada: “Jornalismo em tempos da cibercultura: um estudo do clicRBS”, Denis Moraes (1997), com suas interpretações sobre a comunicação e o jornalismo no contexto do ciberespaço e sobre e com João Canavilhas (2001, 2005) sobre o webjornalismo.

## 2.1 Um breve panorama da história da educação: um olhar retrospectivo

Para iniciar a escrita do referencial teórico desta tese de doutorado, pensamos ser importante, salientar que, a questão da autoridade do professor, insere-se, num contexto maior, que é o da própria educação e de seu nascimento, como condição para a autonomia, e conseqüente emancipação do ser humano, e de sua autorrealização pessoal, afetiva, social, política e profissional. Neste sentido, na concepção de Kant (1996, p. 411):

O homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação. Conseqüentemente, o homem é infante, educando e discípulo.

Sendo assim, na ótica de Kant, o processo de emancipação humana, resulta, entre outros, da superação de um sono dogmático, da preguiça de pensar e da capacidade de superar a própria dominação intelectual, política e econômica. Neste sentido, a educação, sempre foi um dos alicerces para a constituição de toda e qualquer sociedade, sendo imprescindível para a construção do sujeito enquanto ser social, para sua formação, participação coletiva e exercício da cidadania. Desde os primórdios, tivemos importantes experiências e tradições educativas. Para Manacorda (2006, p.9): “Do Egito é que chegaram os testemunhos mais antigos e talvez mais ricos sobre todos os aspectos da civilização e, em particular, sobre a educação”. Segundo o autor:

Embora a pesquisa arqueológica a cada ano venha descobrindo provas de outras civilizações até mais antigas, ainda assim, para os povos que reconhecem sua origem histórica na antiguidade clássica greco-romana e nas posteriores manifestações cristãs que introduziram nela muitos elementos do Oriente Próximo, o Egito está no início da história. Por outro lado, também na antiguidade, quer os povos do Oriente Próximo quer os próprios gregos que depois foram os educadores dos romanos, reconheceram esta supremacia (MANACORDA, 2006, p.9).

Continuando, tivemos as contribuições dos gregos e depois, dos romanos. Como bem contextualiza Moacir Gadotti (2006, p.31):

O humanismo ateniense pautava-se pela supremacia de outros valores, já que em suas escolas, mesmo aristocráticas, as maiores disputas não eram físicas, mas intelectuais - buscava-se o conhecimento da verdade, do belo e do bem. Platão sonhava com uma república amplamente democrática, dentro dos limites da concepção de democracia de sua época, onde a educação tinha um papel

fundamental. É curioso saber que Platão pretendia uma educação municipal, para evitar as pretensões totalitárias. Assim, o ensino se submetia ao controle o mais próximo possível da comunidade. Todo ensino deveria ser público.

Somando-se a este debate, do direito à educação coletiva, reconfigurada pela conversação, por meio de uma autoridade horizontal, formada na comunidade, Sócrates, pensava o ensino, como possibilidade de extrair as ideias preexistentes na própria mente humana, o que não deveria significar, o mero depósito de ideias num cérebro vazio (como tábula rasa), mas o convite à interdependência, para responder as questões do mundo (GADOTTI, 2006; MANACORDA, 2006). Todo o seu ensino, deveria ser um embrião, alimentado, pela conversação. As percepções de Sócrates, mais tarde, foram rearticuladas por Paulo Freire (1983, 1987, 1996), que considerava a educação referida pelo filósofo grego, como uma possibilidade de superação da educação bancária vigente, com vistas a uma reconstrução das práticas pedagógicas e das condições do reconhecimento das sociedades modernas. Para Gadotti (2006), referindo-se ainda a Sócrates:

Sua preocupação como educador, ao contrário dos sofistas, não era a adaptação, a dialética retórica, mas despertar e estimular o impulso para a busca pessoal e da verdade, o pensamento próprio e a escuta da voz interior. Não o interessavam os honorários das aulas, mas o diálogo vivo e amistoso com seus discípulos. Sócrates acreditava que o autoconhecimento é o início do caminho para o verdadeiro saber. Não se aprende a andar nesse caminho com o recebimento passivo de conteúdos oferecidos de fora, mas com a busca trabalhosa que cada qual realiza dentro de si (GADOTTI, 2006, p. 32).

Pelas palavras acima, percebemos, a convergência de suas ideias, com aquelas proferidas pelo educador Paulo Freire (1983, 1987, 1996). Para Freire (1983, p. 10): “O monólogo, enquanto isolamento, é a negação do homem; é o fechamento da consciência, uma vez que consciência é abertura”. Desta forma, o autor reafirma que a educação ocorre através da interdependência dialógica e do círculo de cultura, visto que a emancipação só acontece na dimensão coletiva. Corroborando com este pensamento, para Manacorda (2006, p.1): “Nenhuma batalha pedagógica pode ser separada da batalha política e social”. De acordo com Gadotti (2006), Roma, foi o berço de muitos teóricos da educação. Catão (234-149 a. C.), destacou-se, por valorizar a formação do caráter; Marco Terêncio Varrão (116-27 a. C.), difundiu a chamada cultura romano-helênica fundamentada na *virtus* romana: *pietas*, *honestias*, *austeritas*; Marco Túlio Cícero (106-43), acreditava que era importante formar um orador, este era o seu ideal de educação. Este orador, deveria ter as qualidades do dialético, do filósofo, do poeta, do jurista e do ator; Marco Fábio

Quintiliano (por volta de 35), valorizou o ensino pelo conteúdo do discurso, ao reconhecer que, “o estudo devia dar-se num espaço de alegria (*Schola*)”; Para Sêneca (4 a.c-65), *non scholae, sed vitae est docendum* – “não se deve ensinar para a escola, mas para a vida”; Plutarco (por volta de 46), defendia que, a educação, deveria ter como referência, a biografia de grandes homens, para incentivar a nos espelharmos em homens que se constituíram como exemplos vivos de virtude e de caráter. Segundo Gadotti (2006, p. 44), a educação romana era utilitária e militarista, organizada pela disciplina e justiça. Começava pela fidelidade administrativa: educação para a pátria, paz só com vitórias e escravidão aos vencidos. “Aos rebeldes a pena capital”. Assim sucedeu-se, passando por diversos contextos e períodos históricos, havendo constantemente, a preocupação de melhorar a sociedade através da educação.

Na sociedade contemporânea, encontramos uma educação em crise, em virtude de diversas crises, que estão ocorrendo em outras esferas sociais, tais como: a econômica, social, política e familiar. Para Arendt (2014), a crise da educação, se origina, da crise política e da crise da tradição. A autora reafirma, em grande parte de sua obra “Entre o passado e o futuro”, o tripé “autoridade, religião, tradição”, para explicar a crise da educação, a qual, atualmente, atinge diretamente a crise da autoridade do professor. Estas crises, se refletem em muitas instituições sociais, e, em especial, nas escolares, cujas bases e princípios estão alicerçados nos ideais da Revolução Francesa, a saber de: liberdade, igualdade e fraternidade (ARENDR, 2014). A filósofa alemã, vê a escola como uma “instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo, com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo” (Arendt, 2014, p. 238). Contudo, ainda faltam diálogos entre os princípios da educação que se (re)constroem na família e na instituição escolar.

Não obstante, a escola transformou-se em uma instituição que, reproduz a divisão social do trabalho e alguns dos valores ideológicos, que predominam na sociedade, onde, o pensar é instrumentalizado e perde o seu caráter emancipador. Para obtermos uma maior compreensão da questão da autoridade do professor e de sua crise, discorreremos, no próximo tópico, sobre a historicidade e os sentidos que a palavra autoridade foi tendo ao longo do tempo.

## 2.2 Os sentidos da autoridade manifestados em sua historicidade

Para compreendermos melhor as relações e dinâmicas de ensino, existentes entre professores e estudantes, bem como, os trâmites que permeiam a autoridade do professor na Educação Básica, retratadas pelo portal de notícias clicRBS, temática desenvolvida nesta tese de doutorado, consideramos importante, buscar a origem da palavra autoridade. Iniciando esta discussão, que nos remeterá ao contexto histórico e também ao nascimento do conceito de autoridade, recorreremos, às formulações da filósofa Hannah Arendt (2014), a qual, em sua obra, “Entre o passado e o futuro”, abordou, de forma crítica, o significado do vocábulo autoridade, esclarecendo sua origem e relacionando-a ao contexto atual, qual seja: o da crise da educação. Segundo a autora:

A autoridade, como o fator único, senão decisivo, nas comunidades humanas, não existiu sempre, embora tenha atrás de si uma longa história, e as experiências sobre as quais se baseia este conceito não se acham necessariamente presentes em todos os organismos políticos (ARENDR, 2014, p. 142).

É oportuno salientar que, nesta obra, em especial nos capítulos 3 e 4, intitulados, respectivamente de “O que é autoridade” e “O que é liberdade”, a filósofa Hannah Arendt (2014), debruçou-se, sobre a historicidade da palavra autoridade, em especial, no capítulo 3, bem como, aos fatores que levaram ao seu declínio. Neste sentido, ao falar em autoridade, Arendt (2014), nos mostra a dificuldade em definir o termo. Na concepção da filósofa:

No momento em que começamos a falar e a pensar acerca da autoridade, que é afinal de contas um dos conceitos centrais do pensamento político, é como se fôssemos apanhados em um labirinto de abstrações, de metáforas a figuras de linguagem, em que qualquer coisa pode ser confundida com qualquer coisa, por não dispormos de nenhuma realidade, seja na história, seja na experiência cotidiana, à qual podemos unanimemente recorrer (ARENDR, 2014, p. 181).

Como veremos ao longo desta tese, diversos autores atribuíram significados diferentes para o termo autoridade, porém, todos eles, de alguma forma, trouxeram importantes contribuições para a compreensão que se tem hoje da autoridade e de seu declínio na sociedade contemporânea. É importante destacar que, um dos aspectos primordiais do conceito de autoridade, cunhado por Arendt (2014), é originário, das ideias de Platão, extraídas do livro “A República”. Segundo a filósofa:

Quando Platão começou a considerar a introdução da autoridade no trato dos assuntos públicos na pólis, sabia que estava buscando uma alternativa para a maneira usual de manejar os assuntos domésticos, que era a persuasão (*phéithein*) assim como para o modo comum de tratar os negócios estrangeiros, que era a força e a violência (bía) (ARENDDT, 2014, p. 129-130).

Argumentamos, a partir das reflexões da autora que, a origem da palavra autoridade, é política, e por enfrentar dicotomias no debate contemporâneo, não remete necessariamente à expressão de violência. O problema da autoridade, não exige o uso das palavras força e violência, mas ao contrário, encontra-se fortemente relacionada ao caminho da liberdade e do reconhecimento social. Desde o século XIX, observando as mudanças da história moderna, é possível perceber que, existiu uma restrição no que tange à liberdade em regimes considerados autoritários, bem como, à abolição da liberdade em regimes ditos tirânicos ou até mesmo em ditaduras. Para a autora, tecendo uma análise e uma relação do totalitarismo com o autoritarismo, e da inclinação às ideias totalitárias, depreendemos que, em toda limitação autoritária, reside “uma confusão mais antiga de autoridade com tirania e de poder legítimo com violência” (ARENDDT, 2014, p. 134), e prossegue:

A diferença entre tirania e governo autoritário sempre foi que o tirano governa de acordo com seu próprio arbítrio e interesse, ao passo que o mesmo draconiano governo autoritário é limitado por leis. Seus atos são testados por um código que, ou não foi feito absolutamente pelo homem, como no caso do direito natural, dos mandamentos divinos ou das ideias platônicas, ou, pelo menos, não foi feito pelos detentores efetivos do poder. A origem da autoridade no governo autoritário é sempre uma força externa e superior a seu próprio poder; é sempre dessa fonte, dessa força externa que transcende a esfera política, que as autoridades derivam sua “autoridade”- isto é, a sua legitimidade - e em relação à qual seu poder pode ser confirmado (ARENDDT, 2014, p.134).

Este debate, pretende ilustrar, a existência da imagem de uma pirâmide, a qual demonstra, de forma clara, a imagem de um governo autoritário, conhecido pelos pensadores políticos tradicionais. Nesta pirâmide, quem detém o poder administrativo absoluto, encontra-se no topo. É interessante ressaltar que, a partir desta configuração, autoridade e poder, conhecimento e interesse, relacionam-se, uma vez que, ambos, são direcionados para a base da pirâmide, desenhando-se assim, uma relação vertical. Para Arendt (2014, p. 135):

A autoridade e o poder se infiltram para a base, de maneira tal que cada camada consecutiva possua alguma autoridade, embora menos que a imediatamente superior, e onde, precisamente devido a esse cuidadoso processo de filtragem todos os níveis, desde o topo até a base não apenas se acham firmemente integrados no todo, mas se inter-relacionam como raios convergentes, cujo ponto

focal comum é o topo da pirâmide, bem como a fonte transcendente de autoridade acima dela.

A partir desta explicação, a autora dirige sua crítica para o fato de que, esta imagem, se aplica a um tipo de governo autoritário cristão, desenvolvido através da Igreja, sendo por ela bastante influenciado, no período da Idade Média, perpassando sempre por uma ideia de hierarquia. Esta compreensão de autoridade exemplificada, remete ao conceito de autoridade política romana, na qual, a origem da autoridade política, encontrava-se no passado, pois, “de qualquer modo, uma forma autoritária de governo, com sua estrutura hierárquica, é a menos igualitária de todas as formas; ela incorpora a desigualdade e a distinção como princípios ubíquos” (ARENDR, 2014, p.135). Assim sendo, as teorias políticas que se centram na tirania, convergem à tirania igualitária de governo, uma vez que, “tirano é o governante que governa como um contra todos, e os “todos” que ele oprime são iguais, a saber, igualmente desprovidos de poder” (ARENDR, 2014, p.135). São citados pela autora, ainda, os bloqueios e os potenciais inscritos nas sociedades modernas, para a atualização da autoridade. Segundo a autora:

Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida com alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, autoridade em si mesmo fracassou (ARENDR, 2014, p. 129).

Deste modo, a autoridade implica poder, mas não se justifica na violência ou na coerção. Esta, não pode estar relacionada à autoridade, pois quando é utilizada, fere a autonomia, enquanto interdependência, necessária aos vínculos de reconhecimento e respeito. De acordo com Arendt (2014, p. 129):

Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como a persuasão através de argumentos. A relação autoritária entre o que manda e o que obedece, não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem, e na qual, ambos têm seu lugar pré-determinado.

Em sua historicidade, assinala Arendt (2014), foram feitas incursões na filosofia grega, para que pudéssemos chegar, a um conceito de autoridade aberto para o futuro e que se baseasse em “experiências políticas imediatas” (ARENDR, 2014, p. 161). Assim, nesta busca pelo conceito de autoridade, os gregos encontraram também, outros exemplos, como na esfera apolítica, sendo destacadas: as artes, o fazer, o conceber, a ação, entre outros. Em relação à política romana, a autora destaca que, até o fim do período imperial, valorizava-se a importância da fundação da cidade de Roma. A

grandiosidade desta fundação, devia-se ao fato de que, no momento em que algo é fundado, deve permanecer de geração para geração, como obrigatório, advindo do passado, mostrando-se, como uma forma de se perpetuar uma tradição, ou seja, o que é hereditário, passa de pai para filho, unindo e aproximando as gerações. Para ilustrar, na Grécia, a piedade dependia da presença dos deuses (religião significava *re-ligare*, ligar-se a Deus), e:

Ser ligado ao passado, obrigado para com o enorme, quase sobre-humano e por conseguinte sempre lendário esforço de lançar as fundações, de erigir a pedra angular, de fundar para a eternidade. Ser religioso significava ligar-se ao passado, e Lívio, o grande registrador dos acontecimentos passados, podia, pois, dizer: “enquanto escrevo esses eventos antigos, através de não sei que conexão minha mente envelhece e alguma *religio* se apodera de mim. A religião e a atividade política podiam assim ser consideradas como praticamente idênticas, e Cícero podia dizer: “Em nenhum outro campo a excelência humana acerca-se tanto dos caminhos dos deuses (*numen*) como na fundação de novas comunidades e na preservação das já fundadas (ARENDR, 2014, p. 163).

Neste contexto, as fundações exerciam o poder através da religião, pois, a partir do momento em que a cidade proporcionava aos deuses um lar eterno, estes davam a elas proteção divina e segurança. O diagnóstico através da história, mostra que, a definição do termo autoridade, não tem a ver com coerção e sim com o exercício do reconhecimento, sendo que, em sua originalidade, a palavra “*auctoritas*”, deriva-se de “*augere*”, que significa aumentar. Arendt (2014, p.163), atenta para uma questão importante, no que tange a compreensão do termo autoridade, que é a palavra fundação, ou seja, “aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação”. Assim, quem portava autoridade eram os anciãos, ou o Senado ou os *patres*, pois, todos eles recebiam, devido a descendência e transmissão ou tradição dos seus antepassados (que no passado haviam arremessado as fundações), tudo o que viria no futuro, sendo que, a autoridade dos vivos, advinha sempre dos fundadores do Império Romano, que já estavam mortos. Fazendo uma contraposição entre autoridade e poder (*potestas*), percebia-se que, estes, originavam-se do passado, mas, “esse passado não era menos real que o presente, na vida, real, da cidade que o poder e a força dos vivos” (ARENDR, 2014, p. 164).

Neste âmbito, ao mergulharmos na historicidade do conceito de autoridade revisitado por Arendt (2014), podemos dizer que, para justificar a autoridade, a palavra “autores” era posta em oposição a artífices. Os artífices, eram aqueles que construíam e elaboravam algo. Ou seja, o sentido da autoridade, relacionava-se ao autor da obra, àquele que pensou a obra, e por isso, merecia e deveria ser visto como o sujeito principal,

colocando em segundo plano quem a realizou, o artífice. Para melhor exemplificar, Arendt (2014), cita Píndaro que assim questionava-se: “quem, indaga Plínio por ocasião da construção de um teatro, deve ser mais admirado, o construtor ou o autor, o inventor ou a invenção? Pensando, é claro, no último e em ambos os casos” (ARENDR, 2014, p. 164). A resposta é que, autor, não é considerado aquele que fez a obra, mas sim, o idealizador da mesma, sendo que, o espírito, ou a alma de quem a pensou, ou seja, do autor, encontrar-se-á sempre, na obra que foi realizada, portanto, carregará em si, o jeito daquele que a idealizou, dando origem à mesma, em termos de concepção e ação. Nas palavras da autora: “Distintamente do *artifex*, que tão-somente o fez, é ele o verdadeiro “autor” do edifício, vale dizer seu fundador; com ele tornou-se um “aumentador” da cidade” (ARENDR, 2014, p. 164). Assim, autoridade relaciona-se com aumentar, criar e fundar.

Penetrando um pouco mais em sua historicidade, a filósofa assevera que, a palavra e o conceito de autoridade, se originam de Roma. Ao fazer uma análise profunda e histórica, ela demonstra que, existiam dois tipos de governo, um referente ao âmbito público e o outro, ao privado. O primeiro, aludia à vida pública, ou política; o segundo, à esfera privada da vida doméstica. Em contrapartida, pela concepção dos gregos, no que diz respeito a polis, o governo absoluto, era concebido como uma maneira de exercer a tirania. O que caracterizava um governo tirano, era o fato do exercício de governar ocorrer através da violência, sendo que, para se proteger do povo, era necessário recorrer a uma guarda pessoal, incentivando aos súditos, que tomassem conta de seus negócios pessoais, pois, “uma *polis* pertencente a um homem não é uma *polis*” (ARENDR, 2014, p. 143). Assim, os indivíduos tinham sua liberdade violada, e:

Devido a essa ausência de uma experiência política válida em que baseassem a reivindicação de um governo autoritário, tanto Platão como Aristóteles, embora de modo bem diferente, foram obrigados a fiar-se em exemplos das relações humanas extraídos da administração doméstica e da vida familiar grega, onde o chefe de família governa como um “déspota”, dominando, indiscutivelmente sobre os membros de sua família e os escravos da casa (ARENDR, 2014, p. 143).

Não obstante, o déspota, diferentemente do que se esperava, em oposição ao rei, era quem exercia liderança e chefia, em relação a cada família, sendo provido de poder, podendo então, coagir seus próximos. Sendo assim, o déspota ficava sem a oportunidade de participar da política, na medida em que, o poder que detinha para exercer a coerção, não só não combinava com o exercício da liberdade dos cidadãos, como também não lhe permitia gozar da sua própria liberdade, ou seja, “onde quer que ele governasse havia apenas uma relação: entre senhores e escravos” (ARENDR, 2014, p. 144). Ele era

indissociável do reconhecimento e da socialização, atrelado às práticas da liberdade, sendo que, o senhor acabava não se sentindo livre quando estava diante de seus escravos, pois, sua liberdade existia, a partir do momento em que se afastasse do ambiente do seu lar e vivesse entre seus iguais (homens que gozavam da liberdade). Sendo assim, tanto o tirano, que convivia com os súditos, quanto o déspota, que convivia com os escravos, eram considerados livres, pelos demais indivíduos, porém, não se sentiam livres. Desta forma, depreende-se que, o conceito de autoridade, tem estreita relação com o de liberdade, pois, “a autoridade implica uma obediência na qual os homens retêm sua liberdade” (ARENDDT, 2014, p. 128). Neste contexto, quando Platão outorgou às leis, nas quais, fariam delas os que detinham o poder e os que governavam, sendo obedecidas de forma incondicional, constatou que, os homens estavam iludidos quando se sentiam livres, pelo simples fato, de não depender de ninguém para governar.

É interessante ressaltar que, o exercício do poder que as leis simbolizavam, se caracterizavam pela forma despótica, portanto, sem autoritarismo, sendo que, Platão, mencionou as referidas leis, se dirigindo à esfera privada e não à pública, ou política, pois, “provavelmente em uma variação do *nómos basiléus pánton* (uma lei é soberana sobre todas as coisas)” de Píndaro: “a lei é o déspota dos governantes, e os seus governantes são os escravos da lei” (ARENDDT, 2014, p. 144). Contudo, Platão considerava utópico, o despotismo que emergia da família e destruía o âmbito político, e, a partir do momento em que o Império Romano foi se desmoronando, iniciou-se a implantação do governo público (*dominus*), que tinha grande importância para a cidade de Roma, onde existia, nos seios das famílias, uma organização monárquica. A palavra *dominus*, possuía o mesmo significado que a grega *déspota*. A este respeito, mergulhando de forma mais profunda na história de Roma, é interessante lembrar que:

Calígula foi o primeiro imperador romano que consentiu em ser chamado de *dominus*, isto é, receber um nome “que Augusto e Tibério haviam ainda rejeitado como se fosse uma maldição e uma injúria”, precisamente por implicar um despotismo desconhecido na esfera política, embora inteiramente familiar no âmbito doméstico e privado” (ARENDDT, 2014, p.145).

Arendt (2014), segue afirmando que, o pensamento grego, se aproxima bastante do conceito de autoridade, cunhado por Platão, em *A República*, demonstrando, a realidade da *pólis* em oposição ao governo, na qual, a razão predomina e se concretiza através do rei-filósofo. Na política, a razão governava, mas se transformava em um forte

instrumento de coerção, sendo que, na política ocidental, isso se aplicou com mais rigor, devido ao fato, de vigorar a respectiva tradição da filosofia ocidental. Sendo assim:

A fatal semelhança entre o rei-filósofo de Platão e o tirano grego, bem como o dano potencial ao âmbito político que seu governo poderia implicar, parece ter sido reconhecida por Aristóteles; o fato porém, de essa combinação de razão e domínio implicar igualmente um perigo para a Filosofia, somente foi ressaltado, que eu saiba, na réplica de Kant a Platão: “Não se deve esperar que os reis filosofem ou que os filósofos se tornem reis, tampouco deve-se desejar-lo, pois a posse do poder inevitavelmente corrompe o livre juízo da razão”- muito embora mesmo essa réplica não vá até a raiz do problema (ARENDR, 2014, p. 146).

Após a morte de Sócrates, Platão assumiu uma postura de descrença frente à questão da persuasão, considerando-a ineficaz para conduzir a vida dos homens, buscando assim, encontrar uma maneira de coagi-los, que não utilizasse a violência. Durante esta procura, o filósofo constatou, que outras formas de coerção poderiam ser encontradas, pois percebeu, que através da violência, a vida política seria destruída. Este era o cerne da preocupação de Platão, em sua filosofia política, perpetuando-se, ao longo de todas as buscas de consolidação de uma tirania da razão. Durante a procura da coerção sem o uso da violência, Platão percorreu caminhos pelos quais fundamentou sua inspiração em modelos de relações de mando e obediência já existentes, como por exemplo, “as relações entre o pastor e suas ovelhas, entre o timoneiro de um barco e seus passageiros, entre o médico e o paciente ou entre o senhor e o escravo” (ARENDR, 2014, p. 148). É interessante observar que, todas as situações aqui apresentadas, pertencem à vida privada (segundo a concepção dos gregos), sendo que, muitas ocorreram com frequência, nos diálogos políticos das obras: A república, O político e As leis (ARENDR, 2014).

Discorrendo sobre a relação de domínio ou de coerção sem o uso da violência, na obra O político, quem exerce a coerção, tem um vasto conhecimento das ações que precisam ser executadas e, conseqüentemente, está apto a proferir ordens a seus súditos. Existe uma distinção entre conhecer o que deve ser feito e executar, lembrando a questão da autoria, onde para Arendt (2014), autores são aqueles que pensaram a obra e não os que a executaram. De forma semelhante, na obra O político, o senhor possui o conhecimento a respeito do que deve ser feito, e exerce o poder de mando, enquanto, o escravo (seu súdito), limita-se a praticar o que lhe foi mandado, obedecendo sem questionar. A veracidade e validade destes exemplos, dá-se, porque existe uma relação de desigualdade, que é encarada com naturalidade por ambos os lados. Esta relação se fortalece, quando ocorre entre governantes e governados, sendo que, o exemplo mais

exaltado, é o da ovelha com seu pastor. Neste sentido, Platão ironiza: “Nenhum homem, mas somente um deus, poderia relacionar-se com seres humanos da mesma forma como o pastor se relaciona com suas ovelhas” (ARENDR, 2014, p. 148).

Os modelos apresentados acima, não contentavam Platão, porém, quando aludia à autoridade exercida pelo filósofo em relação à *pólis*, remetia diretamente a estes exemplos, sendo que, apenas nestas situações, seria possível governar sem tomar o poder e sem utilizar a violência. O objetivo, era o estabelecimento de uma relação na qual, o centro de exercício da coerção estivesse na própria relação, e não, necessariamente, relacionada às ordens dadas. Arendt (2014), cita como exemplo, a relação existente entre o paciente e o médico, onde o paciente acaba sujeitando-se à autoridade que o médico possui, quando o indivíduo se encontra debilitado, e o escravo, encontra-se na situação de dominado, em relação ao seu senhor, quando se torna escravo. Nas palavras da autora:

É importante ter em mente esses exemplos para perceber que espécie de coerção Platão esperava que a razão exercesse nas mãos do rei-filósofo. É verdade que, aqui, o poder coercitivo não repousa na pessoa ou na desigualdade como tais, mas nas ideias que são percebidas pelo filósofo (ARENDR, 2014, p. 149).

Além disso, no que tange à política, as formas de governo ditas como autoritárias, fundamentam-se, no fato de que, o exercício de poder e sua legitimidade, advindos sempre de autoridades, propagam-se de maneira superior à esfera do poder, ou seja, através de uma obra não humana. Deste modo, após expor estes exemplos, Arendt (2014) adentra em mais um conceito que também remete à palavra autoridade, foco de análise desta tese de doutorado. Ela refere-se agora, ao conceito de perito, o que aparece com frequência no âmbito da política.

Segundo suas reflexões, o conceito de perito, retorna alguns exemplos descritos anteriormente. Ela considera como necessárias, uma competência e um conhecimento, ambos fundamentados na relação de mando e obediência. Permeando estas relações, é possível identificar que, o estadista é um especialista em situações que envolvem questões humanas. Da mesma forma, o carpinteiro, possui habilidade para construir objetos de madeira e seu lido, e o médico, possui competências e conhecimentos para diagnosticar a cura do paciente, sendo que:

Guarda íntima conexão com essa escolha de exemplos e analogias o elemento da violência, tão flagrantemente evidente na República utópica de Platão e que desafia constantemente sua grande preocupação de assegurar obediência

voluntária, isto é, estabelecer um fundamento sólido para aquilo que, desde os romanos, chamamos de autoridade (ARENDDT, 2014, p.151).

Contudo, depreendemos que, quando nos remetemos às origens do governo, da mesma forma que mergulhamos no conceito de autoridade alicerçado no pensamento platônico, são provocadas tensões entre, a Filosofia e a Política, mas, não fundamentadas nas experiências exclusivamente políticas, as quais direcionam-se a assuntos da esfera humana. Estas tensões, ocorrem, porque, o cerne da filosofia, reside na busca, nas inquietações, lembrando que, esta busca cessa, quando é encontrada a contemplação da verdade suprema, considerada também, a beleza suprema, uma vez que, ilumina tudo o que se encontra ao seu redor. Sendo assim, o filósofo deve tentar transmutar a sua verdade em um sábio conjunto de regras, sendo que, a partir daí, pode almejar “tornar-se um verdadeiro governante -o rei filósofo” (ARENDDT, 2014, p. 155).

Uma segunda tentativa de definir o vocábulo autoridade, que remeta a dicotomia governantes X governados, reside na filosofia política cunhada por Aristóteles, sendo que, suas ideias, trouxeram significativas contribuições para que a tradição do pensamento político progredisse. A autora cita como exemplo, o leigo que se subordina ao perito, tendo clara, a diferença entre pensamento e ação, no que tange à fabricação. Assim sendo, o cidadão que habita a *polis*, é um homem livre, que não sofre a coação advinda das necessidades físicas da vida. Ele também não está sujeito a ser dominado, de forma artificial, pelos outros homens. Trata-se então, de um indivíduo que não é um escravo, mas sim, portador e líder dos escravos.

Referindo-se a esfera política, a liberdade começa quando as necessidades fundamentais da vida ficam escravas ao governo, lembrando que, termos tais como: dominação x sujeição, mando x obediência, governo x governado, se constituem como uma espécie de pré-requisitos para que o âmbito político se estabeleça, uma vez que não constam em seu conteúdo. Nesta esfera:

Politicamente, a autoridade só pode adquirir caráter educacional se se admite, com os romanos, que sob todas as circunstâncias os antepassados representam o exemplo de grandeza para cada geração subsequente, que eles são os *maiores*, por definição. Sempre que o modelo de educação através da autoridade, sem essa convicção fundamental, foi sobreposto ao reino da política (e isso sucedeu não poucas vezes, sendo ainda um esteio da argumentação conservadora), serviu basicamente para obscurecer pretensões reais ou ambicionadas ao poder, e fingiu querer educar quando na realidade tinha em mente dominar (ARENDDT, 2014, p. 161).

Porquanto as relações estabelecidas entre *auctor* e *artifex* não são definidas como platônicas, diferenciando-se daquelas que ocorrem entre o senhor que dita as ordens e o servo que as realiza/obedece, uma vez que: “A característica mais proeminente dos que detêm autoridade é não possuir poder: *enquanto o poder reside no povo, a autoridade repousa no Senado*” (ARENDR, 2014, p. 164). Isso ocorre porque, a autoridade, deve ser a soma do que o senado almeja com as decisões políticas, ou seja, o poder não se encontra concentrado nas mãos de uma só pessoa. Este exemplo, nos remete ao que ocorreu na esfera judiciária, durante o governo de Montesquieu, o qual denominou o poder, como de alguma forma sendo nulo, constituindo-se assim, no maior grau de autoridade (no que tange aos governos constitucionais).

Para Arendt (2014, p.165), “Momsem referiu-se como sendo *mais que conselho e menos que uma ordem; um conselho que não se pode ignorar sem risco*”. As condições sociais ou institucionais da autoridade, devem ser concebidas como uma ordem social justa, que permita a cada sujeito participar em relações comunicativas, de forma a serem compreendidas como expressão da própria liberdade, cujos impulsos são construídos, intersubjetivamente, no grupo social descentrado. Isso acontece porque, quando se escuta os desejos das ações dos indivíduos, da mesma forma como ocorre com as crianças, eles se tornam suscetíveis aos erros, precisando de soma e afirmação, transcorrendo assim, a partir da assembleia realizada pelos anciões. Deste modo, “o caráter autoritário do “acrécimo” dos anciões repousa em sua natureza de mero conselho, prescindindo, seja da forma de ordem, seja de coerção externa, para fazer-se escutado” (ARENDR, 2014, p. 165).

É importante esclarecer que, o poder de coerção que a autoridade carrega, tem estreita relação com a força de coerção religiosa que um *aúspice* detém, porém, de maneira divergente daquela do oráculo grego, por ele não fazer previsões. As aprovações ou desaprovações divinas das decisões feitas pelos homens, são cunhadas pela autora, que reflete, que eles possuem uma “autoridade” entre os homens, muito mais do que “poder” entre eles. Isso, deve-se ao fato de que, eles potencializam e reafirmam o agir humano, porém não guiam as vidas destes homens. Sendo assim:

Exatamente como a origem de *todos os áuspices se remonta ao grande sinal pelo qual os deuses deram a Rômulo a autoridade para fundar a cidade*, assim também a autoridade deriva dessa fundação, remetendo cada ato ao sagrado início da história romana e somando, por assim dizer, a cada momento singular todo o peso do passado. *Gravitas*, a capacidade de arcar com esse peso, torna-se o traço proeminente do caráter romano, assim como

o Senado, a representação da autoridade na República, podia funcionar— nas palavras de Plutarco (Vida de Licurgo)—como *um peso central, que, à maneira do lastro em uma embarcação, mantém as coisas no justo equilíbrio* (ARENDR, 2014, p.165-166).

Depreendemos assim que, todos os exemplos, remetiam a ações coercitivas, e: “O que quer que acontecesse se transformava em um exemplo, tornando-se a *auctoritas amiorum*, idêntica aos modelos autoritários para o comportamento efetivo e aos padrões políticos e morais como tais” (ARENDR, 2014, p.166). O que os romanos chamavam de idade *provecta*, que se diferenciava da maturidade, correspondia ao apogeu da vida, quando se atingia o clímax, sendo que, o que estava em jogo, não era tanto a sabedoria ou as experiências que a idade avançada permitia aos indivíduos acumular, mas sim, os estreitos laços que eles tinham com seus antepassados, e, conseqüentemente, com o passado. Na verdade, os romanos adotavam uma noção de crescimento inversa a dos demais seres humanos, pois a dimensionavam para o passado, uma vez que:

Se quiser relacionar essa atitude com a ordem hierárquica estabelecida pela autoridade, visualizando essa hierarquia na familiar imagem da pirâmide não se estendesse até as alturas de um céu acima (ou, como no cristianismo, além) da terra, mas nas profundezas de um passado terreno (ARENDR, 2014, p. 166).

Todavia, onde predominava a política, vislumbrava-se um passado que se santificava, graças à tradição, que se propagava de geração para geração. Aqueles que testemunhavam os antepassados, eram considerados como os sagrados fundadores e, em seguida, “a engrandeceram por sua autoridade no transcurso dos séculos” (ARENDR, 2014, p. 168). Enquanto a tradição se perpetuava, tudo funcionava bem, uma vez que, naquela época, era inconcebível guiar as ações sem o uso da autoridade e da tradição, deixando de escanteio, aqueles modelos que se tornavam válidos por serem consagrados através do tempo, uma vez que tudo deveria alicerçar-se nos pais fundadores. Na esfera política, eram proporcionadas a tradição espiritual e a autoridade, no que tange a pensamentos e ideias, sendo que, se originava, de uma noção platônica de razão, direcionando-se, para as questões humanas. Assim, os romanos precisavam de pais fundadores e de exemplos autoritários para fundamentar seus pensamentos e ideias, buscando inspiração nos antepassados gregos, principalmente nas áreas da teoria, filosofia e poesia. Segundo Arendt (2014, p.167): “Os grandes autores gregos tornaram-se autoridades nas mãos dos romanos e não dos gregos”. A autora ainda ressalta que, a forma como Homero era tratado por Platão e por outros, também não era bem vista e bem

aceita em Roma, uma vez que, ele era o “educador de toda Hélade”, e, “tampouco um filósofo romano teria ousado *erguer a mão contra seu pai (espiritual)*, como Platão declarou de si próprio (em *O sofista*), ao romper com a lição de Parmênides (ARENDR, 2014, p. 167)”. Referindo-se à tríade romana, a filósofa afirma que:

A força desta tríade repousa na eficácia coercitiva de um início autoritário ao qual liames “religiosos” reatam os homens através da tradição. A trindade romana não apenas sobreviveu à transformação da República em Império como penetrou onde quer que a *pax Romana* tenha criado a civilização ocidental sobre alicerces romanos (ARENDR, 2014, p. 167).

Destarte, o alicerce da Igreja era um grupo de fiéis ancorados em uma instituição de âmbito público, que não se fundamentava mais na crença da ressurreição, apesar de ainda pregar essa premissa, ou na devoção aos hebraicos em relação aos mandamentos de Deus. A igreja, se sustentava agora, nos testemunhos das vidas dos seres, ou seja, no nascimento, no óbito e na ressurreição de Cristo. Os Apóstolos, conhecidos como aqueles que presenciavam todas as situações como testemunhas, tornaram-se os “pais fundadores” da Igreja, “dos quais esta, deveria derivar sua própria autoridade na medida em que legasse seu testemunho através da tradição de geração a geração” (ARENDR, 2014, p.168).

Não obstante, o que ocorreu na fundação de Roma, se repetiu na fundação da Igreja Católica, porém, com conteúdo diferente. A era cristã passou a adotar a tríade romana de religião, autoridade e tradição. O que evidenciou sua continuidade, foi a situação que a Igreja viveu, mergulhando em uma carreira política no século V, utilizando-se da diferenciação romana feita entre autoridade e poder, resgatando a antiga autoridade do senado e colocando o poder para escanteio, sendo que:

Reclamando para si mesma a antiga autoridade do senado e deixando o poder—que no Império Romano não estava mais nas mãos do povo, tendo sido monopolizado pela família imperial—aos príncipes do mundo. Assim é que, ao término do século V, o Papa Gelásio I pôde escrever ao Imperador Anastácio I: *Dois são as coisas pelas quais esse mundo é principalmente governado: a autoridade sagrada dos Papas e o poder real* (ARENDR, 2014, p. 169).

Toda a secularidade presente no mundo, abrange o distanciamento entre religião e política da vida. A religião, acabou perdendo o seu cunho político, bem como, a vida pública perderia também, “a sanção religiosa da autoridade transcendente” (ARENDR, 2014, p.180). Sendo assim: “Os conceitos gregos, uma vez santificados pelos romanos através da tradição e da autoridade, simplesmente eliminaram da consciência histórica

toda experiência política que não pudesse se encaixar em seus parâmetros” (ARENDDT, 2014, p. 181).

Inferimos assim que, as condições sociais ou institucionais da autoridade, devem ser concedidas, como uma ordem social justa, possibilitando a cada sujeito, participar em relações comunicativas. Estas relações, podem ser compreendidas, como expressão da própria liberdade, cujos impulsos são construídos intersubjetivamente no grupo social. Trazendo esta discussão para o mundo atual, e para a questão da autoridade do professor, objeto de análise deste estudo, percebemos que, há uma crise cada vez mais profunda da maneira de se lidar com a tradição, tornando a tarefa de ensinar e de construir conhecimentos cada vez mais difícil.

Consideramos que, a profunda imersão na historicidade do conceito de autoridade, feita neste capítulo, foi fundamental para a compreensão das origens desta palavra, para que possamos, assim, ter uma melhor percepção da autoridade do professor na contemporaneidade e de seu declínio na sociedade contemporânea, questões estas que são fundamentais para o desenvolvimento desta tese de doutorado. Dando continuidade às múltiplas facetas da autoridade, discorreremos no próximo tópico, a respeito de seu conceito sociológico, cunhado de forma crítica e igualmente valiosa pelo sociólogo norte-americano Richard Sennett (2014), recorrendo também ao sociólogo alemão Max Weber (2003).

### **2.3 A concepção sociológica de Autoridade**

No presente tópico, objetivamos compreender, o viés sociológico da palavra autoridade, buscando, num contexto maior, ter uma visão mais ampla deste conceito, complementando o tópico anterior, que trouxe os significados que a autoridade foi tendo ao longo da história. Neste sentido, com o intuito de analisarmos e entendermos a questão da autoridade do professor e de seu declínio na Educação Básica, na sociedade contemporânea, apresentamos, alguns autores que irão inspirar esta discussão, buscando a compreensão sociológica da noção de autoridade, são eles: o sociólogo norte americano Richard Sennett (2014) e o sociólogo alemão Max Weber (2003).

Escolhemos esses autores, por considerá-los de suma importância para a compreensão da temática estudada, qual seja: a autoridade do professor e seu declínio na Educação Básica na sociedade brasileira contemporânea. Uma vez que almejamos

uma visão ampla do conceito de autoridade, julgamos ser elucidativo, buscar a fundamentação teórica na sociologia, além da filosofia e da história, debatidas anteriormente, sendo que, todas estas disciplinas, são bases que sustentam diversos debates educacionais, consolidando saberes pedagógicos.

Iniciando a reflexão sobre a autoridade, Richard Sennett (2014, p.22) destaca que: “A autoridade é uma ligação entre pessoas desiguais”. Dando continuidade, o autor enfatiza que, existe um vocábulo, que em sua concepção, gira em torno do conceito de autoridade, qual seja: o medo. Segundo o sociólogo, nós seres humanos, somos permeados por diversos sentimentos. Quando estamos lidando com a autoridade, o sentimento que está ao seu redor é o medo que sentimos da autoridade, ou mais precisamente o medo de quem a possui. Ao passo que reconhecemos que necessitamos de uma figura de autoridade para sermos guiados em nossas vidas e atitudes, tememos perdê-la e nos sentirmos sem rumo. Na concepção de Sennett (2014, p. 27-28):

Hoje em dia, há também um outro medo relacionado à autoridade: o medo de quando ela existe. Passamos a temer a influência da autoridade como uma ameaça a nossa liberdade, na família e na sociedade em geral. A própria precisão da autoridade acentua esse medo moderno: vamos abrir mão de nossa liberdade, e nos tornar abjetamente dependentes, por querermos tanto que alguém cuide de nós?

Existem muitas questões em torno deste medo, que caracterizam, segundo Sennett (2014), as relações de autoridade na sociedade. Um dos fatores que contribuem para nós nos sentirmos intimidados por uma autoridade, é o fato de que, muitas vezes, nos sentimos seduzidos por ela. Isso implica em dizer que, quando alguém exerce uma autoridade sobre nós, ficamos com a sensação de estarmos seguros, porém, esta segurança tem um preço, qual seja, a perda da liberdade. O autor considera que, “as figuras de autoridade não despertam grande entusiasmo porque não o merecem” (SENNETT, 2014, p. 28).

Destarte, aquele que exerce a autoridade, tem força para conduzir as pessoas e coagi-las, mas por outro lado, acaba interferindo na conduta de quem fica na posição de dominado, ou seja: “este é um ingrediente essencial da autoridade: alguém que tem força e a usa para guiar os outros, disciplinando-os e modificando seu modo de agir, através da referência a um padrão superior” (SENNETT, 2014, p.30). Neste contexto, a autoridade parece ser representada por um indivíduo que, de alguma forma, detém força e poder e as usa para conseguir com que as pessoas o obedeçam seguindo suas ideias, ou seja,

ele é a representação de uma liderança, um líder. O sociólogo norte-americano, segue, listando algumas características que considera essenciais e que também caracterizam uma figura de autoridade: “Segurança, capacidade superior de julgamento, capacidade de impor disciplina, capacidade de inspirar medo: são essas as qualidades de uma autoridade” (SENNETT, 2014, p.30). Diferentemente da noção de autoridade cunhada pela filósofa Hannah Arendt (2014), a qual considera que a palavra autoridade não remete necessariamente aos vocábulos força e poder, o sociólogo Richard Sennett (2014) diz, inicialmente, que ambas são sinônimas de autoridade, pois: “Tomemos, por exemplo, o sinônimo político de força: poder. Muitas vezes as palavras “autoridade” e “poder” são usadas como sinônimos” (SENNETT, 2014, p.31).

Para Sennett (2014), os indivíduos que representam o governo, são denominados de autoridades, porque, exercem um cargo, do qual são providos de força e poder, ou seja, possuem o poder de domínio, e a força para persuadir e comandar a vida dos demais seres ou órgãos presentes na sociedade. Em contrapartida, o sociólogo chama a atenção, desta vez, convergindo com a filósofa Arendt (2014), para o fato de que, o vocábulo autoridade, também remete a autor, ou a autoria. Ele considera, semelhantemente a Arendt (2014), que a palavra “autoritário” é empregada com vistas a caracterizar tanto uma pessoa quanto um sistema que apresentem traços repressivos. Ele salienta também, de forma contrária a seu argumento anterior, que, nem sempre autoridade e poder são sinônimos, por exemplo, “ao dizermos que um funcionário do governo não tinha autoridade para assumir determinado risco” (SENNETT, 2014, p 31). Neste caso, as duas palavras são distintas, e novamente suas ideias vão ao encontro da noção de autoridade cunhada por Arendt (2014). Sennett (2014), considera que, a noção de força que uma autoridade possui, pode se voltar também para o medo que as pessoas dominadas sentem, ou da possibilidade de que aquela autoridade, ou aquele líder sejam destruídos. Isso ocorre, porque:

Trata-se da força dos valores e crenças de nossa geração; queremos que eles perdurem, mas isso não se dá, porque nosso corpo não perdura. Tanto na sociedade quanto na vida privada, queremos um sentimento de estabilidade e ordem, benefícios que são supostamente trazidos por um regime dotado de autoridade (SENNETT, 2014, p. 31-32).

A expressão destes sentimentos, encontra-se, em diversos monumentos que simbolizam as autoridades na vida pública, tais como igrejas, santuários, prédios que representam o governo, ou seja, são representações simbólicas que ficarão presentes

mesmo após seu domínio, pois demonstram que, “a ordem do poder dominante durará além da geração que hoje governa e da que hoje obedece” (SENNETT, 2014, p. 32). Na verdade, o próprio significado atribuído a palavra autoridade, tanto nos escritos de Arendt (2014), quanto nos de Sennett (2014), nos remete à questão do “autor”, que consolida a segurança de que, o que foi feito, perdurará. Em contrapartida, o sociólogo adverte que: “O vínculo social é tão intemporal quanto o pessoal. É um liame histórico que não pode deixar de mudar. A força simbolizada nesses monumentos à autoridade é um desafio à história, um desafio ao tempo” (SENNETT, 2014, p.31-32). Sendo assim, tudo que se perpetua, de alguma forma, é porque foi importante para a humanidade, mesmo que não seja, muitas vezes, um exemplo a ser seguido.

É interessante salientar que, Sennett (2014) parece intrigado e perturbado, quando cita como exemplo, a força que os pais utilizam em relação aos seus filhos e os políticos em relação a seus cidadãos, uma vez que:

A integridade do genitor que inspira medo e reverência nos filhos, ou do político que inspira pavor em seus cidadãos é muito questionável. É que as forças que dão autoridade a essas figuras podem não ser usadas a serviço de um ideal mais elevado ou da proteção às pessoas, mas simplesmente de sua dominação. O medo moderno da autoridade relaciona-se exatamente às figuras que se dispõem a usar seu controle sobre as pessoas para perpetrar os mais destrutivos de todos os atos (SENNETT, 2014, p.32).

O autor questiona-se: “Que tipo de força que as pessoas percebem num demagogo ou num genitor destrutivo?” (SENNETT, 2014, p.32). Refletindo, justifica que, talvez, o que possibilita a um indivíduo ter esta força é, a sensação de segurança que os coagidos sentem, devido ao fato de que, os dominadores, têm facilidade em exercer a disciplina e julgar os outros, ocasionando medo nos sujeitos que se encontram na posição de obediência. Esta relação, é bastante semelhante àquela cunhada por Arendt (2014), quando a autora cita como exemplo: senhores x escravos, médicos x pacientes, pastores x ovelhas. Conforme Sennett (2014, p. 33): “Pode-se dizer da autoridade, no sentido mais geral, que ela é uma tentativa de interpretar as condições de poder de dar sentido às condições de controle e influência, definindo uma imagem de força. O que se busca é uma força sólida, garantida e estável”. O que as figuras de autoridade trazem consigo, é a solidez, elas representam algo forte e que possui, de alguma forma, um poder sobre os outros. No caso dos símbolos, a representação de uma igreja, por exemplo, carrega consigo noções como crença, pecado, fé, ou seja, quando um fiel vê a imagem de um

templo, de uma igreja, surge em sua mente estes sentimentos (descritos acima), trazendo alguma dessas características para dentro de si. Na ótica de Sennett (2014, p. 33):

Quando falamos em busca da autoridade, a ênfase deve incidir na palavra “busca”; conhecemos perfeitamente o tipo de ilusão em que essa busca pareceu concluir-se—no Reich de mil anos, ou no Valhalla comunista que poria fim à história. Em geral, pode-se dizer que buscamos na autoridade um consolo que o tempo nunca permite de fato. Essa busca é frustrante; torna muito esquivo, muito difícil de definir o próprio tema do que é a autoridade.

Inferimos, pelo exposto acima que, as concepções do sociólogo, se assemelham, mais uma vez, às concepções da filósofa Arendt (2014), concordando que, definir a palavra autoridade, é bastante difícil, visto que, ela gira em torno dela mesma e a tudo que seu significado remete. Na busca por aprofundar ainda mais o conceito de autoridade, Sennett (2014), cita o sociólogo alemão Max Weber (2003), o qual considera os indivíduos como sujeitos que veem o poder sob diversos ângulos, acreditando que: “Apenas alguns tipos de pensamentos seriam determinados pelos tipos de controle exercidos pelos poderosos” (SENNETT, 2014, p. 34). Sendo assim, é possível afirmar que, nossos pensamentos e sentimentos são bastante influenciados por figuras de autoridade. O sociólogo alemão Max Weber (2003), citado por Sennett (2014), traz interessantes contribuições acerca da noção da palavra autoridade, relacionando-a ao poder, evidenciando as três categorias elencadas por Weber (2003), quais sejam: a autoridade tradicional, a legal/racional e a carismática, intituladas pelo sociólogo alemão como “os três tipos puros de dominação”. Estas três categorias, encontram-se presentes no livro “Ensaio de Sociologia”, ao qual faremos, a partir de agora, uma incursão. Weber (2003), definindo o conceito de dominação, diz:

A dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundamentar-se em diversos motivos de submissão. Pode depender de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece. Pode também depender de “mero costume” do hábito cego de um comportamento inveterado. Ou pode fundar-se, finalmente no puro afeto, na *mera* inclinação do súdito (WEBER, 2003, p. 128).

A partir das palavras do sociólogo alemão, depreendemos que, o domínio se fortalece onde existem situações em que alguns indivíduos ocupam uma posição de comando em relação a outros, que se encontram em posição de submissão, recebendo ordens de seu superior, fundando-se em dependências de vantagens, de favores devidos, ou simplesmente por motivos pessoais. Neste sentido, é importante lembrar que, as

relações de mando e obediência ocorrem em muitas situações políticas no âmbito público, e nas relações familiares da esfera privada, acarretando manutenção e reconhecimento às relações de poder, sendo que, o sociólogo alemão explica cada uma delas. Para Weber (2003), a dominação legal ocorre de acordo com um estatuto e:

Seu tipo mais puro é a dominação burocrática. Sua ideia básica é: qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto a forma. A associação dominante é eleita ou nomeada, e ela própria e todas as suas partes são empresas [...] obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à *regra* estatuída que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem a uma regra: “à lei” ou “regulamento” de uma norma *formalmente* abstrata. O tipo daquele que ordena é o “superior”, cujo direito de mando está legitimado por uma regra estatuída, no âmbito de uma *competência concreta*, cuja delimitação e especialização se baseiam na utilidade objetiva e nas exigências profissionais estipuladas para a atividade do funcionário. [...] O dever de obediência está graduado numa hierarquia de cargos, com subordinação dos inferiores aos superiores, e dispõem de um direito de queixa regulamentado. [...] Correspondem naturalmente ao tipo da dominação “legal” não apenas a estrutura moderna do Estado e do município, mas também a relação de domínio numa empresa capitalista privada, numa associação com fins utilitários ou numa união de qualquer outra natureza que disponha de um quadro administrativo numeroso e hierarquicamente articulado (WEBER, 2003, p.129).

Neste âmbito, a autoridade legal se estabelece, ou se impõe, fundamentando-se na crença de que, os indivíduos depositam confiança e acreditam na validade de um estatuto legal, baseadas em normas que são estabelecidas. A autoridade, ancora-se na obediência, através das obrigações regulamentadas num estatuto, sendo que, o domínio legal, aceita como dominadores, aqueles que estão nos cargos de chefia. Segundo Freund (1970), existem as funções públicas, que são: “instituídas por leis e distribuídas em competências diferenciadas” e, “a aplicação desses inúmeros regulamentos exige uma equipe de funcionários qualificados, que não são donos de seus cargos, nem tampouco dos meios da administração” (FREUND, 1970, p. 173-174).

Há ainda, uma associação instituída como dominante, a qual é eleita ou nomeada por outros, sendo que, suas partes se constituem em empresas. Em cada uma destas empresas, ou ao menos em parte delas, os regulamentos ou órgãos executivos ali existentes não se definem apenas em seu interior, mas, principalmente, pela participação que ela tem através de associações mais significativas. Seu quadro administrativo é composto por funcionários, ou seja, aqueles que o senhor nomeia e os subordinados a ela, integrado pelos membros da associação. O dever da obediência, se insere numa hierarquia de cargos, na qual existe em seu interior uma subordinação por parte dos inferiores em relação aos seus superiores, sendo organizado, por um direito de

reclamações previsto por um regulamento. O que garante que o funcionamento técnico seja bem-sucedido, é a disciplina. Na concepção de Weber (2003), a burocracia é o tipo mais puro da dominação legal, porém não é o único.

Nesta esteira, dando continuidade as ideias cunhadas pelo sociólogo alemão, encontramos o segundo tipo de dominação proposto por Max Weber (2003), qual seja: a dominação tradicional. Ela ocorre, conforme o autor:

Em virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes. Seu tipo mais puro é o da dominação patriarcal. A associação dominante é de caráter comunitário. O tipo daquele que ordena é o “senhor” e os que obedecem são os “súditos” quando o quadro administrativo é formado por “servidores”. [...] Obedece-se a pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade. O conteúdo das ordens está fixado pela tradição, cuja violação desconsiderada por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio, que repousa exclusivamente na santidade delas (WEBER, 2003, p. 131).

Sob a ótica de Weber (2003), é possível, a partir das normas e tradições, inventar um novo direito. Isso ocorre porque, a partir do momento em que existe o reconhecimento de um estatuto ou de uma norma, que são válidas e conhecidas há muito tempo, impera o *dever ser*. Em contrapartida, quando não se encontra uma ação orientada, institucionalizada e racionalizadora de objetivação:

A vontade do senhor somente se acha fixada pelos limites que em cada caso lhe põe o sentimento de equidade, ou seja, de forma sumamente elástica. Daí a divisão do seu domínio numa área estritamente firmada pela tradição e, em outra, da graça e do arbítrio livres, onde age conforme seu prazer, sua simpatia ou sua antipatia e de acordo com pontos de vista puramente pessoais, sobretudo suscetíveis de se deixarem influenciar por preferências também pessoais (WEBER, 2003, p. 131).

Contudo, a dominação tradicional, encontra-se fundamentada, na crença das tradições que foram transmitidas às gerações, destinando o uso do poder àqueles designados em virtude de algum costume. As relações sociais, decorrentes deste tipo de dominação ou de uma organização política, são alicerçadas na obediência dos subordinados àquela pessoa detentora do poder de governo. Os que são governados, podem ser chamados de súditos, os quais devem destinar o respeito aos seus chefes, sendo submetidos às normas e regras advindas da tradição. Sendo assim, tudo que for obtido, seja um favor, ou uma desgraça, estará diretamente relacionado àquilo que o soberano desejou, baseado em normas que se assentam nos costumes referentes à ética e à justiça. Ao chefe e ao soberano, não são permitidos julgar como querem, mas sim, de

acordo com o costume, que está vivo graças às tradições que perduram até hoje. Os costumes, são santificados pela validade que se apresenta de forma imemorial, e pelos hábitos, que estão impregnados nos homens, que devem respeitá-los. Deste modo, a dominação tradicional, alicerça-se na crença na santidade, que ditará ordens, bem como, nos poderes que os senhores portam. Weber (2003), cita como tipo mais puro de dominação, a patriarcal. Ela está associada a algo que sempre foi dominante e apresenta um caráter comunitário, sendo que, o senhor está na posição de quem dita as ordens e o súdito na de quem recebe e obedece. Neste contexto, a obediência se propaga, pelo fato de haver uma tradição santificada, que se encontra ancorada na fidelidade.

O que está na base de uma ordem, é aquilo que a tradição fixou, não sendo possível estabelecer novos direitos ou princípios uma vez que as normas e a tradição já o estipularam. Aquilo que se encontra no interior destas normas, são as que dependem do senhor, tais como parentes, amigos próximos e indivíduos que se relacionam, estabelecendo um vínculo forte de fidelidade. Weber (2003) cita dois exemplos. O primeiro, corresponde à estrutura patriarcal. Nesta, não existe um direito propriamente dito que um administrador possua sobre um cargo. O que ocorre, é uma aplicação dos meios materiais da administração por parte do senhor e em seu nome. O segundo, abrange a estrutura estamental onde os servidores não pertencem ao senhor, mas sim, são pessoas independentes. Nesta esteira, o terceiro tipo puro de dominação cunhado por Weber (2003), corresponde, a dominação carismática. De acordo com o sociólogo, a dominação carismática ocorre:

Em virtude da devoção afetiva à pessoa do senhor e seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratório. O sempre novo, o extraordinário, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam constituem aqui a fonte da devoção pessoal. Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. A associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito. O tipo que manda é o *líder*. O tipo que obedece é o "*apóstolo*". Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional; e, portanto, também somente enquanto essas qualidades lhe são atribuídas, ou seja, enquanto o carisma subsiste. Por outro lado, quando é "abandonado" pelo seu Deus ou quando decaem sua força heroica ou a fé dos que creem em suas qualidades de líder, então seu domínio também se torna caduco. [...] A autoridade carismática baseia-se na *crença* no profeta ou no *reconhecimento* que encontram pessoalmente o herói guerreiro. O herói de rua e o demagogo, e com eles caem. E, todavia, sua autoridade não deriva de forma alguma desse reconhecimento por parte dos submetidos, mas ao contrário: a fé e o reconhecimento são considerados um dever, cujo cumprimento aquele que se apoia na legitimidade carismática exige para si, e cuja negligência castiga. Sem dúvida, a autoridade

carismática é uma das grandes forças revolucionárias da história, porém, em sua forma totalmente pura tem caráter eminentemente autoritário e dominado (WEBER, 2003, p. 135-137).

Deste modo, aquele que exerce a função de líder carismático, precisa saber persuadir seus seguidores, seja através de milagres, ou de êxitos e prosperidade que os séquitos ou súditos adquiriram. Weber (2003), observa que, “se lhe falha o êxito, o domínio oscila”, sendo ainda que:

O princípio carismático de legitimidade, interpretado conforme seu significado primário do autoritário, pode ser reinterpretado de forma anti-autoritária. A validade efetiva da dominação carismática baseia-se no reconhecimento da pessoa concreta como carismaticamente qualificada e credita por parte dos súditos (WEBER, 2003, p.140).

Outrossim, podemos afirmar que, uma das formas de legitimar a autoridade, é através dos dons pessoais que o líder possui, refletindo-se, conseqüentemente, no carisma que os seguidores enxergam naquele líder, que é uma figura que possui autoridade. Ele deve despertar em seus súditos sentimentos de devoção e confiança, expondo prodígios advindos do heroísmo ou por talentos que demonstra ter, no que diz respeito a sua capacidade de chefia, de comando. O poder carismático, é exercido por pessoas como: um profeta, um dirigente ou um guerreiro eleito, um demagogo, um soberano eleito através de um plebiscito, ou um líder de algum partido político. Todas estas figuras, devem carregar consigo, uma espécie de heroísmo ou santidade.

Nesta esteira, para Freund (1970, p. 175): “O domínio carismático, constitui o tipo excepcional do poderio político, não pelo fato de se encontrar raramente, mas porque ele deturpa os usos da vida política ordinária”. Ainda nas palavras de Freund (1970), o carisma é visto como algo carregado por alguém que possui um poder sobrenatural, uma vez que:

Aparece como um ser providencial, exemplar, ou fora do comum e por essa razão agrupa em torno de si discípulos ou partidários. O comportamento carismático não é peculiar apenas à atividade política, pois pode ser igualmente observado nos outros campos, os da religião, da arte, da moral e mesmo da economia [...]. Em política, este domínio toma diversas formas: a do demagogo, do ditador social, do herói militar ou do revolucionário (FREUND, 1970, p. 175- 176).

Destarte na dominação carismática, o poder que o demagogo carrega funda-se na crença e no reconhecimento que os súditos lhe conferem, devido a seus dotes. Esta forma de dominação pode ser representada por Jesus ou Maomé, pois:

Os costumes tradicionais são derrubados por esses profetas, e a lógica da ordem existente é descartada como falsa. Existe a promessa de uma nova Verdade, que é absoluta inabalável e sólida, embora antes desconhecida. Dentre todas as formas de autoridade, poderíamos dizer, como diz Weber sobre o tipo carismático: *A única coisa que importa é a maneira como o indivíduo é efetivamente visto por seus súditos* (SENNETT, 2014, p. 34-36).

Assim, as percepções acerca da noção de autoridade cunhadas por Weber (2003), podem servir de exemplo para a compreensão de diversas sociedades, estando atuais até hoje, podendo ser vistas como inspiradas por um modelo de categorias estabelecido por Kant (1996), porém, na ótica de Sennett (2014), elas despertam também algumas dúvidas e questionamentos, tais como, o fato de o padre de uma igreja ser dotado de carisma por parte de fiéis, enquanto celebra uma missa, e não ser citado como um exemplo de dominação carismática por Weber (2003). Isso ocorre porque, seu ofício, é exercido de forma tradicional ou hereditária, estando consagrado por muitos séculos. Weber (2003), chamou este tipo de exemplo, de *rotinização do carisma* (SENNETT, 2014, p. 36).

Chama a atenção, nos escritos de Weber (2003), o fato de que, a noção de autoridade efetuada pelo sociólogo alemão, alicerça-se, na legitimidade, deixando claro que, os indivíduos, só obedecem àqueles aos quais julgam ser legítimos. Neste sentido, sempre será possível identificar quando o sentimento de respeito frente a uma autoridade se propaga, a partir do momento em que: “as pessoas obedecem *voluntariamente* a seus governantes. Se têm que ser coagidas, é porque não consideram legítimos esses governantes” (SENNETT, 2014, p. 36-37). Desta forma, a autoridade, juntamente com suas múltiplas facetas, pode ser vista como, a *crença*, “na legitimidade, medida pela obediência voluntária, tendo em vista que temos nessa premissa a imensa influência no pensamento social moderno” (SENNETT, 2014, p. 36).

Dando continuidade à noção sociológica de autoridade elaborada pelo sociólogo, é interessante salientar que, ele traz em sua obra “Autoridade”, mais um exemplo para definir “o que é uma autoridade”. Ele cita, desta vez, o psicanalista alemão Sigmund Freud (1976), o qual considera que quando temos figuras de autoridade na forma de imagens, que foram obtidas, durante o período da infância, elas acabam perdurando a vida toda, ocorrendo lutas, por parte dos adultos, por poder, sendo que:

Por baixo das lutas do adulto com o poder, o direito a legitimidade, persistem essas imagens arcaicas do que deveriam ser a força e o poder, de tal sorte que, quando adultos, interpretamos não o que existe, mas na verdade, o que

um dia existiu em nossa vida, como na leitura de um texto oculto de mensagens mais poderosas (SENNETT, 2014, p. 37).

Entrementes, o que Freud (1976, apud SENNETT, 2014) expressa é que, durante o período da infância, as atitudes de nossos pais nos auxiliaram, no sentido de termos em nossa mente a imagem de sua força, pois quando somos bebês, ainda não temos padrões de julgamento, e conseqüentemente, não podemos nos diferenciar de nossos pais. Sob esta ótica, nós acabamos por acreditar que, tudo aquilo que nossos pais fazem, é maravilhoso e encontra-se carregado de poder. No entanto, as crianças não têm como perceber, que nem tudo o que seus pais fazem, tem relação com ela, por isso, sentem-se culpadas. Se, “mamãe está deprimida? Deve ser culpa minha. Papai está zangado? Deve ser por alguma coisa que eu fiz. Quando eles me castigam, não compreendo às razões, mas devo ter agido mal. Eles me amam? Então, devem amar-me de modo absoluto” (SENNETT, 2014, p. 37-38).

O período de crescimento, juntamente com a infância e sua historicidade, escrita por Freud (1976 apud SENNETT 2014), ocorre na vida de todos os seres humanos. Estas competições são comuns, e os meninos, muitas vezes, passam a competir com os pais querendo ocupar o seu lugar, pois, segundo Freud (1976 apud SENNETT 2014), é comum que a disputa aconteça sempre entre o genitor de sexo semelhante. Chama a atenção, o fato de a criança querer ocupar o lugar, mas não querer perder o amor que seu genitor lhe confere. Mais tarde, em períodos em que estão com uma idade mais avançada, acabam contrariando a obediência dos pais, se transformando em adolescentes rebeldes, carregando consigo, diversos sentimentos, como por exemplo, a insegurança. Eles acabam precisando, em muitos momentos, serem cuidados pelos pais, sendo que:

Freud não acreditava que muitas pessoas chegassem a formular essa interpretação adulta da força ou a senti-la intensamente. As massas, a seu ver, sempre corriam o risco de regredir a fases anteriores, nas quais, ao mesmo tempo, desejavam avidamente a ajuda de alguém mais forte e se enfraqueciam contra essa força tão desejada. Esse é o componente mais emocional do discurso político de Freud: a paixão de voltar atrás, de se entregar. É disso que as figuras autoritárias tiram proveito, e essa *reinfantilização das massas* foi o que Freud acreditou estar vendo na Europa da década de 1930 quando escreveu seus últimos livros (SENNETT, 2014, p. 38-39).

Ademais, em sua concepção: “Foi o medo freudiano de que as imagens infantis da força rondassem a imaginação popular da autoridade que influenciou os autores da escola de pensamento social conhecida como “Escola de Frankfurt”, que tinham uma orientação

mais social” (SENNETT, 2014, p. 39). Deste modo, o conteúdo no qual as pessoas estavam predispostas a acreditar, não era apenas uma simples credibilidade, ou até mesmo uma legitimidade das ideias, normas ou figuras que lhes são mostradas, mas sim, um acontecimento que demonstra o quanto as pessoas têm a necessidade de crer em algo, como uma espécie de carência de ter no que acreditar, pois:

O que elas querem de uma autoridade é tão importante quanto o que a autoridade tem a oferecer. E, como aspecto destacadamente frisado na obra de Max Horkheimer, a própria carência da autoridade é moldada pela história e pela cultura, assim como pela predisposição psicológica (SENNETT, 2014, p. 41).

Porquanto as mais variadas abordagens feitas na modernidade, acerca da autoridade, demonstram que, existem disputas, bem como, a dicotomia entre fortes e fracos, fazendo parte de um contexto em que, motivações pessoais ou até mesmo condições sociais são o cerne das brigas pelo poder e seu jogo. Voltando ao sociólogo alemão Max Weber (2003), é importante destacar, que ele apresenta diversas imagens de homens que são vistos como fortes, e por isso, entre outros motivos, são capazes de provocar nos indivíduos o sentimento de carisma, mas a forma pela qual ele desperta esta sensação em seus súditos não lhe interessa. Com estes argumentos, Sennett (2014, p.141) assim se expressa: “O dilema da autoridade em nossa época, o medo peculiar que ela inspira, está em *nos sentirmos atraídos por figuras fortes que não cremos serem legítimas*”. O autor nos recorda também, que o fato de haver uma atração, não foi algo que aconteceu apenas em nossa época, exemplificando, através dos círculos intermediários de inferno de Dante, os quais eram habitados por seres que, se por um lado amavam a Deus, por outro eram seguidores de Satanás. Lembrando ainda que, o diferencial que temos em nossa época, é o fato de os poderes legitimados de maneira formal pelas instituições dominantes provocarem um grandioso e potente sentimento de ilegitimidade para aqueles que estão submissos a eles. Em contrapartida:

Esses poderes também se traduzem em imagem de força humana: de autoridades seguras, julgadas superiores, que exercem a disciplina moral e inspiram medo. Essas autoridades atraem outras pessoas para sua órbita, como mariposas atraídas a contragosto pela chama. Autoridade ilegítima, sociedade unida por suas próprias insatisfações: essa estranha situação é algo a que só podemos dar sentido compreendendo nossa maneira de compreender (SENNETT, 2014, p. 42).

Na concepção de Weber (2003), este caso não seria possível, porque, não é esperado, que se almeje, aprovar indivíduos que não julgamos ter legitimidade, sendo

improvável que fossem nos submeter a eles. Já na interpretação de Freud (1976 apud SENNETT 2014), a situação apresentada, poderia ser aceita e até mesmo compreensível, se a pensássemos, através de uma visão adolescente acerca da autoridade. Neste caso, retomando os escritos de Freud (1976): “sua definição de “legitimidade” seria estreita demais” (SENNETT, 2014, p. 42). Deste modo, o sociólogo americano segue seu raciocínio, questionando-se, a respeito do que poderia acontecer se as imagens de força, as quais devem ser dominantes, fossem ilegítimas? E se fossem maléficas e desprovidas de integridade?

Tentando responder, o sociólogo norte americano diz que, sob a ótica freudiana existe uma atração magnética que exerce, mas ela está no nível das vontades da infância, quando necessitamos ser controlados. Existe um vínculo, que se estabelece com os indivíduos que nos controlam. Nas palavras de Sennett (2014, p. 44): “Numa relação de autoridade, o medo relaciona-se ao que o superior seria capaz de fazer com esse poder”. Sendo assim, os indivíduos demonstram que necessitam da presença de uma força advinda de outra pessoa, porém, nem sempre os que possuem esta força, figurando como autoridades, têm, de fato, toda a força que os outros imaginam que ele tivesse. Refletindo a respeito das relações de autoridade estabelecidas na sociedade contemporânea, é interessante salientar que:

Tornamo-nos hábeis em construir vínculos de rejeição com as autoridades. Eles nos permitem depender daqueles a quem tememos, ou suar o real para imaginar o ideal. O problema é que estes vínculos também permitem que as autoridades nos usem: elas podem exercer um tipo de controle muito fundamental sobre aqueles que, a primeira vista, parecem rebelar-se (SENNETT, 2014, p. 44).

O autor procura estabelecer algumas maneiras de construir os laços de rejeição citados acima. Para tal, Sennett (2014) propõe três situações. A primeira delas, se relaciona ao medo que os indivíduos sentem da força que uma autoridade possui. A este tipo o autor denomina “dependência desobediente”. A segunda, diz respeito à sensação de se ter uma imagem positiva diante de uma imagem negativa que existe. A terceira, fundamenta-se numa espécie de fantasia no que tange ao “desaparecimento da autoridade” (SENNETT, 2014, p. 45).

Explicando melhor cada uma delas, o sociólogo esclarece que, o primeiro caso, o da dependência desobediente, ancora-se numa ideia de que, existe uma concentração compulsiva da atenção, onde os indivíduos questionam-se: o que eles querem? Uma vez respondida esta pergunta, quando eles sabem o que os outros querem realmente, o indivíduo passa a agir de forma contrária à vontade do outro. É importante lembrar que,

nesta situação, a figura central é o outro, sendo que quase não tem relação com a autonomia ou independência, estando mais ligada ao nível de aproximação existente entre eles. No contexto escolar, esta postura é comumente chamada de “Síndrome do Opositor”.

O segundo caso, elaborado por Sennett (2014), dispõe a imagem positiva na imagem negativa. O autor cita como exemplo, o trabalho num escritório, onde existem os funcionários e seus chefes. Neste setor, os indivíduos começam a depender daqueles sujeitos que se encontram no comando, ou seja, de seus chefes. Dentro do exemplo, ele comenta que os funcionários não gostavam de sua chefe, porém, sentiam a necessidade de tê-la por perto, sendo que, ninguém queria ser substituído ou transferido para outro setor, uma vez que:

O medo que atua na substituição idealizada é o medo de ficar solto, de não ter amarras, não ter um ponto de referência para dizer por que se está trabalhando, servindo ou sendo dependente. Quando aquele que manda é ruim ou frágil, surge uma imagem do que é bom. Para imprimir esse ponto positivo, muitas vezes, é preciso exagerar os defeitos do superior, dar-lhe uma espécie de *potência negativa*. É a essa inflação que os que estão no controle se apegam (SENNETT, 2014, p. 58).

Contudo, ao mesmo tempo que reclamamos, necessitamos ter a pessoa por perto para nos sentirmos mais seguros. No terceiro caso, Sennett (2014) recorre a Revolução Francesa, na qual a partir do momento em que mataram o rei, destruindo assim a legitimidade, o povo passou a sentir-se liberto, pois, “ao negar a legitimidade do governante, começamos a nos libertar: essa convicção é o legado da Revolução. Os primeiros herdeiros o receberam de forma mais pura” (SENNETT, 2014, p. 62). Ao falar a respeito do Tratado sobre a Revolução Francesa, Sennett (2014), referindo-se ao filósofo alemão Fichte (1799), diz que:

Desde o momento em que nascemos, a razão nos pediu que travássemos um longo e terrível duelo entre a liberdade e a escravidão. Se fores mais forte, dizias-nos a razão, seria teu escravo. Serei para ti uma serva muito útil, mas sempre uma serva agitada, e assim que meu jugo afrouxar um pouco, derrotarei meu amo e vencedor. E quando eu te houver derrubado, hei de insultar-te, desonrar-te, pisotear-te. Como não poderás ter nenhuma serventia para mim, aproveitarei meu direito de vencedora para buscar tua completa destruição (SENNETT, 2014, p.62).

Não obstante, no final do século XVIII, a referida confiança não estava mais relacionada à crença na Revolução, pois os sujeitos encontravam-se abatidos pela fase do Terror e julgavam que já não tinham mais oportunidades de ser livres, na medida em que se promovia uma nova autoridade, em substituição à antiga. Na mesma esteira, Hegel

(1797) escreveu que, “a distinção não deve ser feita entre [quem é livre e quem é escravo]. Na verdade, o primeiro é dominado de fora, enquanto o outro, tendo seu senhor dentro de si, por isso mesmo é seu próprio escravo” (SENNETT, 2014, p. 63).

Além do mais, os que figuram como líderes de uma revolução, encontram-se numa posição de senhores, que se equipara, a daqueles que se posicionam como defensores da Igreja e do rei, por exemplo. A liberdade: “provém de se expulsar o *senhor que há dentro de si*, sejam quais forem suas exigências. Ao descrer de sua legitimidade, o indivíduo o expulsa e enfim sua mente fica livre” (SENNETT, 2014, p. 63). Quando conseguirem crer no destino carismático que carregam consigo o ânimo para seguir a batalha cessará, e, mesmo que conquistem os territórios não os derrotarão.

É importante salientar que, após o declínio do Antigo Regime, os indivíduos passaram a acreditar que, quando a legitimidade é destruída, a força da autoridade desmorona junto, ressaltando-se ainda que, os fundamentos da obra de Weber (2003), estavam ancorados nestas ideias. Apesar de ter se inspirado nestes pensamentos, não mencionou algo muito importante que se encontra arraigado nestas ideias, ou seja, o conceito de liberdade, considerando-se que: “descrer é ser livre- livre no espírito se não na prática” (SENNETT, 2014, p. 64).

Nos contextos descritos acima, as figuras de força, apresentam-se, moldadas pelo mercado, sendo que, os seres submissos a elas, não podiam fugir. No caso da situação de mercado, os indivíduos poderiam ser contratados ou demitidos conforme a vontade ou necessidade de seus patrões. Na medida que as autoridades ofereciam auxílio e com frequência não os davam, surgia a característica principal que compõe a moderna noção de autoridade: a de pessoas imbuídas de força, que faziam com que os súditos se sentissem dependentes, mesmo que, percebessem um resultado final ilegítimo e falso, já que:

A força pessoal das autoridades era aceita, mas duvidava-se do valor de sua força para os outros. Aí começou a cisão entre a autoridade e a legitimidade. [...] Se vivenciássemos o poder de maneira fria e distante, poderíamos contar com uma certa consequência desta cisão. Marx a esperou: a percepção da ilegitimidade acabaria por desgastar a força percebida na autoridade. O espírito negativo triunfaria, os servos se ergueriam contra seus senhores, nos quais já não acreditariam, e a sociedade ficaria livre. Mas isso faz pressupor que o sentimento da força de outra pessoa, por mais injustificado que se o considere, não tenha repercussões no sujeito (SENNETT, 2014, p. 67-68).

O resultado foi que, na sociedade moderna, os indivíduos passaram a ter vergonha por se considerarem fracos. Como forma de defesa, foram pensadas maneiras de negar,

ou afastar a vergonha, e se prevenir daqueles que lhes parecem fortes ou providos de maldade. Uma delas, é evidenciar a ilegitimidade que os superiores têm, mostrando a eles que, através da rejeição, podemos assegurar que precisamos de indivíduos mais fortes como: “uma âncora no mundo, mediante a rejeição da legitimidade dos fortes. Assim, pode-se ser dependente sem ficar vulnerável” (SENNETT, 2014, p. 68). A vergonha decorre de sentir-se fraco e dependente de alguém. É oportuno destacar que:

Nas sociedades aristocráticas ou outras sociedades tradicionais, a fraqueza em si não era um fato vergonhoso. Herdava-se a própria fraqueza; ela não era criada pelo próprio sujeito. O senhor herdava sua força, que também era impessoal. Assim, nos documentos do antigo regime, é comum encontrarmos um discurso mais franco dos servos perante seus senhores. O homem e a sua posição eram distintos. Como observou Luis Dumont num estudo sobre a hierarquia na sociedade indiana, *Homo Hierarchicus*, não era humilhante ser dependente nessas condições (SENNETT, 2014, p. 68).

Segundo Sennett (2014), na sociedade industrial, o mercado passou a demonstrar o quanto as posições de subordinação e dependência eram instáveis, possibilitando aos indivíduos, a insegurança, por saberem que, a qualquer momento, poderiam encontrar-se na posição de dominado ou de dominador, podendo subir ou descer, pois: “no plano mais ideológico, o impacto mais poderoso dessa instabilidade foi que as pessoas começaram a se sentir pessoalmente responsáveis por seu lugar no mundo” (SENNETT, 2014, p. 68).

Após a incursão nas obras aqui utilizadas, escritas pelos sociólogos Richard Sennett (2014) e Max Weber (2003), percebemos que, a dominação, está presente em todas as instâncias da vida social, independente dos períodos em que vivemos, precisando ser moldada e reinventada, de acordo com a sociedade e época em que estamos inseridos. Para Mucchielli (1979), a autoridade pode ser encarada como uma relação de dependência. Segundo este autor: “visto de outro ângulo, do ângulo dos que lhe são submetidos, a relação de autoridade seria essencialmente uma relação de dependência, porque ela, a autoridade, é a negação de sua autonomia” (MUCCHIELLI, 1979, p.16). Ainda para o autor:

Ser dependente é estar espontaneamente submisso (ou ser obrigado a submeter-se) a um outro, para a satisfação das necessidades e expectativas pessoais; tudo depende, assim, desse Outro, seja a segurança, a consideração social, a realização dos objetivos pessoais, a própria realização, a felicidade existencial. Esta dependência, ausência ou perda de autonomia é constrangedora e frustradora em si mesma, pois é privação de liberdade; ela é também fonte de outras frustrações, já que o Outro é livre para não dar, não satisfazer; o ser dependente está em estado de busca permanente e ansiosa (MUCCHIELLI, 1979, p.17).

Além de que, a autoridade abriga uma oposição, e tem dois lados, o daqueles que se sentem oprimidos (dominados) e daqueles que são os opressores (dominantes ou dominadores). Desta forma, para dar conta deste complexo fenômeno que é o da autoridade do professor e seu declínio na contemporaneidade, e trazendo o mesmo para o contexto de sua crise, procuramos encontrar os motivos para o seu declínio na sociedade contemporânea. Para tal, discorreremos no próximo tópico a respeito de seu declínio.

#### **2.4 A crise da autoridade e a educação**

Para falarmos a respeito da crise da autoridade, recorreremos à filósofa alemã Hannah Arendt (2014) e ao filósofo francês Alain Renaut (2004), que trouxeram importantes contribuições a esta temática, remetendo a recuperação das origens da autoridade como condição para elucidar as causas de seu declínio. Neste sentido, segundo Arendt (2014), referindo-se à crise da educação, da autoridade, e de suas origens:

O sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos, e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida obviamente tanto por necessidades naturais, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo pré-estabelecido no qual nasceram como estrangeiros (ARENDR, 2014, p.128).

Posto que, para a autora, tanto a crise da educação quanto da autoridade, advém de crises mais profundas, como a da política e a da tradição, limitadas aos percalços e bloqueios em construir uma ação voltada para a emancipação. Em contrapartida, é interessante destacar que, um dos problemas da autoridade, reside no autoritarismo, que é a negação da autoridade pela coisificação e domesticação do outro. Segundo Arendt (2014, p. 161):

Sempre que o modelo de educação através da autoridade, sem essa convicção fundamental, foi proposto ao reino da política (e isso sucedeu não poucas vezes, sendo ainda um esteio da argumentação conservadora), serviu basicamente para obscurecer pretensões reais ou ambicionadas ao poder, e fingiu querer educar quando na realidade tinha em mente dominar.

Considerando-se as palavras da autora, a autoridade do professor, pode relacionar-se, às experiências envolvidas no processo de negação do reconhecimento e ao exercício

do poder, principalmente, quando a autora fala nela a partir do viés político, porém, estas formas de exercer o poder e o significado a elas dado muda, conforme o contexto e as metamorfoses sociais. Arendt (2014), assinala, outras duas crises, que estão intimamente ligadas ao declínio da autoridade, que são, respectivamente, a crise da religião e da tradição. A autora, chama a atenção, para o fato de que, no mundo moderno, a perda da tradição não está necessariamente relacionada à perda do passado, argumentando que, passado e tradição não são a mesma coisa. Ela faz uma separação entre aqueles que se identificam com a tradição daqueles que creem nos progressos. Quando perdemos a tradição cultural, nos desapegamos, e conseqüentemente, nos afastamos daquilo que nos conduziu ao passado, sendo que:

A perda inegável da tradição no mundo moderno não acarreta absolutamente uma perda do passado, pois tradição e passado não são a mesma coisa, como os que acreditam na tradição, de um lado, e os que acreditam no progresso, de outro, nos teriam feito crer-pelo que não faz muita diferença que os primeiros deplorem esse estado de coisas e os últimos entendam-lhes suas congratulações (ARENDR, 2014, p. 130).

Uma tradição que se mostra firmemente ancorada pode perder sua firmeza, e quando isso ocorre, podemos ter certeza de que:

Toda dimensão do passado foi também posta em perigo. Estamos ameaçados de esquecimento, e dos que se poderiam perder – significaria que, humanamente falando, nos teriam privado de uma dimensão, a dimensão de profundidade na existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação (ARENDR, 2014, p. 130).

Para explicar e compreender melhor porque ocorre a crise no contexto educacional, a autora tece uma comparação entre tradição religião. Segundo Arendt (2014), a perda da religião ocorre, quando deixamos de ter crenças no poder da mesma, enfraquecendo-se também as instituições religiosas. Na ótica da filósofa:

Somente a crença, mas não a fé, possui uma inerente afinidade com a dúvida, e é constantemente exposta a ela. Mas quem pode negar que também a fé, protegida pela religião, suas crenças e dogmas, foi gravemente ameaçada pelo que é na realidade uma crise da religião institucionalizada? (ARENDR, 2014, p. 131).

A autora aprofunda esse questionamento, comparando então a perda da autoridade com a perda da religião, dizendo que:

Algumas especificações similares parecem-me necessárias a respeito da moderna perda da autoridade. A autoridade, assentando-se sobre um alicerce no passado, como sua inabalada pedra angular, deu ao mundo a permanência e a durabilidade de que os seres humanos necessitam precisamente por serem mortais - os mais instáveis e fúteis seres de que temos conhecimento (ARENDR, 2014, p. 131).

Esta perda de autoridade, pode ser comparada, a perda da segurança, no sentido de que, quando ocorre a perda da segurança no mundo, abala-se, também, a autoridade. Esta ideia, é semelhante a concepção de Richard Sennett (2014), autor que também associa a autoridade com o medo. Neste sentido, Arendt (2014), atenta para o fato de que, a perda da autoridade reside no enfraquecimento da tríade romana: tradição, religião e autoridade, sendo que, dentre estes três elementos centrais na obra da filósofa, o que permaneceu com mais firmeza, ou o mais estável, foi a autoridade. Nas palavras da autora:

Com a perda da autoridade, contudo, a dúvida geral da época moderna invadiu também o domínio político, no qual as coisas assumem não apenas uma expressão mais radical como se tornam investidas de uma realidade peculiar ao domínio político. O que fora talvez até hoje de significação espiritual apenas para uns poucos se tornou preocupação geral. Somente agora, por assim dizer após o fato, a perda da tradição e da religião se tornaram acontecimentos políticos de primeira ordem (ARENDR, 2014, p. 130).

A autoridade, segundo a filósofa, fundamenta-se no passado, e uma vez que ela se perde, se esfacelam os alicerces da tradição em que se assentam as relações sociais, familiares e educacionais, que compõem a sociedade, despertando, nos seres humanos, a sensação de estar sem chão, provocando o caos e a insegurança nos mais diversos setores da esfera social. Para Lobrot (1997, p.13):

Ter autoridade seria, parece ser respeitado, o que permite aludir o problema desses milhões de pessoas que não são necessariamente nem respeitadas nem estimadas, que esmagam seus semelhantes, os coagem, decidem em seu lugar, regulam sua vida e seu destino e possuem verdadeiramente essa autoridade da qual não se quer falar.

Para este autor, a autoridade relaciona-se ao respeito e a estima. A autoridade, está presente em todas as esferas e relações sociais, podendo ser estudada sob vários enfoques, sendo que na escola, ela ocorre em muitas instâncias, principalmente nas relações entre estudantes e professores, ou entre pais e filhos (alunos), ou pais e professores. Neste sentido, para Renaut (2004, p.18):

Da autoridade política a autoridade pedagógica passando pela autoridade do juiz ou ainda pela do médico, as relações de autoridade podem bem, é certo, ser acompanhadas hoje em dia ainda de algumas sobrevivências saídas do modo tradicional de dominação, ou tomar de empréstimo, entre os que entre nós têm gosto ou talento para isso, tal ou tal aspecto do modelo carismático. Pelo menos é patente que se, no quadro dessas relações, toda a capacidade falha em fornecer uma resposta à questão do ou dos critérios que permitem diferenciar a autoridade legítima da autoridade ilegítima, não se poderia tratar aí senão de expedientes destinados, como tais, a encontrar-se laminados pelo espírito de um tempo que, Hegel percebeu-o magistralmente, “exige que o que cada um aceita lhe apareça como algo de justificado”

Questionando-se a respeito da crise atual da autoridade, Renaut (2004, p.18) assim se expressa:

Como é que, aqui, a lógica da modernização, que conduz à promoção das formas contratuais ou “legais” da dominação, encontra as suas modalidades de aplicação, num processo de modernização da própria família? A questão é também válida, evidentemente, para a escola: até que ponto se pode ambicionar praticar aqui uma transposição do modelo contratual, e será que tal transposição pode conservar no poder do mestre uma forma real de “autoridade”?

Segundo o autor, ocorrem, no mundo atual, diversas modificações na estrutura familiar, escolar, e em muitas instâncias da sociedade, provocando assim, uma reconfiguração nas relações de poder. Para Renaut (2004,) existe uma espécie de deslocamento da autoridade. Segundo este autor, este deslocamento é um dos grandes fenômenos que assolam cada vez mais as relações familiares, sociais e educativas, tornando a convivência, tanto no âmbito público (esfera social) quanto no privado (casa, lar), cada vez mais difíceis. Alain Renaut (2004), volta a sua análise, em relação a crise da autoridade, expressando seu pensamento, através do termo cunhado por ele, de uma “recomposição da autoridade”, sendo que, em sua percepção: “é incontestavelmente a educação que, nos seus dois registros (o da escola e o da família), encontra atualmente de forma mais marcante os dados desse problema a era democrática” (RENAUT, 2004, p.103). Na mesma esteira, para Arendt (2014), ocorre a crise da tradição, sendo que, em sua concepção, existe uma: “lacuna entre o passado e o futuro - a crise profunda do mundo contemporâneo-que se traduz no campo intelectual, pelo esfacelamento da tradição” (ARENDR, 2014, p.10). Segundo a autora:

Os padrões morais e as categorias que compunham a continuidade histórica da tradição ocidental se tornaram inadequados não só para fornecerem regras para a ação-problema clássico colocado por Platão - ou para entenderem a realidade histórica e os acontecimentos que criaram o mundo moderno - que foi a proposta hegeliana - mas, também, para inserirem as perguntas relevantes no quadro de

referência da perplexidade contemporânea. Em outras palavras, o esfacelamento da tradição implicou na perda da sabedoria (ARENDDT, 2014, p.10-11).

Tanto as análises propostas por Arendt (2014), quanto as elaboradas por Renaut (2004), que inclusive se inspira na filósofa alemã, concordam com o fato de que, a crise atual que existe na educação, é o reflexo de uma crise dos modelos tradicionais. Os modelos propostos pela escola, já não estão mais de acordo com o contexto da sociedade atual. Os modelos tradicionais de família se modificam gradativamente, não existindo, muitas vezes, o exemplo de uma família propriamente considerada padrão, e nem mesmo o pai como o núcleo central da família, ou como o modelo de autoridade a ser seguido, como já ocorreu em outras épocas. As relações sociais e os valores presentes nas sociedades, são ressignificados constantemente. O que em um determinado momento era valorizado, admirado, respeitado, em outro pode não ter o mesmo significado, ou valor, ou até mesmo não ter valor algum para uma determinada sociedade, ou em um determinado contexto social. Neste sentido, para Renaut (2004, p.103-104):

A modernização das relações entre indivíduos, as fez aparecer como relações de igual para igual, trouxe com efeito sucessivamente, umas atrás das outras, as principais barreiras perante as quais tinha durante muito tempo tentado não se desmoronar ou perante as quais tinha pelo menos aceitado abrandar a sua marcha. As da pertença a “ordens”, como na sociedade no Antigo Regime, foram as primeiras a ceder, com a abolição revolucionária dos privilégios. As da pertença étnica, depois da pertença a um sexo ou a um gênero, foram por sua vez mais ou menos completamente, também elas ultrapassadas.

Para o filósofo francês, assim como para a filósofa alemã, as figuras de autoridade acabaram ficando enfraquecidas, o que contribuiu para a diminuição da importância de seguir e manter os modelos da tradição, que justamente por passarem de pai para filho, sustentavam-se e perpetuavam-se, ficando consolidados. As principais figuras de autoridade, tais como as do pai, do professor, do religioso, foram ficando sem força, abatidas, abaladas, tendo o seu poder e sua legitimidade destituídos ou enfraquecidos, sendo até mesmo arruinadas ou destruídas na sociedade contemporânea. Nesta senda, o filósofo Renaut (2004), propõe mais um questionamento, assim provocando o leitor: “se é crise que temos aqui, podemos tratar de deter através de uma pura e simples reativação das figuras de autoridade educativa que se encontram assim em dificuldades? (RENAUT, 2004, p.104). Prossegue o autor questionando-se:

Ou não seremos antes convidados pela própria radicalidade desta crise e pelo poder da lógica em que ela se inscreve, a procurar noutros locais que não num qualquer retrocesso, por si próprio fortemente hipotético, sobre as formas antigas de autoridade, se não uma saída para a crise, pelo menos um

melhor domínio da desestabilização que ela introduziu nas práticas da educação? (RENAUT, 2004, p. 104).

Na busca por respostas a estas questões, Renault (2004), novamente inspirando-se em Arendt (2014), enxerga um dos pontos cruciais as questões da dinâmica de igualdade pregadas pela democracia. Para ele:

A crise parecia-lhe, na forma que assumia então nos Estados Unidos, inseparável do “caráter político” de um “país, que, por si próprio, se bate para igualizar e apagar, tanto quanto possível, a diferença entre jovens e velhos, dotados e não dotados, isto é finalmente entre crianças e adultos, e em particular, entre professores e alunos (RENAUT, 2004, p.104).

A questão debatida por Renault (2004), faz com que sejamos convidados a refletir sobre o seguinte ponto: a democracia prega a igualdade entre os seres, mas como podemos manter a autoridade tentando igualar adultos e crianças, professores e alunos, sendo que, na verdade, existe claramente uma relação de hierarquia e de superioridade entre eles? Uma relação vertical, como diz Arendt (2014)? Destacando ainda que, esta relação, é necessária para que seja mantida a ordem. Estas tentativas de tornar todos iguais, em especial adultos e crianças, acabam por diminuir as relações de poder existentes na autoridade dos pais sobre os filhos e dos professores sobre os seus discípulos, e é justamente na desigualdade, como diria Sennett (2014), que se fundam as relações de autoridade, lembrando que, para este autor: “a autoridade é uma ligação entre pessoas desiguais” (SENNETT, 2014, p. 22). Nesta esteira, para Renault (2004), falando sobre as relações de igualdade:

Os progressos da igualdade estavam aí, a seus olhos em vias de induzir um “nivelamento” que operava “às custas da autoridade do professor em detrimento dos alunos mais dotados” apagando cada vez mais a diferença, tanto entre professores e alunos, entre pais e filhos e entre os alunos ou as próprias crianças. Constatação que, na sua época e à sua maneira (mais matizada), um observador tão avisado como Tocqueville já tinha realizado: numa sociedade democrática, que tem como adquirido que os seres humanos são iguais, todo o surgimento ou toda a afirmação de uma dissemelhança suscita inveja, até mesmo hostilidade, de qualquer maneira cria problemas, tanto entre adultos e não adultos como entre os próprios adultos (RENAUT, 2004, p.104-105).

Prossegue o autor, com mais indagações:

Deixemos de lado esta aversão democrática a tudo o que pode ainda vir, mesmo que de forma íntima e por vezes apenas fantasiosa, distinguir seres proclamados como iguais, e limitemo-nos ao problema de princípio: como conceber e sobretudo praticar a relação educativa numa cultura atravessada a esse ponto por uma

dinâmica de igualização que faz aparecer o outro, toda a espécie de “outro”, como um outro eu, logo como um igual? (RENAUT, 2004, p.105).

Esta questão, é respondida por Renaut (2004), novamente, inspirando-se e concordando com Arendt (2014), fazendo uma reflexão do que ocorre no contexto da crise da educação, reconhecendo que, esta crise, advém de uma crise política e trata-se de uma crise estrutural, que ocorre, no interior das sociedades democráticas. Nesta senda, nas palavras de Arendt (2014, p. 221):

A crise geral que acometeu o mundo moderno em toda parte e em toda esfera da vida se manifesta diversamente em cada país, envolvendo áreas e assumindo formas diversas. Na América, um de seus aspectos mais característicos e sugestivos é a crise periódica na educação, que se tornou, no transcurso da última década pelo menos, um problema político de primeira grandeza, aparecendo quase diariamente no noticiário jornalístico.

Ademais, a crise da educação, caracterizada pela crise da autoridade do professor, perpassa pela crise da escola e pela crise dos modelos tradicionais, dizendo respeito, a crise da tradição e a crise política, que se instauraram na sociedade. O que permanece igual, não acompanha as inovações e transformações que ocorrem na sociedade, tornando-se algo ultrapassado, obsoleto, sendo, conseqüentemente, considerado desvalorizado, portanto, não mais como um modelo a ser seguido. Acaba havendo a necessidade de serem reinventados e ressignificados, para que voltem a ser atraentes, valorizados, respeitados e exemplos a serem seguidos. Isso ocorre com a educação e com a autoridade. Na mesma esteira, Renaut (2004), traz à tona, outras relações que se modificam na sociedade e que contribuem significativamente para a crise da autoridade do professor, crise da autoridade familiar e crise da escola. Em suas palavras:

Eu não tenho, pela minha parte, nenhuma reticência em concordar que existe uma relação estreita entre as dificuldades actualmente tão presentes no registro da educação e o processo de emancipação ou, como me aconteceu designá-lo, de “libertação” da infância que se exprimiu, durante a segunda metade do século XX, através da promoção do tema dos “direitos da criança” (RENAUT, 2004, p.105).

Desta forma, percebemos que, existe a constituição de um contexto, que privilegia o aspecto infantil ou da infância, e que acaba, por dotar-se de autonomia, no que tange aos pequenos seres, e que vai contribuindo, para que a criança acabe por emancipar-se do adulto, sendo que, o adulto, acaba por sofrer um declínio no que tange as relações de poder e de autoridade que ele tem em relação as crianças. Ou seja, o que ocorre, é o visível declínio da autoridade dos pais em relação aos filhos, e dos professores em relação

aos alunos, agravando a crise da autoridade e da educação que se instaurou em boa parte das sociedades democráticas. Neste sentido, Renaut (2004, p.105), questiona-se novamente:

Nessa medida, como é que a autonomização da infância, consideradamente mais altamente, poderia aparecer-nos como um flagelo? Não concordaríamos que ela também tem alguma coisa a ver com o reconhecimento da própria criança (enquanto indivíduo) como não sendo um objeto nem um animal, mas sim uma espécie de “sujeito”? Pelo que entendemos, não certamente um “sujeitado”, mas antes uma figura desta subjetividade, desta capacidade de ser o autor das suas ideias e dos seus atos que nós, modernos, identificamos em geral a consciência e as responsabilidades humanas. Nesse caso, perante esta dimensão de subjetividade, que aprendemos a reconhecer na criança, o respeito de uma esfera de liberdade ou de autonomia que lhe caberia, diferentemente do animal, poderia ser totalmente desprovida de sentido?

Este tipo de análise, acaba por reconhecer, que a criança é um ser humano, que deve ser dotada de vontades e de liberdades individuais, mas estas dimensões subjetivas, acabam por proporcionar, por outro lado, a diminuição do poder dos adultos sobre elas. É possível limitar esta suposta emancipação das crianças, deixando claro, que ela ter limites, significa, que a sua liberdade deve terminar onde começa a do outro indivíduo, como acontece com os seres que atuam e convivem em sociedade. As palavras de Renaut (2004) e de Arendt (2014), elencadas nesta discussão teórica, estão de acordo, com o que vem ocorrendo na sociedade atual, a respeito da crise da autoridade do professor e da educação num contexto mundial. Como bem elucidaram os autores acima, a crise da autoridade é uma crise política, uma crise da tradição e está sendo agravada pela diminuição dos poderes dos professores em sala de aula e dos pais em casa e em sociedade. A este respeito, para Renault (2004, p.106):

Como são tão frequentemente sedutoras as análises “hipercríticas”, até mesmo “catastrofistas”, que procuram demonstrar que o que se parecia com uma emancipação escondia na verdade uma nova forma de tirania ou de despotismo. Mesmo sendo sedutora, a radicalização do assunto poderia bem, todavia, ter como reverso da medalha uma apreensão simplista daquilo que devíamos talvez, antes de eventualmente de o denunciar, primeiro o compreender.

Ainda para o autor:

Teremos, com efeito, compreendido suficientemente o que se passa hoje, em matéria de educação, quando montamos esse elegante paradoxo segundo o qual, para se ter gradualmente “libertado da autoridade dos adultos”, a criança contemporânea definitivamente, não “libertada, mas submetida a uma autoridade muito mais assustadora e verdadeiramente tirânica?” (RENAUT, 2004, p.106).

Neste sentido, o professor deveria ser uma figura de autoridade e ser respeitado como tal (pelo menos algum dia já foi), mas na sociedade contemporânea, ele está cada vez ficando com a sua autoridade e com o seu poder de persuasão e de legitimidade maus enfraquecidos. Como as pessoas não o respeitam, as crianças e adolescentes acabam não o respeitando também, postura que vai contribuindo para esta crise de poder e de autoridade que assolam a sociedade contemporânea. Em contrapartida, as crianças ganham cada vez mais, força, liberdade e poder. Na concepção de Renaut (2004, p. 107):

Para pretender que o reconhecimento da criança como um ser livre, portador de direitos, conduziu de facto a um sistema de encerramento ou de exclusão pior ainda do que o que existia anteriormente, estamos a atribuir extravagantes idealizações ao que tinha sido anteriormente os dispositivos sociais e culturais respeitantes aos pequenos homens. Correlativamente, a representação da história da infância induzida pelas análises deste estilo simplifica até ao inaceitável o que se alcançou desde há três ou quatro séculos: a complexidade desta longa sequência é assim absorvida com bastante desenvoltura sob a ideia de uma catástrofe moderna, identificada com a perda de uma relação entre adultos e crianças que se pressupõe “natural”. Em nome desse “absoluto” perdido, como é que tudo o sucedeu ao pecado original da modernidade (ter subvertido a “natureza”) não haveria de se encontrar atribuído ao que o processo da modernização, por outro lado, pôde ter de “destruidor”?

A partir das palavras do autor, fica evidenciado que, a educação que deveria estar vindo de casa não está. As famílias, independente dos arranjos familiares da atualidade, têm se mostrado omissas com seus filhos, e até mesmo submissas a eles, contribuindo, para a falta de educação e de respeito vivenciadas, atualmente, nas escolas e dentro de casa, o que culmina com a crise da autoridade do professor, da família e da educação de um modo geral. As figuras de autoridade, estão enfraquecidas, uma vez que, de acordo com a visão dos autores Arendt (2014) e Renaut (2004), o que postula o declínio da autoridade familiar e do professor, é a tentativa de igualar adultos e crianças, ou seja, tentar transformar relações que antes eram verticais em horizontais, demonstrando, uma total urgência de que sejam reinventadas novas formas de exercício de poder e autoridade. Segundo seus estudos, a crise da educação que se instaurou na sociedade já há algum tempo, demonstra que tanto os pais quanto os professores (que no passado eram tratados como autoridades), ou seja, como as “figuras de autoridade” expostas por Sennett (2014) e Renaut (2004), agora são, desrespeitados, desvalorizados e deslegitimados. Não são mais modelos a serem seguidos.

Para Renaut (2004), existe uma relação que já não é mais vertical de poder, ou seja, na sociedade contemporânea, tentamos igualar as relações existentes entre pais e

filhos, e é isso que torna mais difícil que se estabeleça o respeito e a legitimidade, pois as relações de autoridade, fundam-se na verticalidade e na ideia de experiência, sendo, uma das bases, pelas quais o respeito se estabelece, ou ao menos deveria se estabelecer. Pais e filhos passam a estar lado a lado ao invés de um estar em uma posição superior e o outro ocupando uma posição de inferioridade na hierarquia das relações de autoridade e de poder, na atualidade. Ele compara também as relações entre pais e filhos, professores e alunos, com a luta pela igualdade de gênero das mulheres em relação aos homens. Na visão do filósofo:

Este paralelismo admite, todavia, um limite, cuja indicação chega para mostrar por que razão a educação tem no seu cume de dificuldade os paradoxos da identidade democrática. Por razões claras, o processo de igualização não podia efetivamente, no registro educativo, cumprir-se do mesmo modo que no domínio das relações entre os gêneros. De facto, o estabelecimento pelo direito de um idealizador das condições tão poderoso como foi para as mulheres o acesso, mesmo tardio, ao direito de sufrágio não era e não é de considerar no domínio da relação com a infância (RENAUT, 2004, p.108).

Ainda na sua concepção:

Instauramos com a criança, na escola, como em família, relações que, de facto, se desenvolvem cada vez mais na base da igualdade (por exemplo proibindo-nos o recurso aos meios “autoritários” de dominação que constituíam ainda há pouco os castigos corporais) (RENAUT, 2004, p.108).

Portanto, a família (independentemente do tipo que for) acaba falhando na tarefa de dar a educação e ensinar o respeito ao próximo para seus filhos, o que vai se refletir, também, nas questões educativas, referentes à relação com o professor, contribuindo, para a crise que acomete a educação na sociedade brasileira contemporânea. A igualdade, acaba mostrando-se prejudicial ao relacionamento das crianças com a sociedade, e no seio de sua família. Portanto, exercer a autoridade e mostrar os limites, faz-se necessário, porém, sem, contudo, tornar-se autoritário ou déspota, perpassando, tanto pelo ambiente familiar, como pelo âmbito escolar, e pela sociedade como um todo. Neste aspecto, alguns autores atentam para as questões de mudanças na estrutura familiar, o que vem ocasionando o declínio da autoridade paterna. Discorreremos a este respeito no próximo tópico.

## 2.5 A crise da autoridade familiar

Neste tópico, refletiremos, sobre as mudanças ocorridas na estrutura familiar e na imagem social do pai, ocorridas na sociedade contemporânea, e que, atualmente, encontra-se em declínio e muitas vezes até mesmo inexistente. Para melhor compreendermos este fenômeno, que está ocorrendo na sociedade contemporânea, faremos uma incursão na história da paternidade.

Iniciando, podemos dizer que, para o psicanalista e filósofo Philippe Julien (1997, p.13): “Dentre os traços que definem a modernidade, um dos mais seguros e mais constantes é esse: “o declínio da imagem social do pai”. Segundo este autor, as mudanças ocorridas na estrutura familiar da sociedade, contribuíram para o declínio da autoridade familiar e da autoridade paterna, visto que, a segunda, faz parte das figuras de autoridade, tidas como exemplos de respeito e liderança, que estavam instituídas e legitimadas como tais pela sociedade, e que, agora, encontram-se em declínio, ou até mesmo inexistentes.

Um exemplo disto, é o “pater família”. Analogamente, o declínio da autoridade paterna, pode ajudar a compreender, também, a crise da autoridade docente que a educação e a sociedade contemporânea enfrentam atualmente. Iniciando a discussão sobre o declínio da paternidade na sociedade contemporânea, Julien (1997, p.13) indaga-se e afirma:

Mas em relação a que se pode falar de declínio? Com relação à definição tradicional da paternidade, à definição mais comum, mais difundida, mais certa, malgrado a diversidade das culturas. Pelo nome do pai, *pater*, designa-se originariamente uma paternidade ao mesmo tempo política e religiosa, e não é senão por via de *consequência* que ela concerne à família (JULIEN, 1997, p.13).

Na visão deste autor, o pai pode ser considerado como um indivíduo provido de autoridade, e essa autoridade, pode ser comparada a de um político e/ou a de um religioso. O político, exerce o poder de governo, de chefia, é um guia, um líder, possui reconhecimento e legitimidade por parte do povo. Os religiosos, também exercem uma forma semelhante de liderança, pois, são pessoas que, são vistas, por seus devotos, como modelos a serem seguidos, sendo louvados, venerados, admirados, possuindo carisma, tendo status, poder e legitimidade pela posição que ocupam e que lhes é conferida pela sociedade (WEBER, 2003; SENNETT, 2014). Neste sentido, Julien (1997), discorrendo a respeito da paternidade, diz que:

Efetivamente, é pai aquele que tem autoridade de senhor político e religioso. Como diz Émile Benveniste, definindo a autoridade: “É autor aquele que promove, que é o primeiro a produzir uma atividade qualquer, aquele que funda, aquele que garante”. Eis por que “toda palavra pronunciada com autoridade determina uma mudança no mundo, cria alguma coisa”. Está aí “o poder que dá existência a uma lei” (JULIEN, 1997, p.13).

Portanto, a paternidade pode ser responsável, por inaugurar, tanto a sociedade política, quanto a religiosa, abrangendo ainda, a familiar. O adjetivo *patrius*, refere-se ao pai, no sentido, de parentesco classificatório, e não ao pai físico, sendo que, segundo o autor: “desse modo, a *pátria potestas*, a potência paterna, é a do senhor que, por sua autoridade, engendra uma linhagem do tipo classificatório, aquela que porta seu nome próprio” (JULIEN, 1997, p.13).

Buscando exemplificar, o autor cita as cidades romanas, nas quais existiam, o imperador, que era o “*pater patrie*”, traduzido por “pai da pátria”; os senadores (*patres*); os patrícios (*patrici*) que incorporam a paternidade, instaurando, uma espécie de liame social, o qual, era fundado, não necessariamente sobre a palavra dita paterna (*sermo patrius*). Da mesma maneira se falará dos: “Padres da Igreja, ou, nos Estados Unidos, dos pais fundadores” (JULIEN, 1997, p14). Todos os cidadãos citados, integravam o grupo de figuras imbuídas de poder e de autoridade. Utilizava-se a respectiva nomenclatura, também, no plano profissional, através do termo “patrão”, que significa (*patronus*), sendo que, o patrão é, “o senhor que funda uma sociedade econômica” (JULIEN, 1997, p.14). Foi a partir dos exemplos citados acima, que o pai se torno um dia o pai da família, ou seja, o *pater famílias*. Nas palavras do autor:

Ele é o *dominus*, o senhor da casa (*domus*). E, para isso, constitui-se ele mesmo como pai de tal criança, de acordo com uma paternidade que não pode ser senão voluntária. Ela se significa, com efeito, pelo ato de adotar uma criança, dizendo publicamente: “Tu és meu filho, tu és minha filha”, ou, inversamente: “Tu não és (ou tu não é mais) meu filho, minha filha!” (JULIEN, 1997, p.14).

Ademais, o pai será considerado, como aquele que vai se auto engendrar como tal, conforme sua boa vontade. Ele será capaz de se declarar pelo dom do nome, que será transmitido à criança, e que, devemos salientar, nasce do corpo de uma mulher.

Na concepção de Julien (1997, p.14-15):

Pode fazê-lo em virtude de uma nomeação prévia, aquela pela qual ele declarou publicamente que tal mulher é sua mulher, de modo que ele possa instituir-se pai, de acordo com a linguagem cuja honra do nome ele perpetuará. Perpetuá-lo-á durante toda a sua vida, mantendo seu poder sobre os filhos e as filhas, como por exemplo ao decidir sobre seus casamentos a honra do nome está aí em jogo”.

Ainda na visão do autor: “Ora, esta figura tradicional da paternidade, nós a chamamos hoje de patriarcado, para sublinhar o declínio dela em nossas sociedades, tocadas pela modernidade científica, leiga e democrática” (JULIEN, 1997, p.15). Neste âmbito, à primeira vista, o fato que vai originar o declínio da paternidade é de origem religiosa. Conseqüentemente, ele vai repercutir, também, nas esferas política e familiar, sendo que, este, já havia perdido o apoio religioso anterior. A imagem da paternidade, referir-se-á, em primeiro lugar, a Deus enquanto pai; exemplificando, com as palavras de Aristóteles, dizendo que: “Homero tem razão ao invocar, como pai dos homens e dos deuses, Zeus que é o rei de todos estes seres”. (JULIEN, 1997, p.15). Deste modo, esta imagem acaba sendo posta em questão por um acontecimento que surge, qual seja: o da revelação histórica do judaico-cristianismo, sendo que:

Deus se faz homem; nasce de uma mulher e submete-se aos acasos da nossa história, às decisões dos homens, até mesmo àquela de dever morrer aos trinta e três anos, numa cruz de condenado. Deus se despoja totalmente dos traços do pai antigo: força, onipotência, vontade absoluta, autoridade sem limite. Seguindo as palavras de São Paulo, em Cristo-Jesus, Deus “se esvaziou ele mesmo, tomando a condição de escravo, e fazendo-se semelhante aos homens” (JULIEN, 1997, p.16).

Com o objetivo de possibilitar aos homens, ficar de luto pela relação dominação/submissão, sendo o que regula a relação paternidade /filiação, observa-se que, em Cristo-Jesus, Deus morre a partir da imagem da divindade, a qual é promovida pelas religiões pagãs. Em contrapartida, já a Abraão, que estava, “prestes a sacrificar seu filho Isaac à imagem daquele Deus, foi respondido: não. Com Jesus, mais radicalmente, o Pai não é mais aquele que reclamaria uma vítima expiatória, uma vítima que se sacrificaria no lugar dos homens, e por eles” (JULIEN, 1997, p.15). Ao contrário, através da figura de Jesus, Deus acaba por mostrar-se privado de todos os traços que os homens reivindicam num Pai onipotente, sendo que, isso ocorre, devido ao fato de que, tinham em vista, uma nova transmissão sobre a verdade do engendramento. Para Julien (1997, p.16): “Esta verdade é inaudita, insuportável mesmo. Eis porque as conseqüências políticas e familiares sobre a noção de autoridade só muito lentamente se mostrarão”. Segundo o autor:

Não foi senão muito lentamente que esta mensagem religiosa pôde abalar a autoridade paterna das nossas sociedades, pela qual o casamento é, segundo a lei das trocas um dom e um contra-dom entre dois pais. Um doa sua filha e o outro doa o seu filho, com vistas a uma nova família (JULIEN, 1997, p.16-17).

Posto que, para o autor: “efetivamente, a transmissão do patrimônio não se pode fazer senão por aqueles que dele são os depositários, isto é, os pais” (JULIEN, 1997, p.17). Complementando:

Como claramente escreve George Duby, a propósito da França carolíngia: “Era prerrogativa de responsável pela honra de cada entidade familiar a condução das negociações [...]. Palavras eram trocadas. Elas engajavam pessoalmente o homem e a mulher, que se decidiria unir, mas principalmente os homens que detinham, sobre cada um deles, o poder”. Tal é, com efeito, o dever dos pais, mesmo em face de suas filhas, “para guardar-se da desonra da qual elas corriam o risco de ser a causa”; com isso, a mulher é considerada bem frágil (JULIEN, 1997, p.17).

Este costume, era extremamente forte, sendo transmitido através do direito romano, o qual tinha origem pagã. Em virtude disso, aos poucos, a Igreja, depois de tê-lo respeitado, passou a contestar esta autoridade dos pais, introduzindo uma outra lei, que considerava que, era unicamente através do consentimento entre os esposos que o casamento se consolidava. Destarte, os interesses das linhagens pelos assuntos que se referiam aos dotes ou ao dinheiro, não eram importantes. Do século XII em diante, os teólogos e os canonistas passaram a pregar que, o consentimento do pai, não estava sendo requerido, sendo que, a partir do IV Concílio de Latrão (1563), a Igreja passou a condenar os “romanistas”, que afirmavam de forma equivocada que os casamentos contratados pelos filhos-de-família, sem ser aprovados pelos pais, eram considerados nulos.

Neste sentido, para Julien (1997, p.18):

É assim que a mensagem evangélica sobre a Kenosis de Deus traz frutos, dando nascimento a uma nova conjugalidade no discurso público. A Igreja destrona o poder paterno herdado da sociedade romana. Mas isto não é tudo, pois o que a Igreja dá com uma das mãos não retira com a outra?

O questionamento levantado pelo autor, emerge, quando o poder paterno começa a ser posto em causa. A partir do concílio de Verona (1084), os papas passam a aceitar o casamento entre os sete sacramentos, e Julien (1997, p.18) questiona-se novamente: “Mas então, o padre não é o ministro como para os seis outros?” Deste modo, o poder do pai de família irá substituir o poder de um outro “pai”, qual seja, o cura da paróquia, provocando uma “passagem de poder entre pais”, e ampliando o debate da questão, a qual antes era tratada apenas por padres e bispos (JULIEN, 1997, p.18).

Contudo, a partir do século XV, emerge a necessidade de encontrar uma resposta para a questão de 1439, no concílio de Florença, onde o casamento era considerado como

o sétimo sacramento, e sua causa eficiente se dava através do consentimento mútuo, sendo expressos através das palavras, no presente. Questionando-se, Julien (1997, p.18) diz:

Mas isto não é então favorecer os casamentos clandestinos, isto é, o rapto, o constrangimento e, portanto, uma falta de consentimento da mulher? É por isso que o Concílio de Trento vai impor a presença do padre, como testemunho público de que há verdadeiramente consentimento mútuo. Mas, então não é ele o ministro do sacramento? O debate prosseguirá, até o século XX, sobre a função do padre.

Tentando obter uma resposta, Julien (1997), assevera que, a ambiguidade, se encontra justamente através do ritual no qual o padre diz: “Ego conjugo vos in matrimonium” (Eu vos declaro unidos no matrimônio). O autor segue questionando-se:

Como interpretá-lo? É um constativo ou um performativo? Um atestado do que conclui sacramentalmente a palavra dos esposos, ou, ao contrário, uma palavra sacramental que une os esposos? O código de 1917 confirma a primeira interpretação; mas, então, por que manter o equívoco desta fórmula ritual? (JULIEN. 1997, p.19).

O autor questiona-se novamente: “Não é signo de um mal-estar? Muito exatamente daquele que vem do insuportável disso que a mensagem evangélica introduziu: “o declínio da imagem do pai, quer seja ela divina ou humana, política ou familiar” (JULIEN, 1997, p.19). A partir do momento em que ocorreu a secularização da democracia, o declínio da figura do pai deu-se de outra forma, qual seja, pelo fato de não aludir apenas a autoridade dos pais em relação aos seus filhos, os quais tornam-se legais no dia da maioridade. O declínio, propagou-se, através do deslocamento do poder que o pai exercia para o poder da mãe. Este deslocamento, ocorreu de maneira lenta, sendo que, apenas no fim do século XX, é que ele foi percebido, sendo composto por um triplo poder da sociedade, o qual atua tanto no homem quanto na mulher, favorável a esta, no que tange as relações com as crianças e com os adolescentes. Neste contexto, segundo Ramires (1997, p.13):

A partir da Revolução Industrial, do movimento feminista, da maior participação política, cultural e profissional das mulheres, parece-me que a ordem vigente da distribuição de papéis na família precisa ser revista e os temas da maternidade e paternidade reconsiderados.

Neste âmbito, é possível observar que, a concepção que se tem hoje, século XXI, de família, sofreu diversas mudanças com o passar dos séculos e dos anos, demonstrando indícios de que, tanto os alicerces da cultura quanto da organização social estão sendo abalados. Estas modificações, provocaram uma tendência a pender os laços

de cuidados dos filhos para as mães, sendo que, no que tange aos cuidados presentes na sociedade, eles perpassam os papéis entre os gêneros. Mães e mulheres se apresentam relacionadas ao que existe de:

[...] mais regressivo e primitivo na vida emocional do indivíduo em sua existência social, na satisfação das necessidades mais básicas [...] as figuras de pai e de homem, ao que há de mais evoluído e avançado no desenvolvimento. Sendo em diversos momentos, postas como opção ao desenvolvimento (RAMIRES, 1997, p.14).

Além do mais, para a autora: “A desigualdade entre os gêneros masculino e feminino tem uma relação estreita e é produzida pelo modo como são exercidas a paternidade e a maternidade hoje e sempre” (RAMIRES, 1997, p.14). Na ótica da psicóloga: “a família monogâmica, constituída pelo par homem-mulher coabitando o mesmo espaço físico, resulta de uma lenta evolução que se desdobrou através de estágios diferentes do desenvolvimento da estrutura familiar, não necessariamente contínuos lineares<sup>4</sup> (Ramires,1997, p.15). A psicóloga cita ainda a função da família:

Delegação e exercícios de papéis, a configuração dos papéis de gênero e a própria estrutura psíquica de cada indivíduo que compõe e reproduz o grupo familiar. Atualmente, a família, além de reprodução biológica, é responsável também por sua própria reprodução social através da função ideológica que exerce ao veicular a introjeção por seus membros de valores, papéis e padrões de comportamentos que serão repetidos pelas sucessivas gerações (RAMIRES, 1997, p.19).

As relações estabelecidas entre afeto e poder se unem, ou se uniam no seio da família. O binômio autoridade/ amor, seria concebido através de uma hierarquia sexual e etária entre os membros de cada família, o que possibilitava a existência e o funcionamento da mesma de forma eficaz, através das vivências emocionais (RAMIRES, 1997). Na ótica de Ramires (1997), Reis (1989) aludiu ao fato de que, a família nuclear burguesa, era o símbolo de uma família moderna, uma vez que: “este padrão familiar, originado na burguesia, expandiu-se e foi assumido pelas outras classes sociais (RAMIRES, 1997, p.20). Existia, uma permissão, de que a sexualidade fosse exercida tanto para os homens quanto para as mulheres, bem como para as crianças, sendo que: “A função do homem restringia-se à guerra, e da mulher, á organização da vida social no

---

<sup>4</sup> Poster (1969), inspirado naquilo que ele chama de Teoria Crítica da Família, coloca: “A história da família é hoje conceptualizada como descontínua, não-linear e não-homogênea... a história da família consiste em padrões familiares distintos, cada um deles com sua própria história, cada um deles requerendo o seu próprio conjunto de explicações de origem e mudanças” (p.215-216).

castelo”, sendo que “O lazer era valorizado, ao contrário do trabalho” (RAMIRES, 1997, p. 20).

Desta forma, a criação dos filhos ficava a cargo da atribuição dos criados, e os bebês eram amamentados por amas de leite. Não era dada importância aos cuidados maternos e as relações íntimas existentes entre pais e filhos, pois: “as figuras parentais, enquanto objetos, não tinham destaque na identificação das crianças, ao contrário da linhagem da família” (RAMIRES, 1997, p.20). Faz-se importante dizer que, através da tradição, estipulavam-se as relações entre os membros do castelo, as quais eram estritamente hierarquizadas. Quanto a família camponesa, os índices que se apresentavam de natalidade e de mortalidade infantil se mantinham altos. As famílias nucleares estavam unidas por laços na aldeia, que regiam costumes e tradições.

Porquanto a família não era encarada como um espaço privilegiado, uma vez que os laços emocionais se expandiam para fora dela. Neste sentido:

A função da mulher incluía a criação dos filhos /filhas, feita de forma comunitária e auxiliada por parentes (mulheres mais novas e mais velhas). Porém não era exclusiva, já que a mulher participava no trabalho do campo, e o envolvimento emocional com os filhos/ filhas não era o mesmo da família burguesa (RAMIRES, 1997, p.20-21).

Na segunda metade do século XXI, ocorreram significativas modificações, no que tange a estrutura familiar, visto que, as mulheres passaram a ficar mais em casa com suas proles: “integradas numa rede social composta por mães, filhos, filhas e outros parentes. Os homens dividiam-se entre a fábrica e o bar” (RAMIRES, 1997, p.21). A partir da chegada da família operária, que se dirigia aos subúrbios, no século XX, ocorria uma ruptura entre os laços com a comunidade. A mulher, passava a ficar reclusa no lar, enquanto os homens, começavam a valorizar a domesticidade e a privacidade. A família passava então, a se preocupar mais com a educação das proles, ficando mais conservadora, havendo, “um incremento na autoridade paterna” (RAMIRES, 1997, p.21-22).

A cena descrita, assemelhava-se ao modelo de família burguesa, que nasceu na Europa no início do século XVIII (RAMIRES, 1997). Este modelo, aportava uma espécie de reclusão da família nela mesma, havendo uma clara demarcação entre a casa e o local de trabalho, ou seja, entre as esferas privada e pública. A esfera pública, valorizava os dotes para prosperar nos negócios, quais sejam: autonomia, calculismo e a razão, ao

passo que: “O mundo privado caracterizava-se pela emoção, afetividade, dependência” (RAMIRES, 1997, p.22). Segundo a autora:

Os papéis sexuais, claramente divididos, atribuíam ao homem a função de prover materialmente a família; a mulher, a responsabilidade pelo cuidado da casa e a educação dos filhos/ filhas. A equação homem = espaço público e mulher = espaço privado é tida como a mais natural organização de papéis, consagrando a dependência da mulher ao homem (RAMIRES, 1997, p.22).

As mulheres, passaram a ter a função de criar seus filhos, dispendendo seu tempo em torno deles. Neste contexto, os filhos homens eram educados visando a independência, sendo disciplinados, almejando que fossem bem-sucedidos no mundo dos negócios; ao passo que, as meninas, eram educadas para apresentarem qualidades morais e habilidades nos afazeres domésticos, visando o sucesso na criação de seus futuros filhos. Sendo assim, “a sexualidade passou a ser organizada sob novos padrões assentados sobre uma radical diferenciação entre os papéis sexuais masculino e feminino” (RAMIRES, 1997, p.22).

A sexualidade feminina, fora do casamento, era totalmente proibida, e ficava restrita ao prazer sexual estabelecido, qual seja: a função de procriação. Eram separadas, a sexualidade e a afetividade, no tocante ao casamento burguês. Quanto ao prazer sexual masculino, deveria ser buscado fora de casa, preferencialmente com mulheres que tinham um nível social inferior ao do homem. No que tange a sexualidade infantil, esta era reprimida, sendo que:

As possibilidades de identificação para as crianças, restritas as figuras parentais, em geral a apenas um objeto, que era o progenitor do mesmo sexo. Com o isolamento da família nuclear a criança tinha escassos contatos com outras pessoas, ou nenhum, antes de entrar na escola. A satisfação de suas necessidades afetivas dependia única e exclusivamente dos pais, portanto, submeter-se à sua autoridade era vital para que garantisse amor a esses pais (RAMIRES, 1997, p.23).

Prosseguindo com a concepção da psicóloga:

A relação de poder firmemente estabelecida na família burguesa, do homem em relação à mulher e dos pais em relação filhos /filhas, concretiza nesse espaço privado a histórica relação dominador-dominado da esfera pública e viabiliza sua perpetuação a partir desse âmbito (RAMIRES, 1997, p.23).

Na segunda metade do século, ocorreram diversas modificações, que passaram a ser cada vez mais importantes, no que toca a estrutura familiar vigente. Uma das

mudanças que merece destaque, é a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, concomitante ao movimento feminista, e ao advento dos métodos anticoncepcionais, que propiciaram as mulheres o controle do próprio corpo e também da sua sexualidade, o que configurou-se, na ótica de Ramires (1997, p.23) como: “um processo de mudança irreversível”. Conforme a autora:

A educação voltada para a submissão das mulheres em relação aos homens, desde o início da vida preparava a passagem da estrutura relacional para outros papéis sociais. Pai-filho, professor-aluno, patrão-empregado eis aí a cadeia inevitável de relações de poder baseadas no modelo do papel de filho /filha, profundamente introjetado no psiquismo (RAMIRES, 1997, p.23)

As modificações de papéis elucidadas acima, estão cada vez mais presentes na sociedade atual, atentando para o fato de que, o patriarcado e a supremacia masculina, mostram-se enfraquecidas em seus alicerces, na sociedade contemporânea. Neste sentido, devido às mudanças ocorridas nas funções sociais referentes a paternidade, aos papéis sociais de homens e mulheres e a família enquanto instituição social, no que toca a mulher e seu papel de esposa e de mãe, apresenta-se, na sociedade contemporânea, um novo formato para a maternidade, ocasionando: “uma nova configuração para o exercício da paternidade na família do final do século XX, já que o antigo padrão não mais responde as necessidade e possibilidades dessa família” (RAMIRES, 1997, p.24). Assim, percebemos que, existe um leque de opções nas composições, ou nos arranjos familiares, o que provoca profundas alterações no núcleo da família burguesa, possibilitando novos formatos de família. Estas mudanças, provocam também, uma metamorfose em muitos aspectos da vida social, sendo que:

O número de divórcios, filhos /filhas criados pelo pai ou pela mãe (em geral pelas mães de acordo com os números divulgados), filhos /filhas ditados em famílias reconstruídas (pelos novos casamentos de um ou ambos os pais), compõem os novos arranjos familiares, cada vez mais frequentes em nossa sociedade. Como consequência, esses arranjos não comportam mais a simples reprodução dos antigos modelos para o exercício dos papéis de mãe e de pai (RAMIRES, 1997, p.24-25).

Neste contexto, para Hurstel (1999), estas modificações alteram também as relações de paternidade e maternidade estabelecidas tradicionalmente pela sociedade. Segundo a autora: “a mudança de valores é algo inerente à própria existência humana e dos povos. O segredo é acreditar que sem eles o HOMEM é inviável” (HURSTEL, 1999, p.13).

Ainda na concepção da autora:

Em cada sociedade encontramos um termo, um significante para marcar o lugar simbólico do pai. Em seguida é, “em nome da lei” que cada sociedade designa quem é o pai; isto é, quais homens irão ocupar esse lugar. As funções e os estatutos desses homens são igualmente definidos: em todas as sociedades encontramos três modalidades do exercício da paternidade: a de “genitor”, a de “educador” e “provedor”, a transmissão dos nomes e dos bens (HURSTEL, 1999, p. 70).

As transformações dos papéis sociais de homens e mulheres, em relação a paternidade e a maternidade, apresentadas pelos autores e autoras acima, provocaram também mudanças na forma de se exercer a paternidade/ maternidade e na maneira de legitimar a autoridade, seja no contexto familiar ou no escolar. Estas alterações, refletiram-se fortemente nas relações educativas e na autoridade do professor, a qual esteve diretamente relacionada a autoridade do pai, reconhecendo-se o pai como chefe de família (quando esta posição /função ainda existia e era valorizada e instaurada em nossa sociedade, qual seja: a sociedade ocidental).

Na concepção de Roudinesco (2003), hodiernamente, no que tange ao pater família:

Em 1970, com a supressão da expressão “chefe de família” a própria noção de poder paterno é definitivamente eliminada da lei. Doravante o pai divide com a mãe o poder sobre o filho, e suas antigas prerrogativas, já fortemente abaladas nas décadas recentes, ficam praticamente reduzidas a nada. A família torna-se então “co-parental”, e fala-se, daí em diante em coparentalidade” (ROUDINESCO, 2003, p.104).

Sendo assim, atualmente, o pátrio poder nem sempre é exercido pelo pai, permeando, por muitas variantes e diferentes conceitos e contextos de família; diferente da tradicionalmente instituída em nossa sociedade pretérita. Dando continuidade ao desenvolvimento da presente tese, que versa sobre a autoridade do professor na Educação Básica e seu declínio n sociedade contemporânea retratados pelo portal de notícias clicRBS, no próximo tópico, abordaremos a questão da formação de professores no Brasil, com o intuito de entendermos a história dos docentes, e posteriormente a autoridade do professor e seu declínio na sociedade contemporânea.

## **2.6 Uma breve história da formação de professores no Brasil**

Para que possamos compreender melhor o viés em que se encontra a educação brasileira na sociedade contemporânea, e a situação caótica que os docentes enfrentam

atualmente, não só no Brasil, como também, em alguns países do mundo, consideramos interessante, destacar, como ocorreu historicamente o processo de formação de professores no Brasil (já que esta tese está sendo escrita, defendida e contextualizada aqui), a constituição da identidade docente e a imagem do professor e de sua (des)valorização nos dias de hoje. Para tal, faremos, inicialmente, uma exposição histórica do processo de formação docente no Brasil, desde seu nascimento.

Iniciando, consideramos relevante salientar que, a educação, apresenta-se como uma questão de extrema importância para o desenvolvimento social, cultural e político de uma nação, grupo, povo ou sociedade (FREIRE, 1983, 1996; FERNANDES, 1989; SAVIANI, 1996, 2009, GATTI, 2010). Assim, a educação e a formação de professores, foram consolidadas, por serem elementos primordiais para o progresso social, político e econômico, fazendo parte “da cultura profissional para a pessoa que se destina ao ensino, pois lhe fornece eixos de inteligibilidade, além de referências teóricas, ao mesmo tempo filosóficas, histórico-sociais, psicológicas e pedagógicas” (TARDIF, 2017, p.7). Neste contexto, de acordo com Saviani (2009, p.143-144): “No Brasil a questão do preparo de professores emerge de forma explícita após a Independência, quando se cogita da organização da instrução popular”. Prosseguindo:

A partir daí, examinando-se a questão pedagógica em articulação com as transformações que se processaram na sociedade brasileira ao longo dos últimos dois séculos, podemos distinguir os seguintes períodos na história da formação de professores no Brasil:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).
5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006) (SAVIANI, 2009, p. 143-144).

Estes períodos, foram essenciais para a formação de educadores no Brasil. Paralelamente, é importante destacar que, no ano de 1969, ocorreram intensas reflexões a respeito da formação de professores no contexto brasileiro, tendo como eixo central, a

necessidade de olhar: “sob todos os ângulos, o problema da formação de professores”, reconhecendo que, ela figurou como: “a questão-chave, cuja solução comanda a solução de todas as questões da educação” (MARQUES, 1992, p. 16).

Destarte, encontrou-se a premência da criação de um sistema nacional de educação pública, que viria a ocupar significativo espaço na Assembleia Constituinte de 1823, bem como, na Reabertura do Parlamento em 1826. Uma das prioridades, ancorava-se, na necessidade de realização de debates acerca das metodologias de ensino e dos salários dos professores. No que tange aos salários, tinham como explicações para que eles não fossem aumentados, o fato dos docentes não possuírem erário, sendo que:

Este mestre não precisou ter consumido grandes cabedais para adquirir esses conhecimentos de que necessita; por isso não deve ser pago tão liberalmente (Cf. Xavier:21-54). Embora a Constituição outorgada de 1824 haja prescrito “a instrução primária gratuita para todos os cidadãos”, o descumprimento do preceito constitucional iniciava, desde então, por exacerbar-se nas proporções do crescimento populacional (MARQUES, 1992, p.16-17).

Concomitante a isso, havia a questão das escolas que surgiam, ocasionando a necessidade de um maior número de professores, para que nelas atuassem. Em 1830, surgiu a primeira Escola Normal Pública das Américas. De maneira rápida, as escolas começaram a se proliferar, crescendo tanto que, em 1949, havia 540 escolas (MARQUES, 1992, p.17). É interessante destacar que, com a mesma intensidade que surgiam e se expandiam as escolas, aumentava também, o número de professores sem habilitação para o magistério, sendo que:

Pela Lei Orgânica do Ensino Normal promulgada em 1946, as Escolas Normais e os Institutos de Educação passavam a ter em seus currículos uma predominância das matérias de cultura geral sobre as de formação pedagógica, além de serem consideradas escolas terminais, dificultando-se, assim, o ingresso posterior no ensino superior (Cf. Romanelli:159-52) (MARQUES, 1992, p.17).

Paralelamente a este fato, emergiam as Escolas Complementares, ou seja, aquelas que se destinavam a formar futuros professores em cidades do interior, e que, tinham como base, o ensino propedêutico, posterior ao ensino primário de quatro anos, tendo relação com as atividades práticas de ensino (MARQUES, 1992; SAVIANI, 2009; GATTI, 2010). Até a década de 1930, a formação de professores, destinada ao ensino secundário, não possuía instituições específicas, ficando por conta da improvisação ou da virtuosidade de cada um. Com o decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, ficou estabelecida a obrigatoriedade de inclusão da Faculdade de Educação, Ciências e Letras,

a qual acabou não se concretizando a não ser no projeto da USP. Um dos motivos para a não efetivação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, foi o fato de que ela não possuía:

Sua função política de integradora dos diversos institutos universitários, vindo, mais pragmaticamente, a implantar-se como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1939, com a função profissionalizante de preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal, estruturada em quatro seções fundamentais: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, a estas agregando-se a seção especial de Didática, em ano posterior à parte (MARQUES, 1992, p.17).

Destarte, constatou-se ainda que, no Estatuto das Universidades Brasileiras, tanto na USP (1934) quanto na UNB (1935), estes cursos divergiam dos demais por possuir um semblante científico. A partir de 1939, emergiu a tendência profissionalizante. Deste modo, os ideais que o Manifesto dos Pioneiros de 1932 pregava, almejando uma unificação do processo da formação de professores, que abrangesse todos os graus de ensino, por meio da Universidade, acabou sendo considerado uma utopia. Num contexto de empobrecimento funcional e degradação institucional, percebeu-se um aumento significativo das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que figuravam como Escolas Normais, destinadas a formação de professores secundários, sendo que na opinião de muitos, não passavam de, “simples centros de transmissão escolástica de conhecimentos” (MARQUES, 1992, p.18), nos quais se encontravam apartados da pesquisa e dos padrões considerados modernizados de ensino, e do encontro de um saber tido como original (MARQUES, 1992).

Até o ano de 1950, o processo de expansão dos cursos de licenciatura no Brasil foi considerado lento. Após este período, em meados da década de 1970, passou por um momento de crescimento desordenado, possuindo forte deficiência no ensino, uma vez que, não atendia quantitativamente a sua finalidade, qual seja: a de formar professores (MARQUES, 1992). A par essa situação, ocorreram algumas experiências pouco significativas, sendo que, no quadro geral, muitos ficaram insatisfeitos e criaram: “expectativas nem sequer possíveis sem a efervescência disseminada e as tentativas de superação, embora precárias e desorientadas” (MARQUES, 1992, p.18). Segundo o autor:

Para um ensino meramente expositivo, a formação do professor requer apenas a assimilação dos conteúdos propostos nos programas do ensino e a capacitação para lidar com os métodos mais eficazes. Uma educação impositiva não mais exige que a modernização dos métodos do ensino, ênfase predominante na década dos anos 60, ou que a racionalização através do planejamento abreviador das discussões e que empolgou as atenções na década seguinte (MARQUES, 1992, p.18).

Sendo que, apenas quando ocorreu a superação do período autoritário e a busca por meios de se alcançar a redemocratização no Brasil, é que a situação da formação do educador foi posta de maneira séria no debate nacional. Neste âmbito, a base nacional comum curricular, não pode ser entendida a partir da ótica de um currículo, “mínimo ou um elenco de disciplinas, e sim como uma concepção básica da formação do educador e a definição de um corpo de conhecimento fundamental” (MARQUES, 1992, p.18). Assim, tanto a pedagogia, quanto as outras licenciaturas, deveriam formar professores, adotando também a referida base comum, considerando-se que, os pressupostos da docência farão parte da constituição da identidade docente e do reconhecimento destes profissionais como educadores.

Neste sentido, educador será aquele que:

- 1) Domina determinado conteúdo técnico, científico e pedagógico, que traduz o compromisso ético e político com o interesse da maioria da população brasileira
- 2) É capaz de perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais, em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere, assumindo, assim, seu compromisso histórico.
- 3) A teoria e a prática devem ser consideradas o núcleo integrador da formação do educador, posto que devem ser trabalhadas de forma a constituírem unidade indissociável, sem perder de vista o contexto social brasileiro (Documento de Belo Horizonte, 1983) (MARQUES, 1992, p.2324).

A partir do manifesto de Goiânia, percebeu-se a importância de que o ofício docente fosse baseado em quatro dimensões, quais sejam: a) teórica; b) de transmissão; c) matriz crítica; d) construção de um conhecimento que se refira a “ciência da educação” (MARQUES, 1992). Corroborando com este pensamento, para Gatti (2010, p. 1358-1359):

Lembremos também que, historicamente, nos cursos formadores de professores esteve desde sempre colocada a separação formativa entre professor polivalente – educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental – e professor especialista de disciplina, como também para estes ficou consagrado o seu confinamento e dependência aos bacharelados disciplinares. Essa diferenciação, que criou um valor social – menor/maior – para o professor polivalente, para as primeiras séries de ensino, e o professor “especialista”, para as demais séries, ficou histórica e socialmente instaurada pelas primeiras legislações no século XXI, e é vigente até nossos dias, tanto nos cursos, como na carreira e salários e, sobretudo, nas representações da comunidade social, da acadêmica e dos políticos, mesmo com a atual exigência de formação em nível superior dos professores dos anos iniciais da Educação Básica. Qualquer inovação na estrutura de instituições e cursos formadores de professores esbarra nessa representação

tradicional e nos interesses instituídos, o que tem dificultado repensar e reestruturar essa formação de modo mais integrado e em novas bases.

Prosseguindo com o pensamento de Marques (1992), no III Encontro Nacional de Educação, ocorrido em Brasília, no ano de 1988, e promovido durante a V CBE, foram enfatizadas questões referentes a organização e ao seguimento do movimento que busca reformular os cursos de formação docente. Houve certa insistência em continuar a releitura dos aspectos relevantes, que unem a educação e a sociedade brasileira, sendo possível pensar a formação do educador, conferindo a ele visibilidade política, no que concebe às ações. Foram sugeridos também: “a ampliação dos espaços na articulação da formação com as diferentes dimensões da prática dos educadores e de novas formas de organização deles” (MARQUES, 1992, p. 25).

Em que pese o clima de discussões a respeito de projetos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e o IV encontro nacional, realizado em Belo Horizonte em 1989, foram tratadas, paralelamente a reafirmação e a expansão dos princípios gerais que regem o movimento, chamando a atenção, para a importância da formação do educador como algo articulado e que contextualizava de forma elucidativa à mudança estrutural ocorrida na sociedade (MARQUES, 1992). Neste sentido, a educação precisava contar com recursos financeiros adequados, priorizando aspectos importantes como os três que seguem: a) a valorização de seus profissionais; b) a gestão democrática da escola; c) a autonomia universitária, tendo por base, a busca da liberdade acadêmica e científica (MARQUES, 1992). Os cursos de formação do educador precisavam ter a liberdade para propor suas metas, estando inseridos no:

Contexto social brasileiro e no trabalho interdisciplinar e definindo-se o educador como base na docência, no domínio do conhecimento específico de sua área articulado com o conhecimento pedagógico e na capacidade de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere (MARQUES, 1992, p. 25).

Neste âmbito, a base comum nacional, passava a ser vista, como algo permeado pelas relações estreitas existentes entre ação e reflexão, possuindo uma conduta inquieta e questionadora. Assim, o ensino começava a ser organizado não mais sob o viés das disciplinas de um currículo mínimo, mas como “eixos curriculares”. Havia espaços coletivos para discussão e ação, nos quais era possível desenvolver, através de equipes, uma seleção de conteúdos, sem que isto ocasionasse uma homogeneização (MARQUES, 1992). Para o autor:

Quanto ao Projeto da LDB, o II Encontro Nacional examinou o texto aprovado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em junho de 1990, havia um mês, julgando-o de acordo com boa parte dos pontos defendidos pelo movimento dos educadores, embora permanecessem alguns aspectos discutíveis. Em especial, a Escola Normal de 2º grau deverá cingir-se à preparação de um profissional com visão integrada de sua atuação em nível da educação infantil e das quatro primeiras séries do ensino fundamental, reservando-se as especializações e as habilitações específicas ao ensino superior, com o qual, ademais, deverá articular-se a formação em nível de segundo grau, com vistas à sua revitalização (MARQUES, 1992, p. 26).

No ano de 1986, ocorreu o direcionamento das Leis de Diretrizes e Bases (LDB), na qual, passou a ser exigida, uma formação mínima para lecionar no curso de nível superior em Pedagogia. Segundo o artigo nº 62 da LDB:

A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996).

Destarte, passou a existir, a necessidade de uma formação de professores mais ampla e que abrangesse as áreas específicas de atuação profissional docente, uma vez que, a ideia de que qualquer pessoa estaria habilitada a dar aula, começou a perder força, sendo exigida agora, uma formação em nível superior. Para formar os professores, precisaria haver a compreensão da importância da função da docência, o que possibilitaria um maior aprofundamento científico e pedagógico, capacitando os futuros docentes a saber lidar com os aspectos importantes que conferem a escola um caráter de instituição social (MARQUES, 1992). Para tal, fez-se necessário, ter a noção de que, a prática social, pressupõe, uma reflexão crítica da realidade (FREIRE, 1983, 1987, 1996; FERNANDES, 1989; SAVIANI, 2009; GATTI, 2010; MARQUES, 1992). Assim:

A dialética das relações entre Pedagogia e Educador necessita fazer-se de contínuo nas práticas da educação, nas suas relações com os grupos humanos que a criam, ao mesmo tempo que nos conceitos rigorosos que auxiliam o educador a pensar e entender os fatos da educação, de organizá-los e conduzi-los em seu sentido emancipatório. Tanto a Pedagogia, como a qualificação dos educadores são realidades históricas concretas, que necessitam ser elucidadas em sua gênese e em seu desenvolvimento, enquanto criadas pelos homens dentre certas possibilidades e nos conceitos teóricos pelos quais os homens as entendem (MARQUES, 1992, p.11).

Portanto, a formação de professores passou a ser vista como fundamental, pois, para que se exerça o ofício docente, faz-se necessário, consideráveis cargas teóricas e

prática, precisando, constantemente, ser repensada. Deve-se estar de acordo com as atualizações pelas quais a sociedade passa, sendo reformulada continuamente, buscando, do ponto de vista prático e teórico, refletir sobre o significado daquilo que se faz (TARDIF,2000,2002,2008; NÓVOA,1992; JOSSO,2001; GATTI,2010; MARQUES,1992). Para Saviani (1996, p.71): “O professor é, antes de tudo, um educador, isto é, formador de homens”. Neste sentido, a formação de professores precisa preparar, compor e moldar a base dos futuros docentes que posteriormente terão elementos sólidos para (re) compor a sua prática pedagógica, sendo que devemos olhar para a educação e a formação do educador não apenas como uma:

Totalidade histórica, também como situadas no mundo social e humano de que fazem parte as relações produzidas por alteridades internas irredutíveis umas às outras e nunca subsumidas na totalidade, significa colocar-se num nível teórico em que o concreto das relações abstrai de toda forma social determinada, nível necessário ao conforto das alteridades em suas específicas positivities (MARQUES, 1992, p.11-12).

É, pois, importante, que exista uma diferenciação entre aqueles que pensam e aqueles que refletem a respeito da educação, bem como daqueles que tomam decisões referentes a ela. Os educadores, não devem se tornar meros repetidores ou reprodutores daquilo que aprenderam para seus discípulos. Para Saviani (2009, p.150): “A formação profissional dos professores implica, pois, objetivos e competências específicas, requerendo em consequência estrutura organizacional adequada e diretamente voltada ao cumprimento dessa função”. Ainda para o autor:

No caso da formação de professores para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, a instituição das Escolas Normais, que veio a se consolidar ao longo do século XX até a década de 1960, expressou a predominância do modelo pedagógico-didático, articulando, de forma mais ou menos satisfatória, os aspectos do conteúdo e da forma que caracterizam o processo de ensino (SAVIANI, 2009, p.150).

Tudo que se aprende e se ensina, precisa ter significado e ser contextualizado na vida dos estudantes e dos docentes, que precisam constantemente ressignificar sua prática, tendo, conhecimento, do que veio antes, renovando e reinventando o seu ofício. Para Gauthier e Tardif (2017, p.7-8):

Conhecer a evolução das ideias e das práticas pedagógicas responde também a uma necessidade teórica. Parece-nos importante que, em sua formação profissional, os futuros professores e, mais amplamente, todos os educadores-tenham a ocasião de refletir sobre a natureza, as finalidades, as origens e as

transformações da sua profissão. Todos reconhecem que, uma formação em ensino requer mais do que o aprendizado de receitas ou truques do ofício; também é preciso adquirir um conhecimento teórico que permita ter uma perspectiva mais vasta da atividade profissional e da educação em geral.

Na concepção de Casagrande (2012, p.7): “O saber pedagógico diferencia-se de saber teórico acerca da educação. Sua estrutura pressupõe um saber para a ação, orientando-se também por uma racionalidade epistêmica e uma racionalidade instrumental”. Sendo assim, os saberes dos professores, suas concepções de ensino e de ação/atuação, bem como dos aspectos teórico-metodológicos, devem estar de acordo com a disciplina que lecionam, com sua vivência e sua prática. Para o autor, prática e práxis são sinônimos, sendo que: “a prática educativa é, no sentido estrito do termo, uma práxis” (CASAGRANDE, 2012, p. 7). Ainda na ótica do autor:

A ação pedagógica necessita ser pensada e efetivada numa perspectiva que supere a relação dicotômica entre teoria e prática. A ação pedagógica pressupõe, por um lado, um agir refletido, orientado por fundamentos e justificado por suas escolhas. Por outro, implica um constructo teórico adequado às necessidades e alinhados aos desafios quotidianos da prática (CASAGRANDE, 2012, p.7).

Todavia, para que a atuação profissional se concretize, juntamente com sua prática, é importante que se unam experiências anteriores e atuais, buscando sempre um sentido para aquilo que está sendo feito. Assim teoria e prática devem compor o saber dos professores.

Após a reflexão exposta neste subcapítulo, que versou sobre a formação de professores no Brasil, percebemos que, ela foi tratada com um certo descaso em nosso país, sendo que, ela ocorreu de forma confusa e desordenada, o que contribui para que a profissão professor não seja, muitas vezes, vista como uma profissão regulamentada, o que pode explicar, as diversas lacunas e atrasos educacionais que o país enfrenta, concomitante, as dificuldades financeiras que os professores passam ainda hoje, com salários que não condizem com o conhecimento exigido nas graduações e a rotina pesada de trabalho que eles possuem (MARQUES, 1992; GATTI, 2010; SAVIANI, 2009).

Para melhor entendermos a importância dos professores e de seu ofício, bem como o processo de constituição da identidade docente, paralelamente aos saberes docentes, discorreremos, no próximo tópico, a respeito destas temáticas.

## 2.7 A constituição da identidade docente

Neste tópico, faremos uma breve reflexão sobre a identidade profissional docente e de como ela se constitui, reconhecendo que, a construção da autoridade do professor, faz parte dela, pois quando um professor perde a autoridade, perde-se também um traço de sua identidade profissional. Em conjunto ao exercício da autoridade do professor, é importante ressaltar que, o professor carrega consigo a formação da identidade pessoal, que, “é um sistema de múltiplas identidades e encontra sua riqueza na organização dinâmica dessa diversidade” (NÓVOA, 1992, p. 115). Sendo assim, a maneira pela qual o docente exerce a sua autoridade, faz parte também de sua identidade profissional e pessoal.

É interessante salientar que, a construção de uma identidade, é um fenômeno multifacetado e complexo, que pode ser compreendido como algo: dinâmico, mutável e esculpido em intercâmbios e experiências compartilhadas. A formação da personalidade e da identidade, está vinculada às relações que estabelecemos e que se manifesta no contato com o outro, bem como, na resistência às práticas cotidianas. A identidade docente, tem como uma de suas facetas, a maneira como o professor se sente em relação aos processos de ensinar e aprender e ao sentido que a profissão tem em sua vida, que vai se elaborando como uma “montagem compósita” (NÓVOA, 1992, p.114). Avançando um pouco mais nesta discussão, na concepção deste autor, a identidade docente:

É uma construção que tem uma dimensão espaciotemporal, atravessa a vida profissional desde a fase da opção pela profissão até a reforma, passando pelo tempo concreto da formação inicial e pelos diferentes espaços institucionais onde a profissão se desenrola. É construída sobre saberes científicos e pedagógicos como sobre ordem ética e deontológica. É uma construção que tem a marca das experiências feitas, das opções tomadas, das práticas desenvolvidas, das continuidades e descontinuidades, quer ao nível das representações quer ao nível do trabalho concreto (NÓVOA, 1992, p.116).

Esta construção do “ser professor”, ou da identidade docente, abrange tanto o percurso pessoal, quanto o profissional, perpassando pelas histórias de vida do sujeito, experiências compartilhadas, e pode se relacionar com a escola, algumas vezes, de modos conflitivos e autocríticos. Somos constituídos pela tradição cultural, pelas histórias do nosso tempo com limites imprecisos. Por tais motivos, o professor “é constituído de identidades diversas, numa ação relacionada com o seu aspecto, um território ou uma possessão da pessoa” (NÓVOA, 1992, p.115). O processo de ser professor ou de se

constituir como tal no mundo contemporâneo implica riscos, contradições, que podem, conforme a situação que vivemos, se multiplicar.

Neste âmbito, para que a construção da identidade tome um rumo de buscas pela ampliação de mundo e aprendizado, é necessário que, haja uma abertura para novas questões, objetivando fazermos um mergulho autocrítico, refletindo tudo o que se passou nesta caminhada de experiências formativas. Para além das particularidades individuais, “vivemos uma infinidade de transações, de vivências; essas vivências atingem o status de experiências a partir do momento que fazemos certo trabalho reflexivo sobre o que se passou e sobre o que foi observado, percebido e sentido” (JOSSO, 2001, p. 48).

É possível afirmar que, a constituição do “ser” professor, faz parte de uma trajetória de formação profissional e, por conseguinte, abrange a construção da identidade docente. Este percurso, é permeado por inquietudes, que são geradas no ato de repensar sobre o seu lugar no mundo e na sala de aula, bem como, a importância do seu fazer e do seu viver.

Podemos dizer ainda que, tanto as vivências das histórias de vida, que fundamentam muitas vezes as experiências, podem contribuir para a reflexão de nossas práticas cotidianas e conseqüentemente de nossa identidade docente (JOSSO, 2001; NÓVOA, 1992). Corroborando com esta ideia, podemos depreender da perspectiva de Nóvoa (1992, p. 16) que:

A identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e conflitos, é um espaço da construção de maneiras de ser e de estar na profissão. Por isso é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor.

É importante salientar ainda que, um aspecto fundamental, no que tange a constituição da identidade profissional, é a (inter) subjetividade que cada um de nós carrega nos modos de agir, pensar e lidar com determinadas situações, e está intimamente ligada a questão da experiência. Para Josso (2001, p. 49): “A experiência constitui um referencial que nos ajuda a avaliar uma situação, uma atividade, um acontecimento novo”. Pois, ainda para a autora: “As experiências são narradas em registros de expressão que vão do psicológico ao cultural, passando pelo psicossociológico, o sociológico, o político (ou estratégico) e o econômico” (JOSSO, 2001, p. 50). Sendo assim, a interdependência abordada pela autora, é um fator considerável para a construção da identidade docente. Neste contexto, outro aspecto relevante para a

construção da identidade docente, são os saberes profissionais ou os saberes docentes, visto que: “O objeto do trabalho docente são seres humanos e, por conseguinte, os saberes dos professores carregam as marcas do ser humano” (TARDIF, 2000, p. 17). Assim, a construção do saber docente implica em diversos fatores, afinal, como se questiona Nóvoa (1992, p. 16): “Por que é que fazemos o que fazemos em sala de aula?”

Para o autor, o que nós efetivamente realizamos, engloba uma mistura de muitas coisas, desde vontades, gostos, experiências, acasos, tendo em vista que estamos em busca de responder à urgência dos conflitos, dos movimentos contraditórios, dos avanços teóricos e técnicos à compreensão do que somos. Nesta busca, ocorre toda uma transformação em termos de gestos que utilizamos quando estamos em sala de aula, daquilo que fazemos em nossas rotinas cotidianas, dos nossos comportamentos em relação aos estudantes, aos demais professores e a nós mesmos. Todos estes elementos, fazem parte da identidade docente, junto aos saberes docentes, por meio dos quais, somos identificados e nos identificamos como professores. Nas palavras de Nóvoa (1992, p. 16), “cada um tem o seu modo próprio de organizar as aulas, de se movimentar na sala, de se dirigir aos alunos, de utilizar os meios pedagógicos, um modo que constitui uma espécie de segunda pele profissional”. Na mesma esfera, Tardif (2002), defende que os professores carregam um saber docente que, segundo ele:

Esse saber é social por ser adquirido no contexto de uma *socialização profissional*, onde é incorporado, modificado, adaptado em função os momentos e das fases de uma carreira, ao longo de uma história profissional onde o professor aprende a ensinar fazendo o seu trabalho. Noutras palavras, o saber dos professores não é um conjunto de conteúdos cognitivos definidos de uma vez por todas, mas um processo em construção ao longo de uma carreira profissional na qual o professor aprende progressivamente a dominar seu ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que se insere nele e o interioriza por meio de regras de ação que se tornam parte integrante de sua “consciência prática” (TARDIF, 2002, p.14).

O autor, também defende, a temporalidade dos saberes profissionais, justificando que, eles são temporários, por serem adquiridos através do tempo, assinalando ainda, três pontos, para justificar esta temporalidade do saber. O primeiro, diz respeito às considerações que tece em relação aos conhecimentos, dizendo que, parte deste conhecimento que os professores possuem, deriva-se de suas histórias de vida, dos fatos e acontecimentos experienciados, advindos do percurso que cada um constitui durante a trajetória profissional, através do trabalho nas escolas, e outras instituições educativas.

Em segundo lugar, Tardif (2000), considera que, estes saberes, têm como ponto de referência importante, os primeiros anos de vida profissional. O autor alega que, estes

saberes, potencializam a incorporação de sentimentos e de competências. Como terceiro ponto, ele defende os saberes, que foram construídos durante uma trajetória profissional, sendo constituídos pelas identidades pessoal e profissional, bem como pela socialização de saberes plurais e heterogêneos. Justificando, ele diz que, são plurais, devido ao fato, do processo do ensinar, prever também o aprender a ensinar, ou seja, realizar o aprendizado dos saberes da profissão. Esta pluralidade, justifica-se, segundo o autor, por três motivos, a saber:

Eles provêm de diversas fontes. Em seu trabalho, um professor serve de sua cultura pessoal, que provém de sua história de vida e de sua carreira escolar anterior; ele também se apoia em certos conhecimentos disciplinares adquiridos na universidade, assim como em certos conhecimentos didáticos e pedagógicos oriundos de sua formação profissional (TARDIF, 2000, p.15).

Segundo o autor, estes saberes não formam um conhecimento único, homogeneizado, ancorado em apenas uma disciplina ou em uma única tecnologia, ou em uma única corrente teórica. Ao contrário, eles são diversificados, dando ao docente uma gama de possibilidades de conhecimentos, questionamentos, aplicações e entrelaçamentos deles. Exemplificando, ele comenta que, dificilmente pode acontecer de um docente ter apenas um paradigma ou uma concepção única sobre sua própria prática, pois, normalmente, sua trajetória, possibilita, que seja marcado por uma diversidade de opções para socializar o conhecimento. Desta forma, os professores, durante os percursos da vida e do trabalho pedagógico, buscam atingir distintos objetivos, sendo necessários, também, diversos saberes, para melhor desenvolver suas aptidões e alcançar suas metas.

O autor, assinala ainda, a questão da autonomia e da interdependência do trabalho docente, que conduz a uma experiência do “saber fazer” profissional. Este “saber fazer” entrelaça pensamentos, sentimentos e experiências, influenciando nas relações do professor com os estudantes, também, na concretização de novas experiências. As experiências são vistas com importância, também para Josso (2001). Segundo a autora, quando buscamos compreender como ocorre a construção de nossas experiências de vida, devemos levar em conta três modalidades de elaboração destas experiências. A primeira delas, considera que: “Ter experiências, é viver situações e acontecimentos, durante a vida, que se tornaram significativas, mas sem tê-las provocado”. A segunda, revela que, para “fazer experiências” precisamos ter: “Vivências de situações e acontecimentos que nós próprios provocamos, isto é, somos nós mesmo que criamos, de

propósito as situações para fazer experiências”. Em terceiro lugar, para “pensar sobre as experiências”, devemos nos remeter: “Tanto àquelas que tivemos sem procurá-las quanto às que nós mesmos criamos” (JOSSO, 2001, p. 51).

A autora, apresenta, uma espécie de tripé, constituído pelo viver-fazer-pensar. Ela utiliza este tripé, objetivando explicar, a importância das experiências para a constituição da identidade docente. Segundo Josso (2001), podemos dizer que, pelas experiências somos impulsionados a (re) contar nossas histórias de vida, ocasionando, uma transformação de nós mesmos, através do compartilhamento de sentimentos, pensamentos, acontecimentos, encontros, recordações e histórias. Sem dúvida: “Essa história me apresenta ao outro em formas socioculturais, em representações, conhecimentos e valorizações, que são diferentes formas de falar de mim, das minhas identidades e da minha subjetividade” (JOSSO, 2001, p. 37). Nesta perspectiva, a autora assinala que:

Se nossos comportamentos socioculturais são esquemas relacionais de base, que foram aprendidos por meio de experiências, e exercidos integrados em rituais relacionais próprios de cada comunidade, eles também são remodelados pelos temperamentos, pelas sensibilidades, pela infinidade dos matizes que manifestam essa originalidade à qual somos sensíveis, sempre que encontramos personalidades que nos surpreendem na sua redefinição desses esquemas- (JOSSO, 2001, p. 39).

Destarte as experiências serem um dos aspectos mais importantes da constituição docente, elas também carregam consigo, as dimensões do sentimento tanto pessoal como profissional do que é ser professor, trazendo dentro de si, uma gama de significados e significantes que possibilitam a nossa identificação com a profissão. Desta forma, a identidade docente se constitui através da mescla de dimensões pessoais e sociais, das histórias e experiências de vida, da personalidade e da formação profissional, dos saberes profissionais adquiridos na profissão e através dos significados e sentidos experimentados de sua própria relação com a docência. Para Josso (2001) e Tardif (2000), as histórias de vida são fundamentais à constituição da identidade docente. A este respeito, na ótica de Tardif (2000, p.15):

Um professor tem uma história de vida, é um ator social, tem emoções, um corpo, poderes, uma personalidade, uma cultura, ou mesmo, culturas, e seus pensamentos e ações carregam as marcas dos contextos nos quais se inserem. Os saberes profissionais são fortemente personalizados, ou seja, que se trata raramente saberes formalizadores, de saberes objetivados, mas sim de saberes apropriados, incorporados, subjetivados, saberes que é difícil dissociar das pessoas, de sua experiência e situação de trabalho.

Nesta ótica, depreendemos que, o saber dos professores, é social, sendo que, os saberes profissionais, acabam sendo fortemente personalizados, lembrando que, raramente, serão saberes tidos como formadores ou saberes objetivados. Eles serão considerados como saberes apropriados, incorporados, subjetivados, dos quais, torna-se difícil dissociar das pessoas, ou de sua experiência, e até mesmo, de sua atual situação de trabalho (TARDIF, 2000, 2002, 2008). Os professores, carregam consigo, uma identidade própria, que deve ser levada em conta na hora de ensinar. Os conhecimentos construídos por eles, em parceria com seus alunos, são fruto de um trabalho árduo de anos de vida, e que é denominado por Tardif (2002) como: “saberes docentes”. Para o autor:

O saber dos professores deve ser compreendido em íntima relação com o trabalho deles na escola e na sala de aula. Noutras palavras, embora os professores utilizem diferentes saberes, essa utilização se dá em função do seu trabalho e das situações, condicionamentos e recursos ligados a esse trabalho. Em suma, o saber está a serviço do trabalho. Isso significa que as relações dos professores com os saberes nunca são as relações estritamente cognitivas: são relações mediadas pelo trabalho que lhes fornece princípios para enfrentar e solucionar situações cotidianas (TARDIF, 2002, p.16-17).

Não obstante, constatamos que, o processo de ser professor e reconhecer-se como tal, é um dos princípios inerentes à constituição da identidade docente, e, um aspecto fundamental para o exercício e construção da autoridade do professor, sendo que, está fortemente atrelado aos percursos de vida e as experiências sociais que cada um carrega. Todos estes fatores, contribuem, para a maneira como o professor se posiciona frente ao aluno, frente ao mundo, frente a sociedade e frente a si mesmo, influenciando, fortemente, na construção da profissionalidade e no exercício da autoridade. Neste sentido, buscando elucidar um pouco mais a respeito da imagem do professor, discorreremos sobre esta temática, no próximo tópico.

## **2.8 A imagem do professor e sua des/valorização**

Voltando o olhar para os professores brasileiros e para o ofício de ensinar, atualmente, percebemos, que eles se sentem como seres degradados e desarticulados em relação à sua profissão, conforme reflete Marques (1992). Segundo o autor, um dos fatores que contribuem para esta situação é, “a busca de uma base comum centrada na docência” que, de certa forma “manifesta a necessidade de um corpo conceitual adequado, em que

se articulem a dimensão profissional, a dimensão política e a dimensão epistemológica da ação educativa” (MARQUES, 1992, p.10). Por outro lado, tratando de forma crítica e elucidativa a questão da imagem do professor e da crise do magistério, para Theodor Adorno (1995), existe uma aversão ao ser professor ou à profissão do magistério, pois nas palavras do frankfurtiano:

Minhas considerações prestam-se no máximo a tornar visíveis algumas dimensões da aversão em relação a profissão professor, que representam um papel não muito explícito na conhecida crise de renovação do magistério, mas que, talvez até por isso mesmo, são bastante importantes (ADORNO, 1995, p.97).

Para Adorno (1995), a aversão deve-se as constantes crises do magistério, entre outros fatores, concomitante à concepção não muito positiva que muitos têm em relação a imagem do professor. Na concepção de Adorno (1995), exposta em seu livro Educação e Emancipação, no capítulo denominado “Tabus acerca do magistério”, tendo em vista o contexto alemão de ensino:

Muitos dos motivos de tal aversão são racionais e tão conhecidos que não preciso me deter neles. O principal é a antipatia em relação ao que se encontra regulamentado, ao que se encontra disposto por meu amigo Hellmut Becker como dirigido a escola administrada (ADORNO, 1995, p.97-98).

O autor complementa apontando outras razões para isso:

Existem também motivações materiais: a imagem do magistério como profissão de fome aparentemente mais duradoura do que corresponde à própria realidade da Alemanha. A desproporção que registro por esta via parece-me, já me adiantando, típica para todo o conjunto em questão, caracterizado pelas motivações subjetivas da aversão contra o magistério, em especial as que são inconscientes. Tabus significam, a meu ver, representações inconscientes ou pré-conscientes dos eventuais candidatos ao magistério, mas também de outros, principalmente das próprias crianças, que vinculam esta profissão como que a uma interdição psíquica que a submete a dificuldades raramente esclarecidas. Portanto, utilizo o conceito de tabu de um modo relativamente rigoroso, no sentido da sedimentação coletiva de representações que, de um modo semelhante àquelas referentes à economia, já mencionadas, em grande parte perderam a sua base real, mais duradouramente até do que as econômicas, conservando-se porém, com muita tenacidade como preconceitos psicológicos e sociais, que por sua vez retroagem sobre a realidade convertendo-se em forças reais (ADORNO, 1995, p.98).

É interessante salientar que, a partir da exposição de Adorno (1995), a crise do magistério, já existe há muito tempo, sendo que, muitos escolhiam esta profissão, por falta de opção, o que, ocorre, frequentemente, ainda hoje, não só na Alemanha como no Brasil. De acordo com algumas pesquisas, como por exemplo a realizada em 2009 pela Fundação Carlos Chagas, encomendada pela Fundação Vitor Civita, denominada “A

atratividade docente”, existe, cada vez, mais uma crescente falta de professores no Brasil, sendo que, esta questão, se inicia, já nas faculdades, quando boa parte dos alunos demonstram não ter interesse pelo magistério.

Nesta pesquisa, foi constatado que, apenas 2% dos universitários escolhem ser professor, e os que fazem esta opção, encontram-se entre os 30 piores alunos no Brasil. Este fato, deve-se, à falta de prestígio da profissão e aos baixos salários, entre outros aspectos. Esta constatação, está de acordo, também, com a concepção de Adorno (1995), que assim se expressa:

Justamente entre os universitários formados mais talentosos que concluíram o exame oficial, constatei uma forte repulsa frente aquilo a que são qualificados pelo exame oficial, e em relação ao que se espera deles após este exame. Eles sentem seu futuro como professores como uma imposição, a que se curvam apenas por falta de alternativas. É importante ressaltar que tenho a oportunidade de acompanhar um contingente não desprezível de tais formados, com motivos para supor que não se trata de uma seleção negativa (ADORNO, 1995, p. 97).

A concepção de Adorno (1995), mostra-se muito atual, sendo que, a imagem negativa a respeito do magistério, tanto no contexto brasileiro como no Alemão, persiste. Atualmente, no Brasil, tem diminuído consideravelmente o número de estudantes que conseguem terminar os cursos de licenciatura, principalmente, em disciplinas como: física, química, português e matemática (GATTI, 2010). Para Adorno (1995), tentando encontrar mais razões para a falta de vontade de ser professor:

A minha hipótese é que a imagem de “responsável por castigos” determina a imagem do professor muito além das práticas dos castigos físicos escolares. Se eu tivesse que orientar investigações empíricas acerca do conjunto complexo do professor, então esta seria a primeira a me interessar. Ainda que em termos bastante brandos, algo da imagem tão efetivamente carregada do carrasco (ADORNO, 1995, p. 107).

A imagem apontada pelo autor, está cada vez mais em descrédito, pois, faz parte, de uma visão arcaica da autoridade do professor, na qual ele ainda tinha o poder de dar castigos aos alunos. Esta imagem, já não faz mais parte da sociedade atual, na qual os filhos não recebem mais castigos em casa, e muito menos na escola, onde os professores encontram-se cada vez mais desautorizados (PEREIRA, 2011; ZUIN, 2017). Cabe ao professor indicar os limites comportamentais em sala de aula na base do diálogo com os estudantes, para que uns não desrespeitem os outros, e todos possam aprender.

Para Renault (2004, p.110):

Consequentemente, instauramos com a criança, na escola como em família, relações, que, de facto, se desenvolvem mais na base da igualdade (por exemplo proibindo-nos o recurso aos meios “autoritários” de dominação que constituíam ainda a pouco os castigos corporais.

A autoridade do professor, foco de análise deste estudo, é um fenómeno amplo, e que está sendo debatida por diversos profissionais, sendo difundida por vários meios de comunicação, tais como, televisão, rádio, jornais, entre outros. É importante salientar que, ela também está sendo retratada no ciberespaço, através dos portais de notícias. Para adentrar esta temática, no próximo tópico, retrataremos os meios de comunicação social, no caso em tela, jornais digitais, tecendo um panorama do nascimento dos jornais impressos, em primeiro lugar, pois estes, foram os percussores, dos webjornais. Em seguida, retrataremos a emergência do ciberespaço, contexto de nascimento dos portais digitais. Finalizando, abordaremos os portais de notícias digitais e as formas como as notícias são veiculadas, para compreendermos melhor, a maneira pela qual, o clicRBS, retrata a autoridade do professor na sociedade contemporânea, foco de análise desta tese de doutorado.

## **2.9 Um breve panorama da história do jornalismo**

Considerando-se que, a presente tese de doutorado, tem como corpus de análise, as 49 postagens, encontradas sobre a autoridade do professor na Educação Básica, propagadas pelo portal de notícias clicRBS, entendemos, ser de suma importância, antes de adentrarmos na metodologia e iniciar a fase da análise dos dados, discorrermos sobre a origem e o desenvolvimento dos jornais. Paralelamente, faz-se necessário, igualmente, explorar, de forma concisa, suas técnicas de “vender” e/ou “construir” as notícias, mostrando, um pouco, a respeito de como elas são veiculadas e de seu caráter formador e influenciador da opinião pública. Após, faremos a contextualização dos jornais digitais.

Para iniciar esta ilustração, a respeito dos meios de comunicação social, julgamos, importante, destacar que, em suas origens: “Não existe pensamento único sobre a história do jornalismo, muito menos uma opinião única sobre a sua gênese” (SOUSA, 2008, p. 3).

Na concepção do autor:

A gênese do jornalismo situa-se na Antiguidade Clássica, havendo uma retomada na Idade Moderna, graças ao Renascimento, ao desenvolvimento do espírito iluminista da Ilustração e à satisfação das necessárias condições técnicas (tipografia de Gutenberg, fábricas de papel...) e sócio-económicas (alfabetização, capital, iniciativa privada e empreendedorismo...) (SOUSA, 2008, p.3).

Outrossim, podemos dizer que, o jornalismo, nos remete a tempos imemoriais, nos quais, as sociedades sentiam a necessidade de propagar as informações, saber das novidades, contar histórias, se entreter, preservar a memória de seu povo para conhecimento das gerações futuras. Conforme afirma Sousa (2008, p.5): “[...] nenhuma sociedade, mesmo as mais primitivas, conseguiu sobreviver sem informação”. Segundo este autor, tivemos algumas pinturas rupestres, como testemunhos iconográficos. Elas eram fruto do legado dos ancestrais culturais de cada povo, e retratavam eventos da vida diária, sendo que, também tinham funções místicas e mágicas. Para Sousa (2008, p.7):

Pode dizer-se que, historicamente, o primeiro grande fenómeno que contribuiu para fixar a matriz do que veio a ser o jornalismo proveio dos antigos gregos. Aliás, é graças aos gregos e, posteriormente, aos romanos, que temos hoje em dia a Civilização Ocidental (somos filhos de Atenas e de Roma!).”

Ainda na visão de Sousa (2008, p. 20):

Desde o alvorecer das civilizações históricas que os povos procuraram registrar, para memória futura, os acontecimentos notáveis da sua vida, em especial as façanhas dos seus líderes. São muitos os exemplos que podem ser dados. Chegou até nós o registro de uma façanha militar do rei Nabopolassar, da Babilónia, do século VII a. C: “Aniquilei a Assíria, converti as terras hostis em destroços e ruínas. Fiz retroceder os assírios, que desde tempos antigos impuseram a todos os povos um pesado jugo, que levaram a dor a todos os povos da terra. Destruí o seu jugo”. Nos túmulos faraónicos também aparecem registrados relatos das suas vidas e façanhas. Os escribas egípcios, tal como os cronistas babilónios e de outros povos antigos, registravam os principais acontecimentos que ocorriam nos respectivos países. Uma estrela funerária de um rei moabita, de cerca de 890 a. C., descreve guerras entre moabitas e israelitas. Nos mármores de Paros gravaram-se, cerca de 263 a. C., os acontecimentos de maior importância da história grega e das colónias gregas na Itália, começando várias centenas de anos antes.

Eis que, consolidava-se a evidência, de que, o ser humano e a humanidade, comunicavam-se entre si, falando sobre os eventos que vivenciaram, e procuraram transmitir o conteúdo desta comunicação das mais diversas formas, em relatos de batalhas, divulgando suas façanhas, insculpidos em papiros, em afrescos, nos túmulos, em seus templos, cantigas, salmos, que informavam e transmitiam seus usos e costumes.

No entanto, segundo Sousa (2008), nos primórdios destas informações históricas, mesclavam-se, mitos e lendas, todavia, precursor de um latente teor jornalístico. Para o autor:

Os primeiros relatos historiográficos, contudo, apresentam-se muitas vezes contaminados com os mitos e lendas fundacionais que deram identidade e sentido à vida colectiva dos nossos antepassados. Assim, a transição da pré-história para a história trouxe até o presente alguns relatos escritos que podemos considerar, simultaneamente, como literários, místicos e historiográficos, mas também pré-jornalísticos, no sentido em que evidenciam quanto o jornalismo contemporâneo é um produto da história. Por exemplo, na Bíblia narram-se, figurativamente, alguns episódios da história judaica, em alguns casos ocorridos vários séculos antes de Cristo, num enquadramento e estilo que podemos considerar como literário e religioso, mas também como “historiográfico” e, conseqüentemente, “jornalístico”, devido à indicição de acontecimentos reais, com fins de difusão dessa informação. A estrutura desses relatos e, em algumas passagens, o seu estilo, também são semelhantes à estrutura e estilo de algumas notícias contemporâneas (SOUSA, 2008, p. 21).

Neste âmbito, o verdadeiro cerne jornalístico, ocorreu, com as “Atas diurnas” ou “Atas Públicas”, sendo elas, os primeiros canais de informações de cunho jornalístico. Conforme Sousa (2008, p.34):

Não obstante todos os dispositivos pré-jornalísticos já referidos e ainda outros, como os registos sobre a vida da corte no Antigo Egipto e os actos e medidas dos faraós, a nosso ver os antepassados mais antigos dos modernos jornais e, portanto, os veículos de índole “jornalística” que primeiro surgiram no mundo foram as Actas Diurnas (Actae Diurnae), também conhecidas por Actas Públicas, Actas Urbanas ou ainda Diurnálias, muito bem estudadas por Víctor Le Clerc (1838), Mastino (1978) e Hernando Cuadrado (2007).

É importante observar que, o processo como foram instituídas as Atas Diurnas na sociedade romana, é, ainda, bastante nebuloso. Possivelmente, são oriundas do século II A. C. (provavelmente em 131 A. C.). Nesta incumbência, estavam os Magistrados, escravos e funcionários públicos, ou seja, os assim denominados “diunarii” ou “actuarii”. Incumbia-se a eles, a função de recolher as notícias, os acontecimentos, redigir e afixar ou copiá-las em papiros, bem assemelhados aos atuais jornalistas, sendo seus precursores. Possivelmente, também houvesse, na Antiga Roma, oficinas editoras de Actas, com seus próprios funcionários jornalísticos, como nos tempos atuais (SOUSA, 2008). Podemos afirmar que, a Acta Diurna, foi a responsável por estrear o formato geral dos jornais do jornalismo moderno, inaugurando esta forma de propagação da notícia, que ocorre na sociedade, mantendo a população informada, sobre os acontecimentos diários.

Segundo Sousa (2008, p. 38):

Júlio César teve a feliz ideia de tornar públicas as Actas do Senado, com os resumos das sessões dessa Augusta Assembleia, mandando-as afixar nas tabulae publicae, colocadas nas portas dos templos do Fórum e noutros locais. As Actas do Senado, que coexistiram com as Actas Diurnas até terem sido, possivelmente, absorvidas pelas segundas (tal como terá acontecido com os Anais pontifícios), podem ser consideradas uma espécie de antepassadas dos diários oficiais da actualidade, como o Diário da República.

Eis, portanto, a origem da publicação e transmissão dos eventos que se tornaram notícias, e que, como tal, foram veiculados ao povo, de um modo geral. Ainda sobre as Actas Diurnas, conforme afirma Sousa (2008, p.38):

Independentemente de todos os registos que terão contribuído para o aparecimento e institucionalização das Actas Diurnas, sabe-se que estas existiram e que eram afixadas periodicamente nas tábulas e publicadas e recopiadas para suportes de papiro e pergaminho. Funcionavam, assim, simultaneamente, como uma espécie de jornal e registo historiográfico, em particular a partir do Consulado de Augusto (século I). Em determinados períodos, as Actas teriam mesmo tido uma periodicidade diária. Após permanecerem afixadas durante alguns dias (quando funcionavam como jornal de parede), provavelmente as Actas, pelo menos as oficiais, eram retiradas, encadernadas (seriam feitas de propósito para poderem ser encadernadas) e arquivadas no arquivo do Estado (tabularium).

Os indivíduos que redigiam as notícias na Acta Diurna, denominavam-se, Correspondentes Imperiais. Eles foram considerados, os primeiros profissionais do jornalismo. Estes sujeitos, eram encaminhados para diversas regiões e províncias romanas, com a missão de acompanhar e divulgar as notícias dos acontecimentos da época. A respeito dos conteúdos difundidos, é possível afirmar que:

Pelos excertos das Actas Diurnas que chegaram até nós e pelos diversos registos indirectos (escritos de Suetónio, Plínio, Cícero, Tácito<sup>18</sup>, etc.) sobre as mesmas, podemos dizer que os seus conteúdos integravam notícias dos decretos senatoriais e imperiais; dos nascimentos, casamentos e mortes das personalidades notáveis; das audiências concedidas pelo Imperador ou outros membros da família imperial; dos actos públicos dos imperadores e magistrados; dos funerais; dos processos judiciais; das batalhas travadas pelas legiões; das nomeações e eleições de indivíduos para cargos públicos; dos acontecimentos ocorridos nos municípios e colónias romanas; dos combates de gladiadores; de julgamentos e execuções e respectivas listas de executados, etc. Às vezes teriam sido inseridos nas Actas os elogios fúnebres das personalidades notáveis que morriam, bem como notícias relacionadas com presságios, astrologia e adivinhações (os romanos eram muito supersticiosos e viam presságios em tudo). Pode, assim, dizer-se que as Actas foram, na sua fase áurea, algo parecido com um jornal contemporâneo, embora apenas inserissem notícias mais ou menos autorizadas (SOUSA, 2008, p. 39).

A partir das palavras do autor, podemos perceber, o carácter manipulador que o jornalismo teve, desde o seu nascimento, atentando para o facto de que, apenas podiam ser divulgadas e publicadas as notícias autorizadas por alguém, e normalmente quem

autoriza algo é porque dispõe de poder para isso, e possui um domínio sobre algo ou alguém ou sobre a sociedade da qual faz parte, permitindo que seja difundido apenas o que lhe interessa e convém. Paralelamente a isso, observamos também, o caráter dominador das classes mais abastadas, sendo que, os jornais, desde sua origem, sempre estiveram em função destas, buscando atender, visivelmente, as classes dominantes.

Neste sentido, para Rudiger (1990, p.11):

Os primeiros jornais, quando não foram lançados por sua própria iniciativa, nasceram sob patrocínio ou subvenção do Estado. O Governo precisava estabelecer comunicação com a classe letrada ascendente, cuja atividade era fonte econômica de seu poder. Porém, o resultado dessa estratégia foi a progressiva politização da burguesia, sua conscientização como classe antagônica do regime estabelecido, cujos postos eram monopolizados pela velha nobreza. Logo, floresceu uma imprensa crítica e independente, que, no contexto mais geral da formação do capitalismo industrial, acabaria sendo peça essencial no ciclo das revoluções burguesas.

Depreendemos, pelo acima mencionado por Rudiger (1990), que a imprensa nunca foi neutra. Quanto a forma de se divulgar as notícias, na Idade Média, os jornais e o jornalismo, tiveram importantes progressos, devido as invenções tecnológicas. Um destes progressos, e que foi fundamental para a propagação das notícias, por exemplo, foi a invenção da prensa de papel, pelo alemão Gutemberg. A este respeito, conforme Sousa (2008, p.69-70):

O aparecimento da tipografia de Gutenberg criou condições para a democratização da cultura, mas também desencadeou um processo de standardização e simplificação das mensagens, o que vulgarizou essa mesma cultura.

A partir deste advento tecnológico, foi possível, ao labor, que até então era concebido de forma manual, passasse a ser realizado pelas máquinas, possibilitando, às publicações de livros e jornais, uma grande expansão. Desta forma, elas passaram a ser produzidas e veiculadas em grande quantidade, sendo bastante abrangentes em termos de divulgação e muito mais baratas. Outro fato importante que contribuiu bastante para a propagação das notícias, foi mais um advento tecnológico, ocorrido em 1844, qual seja: a invenção do telégrafo. O telégrafo, pode ser considerado, como um dos pais de praticamente todo o sistema de comunicação, possibilitando, que textos que levariam horas ou até dias para serem transportados, fossem enviados pelos jornalistas, em questões de poucos minutos. Isso conferiu à imprensa agilidade, fazendo com que

qualquer fato ocorrido, por exemplo, no período matutino, pudesse ser publicado já no período vespertino no jornal. Para Subtil (2014, p.25):

Na história da comunicação moderna, após o desenvolvimento da imprensa, o telégrafo desencadeou uma revolução nas comunicações da qual a internet é herdeira contemporânea. A reflexão sobre o telégrafo pode abrir perspectivas sobre as tendências, as possibilidades e os problemas colocados pela internet.

No século XX, foi registrado o auge do prestígio e popularidade dos jornais, sendo que, o período entre 1890 e 1920 ficou conhecido, mundialmente, como a “Era de Ouro dos jornais” (SODRÉ, 1999). Na Europa e nos Estados Unidos, esta realidade era vivenciada diariamente. É interessante destacar que, esta “Era de Ouro dos jornais” não atingiu o Brasil, pois:

As relações hierárquicas existentes no território brasileiro nessa passagem do século XVIII para o XIX podem ser representadas em mosaico e ultrapassam visões simplistas de uma sociedade dicotômica, composta apenas de um punhado de senhores e uma multidão de escravos. Estima-se, por exemplo, que um terço da população do Brasil era classificada como “pardos livres” já no começo do século XIX. Diversificados foram os espaços que serviram de base para as transmissões de palavras, impressas ou não (MOREL, 2008 p.26).

No limiar de 1920, a imprensa passou a sofrer forte concorrência, com a chegada do rádio, uma nova mídia social que também passou a difundir acontecimentos e notícias pelo mundo. É interessante destacar que, no Brasil, no ano de 1922, ocorreu a primeira experiência radiofônica, sendo que, a primeira emissora, foi instalada apenas em 1923, e o rádio, foi vista com um caráter de experimentação, até meados da década de 1930. Outro aspecto oportuno de sublinhar, é que, a sua programação, foi destinada à elite, desenvolvendo-se lentamente. Em contrapartida, quando foram permitidas as propagandas comerciais, foram surgindo empresas que se organizavam para disputar lugar no mercado (MOREIRA, 1991; CALABRE, 2002). Assim, o rádio mostrou-se como um forte concorrente ao jornal, no sentido de que furtava os anunciantes e a preferência do público, angariando também, os próprios jornalistas, que a partir de então, dispunham de mais uma opção de trabalho. Com o intuito de não sair prejudicado pela concorrência da rádio, os jornais do século XX, adotaram, como reação, atitudes que os tornavam mais modernos e populares. Começaram a fazer publicações em massa de fotos grandes e coloridas, lembrando ainda que, antigamente, as fotos eram sempre em preto e branco (SOUSA, 2008; SODRÉ, 1999; TRAQUINA, 2004).

Os jornais, passaram a abordar linguagens mais populares, criando sessões diversificadas, contemplando assuntos e sessões com notícias referentes a esportes e a humor. Estas atitudes, adotadas pelos jornais, provocaram um aumento de preço (uma vez que a impressão colorida custava mais cara), e deram a este meio de comunicação social, um caráter mais moderno. Paralelamente a este fato, para aumentar ainda mais esta competição entre os meios de comunicação rádio e jornal, surgiu também a televisão. Segundo Carvalho (1993, p. 27):

Entre os extraordinários progressos técnicos que o nosso século conheceu, poderemos sem dúvida colocar em lugar destacado os novos meios de comunicação social, a rádio e a televisão, cujos desenvolvimentos tiveram uma influência marcante nos modos de vida, opiniões, valores e visão de mundo que hoje partilhamos.

Em meados de 1950, a televisão passou a ocupar o posto de maior veículo midiático do mundo, permanecendo o meio e comunicação mais utilizado até hoje, sendo assistido por boa parte da população mundial. Neste sentido, Carvalho (1993, p. 27) diz:

Estou profundamente convicto de que os progressos alcançados no domínio da Imprensa, da rádio e da televisão, traduzindo-se numa abundância de informações e de conhecimentos para a generalidade dos cidadãos, na prática do confronto pacífico de ideias, e na democratização da cultura, constituem aquisições incomensuráveis para os valores da liberdade, da dignidade dos cidadãos da melhoria do Estado, do progresso econômico e social.

Além disto, para este autor, a concepção clássica a respeito das mídias, acabou sendo ultrapassada pelo fortalecimento da influência destes meios, principalmente da televisão: “sem que o Estado ou os políticos tivesse sequer tomado consciência de que, de contra poder, a Comunicação Social, passou hoje, a acumular direta ou indiretamente, o maior poder sobre a sociedade” (CARVALHO, 1993, p.28). Para Medina (1978, p.5):

O extraordinário progresso experimentado pelas técnicas de comunicação de 1970 para cá representa para a Humanidade uma conquista e um desafio. Conquista na medida em que propicia possibilidades de difusão de conhecimentos e de informações numa escala antes inimaginável. Desafio, na medida em que o avanço tecnológico impõe uma séria revisão e reestruturação dos pressupostos teóricos de tudo que se entende por comunicação.

Na mesma esteira, destacamos ainda que, surgiu, a partir de 1980, a internet e os computadores, e com eles os web jornais, ou os portais de notícias. Tecendo considerações a respeito destes meios de comunicação, e das notícias por elas propagadas, para Ramonet (1999, p.7):

A articulação do telefone, do televisor e do computador dá origem a uma nova máquina de comunicação, interativa, fundada nas proezas do tratamento digital. Reunindo as performances e os diversos talentos de cada meio de comunicação separado, a multimídia e a Internet criam uma ruptura que poderia acabar revolucionando todo o campo da comunicação.

Devido as inovações tecnológicas, que facilitaram a divulgação e expansão das notícias, a imprensa ficou conhecida, mundialmente, como “meios de comunicação de massa”. Este termo, funcionou bem, na Europa e nos Estados Unidos, porém, no Brasil, para Sodré (1999) é um ledão engano, pois, na ótica do autor:

De alguns decênios a esta parte, tornou-se comum a referência, por todos os motivos importante, a meios de massa, tratando-se de veículos de comunicação. É preciso compreender e aceitar que a imprensa não é meio de massa, em nosso país. Como aqui, por imprensa entende-se jornal e revista, é fácil constatar que esses meios não são de uso habitual em parcela numerosa, majoritária mesmo, do nosso povo (SODRÉ, 1999, p. 9).

Com este intuito, a imprensa esteve em plena expansão, exercendo um forte poder sobre a sociedade, podendo ser considerada como o “quarto poder” (SOUSA, 2008; SODRÉ, 1999; TRAQUINA, 2004). Em uma visão crítica, a este respeito, segundo Freitas (1994, p.9-10):

Consagrada pelo uso de uns dois séculos, a concepção de que “a imprensa é o quarto poder” foi atingida pela ascensão da TV, que tornou imprópria a palavra imprensa e levou à desagradável fórmula “meios de comunicação”. Ou, pior ainda, “mídia”. Mas, no Brasil, aqueles exemplos evidenciam que a impropriedade é ainda mais grave, e o conceito verdadeiro tem que ser outro: “os meios de comunicação são o primeiro poder”, com a sua força capaz de determinar as decisões dos três poderes institucionais-Executivo, Legislativo e Judiciário.

Além do mais, podemos dizer que, com os contínuos progressos técnicos, a sociedade, acaba saindo beneficiada, por um lado, havendo um aumento das relações sociais e da comunicação como um todo; mas por outro, acaba prejudicada, no sentido de que, nem sempre é possível, realizar uma análise crítica de tudo aquilo que está sendo veiculado. Com um viés crítico, para Freitas (1994, p.9):

Os meios de comunicação figuram entre os mais graves problemas brasileiros, por uma infinidade de motivos. Com esta particularidade notável: nenhum outro problema é mais silenciado. Este é quase um segredo. Em parte, porque os próprios meios de comunicação selecionam os problemas a serem expostos publicamente. Mas também por outro fator não menos forte e verdadeiro: na política, nas chamadas ciências sociais, no jornalismo mesmo, raríssimos dispõem-se a abrir fendas no tabu.

Sendo assim, os meios de comunicação, além de escolherem o que querem publicar, também escolhem as melhores formas de comunicar o que querem, e dar o sentido que lhes é conveniente. Neste sentido, para chamar mais a atenção de seus consumidores, ou seja, dos leitores, ou espectadores, foram conferidos aos jornais, conforme afirma Sousa (2008), demasiada atenção aos títulos, as fotografias, ao texto e ao design. Na ótica do autor:

Os elementos gráficos tornam-se “imagem de marca” da imprensa. O novo visual é mais sensorial, apelativo e emotivo, gritando ao leitor “compra-me, lê e vê”. Os títulos são habilmente usados como sinalizadores e elementos apelativos. Todos os dias um título é eleito para manchete. Assim, a informação visual não mais deixará de fazer parte da identidade da imprensa, contribuindo, igualmente, para a estruturação gráfica dos jornais e revistas (SOUSA, 2008, p.154).

As ideias expostas acima, por Sousa (2008), fazem parte do contexto histórico do jornalismo, mas são extremamente atuais, sendo que, estão sendo utilizadas tanto para atrair o leitor, quanto para “construir” a imagem ou a notícia da maneira que interessa, ou seja, elas fazem parte das estratégias pelas quais as mídias se utilizam para “vender” o seu produto, e atender determinada demanda, sendo, sem dúvida alguma, uma importante ferramenta para formar, ou até mesmo “deformar” a opinião pública. É oportuno destacar que, desde a invenção do jornalismo, as notícias eram difundidas a partir de alguém que detém poder, que divulga o que lhe interessa, da maneira que lhe é oportuno, sendo que as notícias divulgadas podem ser consideradas como algo que tem um caráter fortemente manipulável. Neste sentido, Fausto Neto e José Pinto (1996, p.191) dizem que:

Se o capital gira em torno do discurso e de quem possui as condições de elaboração do mesmo, é, também, fundamental reconhecer que a imprensa carrega diferentes tendências e que as condições sociais e institucionais no interior de onde é produzido não possui apenas um Tipo de Discurso, mas que convivem nela diferentes tendências e que as condições sociais e institucionais no interior de onde ele é produzido contribuem na definição do contorno ou da ênfase em um Tipo.

Deste modo, tudo o que se divulga na imprensa não é neutro. Nesta senda, Fausto Neto (1992), tece algumas críticas, a respeito do jornalismo, dizendo que, ele é encarado como um simples mediador, como um instrumento, como um suporte, desconsiderando-se que, um trabalho, pode ser considerado como sendo simbólico. O que o autor busca esclarecer, é que, o trabalho jornalístico, não somente fica restrito a cumprir as regras de redação, como também, é capaz de construir discursos, ou seja, formar opiniões. Assim, os meios de comunicação, não apenas transmitem a informação, como também

constroem uma determinada realidade, que se propaga pela forma como foi mostrada, sendo carregada de significados, dimensões, valores e propósitos intencionais (FAUSTO NETO, 1992; GOMES, 2000; LAGES, 1990; MEDINA, 1978; RUDIGER, 1990, SODRÉ, 1999; TRAQUINA, 2004. Segundo Rudiger (1990, p.8):

O jornalismo enquanto prática tem vários aspectos, compreendendo seu conceito, sua rotina, seus agentes seus suportes e sua tecnologia. Por outro lado, esta prática não se sustenta sozinha, estrutura-se num contexto econômico, político e social, que não apenas condiciona seu comportamento, mas sofre dialeticamente a ação de suas práxis.

Destarte, as notícias carregaram algo por trás do que está sendo mostrado ou dito, podendo ser, visível ou não, pela maneira como o conteúdo está sendo escrito e conseqüentemente veiculado. As notícias não são neutras. Ao ler algo, é preciso analisar quem fala, para quem (que tipo de público) está se dirigindo, com que intenção está difundindo aquele acontecimento, o contexto histórico de determinado fato e a maneira pela qual está sendo divulgado (MEDINA, 1978). Evidenciamos assim, este caráter tendencioso da mídia, que forma/ deforma, constrói /destrói a imagem de alguém ou de algo, ou de um fato, e influencia a opinião pública, a respeito do mesmo, pela forma com a qual expressa.

Outro aspecto importante de se destacar, são as estratégias pelas quais os jornais se utilizam para propagar as notícias. Assim, no próximo tópico, discutiremos a respeito das técnicas que o jornalismo se utiliza para a divulgação das notícias, bem como, sobre o nascimento dos jornais digitais. As considerações realizadas, no tópico anterior, foram feitas a partir da ótica de notícias veiculadas em jornais impressos, mas as mesmas, aplicam-se, também, para as notícias difundidas pelos web jornais, sendo que, elas servirão, para elucidar a reflexão e interpretação das notícias veiculadas, sobre a autoridade do professor, no portal de notícias clicRBS, foco de análise desta tese de doutorado.

### *2.9.1 A influência da mídia na veiculação de notícias: considerações necessárias*

Iniciando esta discussão, sobre as técnicas de veiculação das notícias, destacamos que, apesar dos benefícios e facilidades que os avanços tecnológicos nos trazem, precisamos atentar, para a maneira pela qual a mídia, independentemente de ser

impressa, digital (através do ciberespaço), da rádio ou da televisão, propaga a informação. Para Rudiger (1990), o jornalismo pode ser considerado como:

[...] uma prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode se estruturar de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da imprensa à televisão (RUDIGER, 1990, p.7).

Quanto a maneira de se construir a opinião pública, para Gomes (2000, p.96):

Sob um enfoque amplo da comunicação, todo texto, em qualquer nível que seja considerado como escrita, hipertexto da world wide web, malhas cognitivas, etc. constrói-se como um projeto de interação com o destinatário até seu limite, na perda de autonomia e integridade, na desconstrução, com a infinidade de interpretações possíveis levadas à cabo.

Eis que, todas as notícias, têm uma finalidade, e são destinadas, a um determinado público, sendo que, não podemos “comprar” todas as ideias que a mídia constrói e nos transmite. Temos que prestar atenção em tudo que é veiculado, voltando nosso olhar, para o fato de que, aquilo que a imprensa veicula não é neutro. Neste sentido, Becker (2005, p. 44), assevera que:

Ao nomear e classificar as pessoas, os objetos e as circunstâncias, o homem confere significado a tudo que o rodeia. Toda experiência que supõe o uso da linguagem implica, portanto, em construções de sentidos, não existindo discursos neutros, ou livres de intencionalidade. Ao realizar escolhas no processo de construção dos acontecimentos como notícia, os profissionais imprimem significados aos fatos. Os produtos jornalísticos expressam a visão de mundo dos profissionais e das empresas para as quais trabalham. O jornalismo, longe de revelar verdade ocultas, tem o poder de construir “verdades”. Até mesmo as sensações de neutralidade não passam de construções realizadas com a finalidade de reforçar o lugar privilegiado desses discursos.

Na mesma esteira, para Rudiger (1990, p. 9):

As práticas de formação e informação da opinião pública, ligadas dialeticamente ao seu próprio movimento, dependem de certos regimes jornalísticos, de regras e conceitos que estruturam o jornalismo e se transformam pela práxis em curso nos diversos campos da vida social de cada época.

Além do mais, as notícias divulgadas não têm um caráter neutro. Uma vez que o indivíduo recebe a notícia, ele deve ser capaz de emitir uma opinião sobre a mesma, posicionando-se frente aquilo que lê, não esquecendo que, muito mais do que proporcionar ao membro de uma determinada sociedade um simples acesso a uma

informação, a imprensa tem também a tarefa de formar uma opinião no leitor. Conforme Sousa (2008, p.3):

O discurso pré-jornalístico e jornalístico (conteúdos e formatos), em todos os tempos, tem uma natureza sócio-cultural, englobando, neste quadro, a ideologia, pelo que indicia o mundo e as circunstâncias da época em que foi produzido, mas também sofre a influência desses e de outros factores, nomeadamente da acção pessoal de quem o elabora e das potencialidades e limites dos dispositivos técnicos usados para o configurar.

Pela maneira como uma notícia é veiculada, através da forma com que determinado acontecimento é tratado, os verbos utilizados, as fotos, imagens, letras maiores ou menores, cada detalhe que o jornal utiliza, constrói/destrói uma imagem, contribuindo para que determinado fato ou acontecimento penetre com mais ou menos intensidade no leitor, fazendo com que, o mesmo tenha uma visão negativa ou positiva a respeito daquilo que está lendo. Lima (2001) atenta para a questão da ambiguidade do próprio termo comunicação. Em sua concepção:

A análise da ação dos meios sobre a sensibilidade enquanto tal é também o primeiro problema que se encontra numa aproximação do campo de estudo das teorias de comunicação é o próprio significado original da palavra. Comunicação tem sua origem etimológica no substantivo latino *communicationem* (século XV), que significa “a ação de tornar comum”. Sua raiz é o adjetivo *communis*, comum, que significa “a ação de tornar comum”. Sua raiz é o adjetivo *comunis*, comum que significa “pertencente a todos ou a muitos”. E o verbo é *communicare*, comunicar, que significa “tornar comum, fazer saber” (LIMA, 2001, p. 24).

Prosseguindo sua interpretação:

Com essa origem, a palavra comunicação carrega até hoje uma ambiguidade não resolvida na ação implícita de seu significado original. Essa ambiguidade é representada, em seus extremos, por *transmitir*, que é um processo unidirecional, e *compartilhar*, que é um processo comum ou participativo. Assim, “a ação de tornar comum a muitos” pode ser resultado tanto de uma transmissão como de um compartilhamento, que são polos opostos de uma ação de comunicar. Para que se admita algo é preciso que se admita que este algo possa ser apropriado e em seguida “transmitido” a outro. Quando se compartilha, ao contrário, o que ocorre é uma co-participação, uma comunhão, um encontro. A distinção pode ser feita identificando-se, de um lado, uma *comunicação manipulatória* e, de outro, uma *comunicação participativa* (LIMA, 2001, p.24-25).

Portanto, o próprio vocábulo “comunicar” mostra-se contraditório por si só. Neste contexto, paralelamente a ambiguidade da palavra “comunicação” em si, a forma como uma notícia é transmitida, ou os verbos que nela se destacam (propositadamente), podem nos fazer pensar, de uma ou de outra maneira, quando nós lemos o que está sendo

veiculado. Um autor que dedicou seu olhar a este aspecto, foi Marcuschi (1991). Em suas palavras:

Sabemos que toda informação é fruto de uma certa compreensão do fenômeno apresentado. E esta compreensão funda-se nas estruturas sócio-político-culturais daquele que informa, seja ele um indivíduo, o jornalista ou uma entidade, a agência noticiosa ou linha editorial do órgão jornalístico. Isto submete a construção da informação ao mecanismo das condições de produção daquele discurso, o que exigiria, previamente, uma análise da ideologia de cada fonte informadora (MARCUSCHI, 1991, p. 75).

Neste âmbito, o autor fundamenta sua opinião, de que, a imprensa não é neutra, procurando mostrar, como a imprensa faz para persuadir e atingir seus leitores, fazendo com que acabem “comprando” a ideia que eles “vendem”. Os verbos, exercem uma função primordial no compartilhamento das notícias, dando, mais ênfase ou menos, naquilo que convém ou não, ao meio de comunicação que está veiculando determinada informação. Sendo assim, os jornalistas introduzem as opiniões dos jornais dos quais fazem parte, e o teor de seus pensamentos, nas notícias que estão veiculando, praticando assim, uma espécie de interpretação implícita, que acaba por influenciar na forma de persuadir o leitor a acreditar e aceitar alguma informação. Isso equivale a dizer que, a mídia pode manipular a informação através dos verbos. O autor, em seu artigo “A ação dos verbos introdutores de opinião”, escrito em 1991, destaca quatro formas linguísticas que os jornais se utilizam para veicular a informação, e de certa forma manipulá-las, ou seja, conforme aquilo que lhes interessa construir e transmitir, escrevem de uma ou de outra maneira. O autor, explica melhor estas formas, no seu artigo aqui citado. Para Marcuschi (1991, p. 76):

Quanto as formas linguísticas de relatar opiniões, as mais frequentes são as seguintes:

- (a) **mediante um verbo:** nesta modalidade a opinião é introduzida com algum verbo que antecipa o caráter geral da opinião relatada. Encontramos aqui uma série enorme de verbos e é a eles que voltaremos a atenção. Entre esses verbos estão: “declarar”, “confirmar”, “elogiar”, “indagar”, “reiterar”, “advertir”, “acusar”, “pedir”, “sugerir”, “defender”, “atacar”, “contar”, “considerar”, “ênfatizar”, “lembrar”, “acreditar”, “concordar”, etc.
- (b) **mediante uma nominalização:** ao lado do uso de verbos como os apontados em (a) encontramos também o processo de nominalização de verbos. É um procedimento mais incisivo, mas pode subentender o conhecimento da opinião.
- (c) **Mediante construções adverbiais:** aparentemente neutra, esta modalidade introduz o discurso literalmente ou parafraseado. As expressões mais frequentes aqui são: “segundo fulano”, “na opinião de...”, “para fulano”, “a seu

ver...”, “de acordo com...”, etc. Estas formas deixam as opiniões por conta de quem as emite. Assumem a posição de devolver a responsabilidade do dito ao próprio autor da opinião como no caso de (b) com a nominalização. Trata-se de um recurso muito delicado ao referir a opinião parafraseadamente, pois o redator pode parafrasear a opinião de alguém e apresentá-la como literalmente dada. Diferente é o caso em que a expressão introduz a opinião entre aspas.

(d) **mediante dois pontos ou inserção aspeada no texto:** modalidades que aparecem muito mais nas manchetes ou em certos contextos da notícia.

O autor, diz ainda que:

As expressões “introduzir”, “relatar”, “citar”, e “apresentar”, opiniões são usadas equivalentemente, de modo a terem a mesma estrutura lógica interna, com a seguinte configuração: o redator relata a um leitor, as opiniões de alguém. Com isso, o redator torna-se um filtro, porquanto ele é receptor e emissor ao mesmo tempo (MARCUSCHI, 1991, p.75).

Isso equivale a dizer que, a mídia pode manipular a informação através dos verbos, pela forma como coloca a notícia, pelas cores, imagens, destaques, enfim, faz com que sejamos capazes de absorver as notícias da maneira que lhes convém, e podem fazer com que a pessoa interprete também da forma que quem a difundiu quer. Neste sentido, para Becker (2005, p.45-46): “Qualquer ato comunicativo envolve construção de sentidos, pois essa característica é própria da linguagem”. A autora também afirma que:

Sem dúvida, os discursos jornalísticos são os principais gerenciadores das representações da realidade cotidiana, consistindo num poder efetivamente real e simbólico. [...] A forma da notícia é criada através da interpretação jornalística dos fatos, nos modos particulares dos produtores realizarem escolhas e atribuírem juízos de valores aos acontecimentos.

Outrossim, não podemos deixar de observar, cada detalhe da notícia, veiculada pelos meios de comunicação social. A este respeito, Ponte (2005), atenta para o fato de que, o jornalismo, não é considerado propriamente um campo de estudos, mas deve ser visto como um importante meio de análise do que nele é difundido, chamando a atenção para a questão de ter sido considerado por algum tempo como um meio de propagandas. Segundo Carvalho (1993, p.28-29):

O sistema mediático está a ocupar nas nossas sociedades um lugar preponderante na Política, a substituir-se insidiosamente a família e a escola na Educação (enquanto transmissão de conhecimentos e formação de valores) a julgar os cidadãos antes dos TRIBUNAIS.

Todavia, aquilo que a mídia veicula, deve ser encarado com um olhar atento e crítico, buscando-se, interpretar, com total cuidado, prestando atenção em todos os detalhes,

para sermos capazes de ver e compreender o que realmente está acontecendo e sendo dito nas notícias retratadas. Tendo em vista que a presente tese aborda a autoridade do professor e seu declínio na sociedade contemporânea, através das notícias veiculadas pelo portal de notícias clicRBS, no próximo tópico, discorreremos sobre a emergência do ciberespaço, local onde o webjornalismo e os portais de notícias se propagam. Depois, adentraremos no nascimento dos jornais digitais.

### *2.9.2 Relações sociais e a emergência do ciberespaço: contexto do nascimento do webjornalismo*

A vida em sociedade, pauta-se pelas relações, interações e (re) criações humanas e sociais. Originalmente, tínhamos encontros que exigiam a presença física, decorrentes das formas tradicionais de nos relacionarmos, desde nossa existência, na qual nos encontrávamos pessoalmente. No mundo atual, temos, cada vez mais, novas possibilidades de estabelecer relações. Elas estão surgindo através do avanço das tecnologias, concomitantes ao advento da globalização. Neste sentido, para Severino (2017, p.9):

Um dos aspectos mais marcantes de nossa época é a impressionante revolução tecnológica ocorrida na esfera dos meios de comunicação de massa. É verdade que se trata de um fenômeno abrangente; essa revolução atingiu praticamente todos os setores da vida, demonstrando a capacidade de transformar conhecimentos científicos em artefatos técnicos que possibilitam manejar o mundo de uma maneira quase demiúrgica.

Dentre os fatores que possibilitaram estas transformações na vida social, podemos citar, o crescimento significativo das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no mundo, e sua inserção, de forma cada vez mais intensa, na vida das pessoas. Considerando-se que, as tecnologias estão presentes ,cada vez com maior força, no cotidiano social e educativo, podemos dizer que, elas não estão sendo utilizadas apenas para os relacionamentos sociais, mas sim, estão sendo paulatinamente incorporadas pelas diversas instituições, provocando novas formas de agir, interagir, viver e refletir sobre uma gama de assuntos, que permeiam os mais variados contextos da vida. Para Castells (2003, p. 3 - 4):

No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e da comunicação de símbolos. Na verdade, conhecimento e informação são

elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento de informação.

Neste compasso, as TDIC provocam diversas mudanças nas formas de relacionamentos, e na maneira pela qual as pessoas se relacionam com o mundo, com as outras pessoas, alterando as relações sociais e com nós mesmos, toda a lógica vigente na sociedade. Se antes, era necessário, perdermos horas para nos deslocarmos de um ponto para outro, ou para nos comunicarmos com nossos amigos ou parentes, agora, podemos conversar, nos conectar, e estar com diversas pessoas, das mais variadas regiões do mundo, ao mesmo tempo. Com os adventos tecnológicos, presenciamos uma espécie de supressão do tempo e do espaço, o que nos dá, a possibilidade de estarmos presentes em dois ou mais lugares ao mesmo tempo, seja pela presença virtual ou real. Segundo Severino (2017, p.9): “Não há mais limitações espaciais ou temporais, tudo ocorre como se estivéssemos presentes em todos os lugares em um mesmo instante. Surgiu e consolidou-se então uma nova linguagem universal, onipresente e instantânea”.

Contudo, as barreiras do tempo e do espaço não se apresentam mais como um obstáculo para quem tem acesso às tecnologias. Pierre Lévy (1999), exaltando as qualidades e benefícios trazidos pelas tecnologias, assinala que, através delas, é possível nos comunicarmos com pessoas do mundo todo, devido à emergência do ciberespaço, que é definido pelo autor como:

O novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999, p. 17).

A convivência que ocorre, a partir da emergência do ciberespaço, abre espaço, para a criação de uma cultura social e digital, caracterizada pelo uso das tecnologias, oportunizando, o estabelecimento de novos contatos, ampliando, as relações sociais, acadêmicas e de trabalho, entre pessoas presentes nas mais variadas partes do mundo. Na ótica do autor:

Parece-nos urgente destacar os grandes aspectos civilizatórios ligados ao surgimento da multimídia: novas estruturas de comunicação, de regulação e de cooperação, linguagens e técnicas intelectuais inéditas, modificações das relações de tempo e espaço (LEVY, 2003, p.13).

É neste cenário, que as TDIC emergem, atuando nas relações mediadas por elas e pelo ciberespaço, num movimento de abertura aos fluxos linguísticos e de pensamento das múltiplas posições (dogmáticas ou críticas), as quais provocam mudanças no modo de viver e conviver em sociedade. Para Lévy (1993, 1999, 2003), a emergência das novas tecnologias, traz diversas formas de manifestações artísticas e textuais. Através do uso da internet, com os computadores, celulares e outros aparatos tecnológicos, podemos produzir, utilizando uma maior variedade de estilos, textos, imagens, sons, enviar mensagens para pessoas presentes em qualquer parte do mundo, e utilizar essas mensagens, como instrumentos que permitem uma espécie de tratamento automático da informação, enfim, com múltiplas possibilidades de realizar as atividades humanas. Deste modo, destacamos que, ao fazermos uma conexão telefônica, entre terminais e memórias informatizadas, nos deparamos, com um conjunto de informações, que nos possibilita, ter um encontro, e, “um contato virtual com todos e com cada um” (LÉVY, 2003, p. 11).

É interessante destacar ainda que, o fenômeno da potencialização do uso do ciberespaço, ocorreu, segundo Lévy (2003), nos últimos anos da década de 80, sendo que, os computadores, evoluíram gradualmente, tendo sua velocidade ampliada, e sendo, cada vez mais “fáceis” de serem apropriados pelas pessoas. Na ótica do autor:

Assistiu-se então a um processo em paralelo de interconexão das redes, que haviam de início crescido isoladamente, e de crescimento exponencial dos usuários da comunicação informatizada. Rede das redes, baseando-se na cooperação “anarquista” de milhares de centros informatizados no mundo, a Internet tornou-se hoje o símbolo do grande meio transfronteiriço que aqui denominamos “ciberespaço” (LÉVY, 2003, p. 12).

Este processo, ocasionou profundas modificações, em diversos aspectos sociais, acarretando significativas mudanças na maneira de viver, conviver e interagir com a sociedade. A partir do advento das TDIC, que se propagaram através das redes digitais, podemos acessar, informações públicas, em poucos minutos, brincar com as redes sociais, estabelecer laços de amizade, compartilhando experiências de vida, tecendo cooperações, e sendo solidários com o próximo. Para explicar melhor o que ocorre na sociedade permeada pelas tecnologias, Lévy (2003, p.13), utiliza, a expressão nomadismo, dizendo que: “voltamos a ser nômades”. Isso ocorre, porque, segundo o autor, “o desenvolvimento dos novos instrumentos de comunicação inscreve-se em uma mutação de grande alcance, à qual ele impulsiona, mas que o ultrapassa”, uma vez que, “o nomadismo desta época refere-se principalmente à transformação contínua e rápida

das paisagens científica, técnica, econômica, profissional, mental [...] Mesmo que não nos movêssemos, o mundo mudaria à nossa volta” (LÉVY, 2003, p. 15).

Dito isto, podemos agora, estabelecer conexões com o pensamento coletivo, com o qual, apesar de não estarmos presentes no mesmo espaço geográfico, temos a possibilidade de tecer saberes, potencializar pensamentos, conhecer as qualidades intelectuais do outro, construindo novas amizades e aprendizagens. Segundo Lévy (2003, p. 16):

Os primeiros nômades seguiam os rebanhos, que buscavam sozinhos seu alimento segundo as estações e as chuvas. Hoje “nomadizamos” atrás do futuro humano, um futuro que nos atravessa e que construímos. O ser humano tornou-se para si mesmo o clima, uma situação infinita e sem retorno. Horda e rebanhos misturados, cada vez menos discerníveis de nossas ferramentas e de um mundo estreitamente atado a nossa marcha, desdobramos a cada dia uma nova estepe.

Através das novidades tecnológicas, presentes na sociedade, e que permeiam a cultura contemporânea, das quais fazem parte as tecnologias digitais e a emergência do ciberespaço, reinventamos modos de agir socialmente, estabelecendo novas relações, nas quais, somos aprendentes da técnica, da tecnologia, da instabilidade e da provisoriedade. Hoje em dia tudo é rápido, provisório, instantâneo. Isso tudo ocorre, dentro do fenômeno da cibercultura, pois:

Se a tecnocultura foi o paraíso de Apolo, a cibercultura pós-moderna parece ser o teatro de Dionísio. A tecnologia microeletrônica é, ao mesmo tempo, mágica (abolição do espaço e do tempo; telepresença) e agregadora (societária, comunitária). Lembremos que a raiz “ciber” tem origem no grego *kubernets* (a arte do controle, da pilotagem, do governo) (LEMOS, 2004, p. 18).

Neste âmbito, percebemos que, através da cultura cibernética, não existe mais apenas a busca do domínio da natureza pela técnica, mediante uma razão instrumental, mas sim, atitudes socioculturais, que se expandem cada vez mais, e que, figuram na cibercultura e na ciberdemocracia. Neste universo virtual, as relações são arriscadas, e surge assim, um estado permanente de luta pelo poder e pelo reconhecimento, onde todos estamos envolvidos. Através das tecnologias, existe uma espécie de deslocamento das instituições do saber, sendo que, ocorre, em muitas comunidades virtuais, a legitimação de discursos, como algo descentralizado. Presenciamos, no contexto da sociedade contemporânea, o trânsito livre das culturas, presentes na sociedade, com suas respectivas representações sociais e coletivas. Santaella (2013), traz importantes contribuições para o estudo das relações no ciberespaço, questionando-se:

Por que as redes sociais digitais parecem mais sociais que as outras? [...] ela se distingue das demais porque “elas vão mais longe na organização da estruturação das interações entre usuários” [...]; elas se especializam em atividades particulares e propõe interfaces e funcionalidades otimizadas pela plataforma em questão. A plataforma técnica da conta da padronização social que é delegada a um conjunto de interfaces e algoritmos. Isso implica grandemente as práticas sociais e sua adaptação à velocidade ambiente. Ao mesmo tempo, há sempre *um espaço de possibilidades suficientemente aberto para permitir uma apropriação rica do sistema por seus usuários* (SANTAELLA, 2013, p. 310; grifos da autora).

Através das indagações da autora, percebemos que, a experiência da internet, permitiu aos sujeitos, vivenciar diferentes formas de agir no mundo, através das interações, construções e representações, reforçando, ainda mais, os laços sociais, uma vez que, os registros simbólicos de um determinado grupo ou sociedade, que se desenvolvem através das relações sociais e interpessoais, exercem grande influência, na constituição, não só individual, como da sociedade como um todo. A vivência e convivência no ambiente do ciberespaço, permite às pessoas, se representar e se (re) encontrar, mostrando seus gostos, desejos, maneiras de ser, mas também pode, mantê-las, escravas da indústria cultural, inaugurando, profundas modificações no agir, no (con)viver e refletir sobre a sociedade e sobre o mundo. Com este advento, inauguram-se, profundas metamorfoses nas formas de vida, pois encontramos nestes mecanismos:

Tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas: memória (bancos de dados, hiperdocumentos, arquivos digitais de todos os tipos), imaginação (simulações), percepção (sensores digitais, telepresença, realidades virtuais), raciocínios (inteligência artificial, modelização de fenômenos complexos) (LÉVY, 1999, p. 57).

Estes fatores, podem contribuir, de forma significativa, para a efetivação de diversas mudanças da vida em sociedade, em seus mais variados cenários. É importante esclarecer que, a tecnologia, faz parte dos meios de produção de poder de uma determinada época, e gera, também, a perda de sentidos e do discernimento de saberes, pelo prazer do uso, e do próprio consumo, inscrito na técnica (PUCCI; CERASOLI, 2010). Em um mundo em que a tecnologia ocupa posição central, e até unilateral, geram-se, pessoas carregadas e consumidas de artefatos tecnológicos, movimentando, também, a dialética social, afinada com a interdependência social das tecnologias. Como diz Pucci, Oliveira (2007, p. 43), “os aparelhos nos moldam a sua imagem e semelhança”. Nesta esteira, para Zuin (2014, p. 242):

Por certo, a convergência entre acessibilidade e portabilidade expressa o modo como uma nova cultura – denominada pelos pesquisadores como digital – se consolida. Mas a cultura digital não pode ser caracterizada exclusivamente por meio do modo como novas técnicas de comunicação revolucionam a fabricação e profusão de aparelhos capazes de provocar inveja no deus Hermes (ou Mercúrio), que tinha asas nos pés, que lhe possibilitavam transpor grandes distâncias em um breve intervalo de tempo. Na verdade, a produção de um novo paradigma comunicacional precisa ser compreendida na sociedade em que todas as relações sociais tendem a ser concretizadas através de telas e displays. A constatação de que os atuais indivíduos são tecnologicizados implica na investigação do que significa ser digitalmente tecnologicizado.

Posto que, a cibercultura invade diversas dimensões da existência humana, e: “hoje podemos dizer que uma verdadeira estética do social cresce sob nossos olhos, alimentada pelas tecnologias do ciberespaço” (LEMOS, 2004, p. 15-16). Ainda nesta perspectiva:

Levar em conta a dimensão técnica da vida cotidiana significa dirigir nosso olhar ao mundo da vida. Esta é uma tentativa de reconhecer a técnica no campo da cultura. Se na modernidade prevaleceu o imaginário da homogeneização e da racionalidade instrumental, a época atual impõe uma atitude complexa do fenômeno técnico (LEMOS, 2004, p. 17).

Neste sentido, na sociedade atual, com os adventos tecnológicos, novas formas de vivências e experiências perpetuam-se. Uma mudança significativa, que podemos perceber, no que tange à comunicação, são os portais digitais de notícias, nascidos no contexto do ciberespaço. Através deles, podemos ter acessos a notícias do mundo todo, a qualquer hora (tempo), independentemente, de onde estejamos (espaço). Eles fazem parte, da supressão do tempo e do espaço, proposta pelo sociólogo Antony Giddens (2009), no terceiro capítulo da obra “A Teoria da Estruturação”. Na mesma senda, para Medina (1978, p.16):

Vencida uma das principais limitações humanas, tempo/ espaço, ninguém tem dúvida ao atribuir a vitória aos recursos tecnológicos que veiculam a informação. E logo se percebe também que os próprios avanços tecnológicos fazem parte das necessidades da industrialização, ou que reforça a informação, no caso, jornalística, como decorrência normal do sistema econômico que está na base.

No alvorecer deste contexto, é que nascem os portais digitais de notícias, e o webjornalismo, que possibilita a propagação de (muitas) notícias em pouquíssimo tempo. Não resta dúvida de que, a internet, trouxe, significativos avanços na propagação das notícias, sendo que, ela figura, como mais um campo de circulação delas. Dentre os avanços que a internet trouxe para o webjornalismo ou jornalismo digital, podemos citar, por exemplo, a possibilidade de interação entre seus leitores, que podem agora participar

da postagem, interagindo com a mesma através da inserção de comentários em tempo real, ou que ficam ali registrados, abrindo possibilidade, para quem quiser se manifestar e debater sobre um acontecimento, pois, as notícias podem ser localizadas e lidas a qualquer momento. Corroborando com esta ideia:

Com o aparecimento da internet verificou-se uma rápida migração dos mass media existentes para o novo meio sem que, no entanto, se tenha verificado qualquer alteração na linguagem. O chamado "jornalismo online" não é mais do que uma simples transposição dos velhos jornalismo escrito, radiofônico e televisivo para um novo meio. Mas o jornalismo na web pode ser muito mais do que o actual jornalismo online. Com base na convergência entre texto, som e imagem em movimento, o webjornalismo pode explorar todas as potencialidades que a internet oferece, oferecendo um produto completamente novo: a webnotícia (CANAVILHAS, 2001, p.1).

Ainda na concepção deste autor:

É, pois, com naturalidade que se introduz agora o conceito de web jornalismo e não de jornalismo online. Se, para o jornalista, a introdução de diferentes elementos multimidia altera todo o processo de produção noticiosa, para o leitor é a forma de ler que muda radicalmente. Perante um obstáculo evidente, o hábito de uma prática de uma leitura linear, o jornalista tem de encontrar a melhor forma de levar o leitor a quebrar as regras de recepção que lhe foram impostas pelos meios existentes (CANAVILHAS, 2001, p.2).

Nesta senda, surge o portal de notícias clicRBS<sup>5</sup>, foco de análise desta tese de doutorado. Trata-se, de um portal de notícias digital, na internet, que mantém a propagação da informação hipertextual em tempo real, atualizando os usuários, do que está acontecendo a todo instante. São encontrados ali, notícias, textos, fotos, vídeos, áudios, entre outros. Para Canavilhas (2001, p.1):

Marshall McLuhan afirmava que o conteúdo de qualquer medium é sempre o antigo medium que foi substituído. A internet não foi exceção. Devido a questões técnicas, (baixa velocidade na rede e interfaces textuais), a internet começou por distribuir os conteúdos do meio substituído - o jornal. Só mais tarde a rádio e a televisão aderiram ao novo meio, mas também nestes casos se limitaram a transpor para a internet os conteúdos já disponibilizados no seu suporte natural. As emissões das rádios e dos telejornais na internet são tudo o que se pode encontrar actualmente. E apesar do inquestionável interesse da difusão destes conteúdos à escala global, é um completo desperdício tentar reduzir o novo meio a um simples canal de distribuição dos conteúdos já existentes. Olhar para o actual jornalismo online é algo semelhante a imaginar a transmissão de um telejornal onde alguém lê simplesmente um jornal frente a uma câmara. Afirmar-se que "a rádio diz, a televisão mostra e o jornal explica" não é mais do que constatar que cada meio tem as suas próprias narrativa e linguagem. E a ser assim, a internet, por força de poder utilizar texto, som e imagem em movimento, terá também uma

---

<sup>5</sup> O portal de notícia clicRBS surgiu no ano de 1996.

linguagem própria, baseada nas potencialidades do hipertexto e construída em torno de alguns dos conteúdos produzidos pelos meios existentes.

Neste contexto insere-se o clicRBS. Segundo Rocha (2006, p.178), falando a respeito do portal de notícias clicRBS:

A peculiaridade do clic é ser um canal de distribuição virtual que conta com as redações da mídia tradicional da própria empresa para abastecer grande parte de seu conteúdo. Porém, qualquer material, antes de ser publicado na web, passa pela formatação específica do meio pelos jornalistas da redação online, que é responsável pela atualização das notícias ao longo do dia e até tarde da noite.

Além disto, o portal de notícias clicRBS, integra uma iniciativa, que visa, uma forma de expandir os veículos da RBS (que se consolida como um grupo jornalístico do Rio Grande do Sul, que existe também em Santa Catarina, tendo considerável tradição em termos de comunicação). Este portal de notícias, é acessado, por muitas pessoas, que querem obter informações de forma instantânea, agregando em seu interior, informações oriundas da rádio, televisão, blogs e jornais impressos. Os portais de notícias, estão se proliferando, cada vez, mais na sociedade atual, possibilitando, aos que acessam a internet, se atualizar, ler, debater, dialogar, curtir e comentar as postagens. Um grande diferencial dos portais de notícias para os jornais impressos, é que, em seu interior, os leitores podem emitir sua opinião, estabelecendo, assim, trocas, compartilhamentos de pensamentos, opiniões, sentimentos e muito mais. Para Rocha (2006, p. 175):

Na Internet, o leitor, que passa a ser chamado também de usuário, abre a home (página principal do jornal online/portal que funciona como a primeira página do impresso), lê as manchetes, vê as fotos e começa a navegar pelas notícias que estão em formato de hipertexto. Porém, como já se falou anteriormente, que o jornal impresso passara por um período de aprimoração até ser legitimado como um meio de comunicação de massa com características específicas, o jornalismo online também está passando por uma época de transformações sociais, técnicas e de linguagem. A passagem do papel para a tela do computador, especialmente em razão da natureza do próprio meio, Internet, faz com que estudiosos, especialistas em novas tecnologias e jornalistas de veículos online se debrucem sobre modos como leitor e notícia podem ser mais bem aproveitados na construção desse tipo de jornalismo.

Em seu interior, existem também os blogs, que conforme afirma Rocha (2006, p.165):

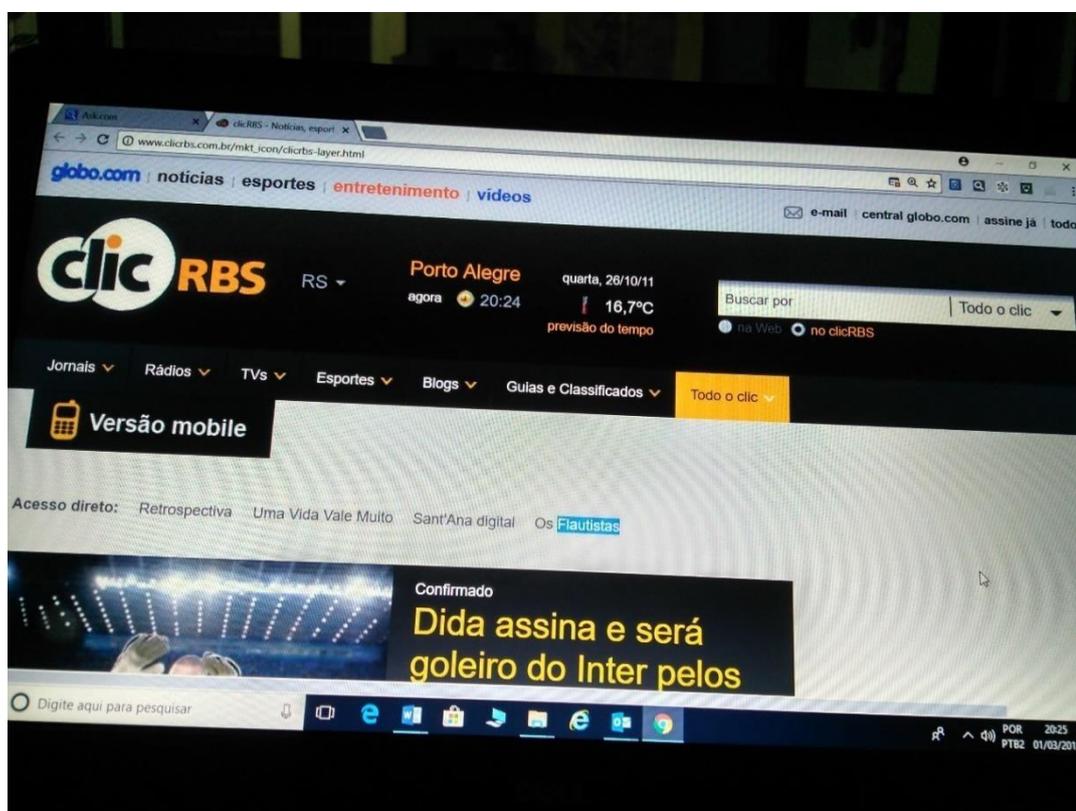
Os blogs entram em cena no cenário jornalístico no dia 11 de setembro de 2001, logo após o atentado terrorista às torres do World Trade Center. Isso ocorre porque os sites mais conhecidos ficam superlotados e acabam caindo do sistema. Desde lá a mídia convive com a expansão da blogosfera de modo tão expressivo que as funções do jornalismo estão sendo alvo de permanente discussão.

Entrementes, a diferença entre os jornais impressos e os portais de notícias como o clicRBS, é que, no primeiro, o indivíduo tem acesso a todas as notícias que foram editadas naquele dia, seja, esportes, policial, clima/ tempo, mídia, mundo; e no segundo, o usuário digita o assunto que está procurando obter informações, e de forma rápida, aparecem uma série de postagens sobre o assunto que está sendo perquirido, mostrando, aquilo que tem sido falado/ postado /divulgado/debatido, em relação a esta temática. Conforme Canavilhas (2001, p.3):

Periodicidade. O webjornal não deverá ter periodicidade. A actualização é constante e os destaques de primeira página estão em constante mutação. Se os acontecimentos não têm periodicidade, as notícias também não. Por estar online, o webjornal está acessível à escala global, a utilizadores de diferentes fusos horários e, portanto, não se justifica acorrentar a cadência noticiosa ao ciclo biológico das pessoas que o utilizam.

Abaixo, segue a página do antigo clicRBS<sup>6</sup>:

Figura 1- Foto da página inicial do clicRBS



Fonte: Autoria própria, 2018.

<sup>6</sup> O portal de notícias clicRBS mudou de nome no ano de 2018, passando a se chamar Gaúcha ZH.

Uma peculiaridade, em relação aos portais de notícias digitais, é que, eles contemplam aos internautas acessos rápidos de qualquer notícia a qualquer instante, permitindo a atualização e debate sobre aquilo que está sendo postado. A este respeito, segundo Moraes (1997, p.14-15):

A malha de teleinfocomunicações habita interconexões entre conhecimentos e saberes antes compartimentados e diluídos. No cruzamento de interações eletrônicas, a hiper-rede planetária Internet pluga entre si milhões de usuários, num tráfego impressionante de raças, credos, idiomas e ideologias. Podemos consultar bibliotecas e livrarias virtuais (inclusive as excêntricas como a Librairie Cyberpunk), ou navegar por museus com acervos tão díspares quanto os de Rafael, Picasso, Cândido Portinari e Andy Warhol. Digitando [www.cfs.colorado.edu/psn/marx](http://www.cfs.colorado.edu/psn/marx) no campo de endereçamento da URL (Uniform Recourse Locator), escala-se a árvore de conhecimentos do The Marx /Engels Archives. Mas se o marxismo não é manjar dos deuses para você, relaxe nos jogos tridimensionais, ouça Cazuza, João Gilberto e Rolling Stones nos plug ins das ciber rádios.

Assim, os webjornais e os portais de notícias, estão sendo inseridos na sociedade, fornecendo mais um tipo de acesso rápido a informações na atualidade, independentemente do local em que estejamos, e do horário que estamos buscando determinada informação. Com todas as facilidades que a internet nos proporciona, é possível que, através da rápida busca de notícias, e de seu acesso, possamos estar informados, o tempo todo. Para Canavilhas (2001, p.1):

A máxima "nós escrevemos, vocês leem" pertence ao passado. Numa sociedade com acesso a múltiplas fontes de informação e com crescente espírito crítico, a possibilidade de interação directa com o produtor de notícias ou opiniões é um forte trunfo a explorar pelo webjornalismo. Num jornal tradicional o leitor que discorda de uma determinada ideia veiculada pelo jornalista limita-se a enviar uma carta para o jornal e a aguardar a sua publicação numa edição seguinte, tendo habitualmente que invocar a Lei de Imprensa para o conseguir. Por vezes a carta só é publicada dias depois e perde completamente a actualidade. Outras vezes o jornalista não responde, ou fá-lo de forma a encerrar a discussão, fechando a porta a réplicas. No webjornal a relação pode ser imediata. A própria natureza do meio permite que o webleitor interaja no imediato. Para que tal seja possível o jornalista deve assinar a peça com o seu endereço electrónico. Dependendo do tema, as notícias devem incluir um "faça o seu comentário" de forma a poder funcionar como um fórum. No webjornalismo a notícia deve ser encarada como o princípio de algo e não um fim em si própria. Deve funcionar apenas como o "tiro de partida" para uma discussão com os leitores. Para além da introdução de diferentes pontos de vista enriquecer a notícia, um maior número de comentários corresponde a um maior número de visitas, o que é apreciado pelos leitores.

Se por um lado, os webjornais e os portais de notícias proporcionam rapidez e instantaneidade, na divulgação dos acontecimentos, por outro, ocorre também, um excesso de informação, que pode se tornar prejudicial ao leitor. Isso ocorre, porque,

muitas vezes, o leitor acaba não conseguindo refletir a respeito daquilo que está lendo, sendo que, além do mais: “Queiramos ou não, a vida cotidiana, as mentalidades, a sociabilidade e o trabalho passam por mudanças radicais diante da convergência de circuitos digitais, satélites e fibras ópticas” (MORAES, 1997, p.19). Sendo assim, é possível afirmarmos que, instaura-se, em nossa sociedade, uma nova ordem comunicacional, que se divide, em dois eixos:

- a) contínua absorção, pelos grandes conglomerados mediáticos, de dispositivos de última geração, interligados em redes e geradores de informações on-line e /ou em tempo real de amplíssimo alcance;
- b) o ciberespaço como um âmbito desterritorializados de bases cooperativas, de trocas interativas e de acessos instantâneos a uma multiplicidade infinita de saberes (MORAES, 1997, p.19).

Deste modo, através da propagação de notícias no ciberespaço, os portais digitais, proporcionam, ao espectador, uma interação direta, com aquilo que está sendo noticiado, possibilitando ao leitor, agir e interagir, com o aquilo que está sendo divulgado, algo que nos jornais impressos não era possível. Para Canavilhas: “Os jornais têm um layout pensado e criado para o meio online. A utilização do hipertexto e a possibilidade de comentar são presença obrigatória e as notícias de última hora passam a ser um factor de diferenciação em relação às versões em papel” (CANAVILHAS, 2006, p.1). Segundo Moherdau (2012, p. 82): “No Brasil, embora o IBOPE tenha mostrado em 2010 que as pessoas incorporaram as redes sociais em seu cotidiano, um ano depois afirmou que “portais são absolutamente relevantes e são as referências para o adulto”. Na ótica de Moherdau (2012, p.150):

Embora haja a constatação de que a WEB possibilita reconfigurar o atual processo comunicacional, as empresas de comunicação ainda operam em uma lógica estruturalista, baseadas na remediação, conforme revela pesquisa com os seguintes jornais: Globo notícias (G1), UOL Notícias Folha (Folha.com), Terra Notícias, Estadão.com.br, Google News, iG News (Último Segundo), R7 Notícias, BBC, The New York Times, Band.com.br, CNN, MSNBC, El País, The Guardian e Huffington Post.

Ainda para esta autora, a composição dos webjornais têm sido feitas pensando no seguinte:

- a) aumento do uso de banda larga no mundo;
- b) baixo custo de acesso a Internet;
- c) crescimento dos usuários em notícias em redes sociais;
- d) inovações tecnológicas que possibilitam desenvolver conteúdo jornalístico na rede;
- e) tendências de *design* observadas a partir de análises de perfil de consumo do usuário e do tipo de configuração do seu computador (MOHERDAUI, 2012, P.150).

Além do mais, a internet, possibilita novas oportunidades, enriquecendo o noticiário para o fazer jornalístico, conforme mencionado acima, e fornecendo, mais possibilidades para os leitores acessar a notícia.

Finalizando o referencial teórico desta tese de doutorado, com vistas a melhor situar o leitor do que foi debatido até agora, antes de adentrarmos na metodologia e na fase da análise dos dados, abaixo, encontra-se um quadro, no qual construímos um resumo dos autores que fizeram parte do referencial teórico desta tese. Em seguida discorreremos sobre os aspectos metodológicos.

Quadro 1 – Ideias norteadoras do referencial teórico

AUTORES	IDEIAS PRINCIPAIS
MOACIR GADOTTI (2006)	História, nascimento e contextualização da educação com uma visão crítica.
MARIO ALIGHIERO MANACORDA (2006)	História e contextualização da educação.
HANNAH ARENDT (2014)	Crise da Educação. A autoridade e sua crise que se manifesta através da crise da tradição, da crise política e da crise democrática
RICHARD SENNETT (2014)	Autoridade como noção de desigualdade. O medo que as autoridades provocam.
ALAIN RENAUT (2004)	Crise da autoridade e da educação. Converte com Hannah Adendt (2014).
MAX WEBER (2003)	Os três tipos puros de dominação: tradicional, legal e carismática.
ANTONIO NÓVOA (1992)	Formação de professores e identidade docente.
MAURICE TARDIF (2000, 2002, 2008)	Formação de professores e identidade docente. Saberes docentes.
MARIE CRISTINE JOSSO (2001)	Histórias de vida e Identidade Docente.
MARIO OSÓRIO MARQUES (1992)	História da formação de professores no Brasil.

BERNADETE GATTI (2010)	Políticas educacionais e de formação de professores no Brasil.
DEMerval SAVIANI (2009)	História da formação de professores no Brasil.
THEODOR ADORNO (1995)	Desvalorização do professor e sua imagem negativa perante a sociedade.
PIERRE LEVY (1993, 1999, 2003)	Cibercultura e ciberespaço.
ANDRÉ LEMOS (2004)	Cibercultura e ciberespaço.
MANUEL CASTELLS (2003)	Ideia da sociedade em rede.

LÚCIA SANTAELLA (2013)	Inovações tecnológicas. Modificações nas formas de comunicação através do ciberespaço.
FRANÇOIS HURSTEL (1999)	Novas configurações da paternidade e os significados de ser pai.
VERA REGINA RAMIRES (1997)	Novas configurações da paternidade, maternidade e dos casamentos.
PHILIPPE JULIEN (1997)	Novas configurações dos casamentos, da paternidade e da maternidade. Transformações no modelo da família.
ELISABETH ROUDINESCO (2003)	Novas configurações dos casamentos e da paternidade. Transformações no modelo da família.
FRANCISCO RUDIGER (1990)	História do jornalismo e visão crítica.
CREMILDA MEDINA (1978)	Linguagens do jornalismo e crítica a “venda” das notícias.
MAYRA RODRIGUES GOMES (2000)	Linguagem jornalística e crítica ao jornalismo.
LUIZ ANTONIO MARCUSCHI (1991)	Tendência crítica do jornalismo e a linguagem jornalística.
JOSÉ PEDRO SOUSA (2008)	História do jornalismo.
FAUSTO NETO (1992, 1996)	Crítica ao jornalismo por sua linguagem e caráter tendencioso.

BEATRIZ BECKER (2005)	Crítica a maneira pela qual o jornalismo constrói a notícia, provocando o entendimento que convém a quem escreveu ou ao jornal que veiculou.
BENÍCIO ANTONIO DE LIMA (2001)	Crítica ao jornalismo e a forma como vende” a notícia.
NELSON WERNECK SODRÉ (1999)	História do jornalismo e caráter crítico ao mesmo.
NELSON TRAQUINA (2004)	História do jornalismo e caráter crítico ao mesmo.
DENIS MORAES (1997)	Interpretações sobre a comunicação e o jornalismo no contexto do ciberespaço.
PAULA JUNG ROCHA (2006)	Trouxe interessantes contribuições sobre o clicRBS, em sua tese de doutorado em Comunicação Social defendida pela PUCRS, intitulada: “Jornalismo em tempos da cibercultura: um estudo do clicRBS”.
JOÃO CANAVILHAS (2001, 2006)	Artigos sobre WEBJORNALISMO
LUCIANA MOHERDAUI (2012)	Tese de doutorado sobre o WEBJORNALISMO

Fonte: Autoria própria, 2018.

Os autores citados acima, foram alguns dos responsáveis, pelas principais referências teóricas, que compõem esta tese de doutorado. No próximo tópico, abordaremos a metodologia utilizada para dar conta da problemática proposta nesta pesquisa.

### **3. ABORDAGEM METODOLÓGICA**

A metodologia, é o caminho que o pesquisador vai percorrer, sendo guiado e ancorado, em seus pressupostos. Ela abrange, os métodos e técnicas utilizados, para encontrarmos a melhor forma de responder ao problema de pesquisa (GIL, 2007; GOLDENBERG, 2005; LUDKE, ANDRÉ, 1986; BODGAN, BIKLER, 1994). Para Gil (2007, p. 17), uma pesquisa pode ser definida como:

Procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. Só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa.

Levando-se em conta que, esta investigação abrange uma questão complexa e multifacetada, que é a autoridade do professor e seu declínio na sociedade contemporânea, retratada pelo portal de notícias clicRBS, optamos, por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso. No caso em tela, trata-se, de um estudo de caso, a partir do portal de notícias clicRBS, um meio de comunicação digital, no qual, realizamos uma análise documental das postagens dos últimos 10 anos, ou seja, de 2008 até 2017, sobre a autoridade do professor e seu declínio, utilizando o descritor: autoridade do professor.

#### **3.1. Caracterização do Estudo**

O presente estudo, caracteriza-se, como uma pesquisa de natureza qualitativa, sendo um estudo de caso. Neste sentido, falando a respeito da pesquisa qualitativa, para Bodgan e Biklen (1994, p.16): “A investigação qualitativa em educação assume muitas formas e é conduzida em múltiplos contextos”. Trata-se, de um processo que, agrupa, diversas estratégias de investigação, as quais, partilham, determinadas características (BODGAN, BIKLEN, 1994; LUDKE, ANDRÉ, 1986). Assim, a investigação qualitativa, envolve o pesquisador inteiramente no processo, não apenas na análise de dados. Por isso, podemos afirmar que a pesquisa qualitativa abrange objetos e acontecimentos que devem ser levados a parte sensível da mente, de modo a discernir o seu valor como dados

(LUDKE, ANDRÉ, 1986). Este procedimento, não é simples, uma vez que, exige a análise, e a percepção da razão, efetuando um questionamento, a respeito do porquê daqueles objetos terem sido produzidos, atentando, para como isso afeta a informação daquilo que está sendo perquirido. Além disso, também envolve, saber, quando descartar dados que parecem ser duvidosos, e quando mantê-los (BODGAN e BIKLEN, 1994; LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Neste contexto, consideramos que, a pesquisa qualitativa, é ideal para este tipo de investigação, sobre a autoridade do professor e seu declínio, na sociedade contemporânea, retratada pelo portal de notícias clicRBS. Para Bogdan, Biklen (1994) e Ludke, André (1986), um aspecto interessante de se destacar na pesquisa qualitativa, é, o ambiente natural em que circunda a investigação, que deve ser encarado como uma das principais fontes para a coleta de dados, sendo que, o pesquisador precisa estar posicionado como o ator fundamental, neste momento. As questões que emergem deste tipo de estudo são: Como é que as pessoas negociam os significados? Como é que se começaram a utilizar certos termos e rótulos? Como é que determinadas noções começaram a fazer parte daquilo que consideramos ser o "senso comum"? Qual a história natural da atividade ou acontecimentos que pretendemos estudar? Sendo assim, o investigador precisa realizar um contato direto com o contexto no qual pretende realizar sua investigação, buscando sempre, a maior quantidade possível de dados, sobre os quais se possa extrair o maior número possível de informações em que se manifeste o fenômeno a ser estudado. Também é interessante salientar que, os dados coletados, não devem ser meramente descritivos, mas sim, precisam conter descrições de pessoas, fatos, realidades, objetos e suas relações com os sujeitos. Neste âmbito, para Zantén (2004, p.11):

É importante sermos rigorosos porque nossas provas empíricas não constituem nunca totalmente uma prova, mas permitem, pelo menos, uma transparência na discussão. Se um pesquisador nos mostra o material que dispõe, o que selecionou, o que montou, há um debate possível entre os atores e é possível que digamos que interpretamos diferentemente dele. Isto permite a transparência e um tipo de discussão que me parece essencial.

Além do que, foram tratadas, com bastante atenção, as postagens referentes a autoridade do professor no portal de notícias clicRBS. Na perspectiva da pesquisa qualitativa, optou-se pela realização de um estudo de caso. Na ótica de Yin (2010,

p.24): “O estudo de caso é usado em muitas situações para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados”. Para o autor:

O método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real-como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias (YIN, 2010, p.24).

Considerando-se as palavras de Yin (2010), o estudo de caso, atende a proposta desta investigação, na qual foi feita uma busca no portal de notícias clicRBS, visando a coleta e análise das postagens referentes à autoridade do professor, retratadas neste local, nos últimos dez anos, de 2008-2017, tendo como objetivo, compreender, como o portal de notícias clicRBS está retratando a autoridade do professor na Educação Básica, e os possíveis impactos disso para a educação brasileira contemporânea.

### **3.2 Relevância Pessoal**

As inquietações com relação a questão do exercício da autoridade do professor na Educação Básica, em sala de aula, surgiram durante os anos de 2012, 2013, quando durante a graduação em Licenciatura em Ciências Sociais, na UFRGS, realizei os estágios docentes em Ciências Sociais I e II, ministrando aulas de sociologia para o Ensino Médio, no ensino público, em duas escolas estaduais de Porto Alegre. A par a minha breve experiência de docência, anteriormente, entre os anos de 2008 e 2010, eu realizei o meu mestrado em Ciências Sociais na PUCRS, no qual pesquisei a respeito da (re)construção da identidade judaica no ciberespaço, estudando, uma comunidade de judeus sefarditas, que estavam dispersos pelo mundo, residindo em diversos países, e que se comunicavam através da troca de e-mails no ciberespaço, numa comunidade virtual, (re)construindo suas identidades, quase que diariamente, no ambiente virtual. Procurando unir a minha experiência de mestrado que abordou com profundidade as relações identitárias estabelecidas pelos participantes do grupo “Ladino Komunitá” no ambiente do ciberespaço (através trocas de e-mails), as minhas posteriores inquietações, oriundas da minha experiência de estágio docente, que versaram sobre o exercício da autoridade do professor em sala de aula, pretendo, através da escrita desta tese de doutorado, compreender, como o portal de notícias clicRBS, um meio de comunicação social digital, está retratando a autoridade do professor na Educação Básica, destacando, os fatores

que giram em torno deste complexo fenômeno social, que é a autoridade do professor e seu declínio na sociedade contemporânea, buscando destacar, os possíveis impactos disso para a educação brasileira contemporânea, que instiga tanto sociólogos, educadores, professores, diretores de escola, pesquisadores, estudantes, famílias e muitos outros indivíduos da sociedade.

### 3.2.1 Relevância Acadêmica

O trabalho de escrita de uma tese, por se tratar de uma pesquisa acadêmica, é rigoroso, exige muita dedicação e leitura, tempo para escrever e refletir, e uma visão, ao mesmo tempo, panorâmica, e minuciosa do assunto a ser desenvolvido (GOLDENBERG, 2005; GIL, 2007, LUDKE, ANDRÉ, 1986). O interesse pela temática da autoridade do professor, traz em si, muitas faces da educação contemporânea. Na concepção de Freire (1996, p. 47; grifos do autor), ensinar, exige liberdade e autoridade, pois “a aprendizagem da *assunção* do sujeito é incompatível com o *treinamento pragmático* ou com o *elitismo autoritário* dos que se pensam donos da verdade e do *saber articulado*”. E acrescenta, “o que sempre procurei foi viver em plenitude a relação tensa, contraditória e não mecânica, entre autoridade e liberdade, no sentido de assegurar o respeito entre ambas, cuja ruptura provoca a hipertrofia de uma ou de outra” (FREIRE, 1996, p. 122).

Atraídos por esta complexa discussão, buscamos, por meio das palavras-chave: autoridade e autoridade docente, identificar as produções dos últimos cinco anos, de 2011 a 2016, registradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD (disponível em: <http://bdtd.ibict.br/>), para ter uma visão panorâmica, das principais publicações, e um mapeamento, das impressões do que está sendo pesquisado sobre esta temática. Após o levantamento de dados no repositório digital, encontramos, 14 trabalhos, sendo; 9 teses de doutorado, e 5 dissertações de mestrado, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 2: Teses e dissertações encontradas sobre a autoridade do professor-2011-2016

NÍVEL ACADÊMICO	-	ÁREA DE CONHECIMENTO	-	INSTITUIÇÕES DE ORIGEM	-
DOUTORADO	9	EDUCAÇÃO	5	USP	5
MESTRADO	5	CIÊNCIAS SOCIAIS	3	UNESP	2
-	-	FILOSOFIA	2	PUC-SP	2
-	-	PSICOLOGIA	2	UFSM	1
-	-	DIREITO	1	UFRGS	1
-	-	ADMINISTRAÇÃO	1	UEL	1
-	-	-	-	UFPA	1
-	-	-	-	UFG	1

Fonte: Autoria Própria

Destes 14 escritos acadêmicos, em nível de pós-graduação, selecionamos, algumas teses e dissertações, que julgamos ser, inspiradoras, para compor esta parte do trabalho, e tecer um breve panorama do que está sendo produzido. Devido ao fato de a presente tese ancorar-se na área da educação, priorizamos, a leitura desse conjunto de trabalhos acadêmicos, desenvolvidos neste campo de estudo. Abaixo, realizamos um apanhado teórico, do que está sendo escrito sobre a autoridade do professor, em nível de pós-graduação, na área da educação e em outras áreas afins, tais como, ciências humanas e sociais, ilustrando, os cenários pelos quais os debates estão em voga.

No ano de 2015, Adriana Dias de Oliveira defendeu sua tese de doutorado intitulada “Autoridade Docente no Ensino Médio: Compassos e descompassos no Contexto Contemporâneo”, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUCSP. A pesquisa, buscou compreender, as múltiplas facetas da autoridade docente na contemporaneidade, tendo uma abordagem teórico-metodológica interdisciplinar, ou seja, contemplou olhares de um mesmo fenômeno sob diversas óticas, tais como, a filosofia e a história. Metodologicamente, amparou-se, no estudo de caso etnográfico, juntamente as técnicas de observação participante e aplicação de entrevistas com professores, estudantes e diretores da escola. O recorte utilizado, foi a escola pública contemporânea, sendo dada ênfase ao primeiro ano do Ensino Médio, de uma escola pública da periferia de São Paulo. Segundo este estudo, concluiu-se que, a autoridade do professor, é tida como relevante, indicando, a figura do professor, como alguém que precisa ser escutado, antes de ser apenas obedecido.

Em 2014, Mariane Inês Ohlweiler, defendeu, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sua tese de doutorado intitulada: “No labirinto da transmissão: a herança do conceito de autoridade”. A temática da tese, girou em torno, das relações de poder, e suas interlocuções com a família e com os discursos sociais de distintos períodos históricos. A problemática foi a seguinte: De que modos têm se construído discursivamente as figuras de autoridade? Como metodologia, a pesquisa utilizou as análises biográficas, juntamente a aplicação de entrevistas, sendo realizadas entrevistas com doze pessoas de quatro famílias diferentes. O estudo ancorou-se, nos pressupostos teóricos de autoridade de Hannah Arendt (2002), nas relações de poder abordadas por Michel Foucault, nos conceitos de memória cunhados por Henri Bergson (1991), e nas ideias de experiências, elaboradas por Walter Benjamin (1986).

Já em 2012, Tânia Gonçalves, defendeu sua tese de doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação da USP, intitulada: “Autoridade Docente. Pensamento responsabilidade e reconhecimento”. Nesta pesquisa, a autora buscou, através dos fundamentos de Hannah Arendt (2002) e de José Mário Pires Azanha (2006), refletir, a respeito da importância da questão da autoridade, ou de sua perda, na Educação Básica. Foram perquiridas, também, as relações existentes entre as políticas públicas para Educação Básica e o ofício docente, dando importância para as políticas públicas de formação de professores no Brasil. Quanto à metodologia, a pesquisa caracterizou-se como uma revisão de literatura, tendo cunho teórico, e sendo construída, à luz das obras dos autores citados acima, que dão conta destas temáticas.

Por sua vez, em 2015, Daniela Morel Farias, também pelo Programa de Pós-graduação em Educação da USP, escreveu, sua dissertação de mestrado denominada: “Esvaziamento da Autoridade da palavra do Professor: uma reflexão psicanalítica sobre a crise contemporânea na educação”. A pesquisadora, fez uma incursão, em questões tais como: o mal-estar na civilização, em conjunto com a crise na educação, procurando verificar, a relação destas, com o esvaziamento da palavra do professor. O problema de pesquisa, trouxe as seguintes questões: o esvaziamento da autoridade da palavra poderia afetar o esvaziamento do enigma que permite a aprendizagem? As mudanças na aprendizagem, que parecem ser inevitáveis, podem vir a ser benéficas de alguma forma para o sujeito contemporâneo? A metodologia utilizada nesta dissertação, foi a qualitativa, com a aplicação de entrevistas abertas e semiestruturadas, com oito professoras da rede

municipal de São Paulo. Constatou-se que, o mal-estar, na cultura, é estrutural, e a crise na educação, é apenas uma das faces deste mal-estar, que atinge a humanidade.

No ano de 2014, Marileide Soares de Lima, escreveu, sua dissertação de mestrado, no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual de Londrina, denominada: “A autoridade e suas relações com o processo educacional em John Dewey”. A escolha por John Dewey, se deu, porque, este autor, tem na democracia, o fundamento de sua obra, sendo que, a liberdade do homem, está diretamente relacionada à sua capacidade de refletir. A problemática da pesquisa, procurou responder, as seguintes inquietações: Quem é a autoridade? De que forma podemos influenciar uns aos outros sem tirar a autonomia de um pensamento reflexivo? Vivemos em uma democracia? Que espécie de autoridade deve ter o professor democrático para que seja possível um trabalho significativo? Estas questões, conduziram a revisão bibliográfica da pesquisa.

Também em 2014, Flancivone Rodrigues da Costa, defendeu, pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia, da Universidade Federal do Pará, sua dissertação de mestrado, denominada: “Autoridade e Autoritarismo em Max Horkheimer”. O trabalho teórico, foi realizado, com base no ensaio: “Autoridade e família”, de 1936. Buscou-se compreender, a noção de autoridade e autoritarismo, a partir da visão de Horkheimer, valendo-se, da historicidade e da perspectiva dialética da sociedade ocidental.

Em 2011, Márcia F. Torres Pereira, defendeu, pelo Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Goiás, sua dissertação intitulada: “Sobre as relações de autoridade e poder na docência: contextos (des)autorizados pela formação”. O trabalho desenvolvido, foi de natureza teórica, e propôs, uma discussão entre educação, natureza e cultura, refletindo, a respeito da questão da autoridade do professor com sua respectiva historicidade, relacionando-a à formação docente. Como referencial teórico, a pesquisa abordou, alguns autores da Escola de Frankfurt, como Marcuse (1995), Adorno (1995) e Horkheimer (1996).

Os trabalhos citados acima, são alguns exemplos, da emblemática e profícua temática da autoridade, para o campo da educação, na atualidade. Apesar de todos tratarem a respeito da questão da autoridade do professor, percebemos, uma lacuna, em relação, ao debate, sobre a autoridade do professor, retratada pelos portais de notícias digitais, tecendo considerações, sobre a problemática da autoridade do professor, abordada pela mídia. Desta forma, a presente tese, traz, como foco de análise, uma perspectiva contemporânea desta temática, que, ainda não foi explorada, e merece, um

olhar atento e crítico, vendo a necessidade, de um olhar minucioso, a respeito, da maneira pela qual, as postagens estão sendo destacadas pelo portal de notícias clicRBS, e quais os possíveis impactos que isso traz para a educação brasileira contemporânea.

### *3.2.2 Relevância Social*

Uma pesquisa, torna-se relevante, a partir do momento, em que, traz, contribuições importantes, de um fenômeno social, para a sociedade. Neste sentido, para Zantén (2004, p.12):

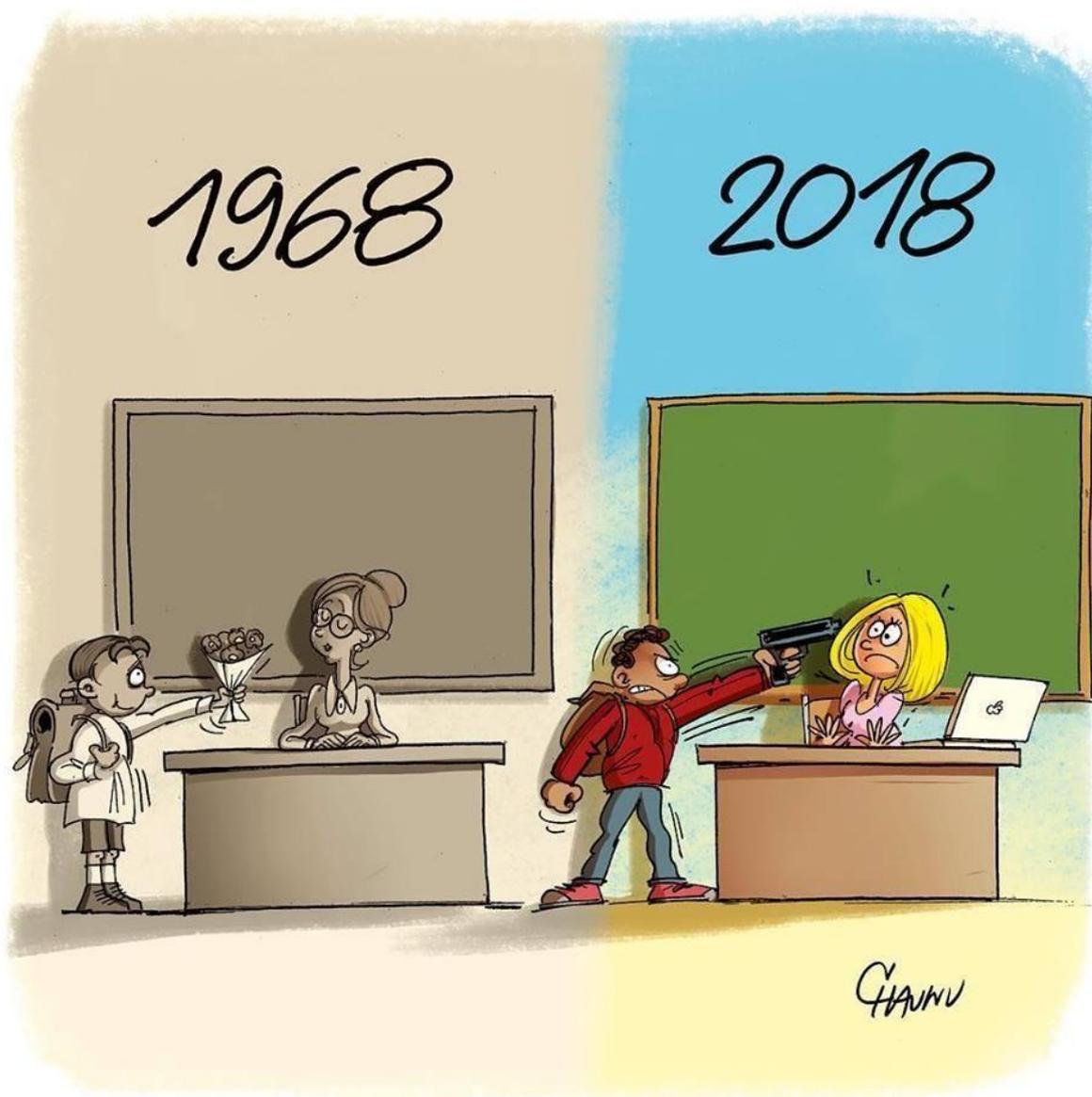
Não devemos esquecer, o fato desta produção ser cumulativa. Nossa produção é científica porque se inscreve em um campo de produção científica. Mesmo quando se trata de um estudo pequeno, microsociológico, localizado, ele se inscreve em um campo muito mais amplo e a sua validade diz respeito à contribuição que oferece a um conhecimento já existente. Sua validade não repousa unicamente sobre um estudo em particular, mas sobre a existência de uma grande quantidade de trabalhos que permitem mobilizar todo esse conhecimento. Deve-se levar em conta que se a investigação não faz senão demonstrar o que já existe, não interessa fazê-la. Toda investigação verdadeira aponta algo novo ao campo total de conhecimento. Aquelas que não apontam algo novo, não são investigações.

Considerando-se as palavras do autor, e como já foi demonstrado no tópico anterior, no qual fizemos, uma busca dos estudos acadêmicos, em nível de mestrado e doutorado, a respeito da autoridade do professor na Educação Básica, nos últimos cinco anos, buscando diagnosticar, o que está sendo produzido a respeito da temática da autoridade do professor e de seu declínio na sociedade contemporânea, percebemos, a necessidade, dela ser estudada sob a ótica dos portais de notícias, não havendo, pesquisas, neste sentido. Entrementes, a partir deste estudo, voltaremos o nosso olhar, para a questão da autoridade do professor, na Educação Básica, temática que está sendo continuamente debatida na sociedade contemporânea, e que, tem sido, bastante noticiada, nas postagens do portal de notícias clicRBS (local onde foi realizada esta pesquisa), visto, terem sido encontradas, 49 postagens, as quais, ocupam, aproximadamente, 200 páginas, sendo que, algumas, reincidentem em mais de uma postagem. Pela quantidade de postagens encontradas, que constituem aproximadamente 200 páginas, portando relatos, entrevistas, charges, fotos e imagens contundentes, tornando este tema relevante e digno de ser pesquisado, constituindo-se como um

fenômeno social que preocupa constantemente os agentes da educação, familiares e pesquisadores.

A par o que tem sido noticiado no interior do portal de notícias, as propagações e discussões a respeito da autoridade do professor e sua perda, seguem intensas. Um exemplo disso, é esta charge, encontrada em diversos locais de comunicação, entre eles, o facebook, e que se apresenta, como uma realidade preocupante, e que, cada vez mais, ocorre com bastante frequência, na educação no contexto da sociedade contemporânea, tanto no Brasil, quanto em alguns países do mundo. Abaixo, trago esta charge, muito elucidativa sobre a questão, que consideramos, demasiadamente emblemática da caótica situação em que se encontra a educação brasileira e mundial, e da falta de respeito, que os professores enfrentam na atualidade, não sendo mais venerados e admirados, como um dia já ocorreu:

Figura 2 – Charge sobre a educação brasileira



Fonte: CHAUNU. Facebook, 2018.

A partir desta imagem, bem como pelas constantes notícias que se repetem, diariamente, nos meios de comunicação, sejam eles impressos, digitais, televisivos ou radiofônicos, consideramos estes fenômenos, quais sejam, o da autoridade do professor e seu declínio na Educação Básica da sociedade contemporânea, extremamente relevantes de serem investigados, trazendo, preocupações e inquietações intensas, para a sociedade em que vivemos. A vida, é permeada pelas lutas internas e externas, por conflitos entre nós e os outros, e infelizmente, atualmente, o respeito pelo próximo, os valores e os princípios fundamentais da educação, tanto no âmbito familiar, quanto no

contexto escolar, parecem esfacelar-se, com o respeito pelo próximo ficando de lado, ou até mesmo, sendo esquecidos pelos estudantes, pelos pais (algumas vezes), e até mesmo, pelos próprios professores. Neste sentido, para Zantén (2004, p.13):

O que importa, fundamentalmente, no investigador é um ponto de vista global que não é total. Não se trata de um investigador que é um Deus, onisciente, que vê tudo, porque isso, naturalmente, não existe. Mas o ponto de vista do investigador é um ponto de vista muito mais global. Primeiro, por todo o conhecimento científico que assimilou, mas também porque uma boa pesquisa qualitativa, uma boa monografia, por exemplo, um bom trabalho de campo, é aquele que consegue pôr em relação o maior número de elementos de maneira inteligente, dar uma inteligibilidade global a um grande número de fenômenos.

Assim, buscaremos compreender, como o portal de notícias clicRBS, um meio de comunicação digital, está retratando a autoridade do professor na Educação Básica, e seu declínio, concomitante aos possíveis impactos disso para a educação brasileira contemporânea, perquirindo, as questões que giram em torno do declínio da autoridade do professor, procurando, desvendar, e trazer à tona, esta problemática tão importante e emblemática para a educação. Lançaremos, um olhar especial, para a maneira pela qual ela está sendo retratada, no interior deste meio de comunicação digital, qual seja, o portal de notícias clicRBS, na atualidade, buscando evidenciar, os possíveis impactos e implicações, deste fenômeno social, para a educação brasileira contemporânea.

### **3.3 O problema de pesquisa**

A escolha da problemática de uma pesquisa, é um momento crucial, talvez, até mesmo, o principal (GIL, 2007; GOLDENBERG, 2005; BODGAN, BIKLEN 1994; LUDKE, ANDRÉ, 1986). Para Gil (2007, p.17), ela é o elemento que vai conduzir a pesquisa, uma vez que a investigação é o:

Procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. Só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa.

Com este intuito, o tema desta pesquisa, que é a autoridade do professor na Educação Básica, retratada pelo portal de notícias clicRBS, um meio de comunicação digital, e os impactos disso para a educação brasileira contemporânea, pode ser

problematizada, considerando-se, os modos pelos quais este portal de notícias aborda a questão, nos levando a modos de agir, pensar, refletir, dialogar e sentir, em relação ao professor, que muitas vezes, pode ser, construído ou induzido, por quem escreve ou realiza a postagem do acontecimento. Sendo assim, a autoridade do professor e seu declínio na Educação Básica mostra-se como um fenômeno complexo e multifacetado, permeado por uma dimensão que se funda, também, na realidade da educação brasileira contemporânea, e na maneira, pela qual, o portal a retrata, influenciando, assim, na imagem que temos do professor e de sua autoridade. Nesta senda, a problemática central desta tese é:

Como o portal de notícias clicRBS, um meio de comunicação digital, está retratando a questão da autoridade do professor na Educação Básica e quais os possíveis impactos disso para a educação brasileira contemporânea?

### **3.4 Objetivo Geral**

A presente tese, propõe, como objetivo geral, investigar, de que maneira, o portal de notícias clicRBS, um meio de comunicação digital, está retratando a autoridade do professor na Educação Básica, e quais os possíveis impactos disso para a educação brasileira contemporânea.

#### *3.4.1 Objetivos Específicos*

Como objetivos específicos propomos os seguintes:

- a) Examinar, como o portal de notícias clicRBS, está retratando as questões referentes a autoridade do professor, na Educação Básica.
- b) Investigar, que fatores giram em torno da autoridade do professor na Educação Básica, no contexto da educação brasileira contemporânea.
- c) Compreender, por que, está ocorrendo, a perda de autoridade do professor, nos últimos anos, e que fatores estão contribuindo para que isso ocorra.
- d) Identificar, os possíveis impactos, do que é veiculado pelo portal de notícias clicRBS, a respeito da autoridade do professor na Educação Básica, para a educação brasileira contemporânea.

### 3.5 Campo Empírico

O campo empírico da presente tese, é composto, pelo portal de notícias denominado clicRBS, que é um meio de comunicação digital, no qual são veiculadas as notícias de jornais como: Zero Hora, Diário Catarinense, Diário Gaúcho, Diário de Santa Maria, entre outros jornais, agregando ainda alguns blogs, vídeos, charges, músicas, etc. Ao entramos na página do clicRBS <sup>7</sup>, e digitarmos a pergunta: o que é o clicRBS, encontramos a seguinte definição:

O clicRBS é o portal de internet da RBS voltado para as comunidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Integram o clicRBS os sites dos veículos de mídia impressa e eletrônica do grupo RBS e canais próprios de notícias e serviços cujo conteúdo é produzido por uma equipe de jornalistas e webdesigners especializados. No clicRBS, o usuário recebe notícias atualizadas durante todo o dia, tem acesso aos conteúdos dos jornais da RBS e à programação ao vivo e multimídia de rádios e TVs. O portal concentra também a maior parte das ações de interatividade dos veículos e oferece canais para as manifestações de opinião dos usuários de todas as mídias do grupo.

Assim, o portal de notícias clicRBS, é um meio de comunicação digital, composto por jornais e blogs, onde são veiculadas postagens, contendo, entrevistas, charges, vídeos, notícias que saem em jornais impressos, entretenimentos, entre outros. A escolha por este portal de notícias, deu-se, pelo fato dele ser um dos maiores meios de comunicação social digital do sul do país, atingindo, grande parcela da população, com as postagens, em seu interior, veiculadas. Para Rocha (2006, p.188):

O portal clicRBS é um produto desenvolvido por um grupo de mídia regional que pode ser incluído na chamada grande/tradicional mídia. De certa forma, pode-se dizer que o nascimento do clic começa com o surgimento da ZH Digital, que em 1996 era considerada a versão online do tradicional jornal impresso, Zero Hora.

Optamos, na presente tese, por analisar, apenas as notícias em si, sem explorar, os comentários, que os leitores escreviam, sobre elas.

---

<sup>7</sup> CLICRBS. Disponível em:  
<http://www.clicRBS.com.br/jsp/rt.jsp?template=21.dwt&rootdir=/shared&uf=1&l=11.dwt&tab=00000>.  
Acesso em: 17 /08/ 2017

### 3.6 Instrumentos para coleta de dados

A investigação realizada, caracterizou-se, por ser de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso, estudando, o portal de notícias clicRBS, no qual, trabalhamos, com a coleta das notícias postadas no período de 10 anos (2008-2017), onde foram encontradas 49 (quarenta e nove) postagens, distribuídas, em duzentas páginas, com sua posterior análise, interpretação e implicações. Neste sentido:

Consciente das proposições de sua investigação, o pesquisador faz a escolha das técnicas de coleta de dados, partindo do foco de sua pesquisa, do recorte temporal, espacial e teórico. A seleção de determinada técnica, deve ter como premissa os objetivos que pretendem ser atingidos na investigação, esse direcionamento é que subsidiará o pesquisador na determinação do "como pesquisar". A validade de um instrumento está relacionada com a sua capacidade de medir o que se deseja (BARROS; LEHFELD, 1990, p.71).

Podemos dizer também, que foi feita, uma análise documental, pois:

São considerados documentos "quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano" (PHILLIPS, 1974, P.187). Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares escritos que podem ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.38).

Prosseguindo com a concepção das autoras:

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.39).

Considerando-se o exposto pelos autores e autoras acima, entrando no portal de notícias clicRBS, realizamos uma investigação a partir do descritor: "autoridade do professor". Foram coletadas as postagens no período (2008-2017) deste fenômeno social. Na sequência, fizemos a análise documental das postagens presentes no interior deste portal de notícias, concomitante a releitura do referencial teórico. Neste contexto, conforme evidenciam as autoras, para realizar uma análise documental:

Uma vez identificados os elementos-chave e os contornos aproximados do problema, o pesquisador pode proceder à coleta sistemática de informações, utilizando instrumentos mais ou menos estruturados, técnicas mais ou menos variadas, sua escolha sendo determinada pelas características próprias do objeto estudado. [...] A importância de determinar os focos da investigação e estabelecer

os contornos do estudo decorre do fato de que nunca será possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado. A seleção de aspectos mais relevantes e a determinação do recorte é, pois, crucial para atingir os propósitos do estudo de caso e para chegar a uma compreensão mais completa da situação estudada (LUDKE; ANDRÉ, 2012, p.22).

Portanto, com a coleta e análise das postagens encontradas no portal de notícias clicRBS, foi feita a interpretação do que elas abordam, a respeito da autoridade do professor na Educação Básica, e de, possíveis impactos, desta abordagem, para a educação brasileira contemporânea, buscando compreender, os fatores que estão colaborando para o declínio da autoridade do professor na contemporaneidade, com as contribuições para a interpretação de como elas estão sendo veiculadas no portal de notícias clicRBS.

### **3.7 Técnica de Análise de Dados**

Uma das fases mais importantes da pesquisa, é a que compreende a etapa de análise e interpretação de dados (BARDIN ,2010; LUDKE, ANDRÉ, 1986). Depois do trabalho de escrita do referencial teórico desta tese de doutorado, e da busca atenta dos dados (coleta de dados), chega-se, a sua análise e interpretação, o que exige muita atenção, rigor e trabalho intelectual. Neste sentido, para Campos (2004, p.611):

Normalmente quando o pesquisador iniciante termina a etapa de coleta de dados, geralmente uma fase exaustiva, que se não realizada adequadamente pode comprometer toda a pesquisa, poderá ter a falsa sensação que o trabalho está para terminar, ou poderá pensar: agora falta pouco! Ledo engano. Talvez a fase de analisar os dados, na execução de uma pesquisa científica, seja um dos momentos mais nevrálgicos e a escolha do método ou da técnica para a sua realização necessite do pesquisador muita atenção e cuidado. Essa escolha realmente tem que ser adequada e proporcionar a exploração dos dados em toda a sua riqueza e possibilidades.

No que concerne a Campos (2004), após uma exaustiva busca no portal de notícias clicRBS, adotamos, como técnica de interpretação de dados, a análise de conteúdo, proposta por Lawrence Bardin (2010), que segundo a autora:

É um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas—desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extracção de estruturas traduzíveis em modelos—é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos de rigor da objectividade e da fecundidade

da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de “desocultação”, responde a esta atitude de “voyeur” de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. Analisar mensagens por esta dupla leitura, onde uma segunda leitura se substitui a leitura “normal” do leigo, é ser agente duplo, detective, espião...Daí a investir-se o instrumento técnico enquanto tal e a adorá-lo como um ídolo capaz de todas as magias, fazer-se dele o pretexto ou o álibi que caucione vãos os procedimentos, a transformá-lo em gadget inexpurgável do seu pedestal, vai um passo... que é preferível não transpor (BARDIN, 2010, p. 11).

Corroborando com o pensamento de Bardin (2010), na ótica de Campos (2004, p.611): “Um método muito utilizado na análise de dados qualitativos é o de análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento”. No bojo desta pesquisa, foi feita a coleta de dados no portal de notícias clicRBS, com o descritor “autoridade do professor” objetivando, compreender, o que e como estão sendo debatidas (mostradas) as questões a respeito da autoridade do professor na Educação Básica, na sociedade brasileira contemporânea, e quais os possíveis impactos disso para a educação brasileira atual. Investigamos, também, os motivos pelos quais, está ocorrendo a crise da autoridade na educação contemporânea, através da leitura e análise das 49 postagens, encontradas no portal de notícias clicRBS, temática esta que preocupa educadores, pais, pesquisadores, sociólogos, cientistas políticos e boa parte da população, buscando categorizar, os elementos que giram em torno desta problemática. Trata-se, assim, de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, que pretende dar conta, da complexa e multifacetada temática da autoridade do professor e seu declínio na Educação Básica, retratada pelo portal de notícias clicRBS. Sendo assim:

No universo das pesquisas qualitativas, a escolha de método e técnicas para a análise de dados, deve obrigatoriamente proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos no período de coleta (corpus), tal fato se deve, invariavelmente, à pluralidade de significados atribuídos ao produtor de tais dados, ou seja, seu caráter polissêmico numa abordagem naturalística (CAMPOS, 2004, p.611).

Neste sentido, a análise de conteúdo, mostrou-se uma metodologia eficaz, para a fase de análise e interpretação dos dados desta pesquisa, no âmbito da temática proposta. Através desta técnica, foram produzidas inferências nas postagens analisadas, pois:

Produzir inferências sobre o texto objetivo é a razão de ser da análise de conteúdo; confere ao método relevância teórica, implicando pelo menos uma comparação

onde a informação puramente descritiva sobre o conteúdo é de pouco valor. Um dado sobre conteúdo de uma comunicação é sem valor até que seja vinculado a outro e esse vínculo é representado por alguma forma de teoria” (CAMPOS, 2004, p.613).

Ainda na ótica do autor:

Segundo este ponto de vista, produzir inferências, em análise de conteúdo significa, não somente produzir suposições subliminares acerca de determinada mensagem, mas em embasá-las com pressupostos teóricos de diversas concepções de mundo e com as situações concretas de seus produtores ou receptores. Situação concreta que é visualizada segundo o contexto histórico e social de sua produção e recepção (CAMPOS, 2004, p 613).

Isto posto, após a separação das 49 postagens em categorias, foram feitas, as interpretações delas, segundo os teóricos pertinentes nos assuntos de cada categoria encontrada. Referindo-se ainda sobre a análise de conteúdo, segundo Bardin (2010, p.125):

As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos:

- 1) Pré-análise
- 2) Exploração do material
- 3) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação

A autora destaca, que, estas fases, não precisam ocorrer necessariamente nesta ordem. Para Campos (2004), fazendo uma análise destas três etapas, são destacados alguns aspectos relevantes, em cada uma delas. Iniciando, pela fase de pré-análise, e que este autor denomina de “pré-exploração do material”, devemos atentar, para os detalhes do material coletado, através da realização da leitura flutuante. Segundo Campos (2004, p. 613):

Selecionado o corpus a ser analisado procede-se às leituras. Na leitura flutuante toma-se contato com os documentos a serem analisados, conhece-se o contexto e deixa-se fluir impressões e orientações. São empreendidas várias leituras de todo o material coletado, a princípio sem compromisso objetivo de sistematização, mas sim se tentando apreender de uma forma global as ideias principais e os seus significados gerais. Podemos garantir que nesta fase da análise existe uma interação significativa do pesquisador com o material de análise, pois como um contato totalizante, muitas das impressões trabalhadas no contato direto com o sujeito afloram na lembrança e auxiliam na condução deste procedimento. Nesta fase a utilização de uma leitura menos aderente, promove uma melhor assimilação do material e elaborações mentais que forneceram indícios iniciais no caminho a uma apresentação mais sistematizada dos dados. Essas leituras iniciais promovem uma visão “descolada”, a qual permite ao pesquisador transcender a mensagem explícita e de uma forma menos estruturada já conseguir visualizar mesmo que primariamente, pistas e indícios não óbvios.

Após esta etapa, vem a seguinte, a qual, Campos (2004), denomina, seleção das unidades de análise (ou unidades de significados), e na qual, segundo o autor, podemos ter uma melhor compreensão a respeito da temática investigativa, voltando o nosso olhar para o corpus de análise, tendo em vista, o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, e fazendo, ainda, uma conexão com os teóricos que sustentam a pesquisa. Segundo o autor:

O tema pode ser compreendido como uma escolha própria do pesquisador, vislumbrada através dos objetivos de sua pesquisa e indícios levantados do seu contato com o material estudado e teorias embaçadoras, classificada antes de tudo por uma sequência de ordem psicológica, tendo cumprimento variável e podendo abranger ou aludir a vários outros temas. Difícil neste momento é delinear com absoluta transparência os motivos da escolha deste ou daquele fragmento, sem levar em consideração que a relação que se processa entre o pesquisador e o material pesquisado é de intensa interdependência. Para tal são utilizados os objetivos do trabalho e algumas teorias como primeiros norteadores, porém, não se pode na análise dissociar-se, nem em última instância abster-se do uso de recursos mentais e intuitivos que muitas vezes transcendem as questões postuladas e são definitivamente necessários a uma análise deste porte (CAMPOS, 2004, p.613).

Para finalizar a tarefa de análise e interpretação dos dados, que se mostra de suma importância para a compreensão da pesquisa e resposta a proposta investigativa, encontramos, a terceira e última fase, que se refere, ao processo de categorização e subcategorização dos dados, na qual:

Podemos caracterizar as categorias como grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou proximidade, e que possam através de sua análise, exprimirem significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo e criem novos conhecimentos, proporcionando uma visão diferenciada sobre os temas propostos (CAMPOS, 2004, p.614).

Não obstante, o autor acena, também, para a possibilidade de dividir as categorias em subcategorias, nas quais: “os dados brutos são sistematicamente transformados em categorias e que permitam posteriormente a discussão precisa das características relevantes do conteúdo” (CAMPOS, 2004, p. 614). É importante observar ainda que:

A verdade é que não existem fórmulas mágicas que possam orientar o pesquisador na categorização, e que nem é aconselhável o estabelecimento de passos norteadores. Em geral, o pesquisador segue seu próprio caminho baseado nos seus conhecimentos teóricos, norteado pela sua competência, sensibilidade, intuição e experiência (CAMPOS, 2004, p.614).

Por consequência, para esta etapa da pesquisa, que envolveu a análise e a interpretação de dados, foi realizada, de forma preliminar, a exploração do material, que no caso em questão, refere-se a coleta das 49 postagens, realizadas no portal de notícias clicRBS. Primeiro, foram coletadas. Em seguida, elas foram separadas em 5 categorias, para facilitar as análises, e por último, foram feitas as inferências e as interpretações delas, de acordo com cada categoria, unindo-as, aos autores que sustentam cada tipo de análise.

Após ter as notícias coletadas e selecionadas, as categorias que apareceram, em torno da questão da autoridade do professor na Educação Básica, e os possíveis impactos disso para a educação contemporânea, concomitante ao seu declínio, foram as seguintes: a) Crise da autoridade familiar; b) Crise do professorado; c) Crise da escola; d) Violência e violência simbólica; e) Imagem do professor e de sua autoridade. Estas categorias, foram analisadas e interpretadas, e são apresentadas no próximo capítulo, visando responder ao problema de pesquisa, bem como, seus objetivos específicos e geral.

## 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, serão apresentados, alguns trechos que selecionamos, das 49 postagens encontradas no interior do portal de notícias clicRBS, e nossas interpretações a respeito delas, concomitante aos autores que sustentam ou criticam as ideias e mensagens por elas veiculadas e construídas.

### 4.1 Descrição dos dados coletados:

Após a realização de diversas buscas no portal de notícias clicRBS, entre agosto e dezembro de 2017, foram encontradas, no total, 49 postagens, no período de 2008-2017 (vide anexo), a respeito da autoridade do professor na Educação Básica. Dessas, 42 são notícias, 3 são entrevistas, 2 são charges e uma é um vídeo. Em boa parte das notícias, também estão incorporados, alguns trechos de entrevistas. Categorizando os dados, por meio de uma primeira leitura temática, foram encontradas, possíveis categorias, que giram em torno da autoridade do professor e de seu declínio, na Educação Básica da educação brasileira contemporânea, veiculadas pelo portal de notícias clicRBS. É interessante observar que, algumas destas possíveis categorias, encontram-se elencadas em mais de uma notícia. Não podemos deixar de lembrar que, esta pesquisa, tem cunho qualitativo. Neste sentido, conforme afirma Goldenberg (2005, p. 53):

Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los.

Considerando-se as palavras da autora, o foco de análise desta pesquisa, se encontra, no que trazem os dados, e não propriamente na quantidade de vezes que cada temática aparece nas postagens. Porém, consideramos ser importante, para conhecimento do leitor, enumerar a quantidade de vezes que cada possível motivo para o declínio da autoridade do professor na Educação Básica aparece nas postagens, pois, a incidência do mesmo, nas diversas comunicações, pode indicar, ser um fator relevante para a questão estudada. Neste âmbito, o quadro abaixo, traz os números em que cada

aludido fator que contribui para o declínio da autoridade do professor aparece nas postagens:

Quadro 3 – Categorias de análise

Categorias emergentes	Frequência com que as temáticas aparecem nas postagens
Crise da autoridade do professor-falta de legitimidade	28
Crise da Autoridade familiar	17
Violência	8
Falta de uma boa formação de professores	6
Crise da Escola como instituição	6
Outros (ECA), falta de escolas militares, greves)	4

Fonte: Autoria própria, 2018.

Visando uma melhor organização das postagens, e interpretação dos dados coletados, e seguindo a concepção de análise de conteúdo proposta por Lawrence Bardin (2010), estas postagens, foram analisadas, e divididas em 5 categorias, quais sejam:

- a) Crise da autoridade familiar;
- b) Crise do professorado;
- c) Crise da escola;
- d) Violência e violência simbólica;
- e) Imagem do professor e de sua autoridade.

## 4.2 Análise dos dados

Neste subcapítulo, foram analisadas e interpretadas, sob a luz dos autores que contribuíram para a construção teórica desta tese, as cinco categorias que emergiram desta da pesquisa, com seus respectivos dados.

### 4.2.1 Categoria A - Crise da Autoridade familiar

O portal de notícias clicRBS, retrata a autoridade do professor, como uma autoridade em crise. Segundo as postagens presentes no interior deste portal, uma das possíveis causas do declínio da autoridade do professor na Educação Básica, na sociedade brasileira contemporânea, relaciona-se, com bastante frequência, nas postagens encontradas, ao declínio da autoridade familiar, apontando-a como um fator que contribuiu para o declínio da autoridade do professor na Educação Básica. A este respeito, encontramos a opinião de uma professora que, na notícia nº 44 assim se expressa: “A crise da autoridade se manifesta nas famílias, nas escolas, na política” [...] “E a família que teve sua estrutura diversificada não pode usar esta nova situação como álibi para a negligência ou complacência” (Punição: palavra politicamente incorreta?, 2009). Neste sentido, para Hurstel (1999, p. 21), o:

[...] último traço que resulta de todos os outros, a rapidez das evoluções familiares em direção às formas de famílias diversificadas (monoparentais, recompostas, concubinatos, além da família conjugal urbana ainda estável) e a evolução da tecnologias- que propiciam as procriações por reprodução assistida-tornam, muitas vezes, o estado de Direito inadequado à garantia institucional da filiação. Algumas crianças encontram-se sem filiação paterna, outras são intimadas a escolher entre diversos pais, outras se encontram sob a tutela da mãe.

Na mesma senda, na ótica de Roudinesco (2003, p.11):

Baseada durante séculos na soberania divina do pai, a família ocidental foi desafiada, no século XVIII, pela irrupção do feminino. Foi então que se transformou, com o advento da burguesia, em uma cédula biológica que concedia lugar central à maternidade.

Ao cotejarmos a fala da professora, com a concepção de mudança na estrutura familiar, estudada pela psicanalista e professora Françoise Hurstel (1999), e da historiadora, psicanalista e professora, Elisabeth Roudinesco (2003), percebemos que, a família se diversificou, ocasionando um deslocamento da autoridade paterna, que antes

ocupava um papel central na educação dos filhos. A figura do pai, exercia uma autoridade estabelecida, e que era passada tradicionalmente do pai para o filho homem. Esta autoridade, era transmitida de geração para geração, através do seu poder de dominação derivado da expressão “pater família”, vocábulo romano, e que também advinha da noção de governo, ou seja, o pai tinha autoridade para governar, para liderar, para ser chefe, e na esfera privada, ele era o chefe da família. Tanto no âmbito político como no religioso, onde pater é padre, que também significa pai, e que é um sacerdote, um líder, um guia, o qual é imbuído de poder e a quem todos os indivíduos que estão sob o seu domínio devem reverenciar, respeitar e obedecer. Encontramos os representantes das figuras que são dotadas de poder, portanto, de autoridade, exercendo lideranças e que são ao mesmo tempo amadas e temidas, como afirma Sennett (2014) em sua obra “Autoridade” e Maquiavel (2004) em sua obra “O príncipe”.

Na contemporaneidade, as relações familiares, começam a tomar uma nova forma, provocando, consideráveis modificações nas tradicionais estruturas familiares, conforme afirmam Julien (1997), Roudinesco (2003), Hurstel (1999) e Ramires (1997). Uma destas mudanças, por exemplo, é o fato de que, a mulher, passa a ser a chefe de família, em decorrência de que, muitas vezes, sequer existe a figura masculina em casa. Uma postagem que bem evidência esta nova situação familiar, é esta notícia, nº 43, que traz o seguinte:

Quando eu tinha a sua idade não era assim [...] Pai trocando fraldas, mãe pagando as contas, filho morando em casa até os 30 anos e achando ótimo, casais gays adotando crianças, tudo isso transformou e continua transformando os arranjos familiares e tradicionais (LAITANO, 2009).

No que tange ao fato do novo contexto de estrutura familiar, que se instaurou na sociedade, atualmente, já não precisa mais casar ou ter uma união estável para se ter um filho, existem as produções independentes, nas quais, as mães, têm seus filhos, sem ter, necessariamente, um relacionamento estável, casais homossexuais adotam crianças, tendo um novo perfil de “pai e mãe”, mulheres se relacionam com vários homens sem estabelecer relacionamento fixo com nenhum, muitas vezes, inclusive, já tem o seu filho, exercendo o papel de pai e de mãe ao mesmo tempo. Desta forma, não existe mais esta “obrigatoriedade” da família ser composta por pai e mãe, e, em muitos casos, este modelo tradicional de família, e, conseqüentemente de autoridade paterna a ser seguido, e reverenciado, como nos mostram Julien (1997), Ramires (1997), Hurstel (1999) e Roudinesco (2003) está reconfigurado.

Para Julien (1997, p.19):

Com o advento da secularização e da democracia, o declínio do pai se manifesta de outro modo: ele não concerne somente à autoridade do pai sobre seus filhos e filhas, tornados legalmente livres no dia da sua maioridade. O declínio vem do deslocamento do poder do pai para a mãe.

Este deslocamento do poder paterno para o materno, traz diversas modificações para as estruturas familiares da sociedade contemporânea, e tem sido utilizado, por muitos membros da sociedade, como desculpa para a falta de autoridade em casa, que se reflete também na escola. Na notícia nº 47, aparece a seguinte frase referindo-se ao declínio da autoridade do professor, e que foi proferida por uma professora: “Precisamos parar de arranjar desculpas: famílias mal estruturadas, leis polêmicas, salários não tão atraentes” (Por uma nova...2012). Esta frase, pode ser analisada sob a ótica de Ramires (1997), Hurstel (1999) Roudinesco (2003) e Julien (1997), e carrega uma visão preconceituosa e muito utilizada pelo senso comum das chamadas “famílias desestruturadas”, onde qualquer problema que ocorre com um filho ou filha decorre daí, tendo como justificativa que, eles são oriundos de uma “família desestruturada”, ou seja, “desestruturado”, é um termo para rotular esta nova organização familiar que está sendo apresentada na sociedade, e que foge, da família tradicional, composta por pai, mãe e filhos, e que, enaltece a figura paterna. O termo cunhado pelos estudiosos, seria família tradicional (pai-mãe-filhos/filhas) e família monoparental (marido e mulher separados) (RAMIRES, 1997, p.13).

De outra feita, não podemos deixar de observar que, todas estas questões, referentes ao deslocamento da autoridade, no âmbito familiar, são, de certa forma, atribuídas a um tipo de pensamento, que dominou as sociedades ocidentais por alguns séculos. Não devemos esquecer que, se existe, ou se em algum momento da história já existiu, a figura paterna ou do pai, estando em uma posição de autoridade, é porque, ele foi colocado nesta posição por alguém, em um determinado contexto e sociedade, sendo, delegado a ele, este poder. Se ele nunca tivesse existido nesta posição de poder, ou se nunca ninguém tivesse conferido a ele esta posição, provavelmente, seria a mãe a principal referência para o filho, uma vez que os filhos saem de seu ventre, conforme a ótica de Julien (1997), Roudinesco (2003), Hurstel (1999) e Ramires (1997).

Neste sentido, segundo Ramires (1997, p.14):

A educação sexista que orienta diferentemente meninos e meninas contribui para a construção de uma estrutura de personalidade que reproduz e perpetua a opressão social e psicológica de geração em geração. Para haver igualdade social entre homens e mulheres seria necessário, entre outras coisas, modificar as atuais estruturas de organização da sociedade, o que significa mudar as formas de cuidado e criação dos filhos /filhas.

Atualmente, esta situação tem mudado consideravelmente, pois, os filhos crescem, muitas vezes sem conhecer o pai, e conseqüentemente, a figura de autoridade que o pai já representou, atentando para o fato de que, antes, ele era conhecido e identificado como o detentor da autoridade, do poder, como o chefe de família, como o líder, como bem evidenciaram Hurstel (1999), Ramires (1997), Roudinesco (2003) e Julien (1997). A este respeito, esta outra notícia, nº 13, traz mais uma situação da “falta” da figura paterna em casa, da mudança na educação dos filhos, e do declínio da autoridade do professor, em virtude disso: “O professor não é mais respeitado nem se impõe como antes. Muitos jovens são pobres, sem acesso a meios saudáveis de lazer, sem a figura paterna, porque o pai está preso ou é desconhecido”. A partir da leitura da frase acima, depreendemos que, o portal de notícias clicRBS, mostra a situação do declínio da autoridade do professor como estando diretamente relacionada às mudanças que estão ocorrendo na estrutura familiar, na contemporaneidade, as quais, têm provocado a ausência, ou até mesmo a inexistência do pai como chefe de família. Nesta senda, Hurstel (1999), evidencia, as modificações que estão ocorrendo nas composições das famílias contemporâneas, e que ocasiona, muitas vezes, o não conhecimento da figura do “pai” por parte dos filhos: “[... ] vivemos um período de transição histórica no qual o exercício da função paterna se fragiliza- ou, para utilizar uma expressão cara a Pierre Legendre (1989), fragiliza-se o “ofício do pai” (Hurstel, 1999, p.22). Ainda na visão da autora:

[... ] não me juntarei àqueles que pregam uma visão alarmista diante da morte de uma forma tradicional de paternidade e de sua autoridade fora de uso. Pois, no âmago mesmo de tais entrelaçamentos culturais que estão se desfazendo e se renovando, o desafio fundamental para a humanidade continua sendo, a necessidade absoluta de que seja assegurada, para cada criança, a função simbólica do pai. Função que diz respeito não ao autoritarismo ou a uma posição social de poder, mas à eficiência de uma lei, a do parentesco, e a da palavra daqueles que a representam (Hurstel, 1999, p.22).

As relações de poder que o pai tinha antes, e que agora, acaba não tendo, por não estar muitas vezes, fazendo parte do núcleo familiar, acabam por prejudicar as crianças,

que não tem mais aquela figura de autoridade que o pai representava antes, muitas vezes, nem sequer chegando a conhecê-lo. A este respeito, Ramires (1997), demonstra que, paralelamente, a mulher esteve submissa ao marido, por muito tempo, uma vez que as filhas saíam de casa, onde estavam sob a autoridade do pai, para se casar com o marido, outro homem, outra figura masculina e, depois, passavam a ficar sob a autoridade deste homem, que passava a ser seu marido, e que era visto pela sociedade da época como o “pater família”, ou seja, ela saía da autoridade de um homem para ficar sob o domínio de outro homem, conforme assinalam Ramires (1997), Julien (1997), Hurstel (1999) e Roudinesco (2003). Se esta figura paterna nunca tiver existido na família, o filho ficará sem referência do modelo de autoridade, modificando também as suas relações sociais, e até mesmo escolares. Esta situação da família tradicional: pai, mãe e filho, modificou-se muito, mas não desapareceu totalmente. Muitas mulheres tornaram-se independentes, autônomas, capazes de gerir sua própria vida e montar sua própria família, mesmo que individualmente, mas será que esta situação é determinante para o declínio da autoridade do professor na Educação Básica, no Brasil, na contemporaneidade? Será que pelo motivo das famílias não terem muitas vezes o pai como figura de autoridade, devido a nova estruturação familiar que se apresenta, os filhos ficam sem referência paterna e desrespeitam o professor? Com o intuito de tecer um contraponto a esta situação, trago como exemplo, uma charge, que se encontra na postagem nº 23, e uma notícia, postadas no portal de notícias clicRBS, que ao serem analisadas, podem mostrar a questão da autoridade do professor e da autoridade paterna sob um outro ponto de vista.

Figura 3 – Charge “Que notas são essas?”



Fonte: CHAUNU. ClicRBS, 25 de maio de 2009.

“Vivemos novos tempos e autoridade (não confundir com autoritarismo) é algo que se perdeu. Que o digam os professores! Um deles encaminhou esta imagem, perfeita para descrever o que acontece nos dias de hoje”.

Tradução: “O que são estas notas?”. A charge foi publicada originalmente no jornal francês *Ouest-France*<sup>8</sup> (Menezes, 2009).

Ao observar a charge, que retrata o contexto educacional francês, e que, mostra-se muito semelhante ao da sociedade brasileira, quanto a questão do declínio da autoridade do professor e da família, fica evidenciado que, em 1969, o professor era visto como uma figura de autoridade, como alguém imbuído de poder e respeito, não sendo questionado pelas notas baixas que o aluno (em relação ao professor) e filho (em relação aos pais) obteve. O professor, encontrava-se, em posição de igualdade de poder, junto aos pais do aluno, hierarquicamente falando, e em relação de superioridade e de autoridade em relação aos alunos, estando junto aos pais, ou seja, em um mesmo plano de poder e autoridade dos pais, onde o filho estava sendo colocado em uma posição hierarquicamente inferior à dos pais e a do professor. Em 1969, pais e professora questionavam o aluno por suas notas baixas, ocupando uma mesma posição de poder e

<sup>8</sup>MENEZES, Cacau. **Autoridade**. 2009. Disponível em:

<[http://wp.clicRBS.com.br/cacaumenezes/2009/05/25/autoridade/?topo=52,2,18,200,e\\_302](http://wp.clicRBS.com.br/cacaumenezes/2009/05/25/autoridade/?topo=52,2,18,200,e_302)>. Acesso em: 15/09/2017

de autoridade, uma relação vertical, falando na concepção da pirâmide cunhada por Arendt (2014) e nas relações verticais de poder descritas por Renaut (2004).

Na concepção descrita por Arendt (2014), na qual os que ocupam a posição de autoridade (dominantes) estão no topo da pirâmide, e os subordinados (dominados) estão na base, o menino sentia-se temeroso e envergonhado, em 1969. A expressão de medo, em seu rosto, é a mesma descrita por Sennett (2014), que assevera que a relação de autoridade desperta “medo” em quem está sob o domínio de uma “figura de autoridade”. Em 1969, o professor tinha legitimidade para questionar o aluno, os pais o reconheciam como uma figura de autoridade, e o filho também. Entretanto, em 2009, a autoridade da professora está sendo questionada pelos pais e pelo aluno, também, uma vez que, quando o filho obteve nota baixa, em 1969, tanto os pais quanto a professora estavam questionando o menino por isso, e em 2009, o “culpado” pelas notas baixas do filho passou a ser a professora e não mais o aluno.

O que chama a atenção, na cena retratada, não é apenas o questionamento da figura de autoridade que a professora representa em 2009, e que não representava mais em 1969, havendo claramente o deslocamento da autoridade, e que mostra-se central nesta postagem, e que sem dúvida deve ser analisada, mas o estranhamento, aqui, decorre, do fato de que, se prestarmos bem atenção na charge, estamos claramente diante de um modelo tradicional e “inquestionável” de família: pai, mãe e filho.

A autoridade do professor pode estar sendo questionada, mas a familiar, ou a do pai como figura ausente ou inexistente não, pois tanto em 1969, quanto em 2009, a estrutura familiar permanece inalterada na postagem. Diante do contexto tradicional familiar, e que não mudou nada em 1969, e nem em 2009, ao menos conforme está sendo retratado nesta charge, o que está sendo veiculado como diferente é o questionamento da autoridade do professor, que antes não existia e agora foi deslocado do aluno para o professor. Em 2009, o aluno tem tanto poder quanto os pais para questionar a professora. Mormente, ao considerarmos esta situação apresentada na postagem, que retrata o contexto escolar francês, percebemos, que tem algum outro motivo para o declínio da autoridade do professor na sociedade contemporânea, que no caso em questão, não está centrado em uma nova estrutura familiar, pelo contrário, o modelo de família tradicional permanece intacto. Tentando responder a esta questão, o pensamento do filósofo Alain Renaut (2004), parece elucidar bem esta nova configuração da autoridade, e encontrar os caminhos para este declínio da autoridade do professor, explícito e gritante, visto as

expressões faciais e de postura dos quatro personagens retratados na charge. Discorrendo, a respeito dos deslocamentos de poder e de autoridade, existentes nas relações de hierarquias, mostradas na postagem, segundo o autor:

Antes de qualquer medida destinada a fazer ressurgir as hierarquias entre pais e filhos, ou entre professores e alunos, temos, portanto, que nos aperceber mais calmamente que nos é muito menos fácil sair das dificuldades presentes do que seria provável, para a consciência moderna, encontrar-se aí exposta. Que experimentemos dificuldades em gerir esta situação delicada é algo que não tem, contudo nada de surpreendente. Em dois séculos compreendemos com dificuldade o que é uma relação “democrática” (estabelecida sobre a base da igualdade e liberdade) entre adultos: é obrigatório, de resto, sublinhar que, no próprio casal e, mais geralmente, nas relações entre os “gêneros”, começamos a sabê-lo (se é o que sabemos!) há muito pouco tempo (RENAUT, 2004, p.11).

Ao lermos as ideias expostas pelo filósofo, encontramos, um novo olhar a respeito do questionamento da autoridade do professor, e do deslocamento de autoridade, existentes na sociedade moderna ou contemporânea, expostas tanto na charge, que mostra uma família tradicional questionando a autoridade do professor, quanto na notícia, que traz uma professora dizendo que, as novas formas familiares, não podem ser utilizadas como desculpa para a falta de respeito dos alunos em sala de aula. Esta perspectiva, que Renaut (2004) tem, nos leva a refletir, sobre a atual crise de autoridade que se instaura na sociedade, que seria, principalmente, segundo Renaut (2004) e Arendt (2014), uma crise dos modelos verticais de hierarquia, e dos modelos tradicionais existentes na sociedade. As hierarquias, estariam mais horizontalizadas na sociedade atual, devido, também, a uma crise da democracia, que se espalha pelo mundo, e com a qual nós não estamos sabendo lidar. O autor, coloca estas questões, como um desafio para as sociedades modernas. Nas palavras de Renaut (2004, p.12), seria:

Um desafio para os pais, um desafio para os educadores, um desafio para a nossa sociedade: o de inventar o que nós ainda não entendemos. No melhor dos casos, a escolha de um tal registro é inspirada por uma espécie de modéstia. Por um lado, ninguém sabe verdadeiramente o que poderia ser uma autoridade concebida e praticada de outra forma que não hierárquica. Por outro lado, estamos correctamente convencidos pelos nossos próprios valores que as hierarquias antigas, na sua maioria fundamentadas em diferentes pressupostos naturais e irreduzíveis, se tornaram obsoletas numa cultura em que identificamos o outro, qualquer outro como um “semelhante”.

O que ocorre, é que, as formas antigas de autoridade, parecem estar ultrapassadas, se decompondo, se perdendo, se esfacelando, ou como se expressa o sociólogo polonês Zigmund Bauman (2007, 2009), que, em suas reflexões mostra a liquidez das relações, dizendo que tudo é líquido, sejam as relações amorosas, sociais, enfim, tudo ocorre

rapidamente e sem duração. Esta liquidez esboroa-se, e destrói tudo aquilo que era duradouro e perpetuava-se, como foi o caso das tradições, que eram verticais, passavam de pai para filho, cada um estava em uma posição da pirâmide, mas agora isso se modifica. Por outro lado, as relações hierárquicas são necessárias para se estabelecer a ordem em qualquer contexto social, seja ele, educativo, familiar ou político. A este respeito, questiona-se, novamente, de forma crítica, o filósofo Renaut (2004, p.12): “De que valeria, com efeito, o programa que propusesse inventar uma nova forma de autoridade se por azar a autoridade não se pudesse conceber nem praticar diferentemente de suas formas antigas?”

A crise da educação, e da autoridade do professor, estão inscritas, em uma crise muito maior, que é a crise política, a crise da própria sociedade democrática, e da tradição, Arendt (2014) e Renaut (2004). A democracia, funda-se na igualdade, mas parece difícil igualar adultos e crianças. Os pais perdem a autoridade em relação aos seus filhos, bem como os filhos, que (em muitos casos) já não respeitam os pais, passam também a desrespeitar os professores. O autor questiona-se novamente, propondo-nos a seguinte reflexão:

Se o processo educativo pressupõe por definição uma espécie de desnível entre o educador e o educando, como tornar compatíveis esse desnível compreendido intrinsecamente na relação pedagógica e a afirmação de igualdade que é constituinte da consciência democrática? (RENAUT, 2004, p.15).

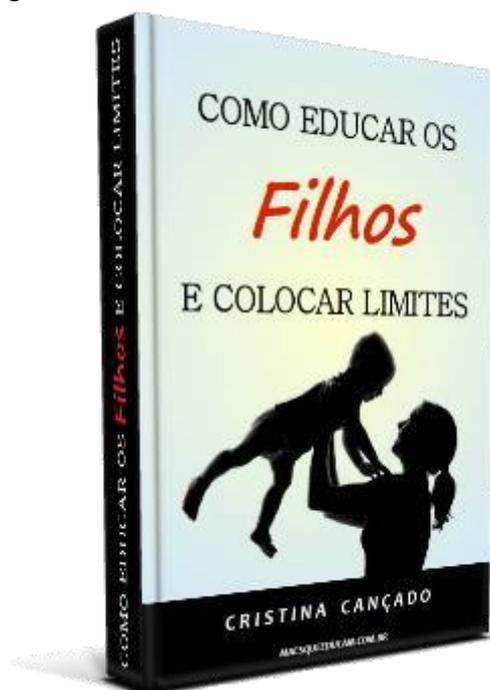
Como resposta, podemos encontrar, o fato de que, vivemos em uma época que nos coloca frente a uma necessidade de renovar as formas de relações de autoridade, sendo que: “nenhum poder pode verdadeiramente exercer-se, doravante, sem ter a preocupação de obter, de uma maneira ou de outra, a adesão daqueles sobre quem se exerce” (RENAUT, 2004, p.15). O pensamento expresso por Renaut (2004), parece nos levar a refletir, também, a respeito de que, nas sociedades democráticas, e aliás é o que a própria democracia prega, todos devem ser iguais, mas ao tentarmos nivelar adultos e crianças, professores e alunos como iguais, será que não se perdem também as relações de autoridade que propagam-se verticalmente? Como sustentar relações de autoridade pregando a igualdade e a liberdade entre adultos e crianças? A este respeito, trago, novamente, o pensamento de Renaut (2004), que nos lembra que, antigamente, os questionamentos educativos não eram colocados, eram vistos e aceitos como legítimos, pois segundo o autor:

Assim iam os tempos, que alguns pensam que foram muito felizes, em que o poder pedagógico provinha ainda de uma dominação de tipo tradicional, em que a legitimidade se apoiava no caráter sagrado de disposições que, transmitidas “pelo tempo”, pareciam ter existido sempre (RENAUT, 2004, p.17).

Desta feita, as autoridades tanto do pai, quanto do mestre, que era representado pela figura do professor, eram transmitidas de geração para geração, como se os poderes fossem absolutos, inquestionáveis. Os pressupostos proferidos por Max Weber (2003), em seus tipos puros de dominação, nos quais a autoridade estabelecia-se através da legitimidade, da tradição, e do carisma, parecem esfacelar-se, na sociedade contemporânea. A este respeito, trago também, o trecho de uma postagem, a nº 8, veiculada pelo portal de notícias clicRBS, que exemplifica as mudanças ocorridas em relação a nova configuração da autoridade:

Um casal estava com os dois filhos pequenos no local de votação, ontem. O pai foi votar e disse para os meninos ficarem com a mãe, perto da porta, esperando. Mal ele entrou na sala os dois vieram correndo e gritando, dizendo que queriam votar também. A mãe, encostada na porta, mexendo no celular, não esboçou qualquer reação nem repreendeu os filhos, até que um dos mesários falou mais alto e disse que as crianças estavam atrapalhando. Depois de uma pequena confusão, ela saiu dali com os pequenos, mas antes ainda resmungou: Gente chata. Qual o problema deles brincarem ali na sala um pouquinho? Juro que não acreditei no que estava vendo e ouvindo. Que pais são esses, que além de não terem autoridade alguma ainda ficam com raiva quando alguém tenta impor limite nos filhos? Desde quando local de votação é lugar pra criança brincar? A gente vê cada coisa...Fico indignada com isto. Que tipo de educação estes pais estão dando para seus filhos? O pior é que não foi um caso isolado, pelo contrário, me parece que é cada dia mais comum as crianças simplesmente mandarem nos pais (BEVILACQUA, 2016).

Figura 4 – Livro sobre como educar os filhos



Fonte: Bevilacqua, 2016

A postagem, traz também, a foto deste livro, como se houvesse receita para a educação dos filhos, ou como se houvesse uma fórmula de ensinar pais a educar seus filhos, e mostra-se, interessante, por colocar na foto a mãe com o filho, como se a educação fosse responsabilidade apenas da mãe. É oportuno observar que, não traz a figura do pai, ou dos três. O exemplo exposto acima, através do trecho escrito, extraído da postagem, traz uma imagem muito clara da crise de autoridade (autoridade política, crise democrática) instaurada na sociedade, e em especial, da crise do modelo democrático. Será que existe um exemplo mais evidente da crise da democracia do que este, no qual crianças fazem bagunça no local onde as pessoas exercem o poder de voto que é um ato democrático, no local e momento símbolo da democracia no Brasil que é o das eleições e os pais não falam nada? Pelo visto, para esta família, as eleições e o local em que elas ocorrem, ou seja, os colégios eleitorais, não são importantes, não têm valor, parece não existir mais a consciência e o respeito pelo pleno exercício da democracia, que são as eleições e o direito de voto. Evidencia-se aí, a crise política e democrática, tão debatida pela filósofa Arendt (2014). O ato político, já não tem mais importância para esta família da postagem. A postagem, mostra também, a desvalorização de valores antes tidos como dignos de serem respeitados. A democracia esfacela-se, nesta postagem, e representa, conseqüentemente, também a crise política e das tradições, tão bem

discutidas pela filósofa Arendt (2014) e pelo filósofo Renaut (2004). O fato de, as crianças estarem brincando ali, não incomoda em nada os pais. Para Arendt (2014, p.128):

O Ascenso de movimentos políticos com o intento de substituir o sistema partidário, e o desenvolvimento de uma nova forma totalitária de governo, tiveram lugar contra o pano de fundo de uma quebra mais ou menos geral e mais ou menos dramática de todas as autoridades tradicionais.

Ainda para a autora:

Uma crise na educação em qualquer ocasião originaria séria preocupação, mesmo se não refletisse, uma crise e uma instabilidade mais gerais na sociedade moderna. A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos. Esses novos recém-chegados, além disso, não se acham acabados, mas em um estado de vir a ser. Assim, a criança, objeto da educação, possui para o educador, um duplo aspecto: é nova em um mundo que lhe é estranho e se encontra em processo de formação; é um novo ser humano e é um ser humano em formação (ARENDR, 2014, p.234-235).

Se as crianças agem da maneira que estão agindo em relação as eleições, é porque falta em casa, a educação que deveria estar vindo da família (independentemente do tipo de arranjo familiar), que deveria moldá-la, educando-a, ensinando a ela os valores e princípios importantes para o convívio social. Outro aspecto a ser observado, na postagem, é a questão de que, aparece também, um modelo tradicional de família, segundo o relato da pessoa que narra o episódio ocorrido: pai mãe e filhos, e ainda assim existe a crise da autoridade familiar, na qual, pela forma como o episódio está sendo descrito, está sendo demonstrado que mesmo a família estando completa, os filhos não respeitam o local de votação e nem os pais, que deixam eles fazerem o que querem, pelo visto. Para Arendt (2014, p.235):

Os pais, contudo, não apenas trouxeram seus filhos à vida mediante a concepção e o nascimento, mas simultaneamente os introduziram em um mundo. Eles assumem no mundo a responsabilidade, ao mesmo tempo, pela vida e desenvolvimento da criança e pela continuidade do mundo. Essas duas responsabilidades de modo algum coincidem; com efeito podem entrar em mútuo conflito. A responsabilidade pelo desenvolvimento da criança volta-se em certo sentido contra o mundo: a criança requer cuidado e proteção especiais para que nada de destrutivo lhe aconteça de parte do mundo. Porém, também o mundo necessita de proteção, para que não seja derrubado e destruído pelo assédio do novo que irrompe sobre ele a cada nova geração.

Ainda na concepção da filósofa:

Por precisar ser protegida do mundo, o lugar tradicional da criança é a família, cujos membros adultos diariamente retornam do mundo exterior e se recolhem à segurança da vida privada entre quatro paredes. Essas quatro paredes, entre as quais a vida familiar privada das pessoas é vivida, constitui um escudo contra o mundo e, sobretudo, contra o aspecto público do mundo (ARENDRT, 2014, p.235-236).

Assim, é função e responsabilidade dos pais, todos os atos proferidos pelas crianças, e eles, mostram-se omissos, pela maneira que se comportam, deixando as crianças livres para fazer o que querem, perturbando e desrespeitando os outros cidadãos com as suas atitudes. Neste sentido, para Ramires (1997, p.19):

Atualmente, a família, além da função de reprodução biológica, é responsável também por sua própria reprodução social através da função ideológica que exerce ao veicular a introjeção por seus membros de valores, papéis e padrões de comportamento que serão repetidos pelas sucessivas gerações.

Nesta outra notícia, a nº 13, novamente, a família aparece como sendo penalizada pelo declínio da autoridade: “O primeiro ponto de fracasso está na família: os adolescentes estão sem controle. Eles fazem o que querem, perambulam pelas ruas de madrugada, muitos envolvidos em rixas, sem que os pais saibam onde estão” (Especialistas...,2015). Aqui, está sendo culpada a família como um todo, sem dizer se é a “desestruturada ou não”. A crítica está sendo lançada diretamente a educação, que deveria estar vindo da família, de casa, do domínio privado. Corroborando ainda com a situação, a notícia nº14:

O poder concedido pelos pais, nada mais é do que abrir mão dos seus deveres (colocar limites) para dar lugar apenas aos direitos (fazer só o que querem) dos filhos. Esse tipo de atitude fortalece a onipotência dos mesmos, que se sentem verdadeiros reis e rainhas, que mandam e desmandam, ignorando determinações, numa total negação das figuras de autoridade que existem dentro e fora de casa.

Em outro trecho da mesma postagem: “Estas crianças chegam à adolescência peritas na arte de não obedecer e com os anos de experiência em driblar pessoas e situações”. Em outro trecho da mesma notícia: “A permissividade desmedida que a maioria dos pais vem demonstrando nas duas últimas décadas”. Deste modo, fica claro que, a partir da falta de limites, que existe dentro de casa, com o respectivo declínio da autoridade familiar, ocorre também, e, conseqüentemente, a falta de autoridade do professor. Os alunos não respeitam o professor, uma vez que, dentro de casa, já não respeitam os pais. Para Arendt (2014, p. 240):

Na educação, não pode haver tal ambiguidade face à perda hodierna de autoridade. As crianças não podem derrubar a autoridade educacional, como se estivessem sob a pressão de uma minoria adulta-embora mesmo esse absurdo tratamento das crianças como uma minoria oprimida carente de libertação tenha sido efetivamente submetido a prova na prática educacional moderna. A autoridade foi recusada pelos adultos, e isso somente pode significar uma coisa: que os adultos se recusam a assumir a responsabilidade pelo mundo ao qual trouxeram as crianças dos pais.

Ainda na concepção da autora:

Evidentemente, há uma conexão entre a perda de autoridade na vida pública e política e nos âmbitos privados e pré-políticos da família e da escola. Quanto mais radical se torna a desconfiança face à autoridade na esfera pública, mais aumenta, naturalmente, a probabilidade de que a esfera privada não permaneça incólume (ARENDETT, 2014, p. 240-241).

Porquanto, a educação é o portal que separa, mas também une, o domínio público e o privado, e, quando ela fracassa em alguns destes dois domínios, tende a fracassar no outro também.

#### 4.2.2 Categoria B - Crise do professorado

Algumas postagens do portal de notícias clicRBS, mostram a autoridade do professor em declínio, apontando como causa para esta situação, as lacunas e problemas existentes nos cursos de formação de professores no Brasil, ou seja, das licenciaturas, paralelamente aos baixos salários que a profissão professor tem neste país. A este respeito, segundo a notícia nº 2:

Para cumprir com louvor o seu papel, o professor ideal também deve ter uma formação sólida e ampla. Esse processo, segundo a superintendente de Educação e Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, Bernardete Gatti, deve incluir o domínio dos conteúdos da disciplina escolhida e, em igual peso, o conhecimento das metodologias e práticas de ensino.

— De nada adianta saber o conteúdo, se o educador não consegue transmiti-lo aos alunos. A maioria dos cursos não tem nem 10% de formação pedagógica, e esse é um problema sério, que precisa ser repensado — alerta Bernardete (BUBLITZ, 2011).

Pela fala da pesquisadora Bernadete Gatti, no portal de notícias clicRBS, entendemos que, para ser um bom professor, é preciso ter uma boa formação, sendo que, um dos motivos pelos quais a autora alega que, a formação dos professores, no Brasil, não é boa, é justamente pela falta de carga horária de disciplinas pedagógicas, e

principalmente, de aulas práticas, ou até mesmo de convênios, entre as instituições superiores e a escola pública, o que diminui o contato dos licenciandos com os alunos da Educação Básica, nas salas de aula, o que prejudica bastante a formação dos futuros docentes, entre outros fatores, citados pela pesquisadora. Segundo Gatti (2010, p.1359), em uma pesquisa realizada por ela entre os anos de 2008 e 2009:

[...] avoluma-se a preocupação com as licenciaturas, seja quanto às estruturas institucionais que as abrigam, seja quanto aos seus currículos e conteúdos formativos. Deve ser claro para todos que essa preocupação não quer dizer reputar apenas ao professor e à sua formação a responsabilidade sobre o desempenho atual das redes de ensino. Múltiplos fatores convergem para isso: as políticas educacionais postas em ação, o financiamento da Educação Básica, aspectos das culturas nacional, regionais e locais, hábitos estruturados, a naturalização em nossa sociedade da situação crítica das aprendizagens efetivas de amplas camadas populares, as formas de estrutura e gestão das escolas, formação dos gestores, as condições sociais e de escolarização de pais e mães de alunos das camadas populacionais menos favorecidas (os “sem voz”) e, também, a condição do professorado: sua formação inicial e continuada, os planos de carreira e salário dos docentes da Educação Básica, as condições de trabalho.

Entretanto, as licenciaturas se constituem como motivo de preocupação para a educação do país, e em especial, para os futuros docentes, que precisam e merecem ter uma formação adequada, que os ajude a exercer com excelência a profissão de professor. Uma explicação para esta questão, pode ser encontrada, nas palavras de Tardif e Lessard (2009, p.17):

Fundamentalmente, o ensino é visto como uma ocupação secundária ou periférica em relação ao trabalho material e produtivo. A docência e seus agentes ficam nisso subordinados à esfera da produção, porque sua missão primeira é preparar os filhos dos trabalhadores para o mercado de trabalho. O tempo de aprender não tem valor por si mesmo; é simplesmente uma preparação para a “verdade vida”, ou seja, o trabalho produtivo, ao passo que, comparativamente, a escolarização é dispendiosa, improdutiva ou quando muito, reprodutiva.

Com a citação dos autores, percebemos, um dos motivos da desvalorização do docente, a partir do momento em que, a profissão do docente é vista como a de alguém que prepara outro alguém para o mercado de trabalho e não como alguém que está fazendo um trabalho nobre, árduo, difícil, e que por si só já deveria ter uma maior remuneração e um maior reconhecimento por parte da sociedade, merecendo, um bom investimento na formação profissional. Na mesma notícia nº 2:

Além de uma boa base, a diretora do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro-RS), Cecília Farias, destaca a importância de haver continuidade nos estudos. Para acompanhar a velocidade das mudanças na sociedade atual, os mestres precisam se manter atualizados — e, para isso,

devem contar com o apoio dos gestores, públicos ou privados. Além de uma imposição profissional, esse deve ser um desejo pessoal (BUBLITZ, 2011).

Por que os profissionais da educação estudariam mais se a diferença de salário é pequena? Como estudar mais se a carga horária deles é enorme, tendo que cumprir horários, muitas vezes em três escolas diferentes para complementar a renda? Enquanto em alguns países como Finlândia, Japão e Coreia do Sul, conforme a pesquisa “A Atratividade da carreira docente” realizada em 2009 pela Fundação Carlos Chagas encomendada pela fundação Victor Civita, ser professor é sinônimo de prestígio social, porque, o professor, é encarado como uma pessoa mais culta que os demais profissionais, sendo feita uma seleção rígida entre os alunos que pretendem ingressar no magistério, escolhendo, os melhores em termos de aprovação em testes difíceis que eles aplicam para qualificar quem vai exercer a profissão, aqui no Brasil, a situação é inversa. Conforme a notícia nº 4:

Ser professor neste país já foi símbolo de status. Contudo, pesquisa realizada em 2009, pela Fundação Carlos Chagas, encomendada pela Fundação Victor Civita, apontou que apenas 2% dos universitários escolhem o magistério como primeira opção de carreira. Pior, os que o fazem estão entre os 30% de estudantes com pior desempenho escolar que usam a licenciatura e a pedagogia como mera porta de entrada para o nível superior, haja vista serem cursos pouco disputados. Em contrapartida, na Finlândia, meca do ensino no mundo, para abraçar a carreira de docência o candidato deve estar entre os 20% melhores alunos. Em Cingapura, outra referência, apenas os 30% melhores são aceitos. A lição é simples: o caminho está em selecionar os professores com maior potencial, valorizá-los e extrair o máximo deles (A chave..., 2013).

No Brasil, são os alunos menos preparados que ingressam no magistério, conforme a postagem acima (que está baseada em uma pesquisa), e fazem isso, muitas vezes, por não terem possibilidades melhores, sendo que, os cursos de licenciatura, são fáceis de entrar, e as mensalidades são mais baixas, facilitando o ingresso de pessoas com menor renda e menor conhecimento. Observando o trecho final da notícia acima: “A lição é simples: o caminho está em selecionar os professores com maior potencial, valorizá-los e extrair o máximo deles”, nos questionamos: como isso é possível, se aqui no Brasil a profissão é mal remunerada, e justamente por ser mal remunerada é que pessoas menos preparadas e de menor poder aquisitivo a escolhem? A cultura de que, ter status, é ganhar bem, já está instaurada no Brasil, o que faz com que o magistério seja cada vez mais desprestigiado. Para Tardif e Lessard (2009, p.18):

Na sociedade dos serviços, grupo de profissionais, cientistas e técnicos ocupam progressivamente posições importantes e até dominantes em relação aos

produtores de bens materiais. Esses grupos criam e controlam o conhecimento teórico e prático necessário às decisões, às inovações ao planejamento das mudanças sociais e à gestão do conhecimento cognitivo e tecnológico.

Nesta escala, de profissões bem remuneradas e valorizadas, o professor não está enquadrado. Segundo este outro trecho da mesma notícia:

Neste debate, o salário sempre surge como um dogma. O detalhe é que estudos diversos, inclusive do exterior, desmistificam esta assertiva, comprovando a inexistência de uma correlação direta entre salários maiores e melhor qualidade de ensino. Mas é fato que a questão salarial exige que o profissional acumule vários empregos, tendo menos tempo para capacitação e preparação de aulas. E não se pode negligenciar que a remuneração é um forte atrativo. Afinal, um professor da rede pública, em São Paulo, atinge ganhos mensais da ordem de R\$ 4.000,00, incluindo bônus por desempenho, após anos de exercício da profissão, o que representa apenas 15% da bagatela que juízes, e agora também parte do legislativo, recebe. É para fugir do magistério.

Em outro trecho da mesma notícia:

Contudo, o maior problema do corpo docente não é o salário, e sim o despreparo, a falta de vocação e interesse em lecionar, e o descrédito da categoria profissional. O Estado brasileiro fez uma opção míope pela quantidade em lugar da qualidade. Assim, valem as estatísticas de redução do analfabetismo, ainda que se formem analfabetos funcionais. Vale perseguir a meta de 30% de estudantes com nível superior, ainda que formados em universidades de fundo de quintal, que vendem diplomas a baciada, em suaves prestações mensais. Neste contexto, ensino vira negócio e, aluno, cliente.

De acordo com as notícias acima, mais uma vez, aparece, como cerne da questão, os problemas da formação de professores no Brasil, mas desta vez, a própria notícia se contradiz, uma vez que prega: “contudo o maior problema do corpo docente não é o salário, e sim o despreparo, a falta de vocação e interesse em lecionar, e o descrédito da categoria profissional”. Agora, o salário já não está mais em primeiro lugar, mas sim, a “falta de vocação e interesse”, e o motivo, que nos parece o que realmente é o X da questão: o “descrédito da categoria”. A postagem, mostra, de forma discreta, o que seria o real problema para a falta de autoridade do professor, qual seja: o descrédito da profissão. Os professores são desacreditados e desvalorizados pela sociedade. Porque ganham pouco, a sociedade não lhes dá o valor que merecem, e desconhecem todas as dificuldades que a profissão exige, sendo que elas não são vistas. Outro trecho da mesma postagem: “A valorização do professor é instrumento essencial para a melhoria da qualidade da educação. É preciso resgatar a autoridade do docente”. Neste pequeno trecho, fica claro que, o cerne da questão, é, a “valorização do professor através do prestígio que ele merece ter por ser portador de conhecimento, por ser aquele que fará a

oportunidade de que todos nós sejamos futuros universitários. Esta postagem não toca no quanto de estudo é necessário para ser professor, pelo contrário. A este respeito, segundo Gatti (2010, p. 1357-1358), referindo-se a todos os conhecimentos que os acadêmicos do curso de pedagogia devem ter:

Essa licenciatura passa a ter amplas atribuições, embora tenha como eixo a formação de docentes para os anos iniciais da escolarização. A complexidade curricular exigida para esse curso é grande, notando-se também, pelas orientações da Resolução citada, a dispersão disciplinar que se impõe em função do tempo de duração do curso e sua carga horária, dado que ele deverá propiciar: “a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural”; englobar (art. 4º, parágrafo único) a formação de habilidades de planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação, de projetos e experiências educativas não escolares; a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares. O licenciado em Pedagogia deverá ainda: estar apto no que é especificado em mais dezesseis incisos do artigo 5º, dessa Resolução, e cumprir estágio curricular em conformidade ao inciso IV, do artigo 8º. Estas postulações criaram tensões e impasses para o desenvolvimento curricular desses cursos, ainda não bem equacionadas. Enfeixar todas essas orientações em uma matriz curricular, especialmente para as classes noturnas onde se encontra a maioria dos alunos desses cursos, não é tarefa fácil.

Conforme expõe a pesquisadora, percebemos, que o curso de pedagogia, exige bastante dos acadêmicos, o que por si só, deveria ser motivo de valorização profissional. Este tipo de informação, geralmente, não é passado ao público, qual seja: tudo que os futuros mestres necessitam estudar para se tornar professor. Com todo o estudo que este profissional precisa adquirir para se formar, ele mereceria ser valorizado e prestigiado. A valorização do professor, mais do que salarial, deve ser por todo o estudo e conhecimento que este profissional possui, e não apenas pelo seu salário, como ocorre em países como Finlândia e Japão, por exemplo. Paralelamente, a questão salarial, também deveria ser proporcional ao estudo, ou seja, após passar por todas as etapas de conhecimentos, elencados pela pesquisadora Gatti (2010), o professor, deveria ter, também, uma melhor remuneração, mas antes de tudo, deveria ser prestigiado, pelo conhecimento que possui. Em outra postagem, a de nº 40:

Na Finlândia, o nível de mestrado é pré-requisito para lecionar, exceção feita à pré-escola. No Brasil, apenas 2% dos docentes no 8º ano do ensino fundamental são mestres. Na busca pela quantidade, não é possível formar adequadamente os profissionais mediante uma capacitação que transcenda o conhecimento técnico. Tal qual uma residência médica, o professor precisa de respaldo empírico em sua formação (GONZATTO, 2012).

Os cursos de licenciatura, pelo menos em sua grade curricular, já fornecem muitos conhecimentos, logo, não seria preciso fazer mestrado e sim, valorizar os conhecimentos que o professor possui. Segundo a notícia nº 40:

O desafio da educação brasileira não se resume a estimular crianças e adolescentes a aprender. Exige, também, encontrar quem se disponha a ensiná-los. Nas últimas décadas, a perda de interesse dos jovens pela carreira de professor dificulta a seleção de educadores em quantidade e qualidade suficientes para garantir o salto de desempenho que se espera nas escolas. Ao cativar o interesse de apenas 2% dos estudantes do Ensino Médio, conforme demonstrado pela pesquisa A Atratividade da Carreira Docente no Brasil, o magistério brasileiro segue caminho inverso ao de países desenvolvidos (GONZATTO, 2012).

Complementando ainda, esta pesquisa:

A baixa remuneração dos professores brasileiros é um dos temas mais recorrentes para explicar a pouca atratividade da carreira no país — e os números confirmam essa avaliação. Uma série de comparações revela que o salário dos educadores do Brasil está entre os mais baixos do mundo. Conforme uma das análises mais recentes, realizada este mês pela Metas — Avaliação e Proposição de Políticas Sociais a pedido do UOL Educação, um educador da rede pública recebe o equivalente a US\$ 15,4 mil anuais nas séries finais do Ensino Fundamental. Comparando-se este valor com os de 37 países que constam em um levantamento divulgado este ano pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil fica acima somente da Indonésia (onde se paga US\$ 2,3 mil) e da Argentina.

#### **Exercício**

Compare o salário médio de um professor de séries finais do Ensino Fundamental, com 15 anos de experiência, em alguns países:

Luxemburgo	US\$ 101,7	mil
Alemanha	US\$ 61,7	mil
Canadá	US\$ 54,9	mil
Espanha	US\$ 47,8	mil
Austrália	US\$ 47,4	mil
Média dos países da OCDE	US\$ 39,4 mil	
Portugal	US\$ 37,5	mil
Itália	US\$ 35,5	mil
Chile	US\$ 23,4	mil
<b>Brasil</b>	<b>US\$ 15,4</b>	<b>mil</b>
Argentina	US\$ 14,8	mil
Indonésia	US\$ 2,3	mil

Fonte: Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A partir do quadro comparativo acima, os salários, como vemos, aparecem como motivos, para os professores não quererem continuar sendo educadores, mas em contrapartida, talvez, este não seja o cerne da questão que a educação e o professorado sofrem, perpassando por uma problemática maior e multifacetada. O salário do professor brasileiro, é quase 4 vezes menor que o do professor alemão. Na mesma postagem, apresenta-se, a questão do prestígio social da carreira docente:

## BAIXO PRESTÍGIO SOCIAL DA PROFISSÃO

Os países com melhor desempenho nas avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), implementado pela OCDE, dividem uma característica em comum: professores selecionados entre a fatia de melhores alunos no equivalente à Educação Básica. Nem sempre estão entre os profissionais mais bem pagos do mercado dos seus países, mas invariavelmente estão entre os trabalhadores com maior reconhecimento social devido ao bom nível cultural e excelente formação.

Em países como Finlândia, Coreia do Sul e Japão, que figuram na parte de cima do ranking educacional, os professores são respeitados e admirados como profissionais de alto nível pelos compatriotas. No Brasil, o prestígio da profissão caiu nas últimas décadas e hoje se encontra restrito aos mestres do Ensino Superior. Isso faz com que mesmo quem cursa uma licenciatura muitas vezes evite seguir a carreira à qual estaria habilitado. Na USP, por exemplo, cerca de metade de estudantes de algumas licenciaturas rejeita trabalhar como educador (GONZATTO, 2012).

De acordo com a pesquisa acima, o que faz com que o professor perca a autoridade em sala de aula, é a falta de prestígio, que o magistério tem, aqui no Brasil, fazendo também, com que, os estudantes não queiram seguir adiante na carreira. De acordo com uma pesquisa realizada na USP, a proporção de alunos de licenciatura que não desejava ou tinha dúvidas sobre seguir a carreira de professor, mesmo se habilitando para ela, estavam na proporção de:

Veja, de acordo com uma pesquisa realizada na USP, a proporção de alunos de licenciatura que não desejava ou tinha dúvidas sobre seguir a carreira de professor, mesmo se habilitando para ela:

52% dos alunos de Física

48% na Matemática

30% na Pedagogia

Fonte: Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na mesma postagem:

A Pesquisa Educar para Crescer demonstra que o baixo reconhecimento social dos educadores tem vinculação com a pouca prioridade atribuída pela...89% da população brasileira não vê a Educação como o principal problema do país...a educação aparece em 5º lugar na lista de problemas do país.

O Brasil precisa estender o mesmo prestígio dedicado aos professores universitários aos educadores do nível básico, a exemplo do que ocorre em países com os melhores índices educacionais do mundo. Para isso, é preciso investir não só em salário, mas em formação para transformá-los em profissionais com status de especialista (GONZATTO, 2012).

Ademais, vemos que, a baixíssima atratividade da carreira, e o respeito que os professores não têm, deve-se, a falta de prestígio que a profissão tem aqui no Brasil. Esta falta de prestígio, mostra-se, vinculada, aos capitais simbólicos, aos quais, Bourdieu

(1989), se refere, sendo que, o capital cultural dos professores, acaba sendo fator determinante para o seu desprestígio na sociedade. Por não terem um salário adequado, não podem ir a cinemas, teatros, restaurantes, o que os torna alguém inferiorizado, já que a nossa sociedade valoriza o “ter” e não o “ser”. A profissionalidade, não é encarada, como deveria ser, ou seja, como uma profissão com uma série de requisitos a serem seguidos. Para Gatti (2010, p.1360):

Entendemos, com Ramalho, Nuñez e Gauthier (2003), que a profissionalidade é o conjunto de características de uma profissão que enfeixam a racionalização dos conhecimentos e habilidades necessárias ao exercício profissional, e que a profissionalização de professores implica a obtenção de um espaço autônomo, próprio à sua profissionalidade, com valor claramente reconhecido pela sociedade. Não há consistência em uma profissionalização sem a constituição de uma base sólida de conhecimentos e formas de ação. Com estas conceituações, estamos saindo do improvisado, da ideia do professor missionário, do professor quebra-galho, do professor artesão, ou tutor, do professor meramente técnico, para adentrar a concepção de um profissional que tem condições de confrontar-se com problemas complexos e variados, estando capacitado para construir soluções em sua ação, mobilizando seus recursos cognitivos e afetivos.

Neste sentido, podemos afirmar, através destas pesquisas, que o desestímulo é total para os acadêmicos. Em outro trecho, retirado da notícia do clicRBS, de nº40:

Os possíveis candidatos a professor se desestimulam ao comparar a grande variedade de tarefas que deveriam cumprir na escola com as condições que enfrentariam para realizar esse trabalho. Conforme a professora da Unisinos Maria Isabel da Cunha, a democratização do acesso à escola trouxe uma espécie de acúmulo de trabalho aos educadores.

— Os professores foram assoberbados de funções que antes não eram deles. Hoje, se destaca a importância da socialização que se faz na escola, da orientação sobre hábitos de higiene, do respeito mútuo, questões que antes eram tratadas apenas pela família — avalia a especialista. Como os pais trabalham cada vez mais, boa parte da antiga educação doméstica foi transferida para os colégios — que ainda precisam se ocupar do ensino das matérias, manutenção da disciplina, planejamento de aulas, correção de avaliações e exercícios etc. (GONZATTO, 2012).

Todos os fatores elencados acima, contribuem para o afastamento dos jovens, que pretendiam cursar alguma licenciatura, e até mesmo, para a sua desistência durante o curso. Para Gatti (2010, p.1360-1361):

Observando o crescimento relativo dos cursos de formação de professores, entre 2001 e 2006, verifica-se que a oferta de cursos de Pedagogia, destinados à formação de professores polivalentes, praticamente dobrou (94%). As demais licenciaturas tiveram um aumento menor nessa oferta, cerca de 52%. Porém, o crescimento proporcional de matrículas ficou bem aquém: aumento de 37% nos cursos de Pedagogia e 40% nas demais licenciaturas. As

universidades respondem por 63% desses cursos e, quanto ao número de matriculados, a maior parte está nas instituições privadas: 64% das matrículas em Pedagogia e 54% das matrículas nas demais licenciaturas (Gatti & Barreto, 2009). Destacamos um dado que nos remete a pensar nas condições do tipo de demanda para esses cursos, na forma de oferta das licenciaturas, sua estrutura, sua dinâmica curricular, suas formas de institucionalização: chama a atenção o baixo nível de conclusão nesses cursos, que se situava na taxa média de 24%, conforme dados do INEP/ MEC (2006). O Censo da Educação Superior de 2007 oferece, por sua vez, outro indício importante: o número de matrículas nos cursos voltados especificamente para as disciplinas do magistério, os chamados cursos de Formação de Professores de Disciplinas Específicas, foi menor em 2007 do que em 2006 no caso de algumas disciplinas, sendo que estes cursos, no nível superior, foram os únicos que apresentaram números negativos de crescimento no país.

Destarte, as licenciaturas apresentam problemas, no Brasil, o que acaba, por ocasionar, muitas vezes, um nível um pouco abaixo do que gostaríamos que os professores tivessem, mas isso, não justifica a perda da autoridade docente que assola a sociedade contemporânea. Para Adorno (1995, p.101):

[...] Afirmei que na Alemanha a pobreza do professor é uma imagem do passado. Contudo, permanece inquestionavelmente a discrepância entre a posição material do docente e sua exigência de status e poder, que deveriam lhe corresponder ao menos conforme prega a ideologia vigente. Esta discrepância não deixa de afetar o espírito. Schopenhauer atentou para esta situação no que se refere aos docentes universitários. Acreditava que o comportamento subalterno que constava neles há mais de cem anos relacionava-se aos seus péssimos salários. É preciso acrescentar que na Alemanha essa exigência de poder e status de espírito é em si problemática e nunca foi satisfeita.

Assim, depreendemos, após a citação de Adorno (1995), e da leitura dos extratos das notícias do clicRBS, que, a mídia, veicula a imagem do professor, como alguém que não tem preparo para exercer a profissão, alguém que ganha mal, e coloca sempre de forma discreta a questão de que o prestígio social, que deveria estar baseado no estudo e nos conhecimentos que o professor possui, no capital cultural, e não apenas em seu salário, não é reconhecido e legitimado pela sociedade brasileira. O professor que tem prestígio, em nossa sociedade, é o da Educação Superior, o da Educação Básica não tem. Atentamos também, para o fato de que, o título da segunda postagem (Gonzatto, 2012) é: “Por que apenas 2% dos estudantes querem seguir a carreira de professor?”. Este título, está escrito, com letras grandes, o que chama a atenção do leitor, é uma postagem cheia de tabelas, tecendo comparações com os outros países, o que também chama a atenção do leitor, o qual após ler a manchete, será mais um a ter uma imagem negativa da docência. A notícia toda, ocupa 10 páginas. Se não for a maior delas, está entre as maiores. Estes fatores, fazem, com que as pessoas gravem que “apenas 2 % dos

estudantes querem ser professor e todas as mazelas da profissão são colocadas de forma chamativa, o que confere ao professor uma posição ruim em relação a sociedade, dando a ele a visibilidade de um profissional que não merece ser legitimado e prestigiado pela sociedade, e infelizmente, é o que acaba ocorrendo. O capital cultural, acaba por não aparecer. Para Tardif e Lessard (2009, p.21):

A docência é uma das mais antigas ocupações modernas, tão antiga quanto a medicina e o direito. Ora, quando a situamos dentro da organização socioeconômica do trabalho, ela representa atualmente um setor nevrálgico sob todos os pontos de vista. A Unesco (1998) aponta que existem cerca de 60 milhões de professores no mundo que trabalham em condições muito diferentes segundo os países e as culturas.

Todas estas diferenças culturais, apontadas pelos autores, se refletem, na hora de valorizar o profissional, e aqui no Brasil, infelizmente, a cultura é a de desvalorização deste profissional.

#### *4.2.3 Categoria C - Crise da escola (como instituição)*

O clicRBS atribui, segundo algumas postagens, o declínio da autoridade do professor, às precárias infraestruturas em que as escolas se encontram. É interessante realçar que, o portal de notícias, traz situações ocorridas em instituições escolares públicas. Em outra postagem, a de nº 37:

Os salários baixíssimos, comparados com outras profissões. As condições de trabalho insuficientes, os prédios caindo, sem equipamentos. E as crianças encontrando as escolas como uma chatice.... Se você tivesse ido dormir 20 anos atrás e acordasse agora, não reconheceria um banco, um supermercado, um aeroporto. Mas reconheceria a escola porque ela não mudou nada.

Este outro trecho, da mesma postagem: “Não se pode também querer encantar uma pessoa num prédio em que os vidros estão todos quebrados, onde não há televisão nem computador”. Na mesma esteira das postagens anteriores, esta postagem, de nº 19:

Começa pela estrutura das escolas, em geral precária, culminando com a desautorização quase permanente do respeito. O aluno, em porção numérica amplamente majoritária, ignora o professor, que sempre foi a autoridade constituída, por razões que se complementam. O próprio professor, por limitações de temperamento, insegurança ou circunstância, é incapaz de impor-se.

Estas notícias, trazem, visivelmente, a crise das escolas como motivo para a crise da autoridade do professor, mas na realidade, não é um motivo para isso, pois no contexto desta postagem, está sendo retratada uma escola pública, lembrando que, a mesma situação, por exemplo, não poderia ser atribuída a uma escola particular, na qual a infraestrutura é muito melhor, e onde existem equipamentos modernos para a aula do professor. Será que isso contribui de fato para que o professor consiga ou não exercer a sua autoridade em sala de aula? Paralelamente, ela também posiciona o professor muito mal, uma vez que traz: “O próprio professor, por limitações de temperamento, insegurança ou circunstância, é incapaz de impor-se”. A crise de autoridade, que se manifesta nas famílias, e também na escola, como vimos na categoria de análise A, aqui está sendo transferida para o professor e seu “temperamento”. Ele é visto como um ser “limitado” em “termos de temperamento”, “inseguro e aliado as más estruturas da escola não se impõe”. Como isso tudo é possível? Na realidade, a situação exposta, mascara, novamente, a crise das tradições. A escola enquanto modelo tradicional, mostra-se ultrapassada. Neste sentido, para Arendt (2014, p. 245-246):

O problema da educação no mundo moderno está no fato de, por sua natureza, não poder esta abrir mão nem da autoridade, nem da tradição, e ser obrigada, apesar disso, a caminhar em um mundo que não é estruturado nem pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição.

Portanto, faz-se necessário que, a escola, modifique sua estrutura, pois ela está ancorada em pressupostos antigos, aos quais já não correspondem mais a sociedade contemporânea. A forma como muitos professores ministram as aulas, sem utilizar a criatividade, sem buscar inovar, limitando-se apenas a aulas expositivas, e que muitas vezes não se aproximam da realidade do aluno, também se mostra ultrapassada, e não como diz a notícia “o professor é um ser limitado”. O professor não é um ser limitado, mas sim, a sua falta de formação e de valorização profissional acarretam um prejuízo à sua vida profissional. Para Tardif e Lessard (2009, p. 9):

Na verdade, sabemos hoje que o trabalho do docente representa uma atividade profissional complexa e de alto nível, que exige conhecimentos e competências em vários campos: cultura geral e conhecimentos disciplinares; psicopedagogia e didática; conhecimentos dos alunos, de seu ambiente familiar e sociocultural; conhecimento das dificuldades de aprendizagem, do sistema escolar e de suas finalidades; conhecimentos das diversas matérias do programa, das novas tecnologias da comunicação da informação; habilidade gestão de classe e nas relações humanas. Essa atividade profissional necessita também das aptidões e das atitudes próprias para facilitar a aprendizagem dos alunos: respeito aos

alunos; habilidades de comunicação; capacidade de empatia; espírito de abertura para as diferentes culturas e minorias; habilidade para colaborar com os pais e outros atores escolares, etc.; assim como uma boa dose de autonomia e o exercício de um julgamento profissional respeitoso tanto das necessidades dos alunos quanto das exigências da vida escolar e social.

Para Tardif e Lessard (2009, p. 9): “Em resumo, o ensino se tornou um trabalho especializado e complexo, uma atividade rigorosa, que exige, daqueles e daquelas que a exercem, a existência de um verdadeiro profissionalismo”. Percebemos, que os professores não são seres “limitados”, como quer a notícia enfocada nas páginas 162 e 163, respectivamente, desta tese, muito antes pelo contrário, são extremamente exigidos, e de certa forma, vítimas do sistema e do descaso da sociedade. Paralelamente a isso, também, a estrutura escolar, com suas burocracias e sistemática que não se renovam junto às inovações da sociedade, não está mais dando conta de manter os alunos interessados na escola. A escola enquanto instituição social, está fracassada por seu modelo, e a sociedade atual, acaba por culpar os docentes, recaindo sobre eles, o peso que na realidade é do próprio modelo escolar, do sistema burocrático. O professor, mostra-se indefeso e vítima do sistema, e das pessoas que o julgam o tempo todo, culpando-o, por tudo o que acontece de ruim dentro da escola. Mais uma vez, o X da questão, encontra-se, na crise da tradição como bem observa Arendt (2014). Nas palavras da filósofa:

A verdadeira dificuldade na educação moderna está o fato de que, a despeito de toda a conversa da moda acerca de um novo conservadorismo, até mesmo aquele mínimo de conservação e de atitude conservadora sem o qual a educação simplesmente não é possível se torna, em nossos dias, extraordinariamente difícil de atingir. Há sólidas razões para isso. A crise da autoridade na educação guarda a mais estreita conexão com a crise da tradição, ou seja, com a crise de nossa atitude face ao âmbito do passado. É sobretudo difícil para o educador arcar com esse respeito da crise moderna, pois é de seu ofício servir como mediador entre o velho e o novo, de tal modo que sua própria profissão lhe exige um respeito extraordinário pelo passado (ARENDR, 2014, p. 243-244).

Por um lado, a tradição mostra-se presente no sentido de termos a sensação de que devemos segui-la. Por outro lado, ela se apresenta como algo em crise, exigindo-se urgentemente uma renovação e manutenção de seus princípios e fundamentos. Observando esta outra postagem, a ideia de Arendt (2014) está perceptível:

O professor de história Marcio Tascheto, consultor da Unesco no Ministério da Educação, lembra que o modelo de escola de hoje foi universalizado a partir da Revolução Industrial, inspirado na fábrica: uma organização enfileirada, com uma perspectiva de tempo mecânico e hierarquização de saberes.

Infere-se, através das postagens acima que, a escola pública, se mantém igual, sem apresentar atrativos para os alunos, mas será que é por isso que a autoridade do professor está em declínio? Como bem argumentaram Arendt (2014) e Renaut (2004) em seus escritos, a crise que se instaura na educação, relaciona-se à crise da democracia, da política e dos modelos tradicionais presentes na sociedade. Trata-se, de uma crise das tradições e da política. A crise entre o passado e o futuro, conforme Arendt (2014). O que foi pensado no passado, estava de acordo com o que existia no passado. A sociedade mudou, tudo mudou, e a escola tornou-se obsoleta. Não é, na verdade, a aparência das escolas que influenciam na autoridade do professor ou em seu declínio, e sim, a falta de mudança no modelo de funcionamento e estrutura delas. O seu funcionamento, segue, em muitos casos, sendo o mesmo, sem apresentar maiores inovações. Não resta dúvida, de que, o que está ultrapassado, é o sistema, e isso sim, prejudica, e muito a autoridade do professor e a atratividade dos alunos em relação a escola. Na ótica de Arendt (2014, p. 244):

Durante muitos séculos, isto é, por todo o período da civilização romano-cristã, não foi necessário tomar consciência dessa qualidade particular de si próprio, pois a reverência ante o passado era parte essencial da mentalidade romana, isso não foi modificado ou extinto pelo Cristianismo, mas apenas deslocado sobre fundamentos diferentes.

Ainda nas palavras da autora: “[...] não se pode, onde quer que a crise haja ocorrido no mundo moderno, ir simplesmente em frente, e tampouco voltar para trás. Tal retrocesso nunca nos levará a parte alguma, exceto à mesma situação da qual a crise acabou de surgir” (ARENDR, 2014, p. 245). Em outro trecho, da mesma postagem, de (nº 38), é trazida mais uma confirmação disso:

Não é coincidência que, desde o século 19, o tradicional quadro-negro se mantenha à frente dos alunos distribuídos em fileiras nas salas de aula. Por trás dessa organização estática, estaria uma concepção de educação associada à imposição da autoridade, da ordem e da disciplina. Colocado à frente da turma, o mestre poderia melhor exercer o domínio (Um passado a superar, 2010).

O problema, não reside no “tradicional quadro negro”, mas sim, na maneira pela qual os professores ministram as aulas, sem contar, muitas vezes, com as inovações e renovações que o mundo passa, sendo que, o modo pelo qual os alunos, pais e sociedade enxergam o professor precisa ser modificado. Apesar da culpa recair no professor e na infraestrutura da escola e de sua aparelhagem, mais uma vez, faz-se necessário, destacar

que, o contexto retratado nas notícias, sempre é o da escola pública, sendo que, na escola particular, não tem como “usar este tipo de desculpa”, pois, os prédios são novos, os equipamentos também, e ainda assim, os professores são desrespeitados e desautorizados. Os professores, não são mais tratados como figuras de autoridade, nem na escola pública, e tampouco na privada. São desrespeitados e malvistas em ambas. As escolas (independente de públicas ou privadas), não dão mais conta das mudanças ocorridas na sociedade contemporânea. A sistemática, mostra-se, em muitos casos, ultrapassada, e sem acompanhar os avanços estruturais e tecnológicos pelos quais a sociedade passa, sendo que, a abertura para o novo, muitas vezes, não ocorre. Elas não acompanham, via de regra, e em especial as escolas públicas, as mudanças tecnológicas, de tempo e de espaço, pelas quais a sociedade atravessa, e se acompanham, em muitos casos, não sabem como tirar proveito e usar as tecnologias a seu favor. Para Tardif e Lessard (2009, p.9):

Sob o efeito das tecnologias da informação e de comunicação, as bases tecnopedagógicas do ensino começam a se transformar. Durante muito tempo, considerado como ofício da palavra, sob a autoridade do escrito e do livro, o ensino passou por cima da falsa revolução audiovisual sem ser afetado por ela de modo duradouro, mas tudo leva a crer que as tecnologias da comunicação terão um impacto muito mais profundo e permanente, pois elas podem realmente modificar em profundidade as formas da comunicação pedagógica, assim como os modos do ensino e de aprendizagem em uso nas escolas há quatro séculos.

Prosseguindo com as análises, na mesma postagem:

Hierarquia vertical até por volta da década de 1960, todas as salas tinham um estrado, estrutura elevada que colocava o professor em superioridade em relação aos seus alunos. Hoje o estrado se foi, mas muitos professores ainda mantêm essa postura de detentores do saber. Com a diversificação das fontes de informação, cada vez mais esse modelo entra em crise, pois a informação circula em rede, e o conhecimento trazido pelos alunos não pode ser desprezado.

A tecnologia, precisa ser usada a favor. Ainda na mesma postagem: “Modelos tradicionais devem ser substituídos por novas estratégias de ensino, provocando importantes mudanças nas salas de aula”. Entrementes, não apenas as novas estratégias de ensino devem ser empregadas, como o contexto geral, e a administração da educação, nas instituições escolares, devem ser repensados. Novos modelos têm que entrar em vigor, para que não ocorra de a escola, não ter mais sentido para os seus alunos, não havendo, nexos, em frequentá-la e, além disto, desmotivados no respeito ao professor, que é o seu representante. Na mesma postagem:

Sala de aula criativa. Para estimular a interação e a criatividade, especialistas imaginam uma sala de aula com recursos como formas arredondadas, tatame para atividades no chão e até computadores de última geração. O espaço também deve aguçar os sentidos: classes coloridas, chão ou paredes revestidas que permitem ser riscados. – É preciso alargar as paredes da sala de aula – define a professora Helena Sporleder Côrtes.

Complementando: “Estímulos variados para que essa geração aprenda, ela precisa se sentir estimulada e envolvida. Promover dinâmicas, lançar desafios”. Estes estímulos e inovações, descritos nas postagens acima, possivelmente, já existam nas escolas privadas, mas ainda assim, os modelos da escola enquanto instituição social é que precisam mudar. Nesta postagem nº 47:

A verdade é que os alunos mudaram. Os estudantes de hoje são a geração Z, da tecnologia, da inovação, o que também pede educadores de uma nova geração. Não precisa ser da mesma faixa etária, aliás, nem é possível, mas no mínimo com uma cabeça Z (Por uma nova..., 2012).

A questão da faixa etária, descrita na postagem acima, não faz diferença. O que faz diferença, sim, é que os jovens acompanharam as mudanças ocorridas na sociedade, concomitantemente, às inovações tecnológicas que se instauraram com o passar do tempo, em nossa civilização. Paralelamente, a escola enquanto instituição social, não acompanhou este desenvolvimento. É como se tivesse parado no tempo. Para Arendt (2014, p. 244):

Era da essência da atitude romana (embora de maneira alguma isso fosse verdadeiro para qualquer civilização, ou mesmo para a tradição ocidental como um todo) considerar o passado como um modelo, os antepassados, em cada instância, como exemplos de conduta para seus descendentes; crer que toda grandeza jaz no que foi, e, portanto, que a mais excelente qualidade humana é a idade propecta; que o homem envelhecido, visto ser já quase um antepassado, pode servir de modelo para os vivos.

Os professores não estão tendo mais autoridade em sala de aula devido à crise da educação e da tradição, como bem observam Arendt (2014) e Renaut (2004). É como se estivessem deslocados de sua profissão, da relação com os seus alunos, não estão conseguindo ter diálogo com os pais de seus discípulos, que muitas vezes já chegam agredindo, e, tanto as regras quanto a estrutura hierárquica, e de funcionamento, que existem nas escolas, não dão mais conta. É preciso, renovar e reinventar, as formas do uso de poder e da autoridade, bem como, o modelo escolar, seguindo e acompanhando as inovações pelas quais a sociedade passa.

#### 4.2.4 *Violência e violência simbólica*

Após analisar as 49 postagens, do portal de notícias clicRBS, outra categoria que emergiu, e que contribui para retratar a crise da autoridade vivenciada pelos docentes na contemporaneidade, é a questão da violência que o professor tem sofrido, quase que diariamente, nas instituições de Educação Básica. A violência retratada, acaba, não sendo, apenas física, mas ela, em alguns casos um outro tipo de violência, trata-se da violência simbólica que o professor sofre por parte da sociedade (pais e alunos, principalmente). O conceito de violência simbólica, foi cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989). Segundo o autor, os seres humanos, são dotados de quatro capitais, os quais aparecem, e se manifestam, através do contexto escolar (BOURDIEU, 1989). São eles: a) o capital econômico (que diz respeito a renda financeira do indivíduo); b) o capital social (no qual inclui-se as redes de amizade e o convívio social; c) o capital cultural (que é aquele no qual estão inseridos o nível educacional da pessoa, envolvendo a escolaridade e os gostos artísticos); d) o capital simbólico, que relaciona-se à honra e ao prestígio social. Este, funda-se no reconhecimento que a pessoa tem por parte da sociedade. As relações de poder, ficam localizadas neste campo social. A violência simbólica, ocorre, a partir do momento em que, existe na sociedade, uma falta deste último capital, cunhado por Bourdieu (1989), e em relação aos outros indivíduos da sociedade, ou entre as instituições que compõem a sociedade e os campos, quais sejam: as instituições sociais, políticas, escolares, econômicas. Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu (1989), existe uma espécie de cumplicidade, entre os praticantes e os que por ela são atingidos, mesmo que as pessoas envolvidas, nem sempre percebam o que está ocorrendo ou o que estão fazendo.

Esta questão, da violência simbólica, que acaba muitas vezes sendo sutil, pode ser percebida, em algumas postagens do clicRBS. A notícia nº40, por exemplo, mostra que, o fato de o perfil do professor estar mudando, evidencia que, sejam cada vez pessoas com menor renda que optam pelo magistério, atualmente. Isso, contribui para que a autoridade do professor decline, uma vez que, vivemos em uma sociedade onde o que se valoriza é o ter e não o ser. Esta notícia (nº 40) evidencia este novo perfil:

Nos últimos anos, o abandono da profissão de professor pelas classes mais abastadas abriu espaço para um novo perfil de candidato ao magistério:

estudantes de colégios públicos, filhos de pais com baixa escolaridade, e que são os primeiros de suas famílias a chegar à universidade. Conforme a pesquisa A Atratividade da Carreira Docente, quanto maior o nível socioeconômico e a escolaridade dos pais, menor a intenção de se tornar educador (GONZATO, 2012).

Depreendemos, através desta postagem, que, uma vez que os professores ganham pouco, e são filhos de pessoas que também não são bem remuneradas, eles já estão, por esta condição, desprovidos do capital simbólico, o qual, segundo Bourdieu, (1989) é o responsável pelo local que os sujeitos ocupam na esfera social. O capital simbólico do professor, o coloca em uma situação de “rebaixamento social”, em relação às outras profissões. Desta maneira, o professor fica desvalorizado por ganhar mal e é desrespeitado perante à sociedade, sendo desprezado e humilhado. Esta desvalorização que o professor sofre, está de acordo com o pensamento de Adorno (1995), que já criticava o magistério, e já evidenciava o pequeno número de jovens que escolhiam seguir a carreira no magistério, retratando o contexto europeu, mais precisamente, o da Alemanha. Em suas palavras:

De maneira oficial, constatei uma forte repulsa frente aquilo a que são qualificados pelo exame oficial, e em relação ao que se espera deles após este exame. Eles sentem o seu futuro como professores como uma imposição, a que se curvam apenas por falta de alternativas. É importante ressaltar que tenho a oportunidade de acompanhar um contingente não desprezível de tais formatos, com motivos para supor que não se trata de uma seleção negativa (ADORNO, 1995, p.97).

Esta questão, diminui, ainda mais, o prestígio social do professor, uma vez que, os menos favorecidos economicamente já não são valorizados, e são estes, que aqui no Brasil, estão seguindo a carreira do magistério, atualmente. É interessante destacar, também, que, estes que escolhem o magistério, fazem isso por falta de opção, ou seja, por ser mais fácil de entrar, o que coloca ainda mais a profissão como algo desprestigiado e desvalorizado perante a sociedade. As pessoas “inteligentes”, e com um bom poder aquisitivo, não querem ser professor aqui no Brasil.

Uma outra notícia, por exemplo, que aparece à respeito da violência física, mas na verdade apresenta principalmente a violência simbólica, e que eu gostaria de destacar, é uma imagem bastante chocante, talvez a que melhor definiria a crise da autoridade do professor na contemporaneidade. A foto abaixo, foi capa da notícia nº1:

Figura 5– Professora agredida por estudante



Fonte: ClicRBS, 21.08.2017<sup>9</sup>

A notícia inicia assim:

Segundo o relato da professora de Língua Portuguesa Marcia de Lourdes Friggi, 51 anos, compartilhado por ela no Facebook, uma discussão teria iniciado após ela ter pedido que o aluno tirasse um livro do meio das pernas e colocasse em cima da mesa. O jovem de 15 anos teria se negado e xingado a professora, que o encaminhou até a diretoria”. Após relatar o caso na direção, o jovem teria começado a agredir a professora com socos. Ela ficou ferida e precisou receber pontos na altura do supercílio. Às 19h desta segunda-feira, a postagem no Facebook da professora já passava dos 80 mil compartilhamentos (WENZEL: PARAÍSO, 2017).

Conforme a professora: “Todos ajudaram a deixar meu olho roxo”, desabafa professora agredida por aluno em Santa Catarina

Através de sua imagem, frontal, com sangue no rosto, a professora é retratada como vitimizada, o que a desvaloriza. O desrespeito, ocorre, não porque os alunos são violentos, mas sim, porque perderam o respeito pelo professor. O professor é visto como um sujeito desvalorizado por toda a sociedade e por isso, “não merece ser respeitado”. O jornal, na

<sup>9</sup> Professora é agredida por aluno em Indaial, no Vale do Itajaí. 2017. Disponível em: <http://jornaldesantacatarina.clicRBS.com.br/sc/seguranca/noticia/2017/08/professora-e-agredida-poraluno-em-indaial-no-vale-do-itajai-9875692.html>. Acesso em: 15/10/2017.

medida em que posta uma foto assim, coloca a professora numa posição de inferioridade e de humilhação, como alguém vitimizada e digna de pena. O próprio jornal, ao retratá-la com uma foto enorme e com letras chamativas, deixando claro que ela foi agredida em sua manchete, ajuda a denegrir a imagem não somente desta professora (a expondo desta maneira), como dos professores de um modo geral. Como foi visto anteriormente, no referencial teórico, as imagens, fotos, tamanho da letra, são atrativos que, “chamam” o leitor, para determinada notícia, e o que fica registrado, é a imagem e a manchete. Isso tudo, reforça o local que o professor ocupa na sociedade: o de alguém que apanha para trabalhar. Ganhando mal, é “mal visto” pela sociedade, e o seu nível intelectual, não é valorizado pela sociedade brasileira.

Na mesma senda, esta outra notícia, novamente trazendo uma cena de violência física, mais uma vez, contribui para a violência física e simbólica. Segundo a postagem nº 9:

Nesta semana, vi uma mãe invadir uma escola aos gritos, querendo quebrar uma professora ao meio porque o filho de 13 anos disse que foi xingado na escola. Observei a cena e quase intervi, mas como outras professoras seguraram a mãe, fiquei só no bico.

Depois de toda a barulheira e da mãe prometer quebrar os vidros do carro da professora, ela foi embora, e o filho ficou em frente à escola. Com os amigos, ele dava risada e dizia que sua mãe era "bicho solto", reproduzia para os amigos os gestos de ameaça da mãe e a reação de pavor da professora de maneira debochada. Todos gargalhavam.

Dois professores olharam a reação deles e entraram no carro balançando a cabeça de forma negativa. Vi nos seus olhos que tinham desistido do menino. Fiquei pensando que, por pior que a professora tenha agido, a mãe, com sua agressividade, conseguiu piorar. Primeiro porque os nossos filhos têm duas personalidades: uma na escola e outra em casa. Não podemos confiar 100% nas versões que trazem, precisamos sempre ouvir os professores. Em segundo lugar, quando eu ataco um professor na frente do meu filho, mostro a ele como deve agir diante de autoridades. Como eu também sou autoridade, um dia, ele vai me devolver a lição. Confesso que não sei se teria condições de ser professor, não pelos alunos, mas pelos pais (SOARES, 2016).

O professor, como retrata a notícia, está sem direito de fala, ao ponto de precisar ter a frase dizendo que “o professor precisa ser ouvido” Esta notícia atenta para o fato de que os professores não são escutados, apenas o aluno é tido como aquele que tem razão e direito a fala. Outra questão para a qual se deve atentar é a frase: “quando ataco um professor na frente do meu filho mostro a ele como devo agir diante de uma autoridade”. Esta frase está errada, pois, só pelo fato de se estar atacando o professor, e pior ainda, na frente de seu filho, já está sendo demonstrada que o professor não é digno de respeito, e portanto, não é uma figura de autoridade, um ser imbuído de autoridade, pois as

autoridades são louvadas, respeitadas, seguidas, admiradas, exercem um poder de liderança, como muito bem elucidaram Arendt (2014), Renaut (2004), Sennett (2014) e Weber (2003). Quando se ataca alguém, já não se tem respeito nem admiração nenhuma por essa pessoa. Além, do mais, para complexificar esta situação, o ataque está sendo proferido na frente do filho, que vê a própria mãe desrespeitando a professora. Se a mãe não respeita o professor porque o filho vai respeitá-la? Os pais sempre são uma referência para os filhos, servem como modelos de autoridade e como modelos a serem seguidos. Para Renaut (2004), referindo-se a crise da autoridade tanto escolar quanto no lar, vivenciamos:

[... ] amplamente a confusão em que nos encontramos no espaço da escola como no da família. No próprio quadro de uma cultura política da igualdade, reportamo-nos aí a seres com os quais nos encontramos não obstante, por força das coisas, numa relação de diferenciação natural, a qual se encontra, ainda por cima, conotada em termos de superioridade. Todavia, precisamente porque esta situação é doravante vivida por nós, como por todas as gerações vindouras, a partir de a priori constitutivos de um cultura da igualdade, já não podemos nem devemos viver em relação no modo através do qual, nas sociedades ainda tradicionais, os superiores naturais (ou os que aparecem assim aos próprios olhos) se relacionam com os inferiores (RENAUT, 2004, p. 109).

As crianças, ou os filhos estão sendo colocados no nível do pai, e o professor está abaixo de todos, na realidade por seu salário. Retornando à questão da violência simbólica que professor sofre na postagem acima, ela está diretamente vinculada à sua desvalorização social perante a sociedade, equivalente ao capital simbólico cunhado por Bourdieu (1989). Esta desvalorização já é antiga, existindo há muitos anos, como nos mostra mais uma vez Theodor Adorno (1995), o qual já observava a desvalorização do professor no contexto alemão. Em suas palavras:

De um lado, o professor universitário como a profissão de maior prestígio; de outro, o silencioso ódio em relação ao magistério de primeiro e segundo graus; uma ambivalência como esta remete a algo mais profundo. Na mesma ordem de questões situa-se a proibição do título de “professor”, negado na Alemanha pelos docentes universitários os docentes do segundo grau (hoje chamados de *Studienrate*, docentes, algo como “conselheiro de estudos”)<sup>10</sup>. Em outros países, como a França, não existe essa diferenciação rigorosa dividindo um sistema, o que possibilita uma ascensão contínua (ADORNO, 1995, p. 99-100).

Através das palavras de Adorno (1995), percebemos, que a falta de prestígio do professor da Educação Básica, se alastra há muitos anos, e, mesmo no contexto alemão,

---

<sup>10</sup> Antigamente os docentes dos colégios também possuíam o título de Professor, hoje restrito a quem é habilitado no concurso de livre-docência das universidades e nomeado professor universitário.

o filósofo já observava a gritante diferenciação de status do professor da Educação Básica e o da Educação Superior, sendo inclusive, dado outro nome à profissão, que de certa forma, rebaixa o professor, desprestigiando-o cada vez mais. Paralelamente a isso, é interessante destacar os aspectos ideológicos transmitidos pelas notícias. A ideologia, pode ser compreendida, como uma espécie de distorção do pensamento, é fruto das contradições sociais, e acaba servindo para disfarçá-las (ALTHUSSER, 1980). Os componentes ideológicos, são compostos por julgamentos errados, por algo que induz com que as pessoas pensem de uma ou de outra forma, ocorrendo assim, a distorção do que de fato acontece na realidade social. Ela é fruto do conflito de interesses sociais, fazendo parte de uma superestrutura (ALTHUSSER, 1980).

Um exemplo disso, pode ser encontrado, na postagem nº 5, que mais uma vez, coloca o professor para baixo, e em posição de inferioridade em relação aos demais profissionais:

Os milhões de educadores em todo o Brasil precisam ser prestigiados com oportunidades de formação continuada, com participação e, sim, com apelos para que floresça sempre aquilo que todos trazem dentro de si: a paixão pela educação. Seja um deles! Não tenha medo ou vergonha de dizer-se professor, aceitar-se professor e continuar professor. Parabéns, professor! (BULIANI, 2013).

Nesta notícia, aparece muito claramente a noção ideológica, na qual fica a pergunta: se ser professor é motivo de orgulho, por que o texto é finalizado com um pedido para que o professor não sinta vergonha de ser professor? Por esta frase, depreendemos, que existe algum motivo para ele sentir vergonha de ser professor. As pessoas que sentem vergonha, são pessoas que por algum motivo sentem-se diminuídas, que se consideram por baixo, e no caso dos professores, não tem legitimidade e aceitabilidade perante a sociedade. O jornal, ao colocar a notícia desta forma, diminui o professor e seu ofício, contribuindo, para o baixo prestígio social da profissão. Esta situação, é veiculada também, em outra postagem (nº 41), e corrobora, com este tipo de pensamento:

Ele precisa se interrogar e não veicular a imagem que ele cria de si. Por ter uma profissão que o desprestigiou, ele anuncia que ela não vale a pena. Ele se tornou ressentido, e na psicanálise, ressentido é aquele que não quer sair do lugar de vítima (FIGUEIREDO, 2012).

Se o próprio jornal, através da notícia, está dizendo que o professor tem uma profissão que o desprestigia, ele está, de maneira implícita, retratando que é ruim ser professor, e que, ser professor, é algo desprestigiado e desvalorizado em nossa sociedade, conseqüentemente, está depreciando o professor, camuflado de alguém que

quer ajudá-lo e enaltecê-lo. Segundo este relato do jornal, o professor, em outra postagem (nº 47), mais uma vez é denegrado:

Uma pessoa lhe pergunta qual é a sua profissão e você responde:

Professor.

Neste momento, a expressão e os comentários de pena ganham a cena. Infelizmente, na opinião popular, professor é um trabalhador sofrido, injustiçado que perdeu o respaldo e ainda recebe um salário miserável (Por uma...,2012).

Na realidade, não é apenas na opinião popular que o professor está desmoralizado, a maneira pela qual o jornal veicula as notícias, contribui, e muito, para que isso ocorra. Ele desprestigia e deslegitima a classe do professorado, que por sua vez, já não está bem, devido as questões salariais, e de falta de estrutura das escolas, carregando nas costas, a culpa de tudo. Nesta postagem, de nº 40:

Nos últimos anos, o abandono da profissão de professor pelas classes mais abastadas abriu espaço para um novo perfil de candidato ao magistério: estudantes de colégios públicos, filhos de pais com baixa escolaridade, e que são os primeiros de suas famílias a chegar à universidade.

Conforme a pesquisa A Atratividade da Carreira Docente, quanto maior o nível socioeconômico e a escolaridade dos pais, menor a intenção de se tornar educador.

Essas características ilustram o caso da estudante do 4º semestre de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Nathália Cargnin, 20 anos. Filha de uma ex-doméstica, atualmente auxiliar de serviços gerais, entrou na carreira por força do destino.

— Minha mãe se enganou ao fazer a matrícula no Instituto de Educação (Flores da Cunha) e, em vez do Ensino Médio normal, me inscreveu no Magistério. Mas acabei gostando e resolvi seguir a carreira — conta Nathália, que mora na Restinga e atualmente atua como bolsista na UFRGS. A escolha da profissão, porém, foi recebida com estranhamento entre amigos — refletindo a pouca apreciação social granjeada pela atividade hoje no país.

— Muitas pessoas me diziam que eu era inteligente, não deveria passar o resto da vida limpando bunda de nenê ou me tornar uma futura grevista — conta, fazendo referência a sua intenção de trabalhar com Educação Infantil (GONZATTO, 2012).

O fato do perfil do professor estar mudando, evidenciando que sejam cada vez pessoas com menor renda que optam pelo magistério, contribuindo para que a autoridade do professor decline, uma vez que vivemos em uma sociedade onde o que se valoriza é o ter e não o ser, coloca novamente o professor em uma situação de inferioridade perante a sociedade. O capital cultural, deveria ser valorizado, para colocar o professor em bons termos, no sentido do capital simbólico. O fato da acadêmica ser acusada de estar “limpando bunda de nenê” demonstra que, o jornal, mais uma vez, coloca o professor em

uma posição de inferioridade, tirando, assim, a sua autoridade, e desconhecendo, toda a formação que o profissional de pedagogia tem após passar pelos bancos da faculdade. Ao invés de enaltecê-lo, o portal de notícias, o coloca como alguém sem utilidade nenhuma, e que, faz, serviços que qualquer um poderia fazer, sem necessariamente, ser graduado, sendo comparado a uma baba, e até mesmo confundido com uma.

Esta questão, diminui ainda mais o prestígio social do professor, perante a sociedade, uma vez que, os menos favorecidos economicamente, não são valorizados, conforme as questões do capital simbólico cunhadas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989). É interessante destacar, também, que estes que escolhem o magistério, fazem isso por falta de opção, ou seja, por ser mais fácil de entrar (ingressar, integrar o corpo discente), o que coloca ainda mais a profissão como algo desprestigiado e desvalorizado pela sociedade. O capital cultural não é visto, e conseqüentemente influencia no simbólico.

#### *4.2.5 A imagem do professor e de sua autoridade*

É interessante destacar que, quando lemos uma notícia, devemos prestar atenção no título, tamanho da letra, elementos salientados, importância dada a ela, pela maneira como está sendo transmitida, imagens por ela veiculadas, e fotos que nela aparecem. Para Gomes (2000, p.23):

[...] o jornalismo vai fazendo o desenho do espaço social, uma vez compreendido que esse desenho, o traçado deste espaço, é afirmação /confirmação do próprio espaço. Ora, esse desenho hierarquiza dando uma ordem de importância, colocando valores, pela escolha e priorização das temáticas.

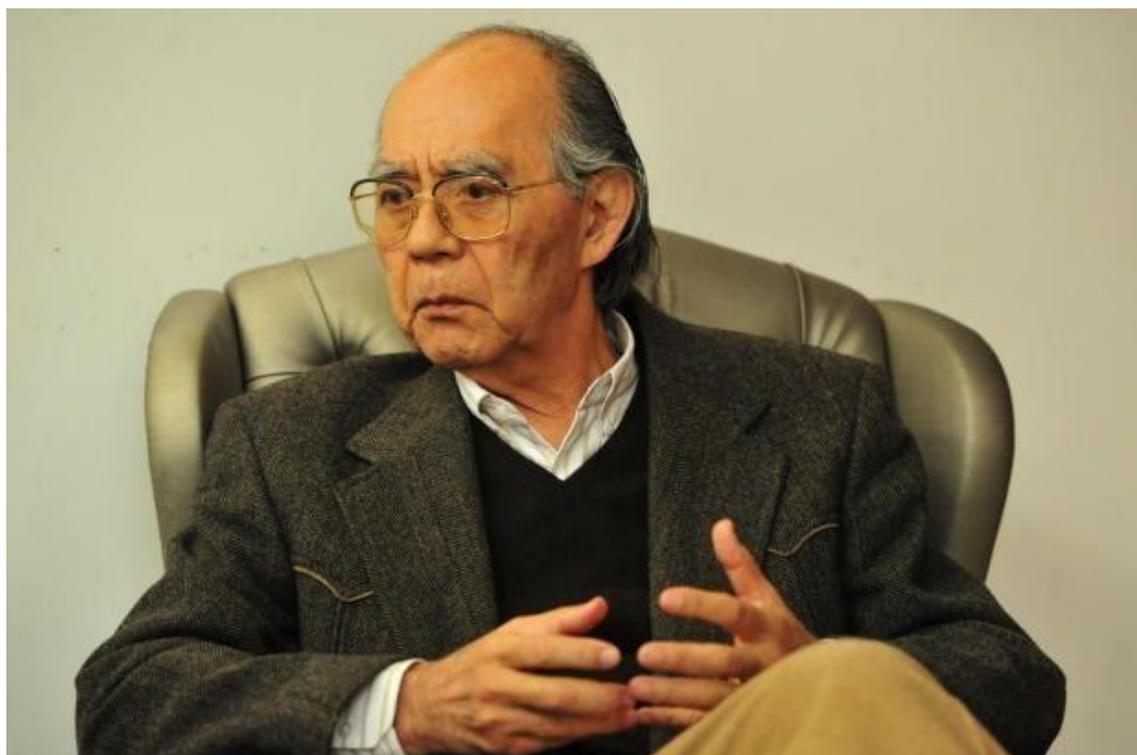
Ainda para o autor:

Tanto a fotografia quanto a entrevista e a citação são recortes, escolhas. Ora, no fundamento do recorte há uma estrutura lacunar: algo está de fora, algo foi excluído, pois trata-se de um viés e sempre de uma descontextualização. Trata-se aqui do fragmento valendo por, sempre outra coisa que o referenciado (GOMES, 2000, p.30).

Sob este aspecto, podemos afirmar que, pela maneira como determinadas situações são mostradas, os fatos, pessoas e situações nela envolvidas, podem perder ou ganhar legitimidade, e, conseqüentemente, caracterizarem-se ou não como figuras portadoras de legitimidade e de autoridade. Neste sentido, é importante atentarmos, não só às manchetes e textos, como também, para as imagens veiculadas pela mídia, no caso

em tela o portal de notícias clicRBS. Por exemplo, quando está sendo retratada uma questão a respeito da Educação Básica, esperamos que seja chamado para falar a respeito disso, um professor da Educação Básica, uma vez que, o mesmo, deveria estar sendo tratado como uma autoridade no assunto, já que a docência é o seu ofício e ele lida com ela diariamente, tendo vivência e experiência e toda uma prática profissional. Seria natural requisitá-lo, assim como seria esperado chamar um médico para falar de medicina, ou um advogado para falar sobre leis. No caso da Educação Básica, quando estão sendo tratadas algumas temáticas, que retratam a sua realidade, quem é chamado, são especialistas, psicólogos, psiquiatras, professores do Ensino Superior, mas raramente um professor da Educação Básica. A postagem nº 7, traz um exemplo disso, mostrando o seguinte:

Figura 6– Psiquiatra Içami Tiba



Fonte: BITTELBRUN, 2013.

**Psiquiatra Içami Tiba defende que cobrança pode ser a chave da educação. Especialista acredita que pais pouco exigentes formam filhos menos comprometidos**

Com 30 livros publicados e mais de 78 mil atendimentos psicoterápicos a adolescentes e suas famílias, o psiquiatra Içami Tiba é referência na área

educacional no país. Entre suas principais obras estão *Quem ama, educa!*, de 2007, e *Pais e educadores de alta performance*, de 2011. Confira a entrevista em vídeo com Içami Tiba.

Em conversa com o *Diário Catarinense*, o profissional paulista que aborda a disciplina e o relacionamento entre jovens e educadores, reforçou a importância da cobrança de pais e professores no processo educacional. Confira a entrevista com o psiquiatra, que chegou a Florianópolis ontem, para participar da Jornada Pedagógica, promovida pelo Sindicato das Escolas Particulares do Estado (Sinepe-SC) (BITTELBRUN, 2013).

Além de não ter sido convidado um professor para palestrar em um Congresso de Educação Básica (conforme o jornal está retratando), podemos observar, também, a importância conferida ao psiquiatra, pelo tamanho da foto que foi postada dele, e pelo fato de seu nome e profissão estarem em destaque. É uma foto imensa, que ocupa boa parte do jornal, e que junto com a manchete conferem ao psiquiatra autoridade e legitimidade. Seu nome e profissão, claramente, estão em destaque no jornal, retratando alguém importante para a sociedade e “digno” de ser ouvido. Ele tem voz, credibilidade e legitimidade perante a sociedade. A quantidade de livros que ele publicou, também é destacada. Conforme Medina (1988, p.91), a:

Linguagem Jornalística não se identifica com código linguístico. Se os jornais impressos têm uma tradição histórica predominantemente linguística, a mensagem não se formula apenas pelos recursos verbais. Na realidade, os signos linguísticos representam um espaço muito significativo da página impressa, mas ao lado, ou melhor, inter-relacionados com eles estão outros signos (fotografia e ilustração). Esse acréscimo, indispensável, ainda não completa o quadro possível de formulação da mensagem: palavra e imagem se articulam num espaço gráfico composto com destaques de cor, preto e branco, relevo de blocos densos e áreas livres, dimensões físicas de valor visual. Tudo isso, que simplesmente se chama diagramação ou planejamento gráfico, compõe mais um ângulo de análise da linguagem jornalística. Nesta perspectiva, ela é composta de elementos verbais, de imagens e de relações de espaço gráfico entre uns e outros.

Pelas palavras de Medina (1988), fica evidente, o caráter intencional e direcionado dos jornais, ao colocar, posicionar e retratar determinado acontecimento, pois ainda, segundo esta autora: “A coleta de dados pelo corpo da reportagem, a coleta secundária, via agências de notícias, e as informações capitalizadas da empresa jornalística por articulistas individualizados dão forma à intenção da empresa jornalística que angula e edita estas mensagens (MEDINA, 1988, p.90). Logo, não é por acaso, que a foto do psiquiatra está enorme, que seu nome está em destaque e que sua posição está de frente e centralizada. Os aspectos levantados, demonstram a intenção do jornal em colocá-lo nesta posição de superioridade, em termos de camada social da sociedade, sendo que, a

notícia, é direcionada a um público, que também tem uma camada social elevada, pelo fato de estar tendo acesso a ela, pois para acessá-la, tem que ter contato com computador, saber manuseá-lo, enfim, não é toda a população que possui isso. É interessante atentar, também, para o fato de que, a posição ocupada por ele na sociedade, qual seja, a de psiquiatra, é uma profissão que confere status e prestígio a este profissional, o qual cursou medicina, profissão muito valorizada no Brasil, por isso, ele está sendo enaltecido e está sendo mostrado em uma posição de destaque, com seu nome e profissão sendo escritos com letras grandes. Só a foto com o nome e a profissão dele, já ocuparam um espaço enorme da página do portal de notícias, o que atrai o leitor. Quanto à sua postura, podemos destacar, que ele se encontra em uma posição de autoridade, sentado, de frente, falando de forma branda, ou seja, lhe foi dada a voz, em contrapartida ao professor, que não tem voz nem visibilidade no interior do portal de notícias. Como afirma Medina (1988, p.91):

Falar de linguagem é entrar diretamente nos problemas de comunicação humana. O termo se presta para todas as situações, já que o ato de viver é comunicação. Nosso problema, ao tentar alguns instrumentos de análise do fenômeno que é abrangente demais, reside nas diferenciações gradativas da comunicação espontânea (ato comportamental de vida) e a comunicação intencional de um meio indireto como é um jornal.

O jornal dá à notícia, a forma que lhe convém. Neste caso, o psiquiatra está sendo retratado pelo portal de notícias clicRBS, como alguém que tem conhecimento, legitimidade e prestígio social, perante a sociedade, fatores que, são muito importantes, para a noção de autoridade, possuindo poder, reconhecimento e veneração, características destacadas por Arendt (2014), Sennett (2014), Renaut (2004) e Weber (2003). Ele está sendo prestigiado pelo portal de notícias clicRBS. A entrevista e a fotografia, conforme esclarece Gomes (2000), são escolhas que evidenciam importância à temática tratada. Ao psiquiatra, é conferida a posição de autoridade, e ele sente-se também em uma posição de autoridade, porque a sociedade lhe dá este poder e legitimidade, são evidenciados a importância deste profissional e de sua fala, pelo portal de notícias. Segundo Medina (1988, p.92-93):

Se relacionarmos a linguagem jornalística com as outras componentes estruturais, angulação e captação, encontramos indiretamente apoio para considerá-la um prolongamento da interação humana no ato comportamental, respeitando as gradações entre o comportamento e o registro ou representação do mesmo:

- a) A angulação de atualidade e de referenciação a fatos da realidade humana e /ou natureza que caracteriza a *informação* jornalística;
- b) É uma captação desse real para divulgar numa mensagem- levam à conclusão que os códigos e subcódigos, ou ainda, formulação expressa, buscam a representação do *designatum* de forma muito enfática, perseguindo um ideal de prolongamento do momento real em mais de vinte e quatro horas (no jornalismo diário). A função dessa linguagem, para citar a nomenclatura de Jakobson<sup>11</sup>, é *referencial*. Mas no conjunto de gradações, cada etapa ganha determinados elementos e perde outros tantos. A linguagem jornalística procura um prolongamento da linguagem do momento real, mas naturalmente não é mais o momento, é um momento posterior. Eliseo Véron<sup>12</sup> estabelece uma diferenciação entre a codificação do momento e a codificação da representação do momento.

As técnicas jornalísticas, são transpostas para o webjornalismo, e as questões referentes à imagem e ao texto, para atrair/ manipular/ influenciar o leitor, fazem parte dos artefatos utilizados para “vender” e persuadir o leitor sobre aquilo que se deseja transmitir. Prosseguindo com as análises das notícias, em contrapartida à esta imagem, podemos destacar, a postagem de nº 32, onde encontramos um padre, que também é cantor, mas na verdade, ele é, principalmente, e assim deveria ter sido tratado pela mídia, um professor que atua no magistério há mais de 30 anos, tendo cerca de 80 livros publicados (quase o triplo do psiquiatra). Abaixo, segue a postagem:

---

<sup>11</sup> Roman Jakobson, *Linguística e Comunicação*, São Paulo, Cultrix, 1970.

<sup>12</sup> Eliseo Véron, *L’analogique et le Contigu*, Communication, nº 15, Paris.

Figura 7 – Padre Zezinho



Fonte: É PRECISO...2011.

"É preciso proibir, mas respeitar o espaço dos filhos", disse padre Zezinho, em Flores da Cunha"

Religioso, que também é cantor, falou sobre responsabilidades e limites no Parque da Vindima

Convidado a palestrar em Flores da Cunha sobre responsabilidades e limites, o padre Zezinho falou da difícil tarefa que é dosar na educação dos jovens a liberdade e a responsabilidade. Ele participou, na noite de segunda-feira, do 3º Fórum Educacional Regional, no Parque da Vindima Eloy Kunz. O padre mineiro de 70 anos de idade leva a mensagem religiosa aos fiéis em forma de música muito antes dos consagrados cantores como Marcelo Rossi e Fábio de Melo. Mas ele também é professor há mais de 30 anos e possui cerca de 80 livros publicados. (É PRECISO...2011).

A autoridade conferida, ao sujeito da fotografia acima, é a de um religioso, estando em posição de destaque, que o jornal lhe conferiu, ressaltando-se que, a foto ocupa um espaço grande. A maneira como é colocada ou diagramada a notícia, dá uma conotação diferente ao papel da docência, e que desvaloriza a classe do professorado. Ele aparece como um padre palestrando na Feira da Vindima, mas na verdade, é um professor proferindo uma conferência, em um Congresso de Educação. A maneira como a notícia está escrita, mascara a realidade e desvaloriza o professor, valorizando, em contrapartida, a figura religiosa e os cantores. Para Medina (1988, p.97):

A palavra é um aspecto do lexema, realizada numa frase dada e numa situação dada. Mas, além do lexema como unidade do contexto formal, interessam, para o estudo do estilo jornalístico, outros elementos para a análise do contexto histórico e, sobretudo, o contexto de situação, já que a relação falante/ ouvinte ou emissor/receptor é centro do próprio processo de comunicação indireta.

Assim, conforme a palavra que a mídia utiliza, consegue transmitir um ou outro tipo de significado àquilo que está sendo dito. No caso em questão, o padre tem voz e legitimidade enquanto padre e cantor, mas não como um professor, o que confere ao professor uma posição e situação de inferioridade, sendo que o evento, como já foi mencionado anteriormente, é um Congresso na área da Educação. A autoridade que está sendo conferida ao sujeito (padre), é a de um religioso, o que segundo os escritos de Arendt (2014), faz parte do tripé da autoridade, mencionado por ela, em sua obra “Entre o passado e o futuro”, formado por: religião /tradição /política. A religião, é algo que traz legitimidade, e o jornal se utiliza disso, e em contrapartida, rebaixa o professor e sua classe. Por sinal, ele já é professor há mais de 30 anos (quase o tempo requerido para a aposentadoria). De forma encoberta, camuflada, disfarçada, a profissão de docente, está sendo mencionada, muito discretamente, na notícia. O jornal, conferiu a ele, uma posição de autoridade, uma vez que, está retratando, que ele está sendo chamado para palestrar em um evento de peso, mas a autoridade conferida é a religiosa, e ele é visto como um líder religioso (padre). Na verdade, pelo fato de ser professor, tem até mais legitimidade para estar palestrando em um Congresso para professores do que o psiquiatra, e o número de livros que ele tem, também é maior que o do psiquiatra (quase o triplo), no entanto, a legitimidade conferida a ele é menor, pois na postagem do psiquiatra logo está escrito a quantidade de livros que tem e que é psiquiatra, e o padre, que está sendo retratado como padre e até mesmo como cantor, aparece em último plano o fato de ser professor e a quantidade de livros publicados, quase como algo imperceptível.

Em momento algum, o padre é reconhecido como professor, a autoridade atribuída a ele, deve-se, claramente, ao fato de ser padre e cantor, que são posições reconhecidas e prestigiadas em nossa sociedade. A autoridade religiosa aparece, neste caso, como superior à de professor, não mostrando-se inabalada, e sim sendo exaltada. Ser cantor é algo de prestígio no Brasil. Esta, pode ter sido uma das argumentações que os organizadores do evento tiveram na hora de chamar o padre, e a imprensa pode ter pensado o mesmo na hora de postar a foto. Quando disseram que o padre também era cantor, e transmitia suas mensagens através da música, logo lhe foi atribuída a legitimidade. Para Gomes (2000, p.30):

É por isso que palavras como verdade e verdadeiro vêm sobrepor-se a verossímil e credibilidade. O verossímil encontra-se em direta relação ao efeito de real discursividade construído. É credibilidade, hoje em dia a palavra-chave em todas as instâncias sociais, é sua contrapartida na ausência de uma Verdade em plenitude.

Ainda para o autor:

No jornalismo trata-se mesmo da construção de verossimilhança como podemos constatar na torção dos elementos que vêm dar testemunho: a matéria sobre um ato do governo que tem respaldo numa foto de contexto (a Praça dos Três Poderes), a matéria sobre um acidente que mostra os restos do acidente. No jornalismo o jogo da credibilidade se joga sobre o sucesso da referencialidade suposta (Gomes, 2000, p.30).

A partir da situação retratada, podemos perceber, os jogos e os artifícios, pelos quais, os meios de comunicação, valem-se para transmitir a ideia que querem, e conseqüentemente, o quanto o professor não é valorizado no Brasil, em especial, pela maneira como o próprio jornal o posiciona perante a sociedade. Em outros países como a Alemanha, esta desvalorização também acontece. Quanto à falta de prestígio da profissão professor, esta já é muito antiga conforme diz Adorno em seu livro “Educação e Emancipação”. Para o autor:

A leitura de anúncios matrimoniais nos jornais-bastante elucidativa-revela que em seus anúncios professores ou professoras destacam que não são tipos professorais, que não são mestres de escola. Praticamente nenhum anúncio matrimonial proveniente de professor ou professora deixa de conter ressalvas atenuantes.- Outro exemplo: além do alemão, também outras línguas apresentam uma série de expressões degradantes para o magistério; o mais conhecido em alemão é Pauker (quem ensina com a palmatória como quem treina soldados a marchar pelas batidas nos tambores); mais vulgar e também relacionado em alemão a instrumentos musicais é Steisstrommler (quem malha o traseiro); em inglês, utiliza-se schoolmarm para professoras solteironas, secas, mal-humoradas e ressentidas (ADORNO, 1995, p.98- 99).

Através das palavras do autor, depreendemos, o quanto a profissão professor não é valorizada no contexto alemão, sendo inclusive, tratada por apelidos pejorativos, que ofendem a classe do professorado, e denigrem a imagem dos docentes. Na mesma citação de Adorno (1995), percebemos, também, a questão que Gomes (2000), tratava acima, a respeito da maneira pela qual os meios de comunicação se utilizam para influenciar a percepção e opinião do público leitor. Nos jornais alemães, conforme Adorno (1995) retrata, dizendo que, os anúncios de casamento escondiam o fato dos sujeitos em questão serem professores, pelo medo que os docentes têm de que, ao descobrirem que

são professores, continuam solteiros, denota, a falta de prestígio social que os docentes têm. Esta falta de prestígio é tanta, que leva até mesmo, aos mestres de escola, sentirem-se constrangidos de anunciar o seu ofício. Os vocábulos utilizados para designá-los, chegam a ser ofensivos também, como o “Steisstremmler”, “aquele que malha o traseiro”, ou “Pauker”, quem ensina com a palmatória, todos estes termos são humilhantes, e demonstram, o quanto é desprestigiada e desvalorizada a docência no contexto alemão, também.

Ainda com a intenção de ilustrar a situação de desvalorização do professor, retratada pelo portal de notícias, através das imagens, selecionamos duas postagens, ao menos as imagens nelas contidas, para demonstrar, o quanto determinados profissionais como, psicólogos e promotores de justiça, são valorizados e legitimados pela sociedade, através de sua fala. Abaixo, por exemplo, está uma notícia (Direitos e deveres, 2016) a respeito do ECA, e quem foi chamado para falar sobre ela é um promotor de justiça, conforme segue a manchete e a foto:

#### **Notícia n.17 Direitos e Deveres**

**Sérgio Ricardo Joesting, promotor de justiça da infância e juventude fala sobre o ECA; para ele, a crise não é somente econômica ou política, é de falta de respeito.**

17/06/2016 | 09h30hs

Figura 8 – Promotor de justiça



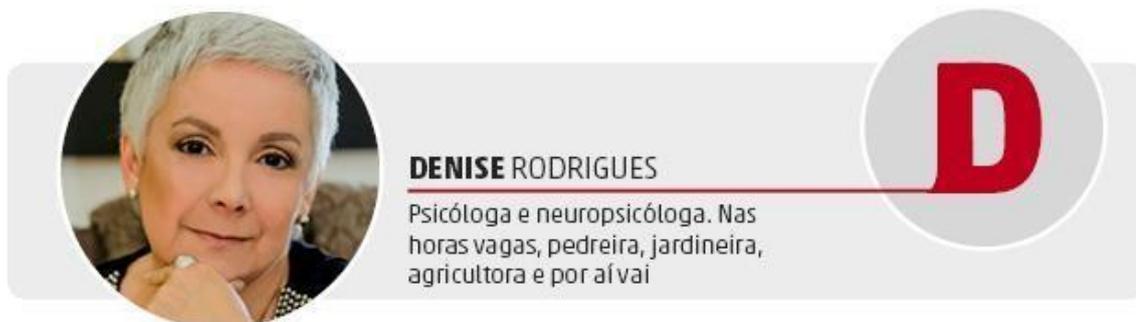
Fonte: DIREITOS E DEVERES, 2016

Percebemos, através da postagem acima que, a valorização deste profissional, se dá, em diversos sentidos. Um deles, é pelo fato de seu nome e sua profissão estarem em destaque na postagem. O outro, é devido ao fato, dele estar sendo chamado para falar, a respeito de algo, que se refere a sua própria atuação profissional, sem contar o tamanho da foto, que é gigante. A maneira como ele está posicionado, com o rosto de frente (e sem estar sendo agredido e cheio de sangue, como no caso da professora), estando com uma excelente aparência, bem vestido, o coloca, em uma posição de autoridade e legitimidade perante a sociedade, ou melhor, a sua profissão, qual seja: promotor de justiça, é vista como prestigiada em nosso país, por ser bem remunerada, e por isso, quem nela atua, possui reconhecimento profissional, sendo escutado, prestigiado e enaltecido. Este profissional, está sendo claramente valorizado pelo portal de notícias. O clicRBS, confere a ele, respeito, poder e prestígio social, o valorizando, e lhe “dando voz”, para falar a respeito de sua própria profissão, sendo considerado, como uma “autoridade”, na temática para a qual é requisitado a falar. O mesmo, ocorre, por exemplo com esta psicóloga, na postagem abaixo:

Título: Limite na infância, limite para a vida

Manchete: Colunista fala sobre a necessidade de impor limites aos filhos e o quanto isso pode fazer a diferença nos adultos que eles se tornarão

Figura 9- Psicóloga Denise Rodrigues



Fonte: RODRIGUES, 2017.

Nesta postagem, a profissional tem seu nome e profissão colocados em destaque, ou seja, suas identidades, estão sendo reconhecidas, tanto a identidade pessoal, quanto a profissional. Sua foto, está sendo mostrada de frente, apesar de ser pequena. Ela está maquiada, com um corte de cabelo moderno, unhas pintadas, usa brincos, aparece como uma pessoa bem posicionada frente à sociedade, sendo bem remunerada, e “digna” de ser ouvida. Ela é requisitada para falar a respeito de sua própria profissão, sendo uma profissional respeitada e legitimada pela sociedade.

Para Medina (1988, p.113): “A cena ou situação peculiar onde se encontra um entrevistado; o jeito de se vestir, de comer, ou de falar; a casa e os utensílios, os sonhos e ilusões de uma figura intelectual- para os jornalistas da cultura de massa são símbolos muito importantes”. No caso da postagem mencionada, a psicóloga está sendo retratada muito bem apessoada, com ótima aparência, e está sendo legitimada e respeitada, uma vez que está sendo chamada para falar sobre a questão dos limites, que poderia estar sendo abordada também por um profissional da Educação Básica, mas este parece quase nunca ser chamado, e, conseqüentemente, valorizado pelo portal de notícias, que raramente lhe “dá a voz”, e quando dá, não menciona seu nome, não coloca sua foto, ou o posiciona em uma posição de inferioridade em relação às outras profissões. Quando o portal de notícias coloca a foto do professor, o retrata sendo agredido e ensanguentado.

Em contrapartida a psicóloga acima, na postagem abaixo (Correa, 2009), o portal de notícias, mostra uma professora, que está sendo fortemente criticada pelo ato de repreender um aluno, tirando sua autoridade docente perante a sociedade. Isso fica evidente, já na manchete, e na maneira como a foto está sendo colocada. Observamos, a manchete, e o ponto de exclamação, que enfatiza ainda mais a notícia (Correa, 2009):

Notícia nº 24: Professora de Viamão que puniu aluno está errada!

24 de setembro de 2009.

Figura 10 – Professora de Viamão



Fonte: CORRÊA, 2009.

Fica evidente que, inicialmente, ela está sendo acusada, por ter exercido a sua autoridade no contexto escolar, punindo um aluno que mereceu ser punido, e ainda por cima, ela fez isso de forma branda e amigável, através de uma brincadeira, em que, todos concordaram participar, foi lúdico. Medina (1988), chama a atenção para o fato de que, quando procuramos tecer uma análise estrutural em relação a uma edição jornalística, o comunicador enfoca, em seu valor contextual, refletindo e relacionando ações com: a angulação, a captação e a edição. Em sua ótica (MEDINA, 1988, p.99):

À primeira vista, a formulação verbal parece preencher um postulado – relatar uma narrativa. Mas relatar acontecimentos, fazer uma narrativa, é uma vivência universal, inerente a todos os tempos históricos em que o homem manteve relações de aproximação com os outros homens. E sempre narrar alguma história não é mais viver essa história. O fragmento de tempo posterior que a narrativa representa é a passagem fundamental para uma realidade substitutiva, um esforço de prolongamento do instante anterior, de certa forma sempre intencional e articulado.

A notícia, está visivelmente articulada e focada, para passar uma impressão para o leitor: a de que o professor não pode repreender um aluno, e quando o faz, está agindo errado. Na verdade, o “chamar a atenção” e “corrigir”, são justamente, um dos traços da autoridade, ter legitimidade e poder para exercer algo. Na maneira como a notícia está sendo veiculada, pelo portal, a docente está sendo colocada em uma posição de descrédito, perante a sociedade. O portal, transmite, a imagem de alguém que está sendo penalizada pelo que fez, ou seja, está sendo culpada por ter tentado exercer a sua autoridade, corrigindo um aluno. A postagem, mostra-se, bastante preconceituosa, na maneira pela qual expõe a docente, pois anuncia que, “ela está errada em repreender o aluno”, fazendo isso de forma escandalosa, utilizando letras grandes e chamativas, e quando explica o que aconteceu, o faz com letras pequenas e discretas. O que fica gravado, no cérebro de quem lê é: “Professora que puniu aluno está errada!” Quem passa os olhos rapidamente nesta notícia, vê o professor, como alguém que age errado em repreender um aluno, tirando, assim, a sua autoridade docente, e contribuindo, para a crise de autoridade que o professor enfrenta na atualidade. Para completar a situação, em outra postagem, uma notícia semelhante aparece ainda com uma proporção mais séria, conforme a manchete abaixo:

### **Polícia investiga caso de professora que colocou fita na boca de alunos em Júlio de Castilhos (POLÍCIA..., 2016)**

Para colocar a professora em uma situação ainda pior, nesta postagem, a polícia ainda foi chamada para investigar o caso, como se a docente fosse uma criminosa. E este fato é colocado, em destaque na manchete. Através do portal de notícias clicRBS, os professores são retratados como seres vitimizados e desvalorizados, e sem autoridade, até mesmo, quando estão a exercendo, o que contribui, e muito, para a sua

desautorização frente aos pais, alunos e frente a sociedade. A situação retratada, pode ser elucidada, também, através das palavras do psicólogo e pesquisador da autoridade docente Marcelo Pereira, que em seu livro: “Acabou a autoridade?”, assim se expressa:

A luta é clara: luta-se profundamente contra a desautorização no que diz respeito aos efeitos causados pelas relações econômicas, mas luta-se também para restituir a autoridade (considerada) perdida, aquela que, em termos docentes, julgamos fundante: tenta-se recuperar aquilo que se tem de mais verdadeiro para receber do outro reconhecimento e veneração (PEREIRA, 2011, p.12).

Esta luta, que o psicólogo e pesquisador faz referência, diz respeito, à necessidade de reconfiguração da autoridade, cunhada por Renaut (2004), e, à necessidade de resgate da autoridade (PEREIRA, 2011), que o professor precisa ter, na Educação Básica. Esta reconfiguração da autoridade, também pode ser, e mostra-se, como necessária para o professor, para que ele seja, novamente, respeitado e legitimado perante a sociedade, pois a forma pela qual o portal de notícias o posiciona, faz com que ele fique cada vez mais decadente e desautorizado. Pela maneira como o portal de notícias o retrata, ele não tem voz nas entrevistas, para falar de sua própria classe e função, quando aparece, é mostrado com severas críticas, nas tentativas de exercer sua autoridade em sala de aula com os alunos, sendo até mesmo, investigado pela polícia, ou nem mesmo é mencionado que é professor, como foi o caso da postagem do padre. Como a sociedade pode respeitar e reverenciar um profissional com esta roupagem que o portal de notícias mostra? Reforçando ainda esta ideia da desvalorização e desautorização dos docentes, através das postagens do portal de notícias, trago, mais esta postagem, que novamente, coloca os docentes, em postura de vilões, e os alunos, em posição de vítimas dos “monstruosos” e “demoníacos” professores:

Vice-diretor humilha estudante e o obriga a ficar descalço em sala de aula

**Distrito Federal 06/12/2016 | 21h20 Atualizada em 06/12/2016 | 21h38**

O caso aconteceu segunda-feira em escola de Planaltina, no Distrito Federal

Figura 11-Menino envergonhado



Fonte: ClicRBS

Desta vez, a foto do professor não é divulgada, mas sim, a do aluno que supostamente foi vítima dele, uma vez que, a manchete, já acusa o vice-diretor, que normalmente também é um professor, de humilhar o aluno. É mostrado, na postagem, de que maneira, ocorre a notícia com a foto, através de uma imagem, na qual o menino está de cabeça baixa, chorando, de pés descalços, todo encolhido, como uma vítima de alguém que o maltratou, acuado, com medo e assustado. A forma pela qual a manchete é feita, incrimina o professor, e favorece o aluno, reforçando cada vez mais, a desautorização dos docentes na contemporaneidade. Observando: “Vice-diretor humilha estudante e o obriga a ficar descalço em sala de aula”.

Quando na postagem é citado o termo “vice-diretor”, está se referindo a um professor, e um professor que está um pouco acima dos demais, por estar na posição de vice direção da escola, estando um pouco abaixo do diretor, e ainda assim, o colocam no plano de alguém que está humilhando um aluno, e o obrigando a alguma coisa. O termo obrigar, por si só, carrega uma falta de autoridade em seu interior, pois quem obriga alguém a fazer alguma coisa, já não tem poder para conseguir o que quer pela fala, usando assim, algum tipo de “força”, e isso, demonstra que, aquele que se submete a esta situação, é porque já não respeitava o docente. No caso retratado, o aluno, está em uma

posição de desigualdade e inferioridade o obedecendo, mas apenas porque foi “obrigado” pela situação que o vice-diretor o colocou. Neste caso, o aluno não obedeceu, tanto é que ocasionou todo o problema descrito. Nesta relação mostrada, ele poderia estar em uma posição de autoridade, exercendo um poder de mando e domínio sobre a aluno, relações fundamentais para Sennett (2014) e Arendt (2014), mas por outro lado, tudo coloca o professor em uma posição de quem agiu errado. Ele é recriminado. Complementando, o vice-diretor, está sendo repreendido por sua atitude, e é acusado de estar humilhando o aluno, sendo que, novamente, o caso ocasionou a intervenção policial, contra o professor. Abaixo, segue parte da notícia:

O vice-diretor do Centro de Ensino Fundamental Araponga, em Planaltina (DF), é acusado de humilhar um aluno de 12 anos ao obrigá-lo a entrar descalço em sala de aula. O caso aconteceu na tarde desta segunda-feira. A vítima contou ao Diário Gaúcho que jogava futebol com uma bola de papel no pátio da escola quando o profissional apareceu e recolheu o objeto. O menino estava descalço e carregava o chinelo nas mãos, para que não estragassem.

— Eu joguei o chinelo no chão pra calçar. Ele não deixou e pisou no meu pé — conta.

Segundo o aluno, o profissional, depois de pisar em seu pé, recolheu o calçado e o levou para a sala da direção sem falar nada. O menino, então, esperou que o vice-diretor se acalmasse e foi procurá-lo. Ele disse que o encontrou próximo à secretaria, em um corredor, por onde passavam outros alunos.

Conforme o estudante, quando pediu o chinelo de volta, recebeu a seguinte resposta do vice-diretor:

— Você não queria andar descalço? Agora anda! — lembra-se o menino, falando, ainda, sobre as risadas que ouviu de quem estava por perto. Depois disso, e com vergonha, ele seguiu descalço para a sala de aula, onde ficou de cabeça baixa e chorando até a chegada dos conselheiros tutelares Joana D'Arc Corá e Gustavo Camargos, acompanhados da polícia militar. A denúncia foi feita por um funcionário do centro de ensino.

— Fomos até a sala e vimos que ele estava de cabeça baixa, com os pés juntinhos e descalço. Chorava muito. Do caminho do pátio até a sala tinham vários alunos, e ele foi humilhado diante dos colegas — conta Joana. O vice-diretor foi detido e levado à 31ª delegacia de Polícia Civil, onde depôs e foi liberado. Na sua versão, o educador afirmou que o motivo para abordar o aluno foi indisciplina e não a ausência de calçado. Falou que o menino foi repreendido porque promovia uma algazarra e que instigava os outros estudantes. (VICE-DIRETOR..., 2016)

A forma pela qual a situação foi conduzida e transmitida pela imprensa, além de vitimizar o aluno e repreender o professor, esconde, mais uma faceta da desautorização do professor perante os alunos, os pais e a sociedade, qual seja: “a falta de ser escutado”. Ele só teve voz na hora de prestar depoimento à polícia, e em uma situação, na qual, estava sendo vitimizado, e, mais uma vez, foi desautorizado por estar tendo a sua autoridade questionada. Através do Conselho Tutelar, que se posicionou a favor do aluno, ele ficou enfraquecido, e ainda, o próprio funcionário da escola, ajudou a desautorizá-lo, chamando o Conselho Tutelar e a polícia.

Em consonância a esta situação, encontramos, também, a postagem de nº 28, na qual, um grupo de jovens baderneiros, foi retirado de um voo, obrigando o piloto a fazer um pouso forçado, porque os outros passageiros não estavam mais suportando os adolescentes. Abaixo, segue a foto, com a discreta manchete:

FIGURA 12: AVIÃO



Fonte: clicRBS

**Notícia nº 28: Descer do avião foi uma punição branda** 24 de julho de 2015

O que chama a atenção, ao menos inicialmente, na notícia é: a foto! Aparece apenas um avião no solo, o que não traz clareza de que tipo de notícia se trata. Em momento algum, é mostrada a imagem dos jovens (o que não seria permitido por serem menores de idade), mas se fosse do interesse do jornal, certamente teriam uma estratégia para dar a entender o que estava acontecendo. Pela maneira como o fato foi retratado, mais parece uma imagem fazendo propaganda de alguma companhia aérea, tirando o foco do que realmente aconteceu, e talvez sendo uma notícia que passe despercebida pelos leitores ou consumidores das notícias. Outra questão, é a maneira como a manchete está sendo posta: “Descer do avião foi uma punição branda”. Ao mesmo tempo que reconhece que, a punição poderia ter sido maior, não mostra de quem e do que se está falando. Quando a referência e a crítica são tecidas diretamente ao professor, logo aparece a imagem dele, ou a imagem do aluno sendo vitimizado, o que coloca a autoridade do professor em cheque. Abaixo parte da notícia:

Piloto decidiu abortar decolagem e pedir para os jovens descerem do avião. Estes são os jovens que desde pequenos fazem tudo o que querem, são os reizinhos e princesinhas da casa, que nunca levam um “não” e não conhecem **limites**. Perfeita a decisão da **companhia aérea Azul** de mandar os 52 adolescentes que estavam fazendo algazarra desembarcarem do avião que ia para Porto Seguro. Eles ficaram cinco horas no saguão do aeroporto de Confins, nas imediações de Belo Horizonte, e somente puderam embarcar em outra aeronave depois da chegada dos pais e do comprometimento de que ficariam quietos durante todo o voo. Grande decisão!

Isso aconteceu na terça-feira e os vídeos da bagunça da turma e da represália da empresa aérea viralizaram nas mídias sociais. Os jovens adolescentes mineiros guardaram dinheiro durante muito tempo para poder passar alguns dias de férias na praia, em Porto Seguro. Na terça-feira, era dia do embarque em Confins. Claro que a bagunça é normal, as risadas também, mas tudo tem limite. Entraram no avião e nada de pararem quietos. A aeronave já estava taxiando e, sem dar bola para os pedidos das comissárias, um grupo de alunos continuou cantando músicas (inclusive com palavrões, segundo testemunhas). Não satisfeitos, alguns rapazes teriam tentado, inclusive, fotografar as calcinhas de uma comissária utilizando um celular no chão do avião.

Antes que a situação piorasse em pleno voo, a decolagem foi abortada e os jovens, todos daquele grupo, foram obrigados a sair do avião. Muitos reclamaram, lógico, porque com certeza não participaram da bagunça. Mas, àquela altura, não havia como separar o joio do trigo. Voltou todo mundo para o saguão, e lá ficaram até os pais chegarem para resolver a situação.

Gostaria de estar lá para ver a cara destes “responsáveis” pelos jovens que se negaram a cumprir as regras, e saber como eles justificaram o comportamento inadequado de seus filhos. Fico com pena dos outros, que com certeza eram maioria, e que perderam preciosas cinco horas de diversão em Porto Seguro. Aqueles que se recusaram a se comportar de forma civilizada deveriam ter sido obrigados pelos pais a voltarem para casa, sem viagem de férias. Talvez aí, sendo punidos de alguma forma, aprendessem uma lição (BEVILACQUA, 2015).

Esta postagem, mais uma vez, deixa claro que, os jovens, apesar de estarem agindo errado, são “poupados” pela manchete, que não mostrou em sua escrita o teor do ato praticado, ou da bagunça deles, inclusive, desviando a atenção pelas letras discretas, mostrando também, uma foto discreta do avião, sem fazer, qualquer tipo de referência aos jovens, a não ser na manchete, que, por ser pequena, não vai chamar a atenção. Em contrapartida, o professor, quando aparece em alguma imagem, é mostrado sozinho, vitimizado, desautorizado e desvalorizado, sendo deslegitimado e malvisto perante a sociedade.

Nesta postagem, a de nº 12 é mostrada, pelo portal de notícias clicRBS, por exemplo, a questão das greves do magistério, e desta vez traz uma foto grande de uma professora da Educação Básica:

#### **GREVE: ineficaz ou o único instrumento de pressão**

Especialistas avaliam o histórico de greves do magistério estadual. Na sexta-feira, em assembleia, os professores da rede estadual decidiram suspender a greve. Nos últimos cinco anos, os professores se mobilizaram pelo menos 13 vezes. Seja

em greve geral ou sinetaço, o salário da categoria e as melhorias no ensino sempre pautaram as assembleias.

Figura 13- Professora grevista



Fonte: ClicRBS

Pelo tamanho da foto, e do espaço que a postagem ocupa, no portal de notícias, (cerca de 6 páginas), transmite ao leitor, a imagem do professor como alguém que, só tem “voz”, fazendo greve, ou seja, lutando para ser “ouvido”. A imagem é gritante, e denota a ansiedade da categoria por melhores salários e condições de trabalho. Entretanto, não está surtindo o efeito desejado, já que há anos (segundo o noticiado) as greves vêm sucedendo-se no Ensino Público, sem lograrem êxito, no que tange à melhoria de salários e escolas mais bem equipadas.

Os professores, segundo a notícia, são pouco ou nada atendidos, e de uma certa forma desmoralizados, perante a sociedade civil, acarretando seu desprestígio e sentindo-se cada vez mais vitimizados. O portal de notícias, colabora, com a desautorização dos professores, colocando postagens em que, eles não estão bem posicionados frente à sociedade. Quando eles têm lugar, com uma foto de destaque, ou estão sendo agredidos fisicamente, ou são “ouvidos”, apenas nos momentos das reivindicações sociais por

direitos, dos quais, outros profissionais, não precisam reivindicar, ao menos não por tanto tempo e sem retorno algum, como os professores.

### **4.3 Implicações das categorias para a educação contemporânea**

Após a leitura e análise das 49 postagens encontradas no interior do portal de notícias clicRBS, onde escolhemos algumas, que consideramos mais representativas, para compor esta tese de doutorado, constatamos que, a crise da autoridade familiar influencia na crise da autoridade do professor, pelo menos de alguma forma, evidenciando que, não é regra, ao menos pela forma como o jornal mostra as notícias. O que se apresenta, é que, antigamente, a figura do pai ocupava o lugar de autoridade na família, estando junto com o político, que ocupava lugar de autoridade na sociedade e do padre que exercia a autoridade religiosa perante a sociedade Roudinesco (2003) Ramires (1997) Hurstel (1999) e Julien (1997).

Ao analisar, com um olhar atento, as postagens, percebemos que, em modelos familiares tradicionais, ou seja, onde permanece, a figura do pai, da mãe e do filho, enquanto família, foi evidenciado que, o enfraquecimento da autoridade do professor, aparece também. Com isso, constatamos que, o novo modelo familiar, até pode influenciar na crise da autoridade do professor, mas, o que contribui, para a crise da autoridade, parece ser, o enfraquecimento dos modelos tradicionais, sejam de família, de educação, e da própria democracia, há uma crise da tradição. Com as reflexões de Renaut (2004) e de Arendt (2014), a crise da democracia e dos modelos verticais de autoridade é que influenciam a crise da autoridade.

A falta de prestígio, conferida ao professor, pela sociedade, pela mídia, e pela família, afeta, diretamente, e, indiscutivelmente, a autoridade do professor. Se dentro de casa, a família, seja ela tradicional ou monoparental, tivesse a noção do professor como uma autoridade, como alguém que deve ser respeitado, pelo saber que possui, pelo seu trabalho (que deveria ser visto como algo nobre, por ele ensinar para formar aquele que um dia ocupará uma profissão, pois sem a escola, ninguém chega a uma faculdade) e educasse os filhos para respeitar e admirar o professor, sua autoridade não estaria em crise como está. Está faltando, a educação que vem de casa, para que os professores sejam admirados, reverenciados e respeitados, mas para isso, os próprios pais, e a própria família, precisam educar os filhos, para respeitar o professor.

Infelizmente, na sociedade em que o ter e não o ser é valorizado, isso não ocorre. É necessário que, sejam valorizadas e legitimadas, a imagem do professor, como uma figura de autoridade, como alguém que tem vasto conhecimento, e que, deve ser prestigiado por isso, e não, predominar a imagem de que, por ele ganhar mal não merece ser respeitado.

As postagens, também demonstraram que, um dos motivos pelos quais o professor está perdendo a autoridade, decorre, das lacunas existentes, na formação dos professores. Isso aparece, também, retratado, de forma clara, a partir de pesquisas que mostram os estudantes não querendo seguir a carreira do magistério, sendo que, apenas os que tem notas mais baixas vão para esta profissão, totalizando 2%. Novamente, ao olharmos para o cerne da questão, e principalmente ao prestar atenção no trecho da pesquisa, que diz que, em países desenvolvidos, os estudantes que optam pelo magistério, e ao fazer esta opção, passam por um processo seletivo difícil e exigente, sendo que, nem sempre, os que conseguem ser aprovados para seguirem carreira como professor, são os mais bem remunerados, percebemos que, o que prejudica a autoridade do professor, não é propriamente a sua formação, mas sim, a falta de prestígio que esta profissão tem em nosso país. Nos outros países, mesmo não sendo bem remunerados, as pessoas querem seguir o magistério, para terem o prestígio de ser professor, o status de estar ali por ser portador de vasto conhecimento, por ser culto. Apenas os mais cultos são professores. Quem está nesta posição, é valorizado e respeitado, porque detém conhecimento. Como diria o filósofo Francis Bacon (1615): “Saber é poder”. Falta, assim, a consciência da importância do professor para a sociedade, sendo que, é ele quem forma os indivíduos para todas as outras profissões, pois quem não termina a Educação Básica, não ingressa na universidade, falta o reconhecimento da profissão. Faz-se necessário, o reconhecimento destes profissionais, perante a sociedade.

A crise e a decadência das escolas públicas, são notórias, não só no Brasil, como em algumas partes do mundo, porém, ela não é essencial, para responder ao problema do declínio da autoridade do professor. É possível afirmar isso, porque, nas escolas particulares, onde os prédios são novos, os equipamentos são de última geração, e, é viável trabalhar com as tecnologias na educação, uma vez que na maioria das vezes existem recursos didáticos muito bons, nem por isso, os professores são respeitados e admirados. Muitas vezes, a falta de respeito, é até pior, por saber que, o aluno, ali, é um cliente. Há de ressaltar-se ainda que, eles ganham bem melhor do que nas escolas

públicas, mas ainda assim, não são legitimados como autoridade em sua função, tanto pelos alunos, como por seus pais. Mais uma vez, a contribuição que estas análises trazem para as relações de autoridade, presentes na sociedade, é que, o professor, não é visto como alguém digno de respeito e admiração, sua autoridade está em declínio. O que a sociedade faz, é encontrar desculpas, para criticar a educação e o professor, atribuindo, inclusive, a decadência das escolas, como motivo para a falta de autoridade do professor.

Um exemplo disso, são os hospitais públicos, sendo que, muitos, estão caindo aos pedaços, mas ninguém diz que os médicos são ruins por estar ali, pelo contrário, são vistos como heróis, que apesar de estar em um local com condições precárias, conseguem atender a população. Isso deveria valer, para o professor, mas acaba não valendo, pois o médico possui uma remuneração melhor, e por isto, acaba sendo mais valorizado, em nossa sociedade capitalista. Ser professor, deveria ser tão respeitado e valorizado quanto ser médico.

A imagem da professora sangrando, é o símbolo maior da crise da autoridade do professor, vivenciada pela educação contemporânea, no Brasil. Que profissional é este que apanha por estar trabalhando? A que ponto chega, a desvalorização e o desprestígio do professor, manifestados, não somente pela violência física, como pela simbólica? Por que o professor ocupa um lugar em que não está bem posicionado socialmente, acabando por ser desvalorizado ao ponto de ser agredido? Mais uma vez, a sociedade precisa, ser educada, para enxergar o capital intelectual, precisa ver o valor o valor que o professor tem, pelo conhecimento que carrega, e que compartilha com seus alunos, mas pelo contrário, ele é humilhado e agredido, inclusive fisicamente, por tentar exercer o seu ofício diariamente.

Ao analisar as postagens do portal de notícias, como um todo, foi possível perceber que, a própria maneira como o professor está posicionado nas notícias, apresenta o declínio de sua autoridade, sendo que, o portal de notícias, contribui para isso. Como um todo, é possível dizer que, nas entrevistas, que versam sobre temáticas, referentes à Educação Básica, o professor não é chamado para falar. Os profissionais convocados são: psicólogos, psiquiatras ou professores da Educação Superior (os quais têm prestígio e reconhecimento social, devido a sua boa remuneração). O portal de notícias, tira a voz do professor, o abafa, o deslegitima e o desautoriza. Na postagem em que aparece um padre palestrando em um congresso de educação, o destaque da notícia, é dado, pelo fato de ser padre e cantor, e muito discretamente, é dito, que ele “também é professor”, e

que, tem cerca de 80 livros publicados. O psiquiatra, está em destaque, dizendo que tem mais de 30 livros publicados. Na verdade, ele tem menos da metade dos livros do padre, mas isso está em destaque, porque psiquiatra ganha bem, e por isso é valorizado em nossa sociedade. Ser professor, quase que é motivo de vergonha, enquanto deveria ser motivo de orgulho e heroísmo. A própria questão das fotos, evidencia, a perda da autoridade do professor, que o jornal promove. Por que ele não aparece em quase nenhuma foto, e quando aparece é com a cara toda cheia de sangue, por ter sido agredido por um aluno, ou com uma manchete dizendo que ele está errado por repreender um aluno? Sua imagem, através das fotos, ou da ausência delas, ou de como as manchetes são veiculadas e escritas, ou até mesmo, pela forma que é colocado na notícia do dia dos professores, tendo voz em uma sequência de depoimentos grandes, sem foto, sem cor, que estimula as pessoas a não ler, são maneiras, que a mídia se utiliza, para contribuir para a crise da autoridade e o desprestigiar ainda mais. O próprio portal de notícias, empobrece a autoridade do professor, pela forma como o coloca, o que colabora, para que a sociedade siga tendo uma imagem negativa dos professores. Ao invés de destacar sua imagem, o chamar para as entrevistas mostrar suas fotos, como alguém que está ali falando como uma figura de autoridade, de poder, alguém carregado de conhecimentos e aprendizagens, ele é relegado.

As mídias sociais, exercem um poder importante no que tange a formação da opinião pública, como bem evidenciou Rudiger (1990), Medina (1978), Becker (2005). Neste sentido, elas poderiam e deveriam, estar colaborando, para que, a sociedade, valorizasse o professor. Por ser um portal de notícias na internet, deve atingir um público maior de leitores, o que possibilita, ainda mais, que um número maior de pessoas, se mantenham informadas das notícias atuais.

O portal, poderia estar veiculando, e conseqüentemente, construindo, uma imagem positiva do professor, visando legitimar a sua autoridade, que se encontra em declínio, mas pelo contrário, contribui para que ele fique cada vez mais desmoralizado pela sociedade. Não se olvidando que, as mídias, exercem o “quarto poder”, senão o primeiro, conforme as assertivas dos autores aqui citados, quais sejam: Sousa (2008), Rudiger (1990), Traquina (2004) e Sodré (1999), tendo elas, a capacidade de influenciar a opinião pública, poderiam o fazer, para elevar a imagem do professor e de sua profissão, perante a sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese, versou, sobre a autoridade do professor, veiculada pelo portal de notícias clicRBS. Tendo como problema de pesquisa: como o clicRBS, um portal de notícias digital, está retratando a autoridade do professor na Educação Básica e quais os possíveis impactos disso para a educação contemporânea? A escrita da tese, percorreu, um referencial teórico que, identifica, aspectos relevantes, sobre a história da educação, e suas origens, com autores como: Moacir Gadoti (2006) e Mário Aliguiero Mancorda (2006). Prosseguindo, aprofundamos o conceito de autoridade, desde suas origens, até a contemporaneidade, com autores como: Hannah Arendt (2014) Richard Sennett (2014), Alain Renaut (2004) e Max Weber (2003). Abordamos, a crise da autoridade, com Hannah Arendt (2014) e Alain Renaut (2004), bem como a crise da autoridade paterna e familiar, com os novos arranjos de família, instituídos na sociedade contemporânea, abordando autores como: François Hurstel (1999), Philippe Julien (1997), Elisabeth Roudinesco (2003) e Vera Regina Ramires (1997). Adentramos, na questão da formação de professores no Brasil, com: Mario Osório Marques (1992), Bernadete Gatti (2010), Demerval Saviavi (2009), entre outros autores, mergulhando também, nas questões sobre a identidade docente com Maurice Tardif (2000, 2002, 2008), Antonio Nóvoa (1992), Marie Cristine Josso (2001). Aprofundamos a tese, com um viés também midiático, perpassando, pela história do jornalismo, com: José Pedro Sousa (2010), Francisco Rudiger (1990), Traquina (2004), Sodré (1999), discorrendo, paralelamente, sobre a importância das mídias como formadoras da opinião pública, com: Cremilda Medina (1978), Francisco Rudiger (1990), Luiz Antonio Marcuschi (1991) e suas técnicas de como divulgar a notícia e fazer com que as pessoas “comprem” a ideia que o jornal quer dar, emergimos no ciberespaço com Pierre Levy (1993, 1999, 2003), André Lemos (2004), Manuel Castells (2003), entre outros, chegando em Canavilhas (2001, 2006), autor que trouxe importantes contribuições sobre o webjornalismo, que atualmente, é extremamente atuante na sociedade contemporânea, constituindo-se como mais uma maneira de divulgar as notícias. Adentramos, em duas teses de doutorado sobre webjornalismo, para auxiliar, nesta novidade para o jornalismo, que é o webjornalismo, até chegar na análise e interpretação dos dados, desta tese de doutorado.

Para dar conta do contexto estudado, elaboramos uma pesquisa na base de dados no interior do portal de notícias clicRBS, com o descritor “autoridade do professor”. Foram encontradas, 49 postagens, entre os anos de 2008 a 2017. Destas 49, seguindo os pressupostos da análise de conteúdo de Bardin (2010), as separamos em 5 categorias, quais sejam:

- a) Crise da autoridade familiar;
- b) Crise do professorado;
- c) Crise da escola;
- d) Violência e violência simbólica;
- e) Imagem do professor e de sua autoridade.

A metodologia utilizada, foi a qualitativa, abordando um estudo de caso. Para a análise e interpretação dos dados, adotamos, a análise de conteúdo, proposta por Lawrence Bardin (2010). Após a realização da pesquisa, concluímos que, os dados analisados aportam, especialmente, no que tange a educação, a desvalorização e a deslegitimação do professor perante a sociedade, como aspectos principais, da crise da autoridade vivenciada pela educação, na sociedade brasileira contemporânea. O prestígio e reconhecimento que ele deveria ter, por formar os profissionais que compõem a sociedade civil, perpassando diferentes níveis de escolaridade, incluindo nível superior, básico ou técnico, formando tanto profissionais liberais como, comerciários, industriários e toda uma gama de trabalhadores que já passaram pelos bancos escolares, é pouco expressivo, é quase inexistente.

Observamos que, ao menos no nível fundamental, estudantes conheceram a figura do professor, tendo uma boa lembrança de um ensinamento que receberam, e levaram para a vida, e que poderia ser noticiado pelo jornal digital, mas isto não é mostrado e exaltado pelo portal de notícias clicRBS, que acaba por trazer notícias ruins do mesmo. Poderia haver, um espaço reservado para transmitir o saldo positivo dos professores, em que pese, todas as mazelas, pois, uma vez que, emerge o lado negativo e não é dada voz ao professor, o seu desprestígio aumenta, sendo mais um ponto negativo, que acarreta este recorte midiático, veiculando a falta de gestão, de verbas, escolas deterioradas, baixos salários dos professores da rede pública, e a falta de vontade dos jovens em seguirem a carreira docente. Tornando assim, o professor, um ser oprimido e sem fala,

vitimizado, colaborando para que, os estudantes e os pais, também os vejam desta maneira.

Resta, uma abordagem rasteira, pelas mídias em geral, e no caso em tela, o portal de notícias clicRBS, sobre o professor e seu ofício, paralelamente, à sua autoridade decadente, na sociedade atual, mergulhada, em uma profunda crise de princípios e valores. Considerando-se a crise da autoridade, que assola a sociedade, perpassando pela crise da tradição, da democracia e da família, e de praticamente todos os modelos tradicionais da sociedade, inclusive o da própria escola como instituição social, permeado por diversos embates e questionamentos sociais, suscitados por sociólogos, filósofos e educadores, apontados neste estudo.

Atualmente, constamos, uma educação em ebulição, em virtude de diversas crises que permeiam em muitas esferas sociais, tais como a econômica, social política e familiar Arendt (2014). A crise da educação, se origina da crise política e da crise da tradição, em conjunto com a democrática. A autora reafirma, em grande parte de sua obra, o tripé: autoridade, religião e tradição, para explicar a crise da educação, e da autoridade do professor. Estas crises, se refletem, em muitas instituições, e, em especial nas escolares, cujas bases e princípios estão alicerçados nos ideais da Revolução Francesa, a saber: liberdade, igualdade e fraternidade, sendo que, a igualdade, é o oposto da autoridade, uma vez que, como bem afirma o sociólogo inglês Richard Sennett (2014, p. 22) “é uma relação entre desiguais”. As mudanças ocorridas nos seios das famílias, como por exemplo, o deslocamento da autoridade do pai para a mãe, não são determinantes, como vimos através das categorias de análise, onde famílias com arranjos tradicionais também enfrentam o problema da crise de autoridade na escola.

A constante desautorização e deslegitimação do professor no interior do portal de notícias clicRBS, fazem com que, o desprestígio do professor só aumente, e sua imagem, vá ficando cada vez mais apagada, abatida e enfraquecida, perante a sociedade. Ainda faltam diálogos, entre os princípios da educação que se (re) constroem na família e na instituição escolar, para poder lidar com a crise da tradição, da política e da democracia, que boa parte da sociedade enfrenta, e abala a autoridade do professor nas escolas.

Portanto, a temática debatida nesta tese de doutorado, a respeito da visibilidade e da imagem que o portal de notícias constrói e confere ao professor, é de suma importância, para que possamos compreender o fenômeno da crise da autoridade na Educação Básica, no bojo da sociedade brasileira contemporânea. As questões aqui

estudadas, são muito mais profundas e complexas do que a mídia retrata. Não basta só publicar fotos e alardear a desmoralização e o desprestígio do professor na Educação Básica, presentes na sociedade contemporânea, tem que ser dada “voz ao professor”. Ele precisa voltar a ser uma “figura de autoridade”, e servir como modelo a ser seguido, sendo legitimado, respeitado e admirado pela sociedade na contemporaneidade, e não denegrado e desprestigiado, como está sendo.

Faz-se necessário, que sejam apontados novos caminhos, com menores custos e melhores salários, mais criatividade, se possível, fazendo mais com menos, dentro de um estado falido, com quase nada de verba para a educação pública. O poder público, tem que ser mais atuante, e distribuir melhor as verbas para que a classe do professorado não seja tão prejudicada como vem ocorrendo nas últimas décadas, valorizando o professor e seu ofício, tão nobre e imprescindível para o desenvolvimento da sociedade.

Os meios de comunicação social e digital, no caso em tela o clicRBS, poderiam contribuir para melhorar a imagem dos docentes, pela forma como dão visibilidade ao professor, mostrando exemplos positivos dos mesmos e de suas atuações na Educação Básica, valorizando sua importância, mormente, por encontrar-se na base da pirâmide, e sem a qual não se ascende ao patamar superior. A imprensa, funciona como o 4º poder, como afirmaram Sousa (2008), Rudiger (1990), Traquina (2004) e Sodré (1999). Desta forma, ela atua como formadora da opinião pública, e evidentemente, influencia fortemente na construção e na formação de uma opinião, ou de muitas opiniões, moldando o pensamento e a forma de ver/ pensar/ refletir, compreender, um determinado fenômeno por ela retratado. Pela maneira como ela vem retratando o professor, ela acaba contribuindo, para piorar a sua imagem, e desestimular os acadêmicos a seguirem a carreira do magistério. Como alguém pode querer ser professor na sociedade contemporânea com a imagem negativa que o clicRBS propaga dos docentes através de suas postagens?

Em que pese o portal de notícias clicRBS retratar uma realidade, deveria ter, um maior cuidado, no seu foco, naquilo que tange ao posicionamento do professor, influenciando, de forma mais positiva, na construção da imagem dos docentes perante a sociedade. Ouvi-los mais, entrevistá-los mais, dar-lhes a voz, para o legitimarem perante a sociedade. Atentamos ainda, para o fato de que, é possível melhorar, através de novos estudos, perquirindo e apontando gestões mais competentes e econômicas, no trato do ensino público, dos docentes e de sua imagem perante a sociedade. Faz-se necessário,

também, que existam mais estudos e pesquisas, visando uma maior atenção e visibilidade desta situação, do declínio da autoridade docente, tendo como intuito, melhorar este grave problema social, que é a crise de autoridade, que assola não só o Brasil, como alguns países do mundo, que vem enfrentando, e sofrendo com esta grave crise de princípios e valores, que corroem e desgastam as relações educacionais e familiares, nas últimas décadas. A educação está em crise, e os meios de comunicação, não podem contribuir, para que se tenha uma visão tão negativa dos educadores, educandos e escola, como está acontecendo, através da maneira pela qual elas, de um modo geral, retratam este fenômeno social.

Como resultados adicionais, podemos vincular, o agir pedagógico, à conversação relacional no tempo das diferenças, ambivalências, plasticidade e mudanças. O diálogo, perpassa pela via de reconhecimento do outro, de valorização do conhecimento pedagógico e de reconstrução da autoridade, visto que, isso será importante, para que os educadores tenham sua autoridade reconhecida, legitimada e reinventada. Em relação à pesquisa realizada, ressaltamos que, se trata de um estudo de caso, que diz respeito a um foco investigativo específico havendo dificuldade de generalização dos resultados encontrados. Outra questão interessante de se destacar, é a limitação da pesquisa no que tange ao fato dela ser qualitativa, ou seja, a pesquisa qualitativa privilegia a subjetividade do pesquisador (LUDKE, ANDRÉ, 1986, BODGAN, BIKLEN, 1994), portanto, a visão e as ideias construídas nesta tese, dizem respeito, a ótica da autora, em conjunto com o orientador. Se outro pesquisador, realizasse, a mesma pesquisa, no portal de notícias clicRBS, provavelmente, o resultado seria diferente, pois, cada um, tem o seu olhar, a sua subjetividade, a sua interpretação, a sua maneira de ver o mundo, que está intimamente ligada à sua vida pessoal/social, à sua forma de se relacionar/ viver/conviver/ agir /interagir com a sociedade, sendo um ser social pensante e atuante, vivendo e convivendo com emoções, sentimentos e estilos de vida diferentes.

Devido a estes fatores dificultosos, uma vez que, enfocadas as notícias, mister ampliar-se, o campo investigativo, podendo, através de novas pesquisas, procurar inovar no quesito metodologia, realizando entrevistas, por exemplo: com educadores e jornalistas sobre esta temática, sendo portanto, necessário suscitar mais estudos, para a continuidade dos debates, acerca da polêmica questão da autoridade do professor e de seu declínio na sociedade contemporânea, inaugurando-se assim, novos olhares e

perspectivas, sobre este instigante fenômeno, que assola e desgasta a educação brasileira contemporânea.

## REFERÊNCIAS

- A CHAVE da boa educação. 2013. Disponível em: <[http://www.clicRBS.com.br/especial/rs/precisamosderespostas/19,0,4305357,A\\_chave-da-boa-educacao.html](http://www.clicRBS.com.br/especial/rs/precisamosderespostas/19,0,4305357,A_chave-da-boa-educacao.html)>. Acesso em: 17/08/2017.
- ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Martins Fontes, 1980.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Loyola, 2010.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. São Paulo: Vozes, 1990.
- BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BECKER, B. **A linguagem do telejornal**. um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Papes, 2005.
- BEVILACQUA, V. **Educação de filhos**: Autoridade e carinho na mesma medida. 2016. Disponível em: <http://dc.clicRBS.com.br/sc/colunistas/vivianebevilacqua/noticia/2016/10/educacao-de-filhos-autoridade-e-carinho-na-mesmamedida-8098335.html>. Acesso em 18/08/2017.
- \_\_\_\_\_. **Descer do avião foi uma punição branda**. 2015. Disponível em: <<http://wp.clicRBS.com.br/vivi/2015/07/24/descer-do-aviao-foi-uma-punicaobranda/?topo=67,2,18>>. Acesso em 21/09/2017.
- BITTELBRUN, Gabrielle. **Psiquiatra Içami Tiba defende que a cobrança pode ser a chave da educação**. 2013. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicRBS.com.br/sc/noticia/2013/02/psiquiatra-icami-tibadefende-que-cobranca-pode-ser-a-chave-da-educacao-4035205.html?impressao=sim?impressao=sim>> Acesso em: 15 ago. 2017.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.
- BOGDAN, R; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394/1996**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbnl.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbnl.pdf)> Acesso em 29/12/2018.

BUBLITZ, J. **No dia da Educação, especialistas apontam as principais qualidades de um professor**. 2011. Disponível em: <<http://dc.clicRBS.com.br/sc/noticia/2011/04/no-dia-da-educacao-especialistasapontam-as-principais-qualidades-de-um-professor-3290205.html>>. Acesso em: 19/08/2017.

BULIANI, M, A. **Profissão e paixão**. 2013. Disponível em: <<http://dc.clicRBS.com.br/sc/noticias/noticia/2013/04/profissao-e-paixao4118899.html>>. Acesso em: 20/09/2017.

CALABRE, L. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2002.

CANAVILHAS, J.M. Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web. In: CONGRESSO IBÉRICO DE COMUNICAÇÃO., 1., 2001, Malagada. **Anais...** Malagada: Universidade da Beira Interior, 2001. Comunicação apresentada no I Congresso Ibérico de Comunicação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>. Acesso em: 05/05/2019.

CANAVILHAS, J.M. Do jornalismo online ao webjornalismo: formação para a mudança. **Comunicação e Sociedade**, v. 9-10, 2006, p. 113-119. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalismo-online-webjornalismo.pdf>. Acesso em: 05/05/2019.

CARVALHO, D, P. A educação e os meios de comunicação social. In: ACTAS do Seminário. Lisboa: Conselho Nacional de Educação; Fundação Calouste Gulbekian, 1994. p. 27-88. Disponível em: <[http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/seminarios-ecoloquios/785-a-educacao-e-os-meios-de-comunicacao-social?fbclid=IwAR02uhh8wYxTEEY4FUm\\_zzsYh3YLM75PS4p7eSSpcQDNN0e6ohlxgS64y](http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/seminarios-ecoloquios/785-a-educacao-e-os-meios-de-comunicacao-social?fbclid=IwAR02uhh8wYxTEEY4FUm_zzsYh3YLM75PS4p7eSSpcQDNN0e6ohlxgS64y)> Acesso em:15/10/2018.

CASAGRANDE, C. A. A educação e os processos de formação: pela pertinência de novos olhares. In: **Currículos e práticas pedagógicas**. Vozes e olhares numa perspectiva crítica. Canoas: Editora Unilasalle, 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COSTA, F. R. da. **Autoridade e Autoritarismo em Max Horkheimer**. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

CORRÊA, D. **Professora de Viamão que puniu aluno está errada!** 2009. Disponível em: <<http://wp.clicRBS.com.br/danielcorrea/2009/09/24/professora-deviamao-que-puniu-aluno-esta-errada/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

DIREITOS e deveres. 2016. Disponível em: <<http://anoticia.clicRBS.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2016/06/direitos-e-deveres6035363.html>>. Acesso em: 20/09/2017.

É PRECISO proibir, mas respeitar o espaço dos filhos, disse padre Zezinho em Flores da Cunha. 2011. Disponível em:

<<http://pioneiro.clicRBS.com.br/rs/noticia/2011/09/e-preciso-proibir-mas-respeitar-oespaco-dos-filhos-disse-padre-zezinho-em-flores-da-cunha-3504174.html>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

FARIAS, D. M. **Esvaziamento da Autoridade da palavra do Professor**: uma reflexão psicanalítica sobre a crise contemporânea na educação. 2015. XXf.

Dissertação (Mestrado em Educação) – USP, São Paulo, 2015.

FAUSTO NETO, A. **Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

FAUSTO NETO, A; JOSÉ PINTO, M. **O indivíduo contemporâneo e as mídias**.

Ensaio sobre comunicação, política, arte e sociedade no Mundo. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

FIGUEIREDO, D. **O Ensino Médio virou um limbo do ensino**, afirma Marcelo Ricardo Pereira, professor da UFMG. 2012. Disponível em:

<<http://www.clicRBS.com.br/especial/rs/precisamosderespostas/19,0,3938802,OEnsino-Medio- virou-um-limbo-do-ensino-afirma-Marcelo-Ricardo-Pereira-professorda-UFMG.html>>. Acesso em: 20/09/2017.

FREITAS, J. Preâmbulo. In: CAVALCANTI, J, P. **Informação e poder**. ampla liberdade de informar X Responsabilidade no exercício dessa liberdade. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 9-12.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_; SHOR, I. **Medo e Ousadia**. O cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Companhia Forense, 1970.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2006.

GATTI, B. Formação de professores no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em:

<<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 18/ 10/ 2018.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GONZATTO, M. **Por que apenas 2% dos estudantes querem seguir a carreira de professor?** 2012. Disponível em:

<<http://www.clicRBS.com.br/especial/rs/precisamosderespostas/19,0,3916142,Porque- apenas-2-dos-estudantes-querem-seguir-a-carreira-de-professor.html>>. Acesso em: 12 /08/ 2017.

GOMES, M.R. **Jornalismo e Ciências da linguagem**. São Paulo: EDUSP, 2000.

GONÇALVES, T. **Autoridade Docente**. Pensamento, responsabilidade e reconhecimento. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2012.

HURSTEL, F. **As novas fronteiras de paternidade**. São Paulo: Papirus, 1999.

JOSSO, M.C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Paulus, 2001.

JULIEN, P. **A feminilidade velada**. Aliança conjugal e maternidade: Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: UNIMEP, 1996.

LAGE, N. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1990.

LAITANO, C. **Quadro-negro**. 2009. Disponível em:

<<http://www.clicRBS.com.br/especial/rs/oxdaeducacao/19,0,2425004,Quadronegro.html>> . Acesso em 12/11/2017.

LEMOS, A. **Cibercultura**. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência coletiva**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **A inteligência coletiva**. Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Adeus Professor, Adeus Professora**. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, V. A. **Mídia**. Teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOBROT, M. **A favor ou contra a autoridade**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.

LUDKE, M.; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Temas básicos em educação. São Paulo: EPU, 1986.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2012.

MANACORDA, M.A. **História da educação**. Da antiguidade aos nossos clássicos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MARCUSCHI, L. A ação dos verbos introdutores de opinião. **INTERCOM** - Revista Brasileira de Comunicação, n. 64, p. 74-92, 1991.

MARQUES, M, O. **A formação profissional da educação**. Ijuí: UNIJUÍ, 1992.

MEDINA, C. **NOTÍCIA um Produto à Venda**. Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. São Paulo: Sumus, 1978.

MENEZES, C. **Autoridade**. 2009. Disponível em:  
<<http://wp.clicRBS.com.br/cacaumenezes/2009/05/25/autoridade/?topo=52,2,18,,200,e302>>. Acesso em: 15/09/2017.

MOHERDAUI, L. **Interfaces nômades**. Uma proposta para orientar o fluxo noticiosos na WEB. Tese de doutorado em Comunicação Social. PUCSP. São Paulo, 2012.

MORAES, D. et al. **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Livre, 1997.

MOREIRA, S, V. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A, L; DE LUCA T, R. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 14-45.

MUCCHIELLI, R. **Psicologia da relação de autoridade**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1979.

NÓVOA, A. **Vidas de professores**. Portugal: Porto, 1992. Coleção Ciências da Educação

OHLWEILER, M. I. **No labirinto da transmissão**: a herança do conceito de autoridade. 2014. XXf. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, A. D. **Autoridade Docente no Ensino Médio**: Compassos e Descompassos no Contexto Contemporâneo. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Sociais) - PUC, São Paulo, 2015.

PEREIRA, M.F.T. **As relações de autoridade e poder na docência:** contextos (des) autorizados pela formação. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

PEREIRA, M, R. **Acabou a autoridade?** Professor, subjetividade e sintoma. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

PIMENTA, S. G. (org.). Formação de Professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente.** São Paulo: Cortez, 2002.

POLÍCIA investiga caso de professora que colocou fita na boca de alunos em Júlio de Castilhos. 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicRBS.com.br/seguranca/noticia/2016/11/policia-investiga-casode-professora-que-colocou-fita-na-boca-de-alunos-em-julio-de-castilhos8149758.html>. Acesso em: 12 set. 2017.

PONTE, C. **Para Entender as Notícias:** Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

POR UMA NOVA geração de educadores, 2012. Disponível em: <http://wp.clicRBS.com.br/opiniaozh/2012/11/10/artigo-por-uma-nova-geracao-deeducadores/?topo=13/feed/atom/feed/feed/atom/>. Acesso em 18/10/2017.

PUCCI, B.; CERASOLI, J. F. As novas tecnologias e a intensificação do trabalho docente na universidade. **Educação e Filosofia** (UFU. Impresso), v. 24, p. 171-190, 2010.

\_\_\_\_\_; RAMOS DE OLIVEIRA, N. O enfraquecimento da experiência na sala de aula. *Proposições* (Unicamp), v. 18, n.1, p.41-49, 2007.

PUNIÇÃO: palavra politicamente incorreta? 2009. Disponível em: <http://www.clicRBS.com.br/especial/rs/oxdaeducacao/19,0,2426238,Punicaopalavra-politicamente-incorreta-.html>. Acessado em 20/10/2017.

RAMIRES, V, R. **O exercício da Paternidade hoje.** Rio de Janeiro: Rosa Tempos., 1997.

RAMONET, I. **A tirania da comunicação.** Petrópolis: Vozes, 1999.

RENAUT, A. **O Fim da Autoridade.** Lisboa: Stória, 2004.

ROCHA, P, A. **Jornalismo em tempos de cibercultura:** um estudo do clicRBS. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - PUCRS, Porto Alegre, 2006.

RODRIGUES, D. **Limite na infância, limite para vida.** 2017. Disponível em: <https://diariosm.com.br/limite-na-inf%C3%A2ncia-limite-para-a-vida-1.2005189>. Acesso em: 15 set. 2017.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2003.

RUDIGER, F. **Tendências do jornalismo.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 131990.

SANTAELLA, L. **Comunicação Ubíqua: Repercussões na cultura e na educação.** São Paulo: Paulus., 2013.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009. Acessado em outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Florestan Fernandes e a educação.** Estudos Avançados, 1996.

SENNETT, R. **Autoridade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Prefácio. In: ZUIN, A, C. **Cyberbullying contra professores: dilemas da autoridade dos educadores na era da concentração dispersa.** São Paulo: Loyola, 2017.

SOARES, M. **Quando os pais são os problemas. 2016.** Disponível em: <https://gauchazh.clicRBS.com.br/geral/noticia/2016/10/quando-os-pais-sao-osproblemas-7703861.html>. Acesso em: 17/09/2017.

SOARES, M. L. **A autoridade e suas relações com o processo educacional em John Dewey.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Estadual de Londrina Londrina, 2014.

SODRÉ, N.W. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauá, 1999.

SOUSA, J. P. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente.** Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge.pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>> Acesso em: 18/10/2018.

SUBTIL, F. Tecnologia, economia e política: o telégrafo como antecessor da internet. Estudos em Comunicação. Lisboa, 2014. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/15/pdf/EC15-2014Jun-03.pdf>> Acesso em: 28/11/2018.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários – elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, São Paulo, n. 13, jan. /abr. 2000.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O ofício de professor.** História, perspectivas e desafios internacionais. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **O trabalho docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis: Editora: Vozes, 2009.

TARDIF, M. GAUTHIER, C. **A pedagogia: teorias da antiguidade.** Petrópolis: Vozes, 2017.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: EDUFSC, 2004. v. 1.

UM PASSADO a superar. 2010 Disponível em:  
<http://www.clicRBS.com.br/pdf/7793673.pdf>. Acesso em 19/08/2017.

VICE-DIRETOR humilha estudante e o obriga a ficar descalço em sala de aula. 2016. Disponível em: <http://diariogaucha.clicRBS.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2016/12/vice-diretor-humilha-estudante-e-o-obriga-a-ficar-descalco-em-sala-de-aula-8642132.html>. Acesso em: out. 2017.

WEBER, Max. **Sociologia**. Organizador Gabriel Cohn. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

WENZEL, K; PARAÍSO, L. **Professora é agredida por aluno em Indaial, no Vale do Itajaí**. 2017. Disponível em:  
<http://jornaldesantacatarina.clicRBS.com.br/sc/seguranca/noticia/2017/08/professora-e-agredida-por-aluno-em-indaial-no-vale-do-itajai-9875692.html>. Acesso em: 15/10/2017.

YIN, R. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANTÉN, A.V. Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização. **Pespectiva**: Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 25-45, 2004. Acesso em setembro de 2017.

ZUIN, A, A. S. A cultura digital, a semiformação e o novo elo pedagógico. **InterAção**, Goiânia, v. 39, n. 2, p. 241-256, mai./ago. 2014. Disponível em:  
<<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/31705/16902>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cyberbullying contra professores**: dilemas da autoridade dos educadores na era da concentração dispersa. São Paulo: Loyola, 2017.

## **ANEXO A - Resumo das 49 postagens encontradas no ClicRBS**

### **POSTAGEM 1: Professora é agredida por aluno em Indaial, no Vale do Itajaí**

21/08/2017- 17h18min

- Atualizada em 21/08/2017- 22h14min-

### **POSTAGEM 2: No dia da Educação, especialistas apontam as principais qualidades de um bom professor** 28/04/2011- 06h21min

### **POSTAGEM 3: Uma cutucada no poder do professor**

| 01/09/2012 07h05min

### **POSTAGEM 4: A Educação Precisa de Respostas** | 18/10/2013 11h55min

#### **A chave da boa educação**

Não é tijolo que educa. Escolas podem ser reformadas e ampliadas, quadras poliesportivas construídas, computadores de última geração instalados, e ainda assim a qualidade de ensino continuar sofrível porque a chave para a boa educação está no professor.

### **POSTAGEM 5: Professor: Profissão e paixão**

26/04/2013 09h40min

No exato momento em que você lê este texto, centenas de milhares de professores em cada canto do Brasil se dedicam a educar alguém. Em sua maioria, com certeza eles chegaram à escola hoje, mais uma vez, com a esperança renovada, prontos para exercer um ofício que, antes de tudo, é uma paixão.

**POSTAGEM 6:** Decisão de afastar professor de Isadora é considerada precipitada por profissionais da área

**Diário de Classe**30/08/2012 | 20h21

**POSTAGEM 7:** Entrevista |

**Psiquiatra Içami Tiba defende que cobrança pode ser a chave da educação** 05/02/2013  
16h44min

Especialista acredita que pais pouco exigentes formam filhos menos comprometidos

Gabrielle Bittelbrun | [gabrielle.bittelbrun@diario.com.br](mailto:gabrielle.bittelbrun@diario.com.br)

Com 30 livros publicados e mais de 78 mil atendimentos psicoterápicos a adolescentes e suas famílias, o psiquiatra Içami Tiba é referência na área educacional no país. Entre suas principais obras estão: Quem ama, educa! de 2007, e Pais e educadores de alta performance, de 2011.

**Confira a entrevista em vídeo com Içami Tiba**

**POSTAGEM 8**

**Viviane Bevilacqua**

**Educação de filhos: Autoridade e carinho na mesma medida**

31/10/2016- 14h21min

- Atualizada em 31/10/2016- 14h21min

**POSTAGEM 9:**Papo Reto08/10/2016 | 08h05**Atualizada em 08/10/2016 | 08h06**

Quando os pais são os problemas

Colunista Manoel Soares conta história sobre mãe que invadiu escola e ameaçou professora

**POSTAGEM 10: Distrito Federal**06/12/2016 | 21h20**Atualizada em 06/12/2016 | 21h38**

Vice-diretor humilha estudante e o obriga a ficar descalço em sala de aula  
O caso aconteceu segunda-feira em escola de Planaltina, no Distrito Federal

**POSTAGEM 11: Polícia investiga caso de professora que colocou fita na boca de alunos em Júlio de Castilhos****Inusitado** 04/11/2016 | 15h40**Atualizada em 04/11/2016 | 20h38****POSTAGEM 12: Rede estadual** 05/08/2017 | 11h30**Atualizada em 05/08/2017 | 11h30****GREVE: ineficaz ou o único instrumento de pressão**

Especialistas avaliam o histórico de greves do magistério estadual

**POSTAGEM 13: Especialistas mostram problema que começa cedo** 07/03/2015 | 13h12

Crimes entre adolescentes e jovens, como o tiroteio na Saturnino de Brito, são cada vez mais comuns  
De acordo Polícia Civil, há um crescimento significativo do número de adolescentes envolvidos com tráfico e homicídios e apreendidos com armas de fogo.

**POSTAGEM 14: Limite na infância, limite para a vida**

Viviane Bevilacqua: "Os pais precisam deixar claros os limites para o filho"  
Colunista fala sobre a necessidade de impor limites aos filhos e o quanto isso pode fazer a diferença nos adultos que eles se tornarão

**Opinião**10/07/2015 | 18h48**POSTAGEM 15: "Não é tirar a autoridade do professor", afirma vereador de Porto**

**Alegre sobre projeto de monitoramento de crianças.**

**POSTAGEM 16: Militarização do ensino**23/09/2017 | 11h54**Atualizada em 23/09/2017 | 11h54**

Santa Catarina poderá ter outras três escolas militares a partir de 2018

**POSTAGEM 17: Direitos e Deveres**

17/06/2016 | 09h30

Sérgio Ricardo Joesting, promotor de justiça da infância e juventude fala sobre o ECA; para ele, a crise não é somente econômica ou política, é de falta de respeito

**POSTAGEM 18: BLOGS-Bevilaqua**

Autoridade e autoritarismo são coisas bem diferentes

17 de fevereiro de 2014

Achei muito acertadas e bem colocadas as palavras do reitor da Universidade do Extremo Sul Catarinense (**Unesc**), Gildo Volpato, durante um curso de **capacitação para professores**. Nesta época em que a autoridade dos pais e dos mestres vem sendo tão discutida \_ e, acredito eu, sendo extremamente necessária para a formação dos professores

**POSTAGEM 19: Blog: Ciro Fabres**

Posts do dia 30 abril 2011

**Quase ninguém se importa**

30 de abril de 2011

A tragédia de Realengo parece que fez destampar um ambiente que estava em grave fermentação já há muito tempo, o da violência escolar. A relação aluno-pai-professor, atingida também pelo ambiente do entorno das escolas, alcançado pela violência urbana, vai muito mal, obrigado. Deixamos chegar a esse nível, nós todos como sociedade. Há anos a escola, e vamos particularizar aqui a escola pública, pede socorro, mas ninguém dá bola. Foi preciso uma tragédia em níveis alarmantes. É a linguagem que entendemos.

**POSTAGEM 20:Blog-Santa Cruz**

15.04.2017

**Auditório da Unisc lotado para a abertura do Fórum Nacional de Educação**

O auditório central da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC lotou na manhã desta sexta-feira, 15, para a abertura do X Fórum Nacional de Educação e XII Seminário Regional de Educação Básica, evento que se estende até sábado, 16, e prossegue nos dias 20 e 21 de maio.



A primeira palestra do dia foi conduzida pelo professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Yves de La Taille. Discorrendo sobre o tema A Escola e os Valores: a Ação do Professor, La Taille fez uma comparação entre o poder e a autoridade do professor. – Se o professor não tem autoridade na sala de aula, ele apela para a imposição do seu poder através das ameaças – . Para ele, o grande desafio da escola atual é recuperar essa autoridade perdida. – A autoridade tem valor porque representa uma área cultural digna de confiança, assim como o médico representa a medicina e o professor representa a educação – explicou: [forumeducacao@unisc.br](mailto:forumeducacao@unisc.br).

**POSTAGEM 21:** BLOGS-A educação precisa de respostas o há pontos que precisam ser revistos no Estatuto da Criança e do Adolescente?

18 de dezembro de 2012 **Pergunta:**

Não deveria ser revisto este Estatuto da Criança e do Adolescente a partir do momento que ele tirou todo poder de pais e professores de disciplinar alunos mal-educados que prejudicam a turma e o ambiente escolar?

No meu tempo havia suspensão e expulsão por mau comportamento na escola. Hoje os diretores nada podem fazer com os alunos.

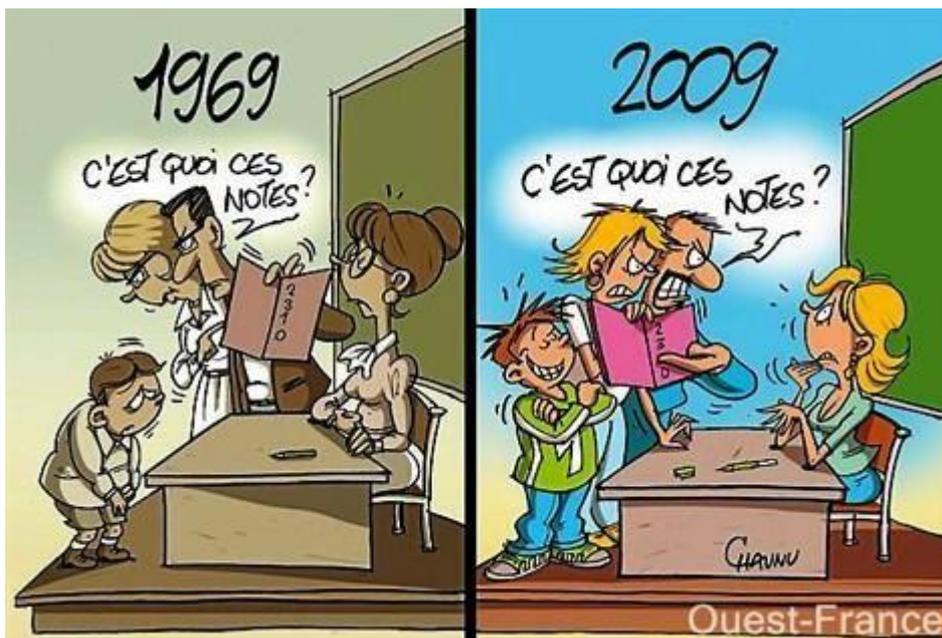
**POSTAGEM 22:** Blog: Opinião ZH- Artigo| Sobrou o professor

**20 de julho de 2013**

**POSTAGEM 23:** Cacau Menezes

Autoridade

25 de maio de 2009



Vivemos novos tempos e autoridade (não confundir com autoritarismo) é algo que se perdeu. Que o digam os professores! Um deles encaminhou esta imagem, perfeita para descrever o que acontece nos dias de hoje. Tradução: “O que são estas notas?”. A charge foi publicada originalmente no jornal francês *Quest-France*.

Postado por Cacau Menezes – Floripa.

**POSTAGEM 24:** BLOG: Daniel Correa

Professora de Viamão que puniu aluno está errada!

24 de setembro de 2009



A professora que puniu o aluno que pichou a parede de uma escola pública de Viamão está equivocada, assim como está errado o estudante.

Revoltada contra a ação do rapaz, a professora encheu-se de razão, muitos se encheriam. e criou uma lei, até que se prove o contrário: “rabiscou

### POSTAGEM 25: BLOG do Paulo Santana

Não existe mais respeito pelos professores

24 de março de 2009

A diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Bahia disse, em entrevista, que a disciplina **está saindo completamente do controle dos professores** na sala de aula. E isso está ocorrendo em quase todos os colégios do Rio Grande do Sul.

Quer dizer, **não existe mais aquele respeito reverencial que na minha época se tinha pelos professores**. O medo de uma punição, de uma suspensão ou, até, de uma expulsão.

### POSTAGEM 26 Blog: Opinião ZH

Artigos| DIA DO PROFESSOR

14 de outubro de 2014



### **VALORIZAR OS EDUCADORES 365 DIAS POR ANO**

HELENIR OLIVEIRA Presidente do CPERS Sindicato

Parabenizamos a todos os colegas pelo dia de hoje e por exercerem a nossa profissão com empenho e comprometimento. Hoje, o dia é de comemoração, pois temos orgulho de sermos trabalhadores em educação, mas também é de luta. O papel social dos educadores é cada dia mais imprescindível na construção dos indivíduos e da sociedade, pois não só transformamos o conhecimento em educação e em consciência crítica, nós formamos cidadãos. Nossa categoria, entretanto, não recebe o justo e merecido reconhecimento da sociedade e do poder público. Hoje, recaem sobre os nossos ombros responsabilidades que vão além de nossa capacitação. Precisamos desempenhar em sala de aula o papel de psicólogo.

### **POSTAGEM 27: Blog: Ciro Fabres Posts**

de março 2009

---

#### O professor essencial

19 de março de 2009

#### **DA COLUNA COTIDIANO**

Nada justifica adesivar bocas infantis como método para impor autoridade. E é certo que as queixas da mãe estão cobertas de razão, ainda que fosse a criança adesivada o capeta em pessoa, o que não é o caso, embora a própria mãe reconheça, com a benevolência que só as mães sabem ter, tratar-se de um menino “agitado, falante e esperto”. Fita adesiva na boca, definitivamente não.

Ocorre que é, sim, de se imaginar, por oportuno exercício de realismo, o grau de tensão a que está submetida uma professora dessas que chega ao ponto de lançar mão da fita adesiva, naturalmente sem lhe dar razão. Os governos e as escolas particulares ou conveniadas remuneraram muito mal, e as famílias, genericamente falando, entregam

### **POSTAGEM 28: Descer do avião foi uma punição branda**

24 de julho de 2015



Piloto decidiu abortar decolagem e pedir para os jovens descerem do avião

Estes são os jovens que desde pequenos fazem tudo o que querem, são os reizinhos e princesinhas da casa, que nunca levam um “não” e não conhecem **limites**. Perfeita a decisão da **companhia aérea Azul** de mandar os 52 adolescentes que estavam fazendo algazarra desembarcarem do avião que ia para Porto Seguro. Eles ficaram cinco horas no saguão do aeroporto de Confins, nas imediações de Belo Horizonte, e somente puderam embarcar em outra aeronave depois da chegada dos pais e do comprometimento de que ficariam quietos durante todo o voo.

Grande decisão!

Isso aconteceu na terça-feira e os vídeos da bagunça da turma e da represália

## POSTAGEM 29: BLOG BEVILÁQUA

Filhos precisam aprender a ouvir "não"

16 de fevereiro de 2015



Fico impressionada de ver como existem pais e mães que têm dificuldade de dizer “não” para os filhos, mesmo quando esta negativa é sabidamente para o bem deles. E sempre arranjam alguma desculpa para justificar a permissividade e a falta de autoridade. Uma amiga tem um filho de 13 anos, que está voltando para a escola agora, após quase dois meses de férias. O menino sempre dormia de madrugada, ficava jogando videogame

### **POSTAGEM 30: Blog: Beviláqua**

**Opinião**10/07/2015 | 18h48

Viviane Bevilacqua: "Os pais precisam deixar claros os limites para o filho" Vídeo de criança brigando com a mãe que faz sucesso na internet

[viviane.belvilacqua@diario.com.br](mailto:viviane.belvilacqua@diario.com.br)

*Os vídeos da menininha de apenas dois anos e oito meses, que xinga a mãe e diz, entre outras coisas, “vou contar até três, deu por hoje” é engraçadinho, não há como negar. A gente assiste e ri.*

### **POSTAGEM 31: Opinião**25/10/2017 | 14h35 **Atualizada em 25/10/2017 | 14h35**

Ciro Fabres: Pobre escola!

Um de meus indisfarçáveis orgulhos é que estudei em escolas públicas a vida interior

Dona Ana impunha autoridade

**POSTAGEM 32:** É preciso proibir, mas respeitar o espaço dos filhos", disse padre Zezinho, em Flores da Cunha

Religioso, que também é cantor, falou sobre responsabilidades e limites no Parque da Vindima

19/09/2011 | 18h36 27

### **POSTAGEM 33:**

**Educação**08/04/2014 | 13h01

Salão paroquial de Flores da Cunha lota no 6º Fórum Educacional Regional

Mestre Tânia Zagury abordou a relação entre pais e filhos

A mestre em educação Tânia Zagury atraiu público suficiente para lotar o salão paroquial de Flores da Cunha na noite de segunda-feira durante o 6º Fórum Educacional Regional

aula

**POSTAGEM 34: Como os professores devem lidar com poder e autoridade na sala de 24**

de Setembro de 2012

Como professor, você deve comandar a sua sala de aula de maneira eficaz e produtiva. Confira algumas técnicas de gestão de alunos para lidar com poder e autoridade de forma positiva.

15/10/2011 | 15h30

**POSTAGEM 35: O X da Educação | 03/08/2009 14h22min**

**Raio-x do problema da falta de disciplina nas escolas brasileiras**

**Descontrole de alguns alunos tem efeitos negativos para professores e estudantes**

Juliana Bublitz | [juliana.bublitz@zerohora.com.br](mailto:juliana.bublitz@zerohora.com.br)

De coadjuvante nas salas de aula, onde durante anos foi mantida sob controle à base da palmatória, a indisciplina virou centro das atenções nas escolas brasileiras.

**POSTAGEM 36: O X da Educação | 04/03/2009 10h54min**

**Aluno x Professor: Por que o respeito acabou?**

Um tema situado à margem do ensino tornou-se uma das questões centrais para a escola brasileira. Disseminadas nas redes pública e privada, a indisciplina e o desrespeito à autoridade do professor conflagram salas de aula, descambam em agressões graves e inviabilizam as atividades escolares.

**POSTAGEM 37: "Ela tem de fazer o que está se negando"**

**Entrevista: Cristovam Buarque, senador PDT-DF**

- **Sábado, 14 de fevereiro de 2009**

*Incansável ao falar de educação, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) considera a crise no ensino mais preocupante que a crise econômica mundial. Abaixo, trechos da entrevista na qual o senador faz críticas ao governo gaúcho:*

**Zero Hora \_ Qual é o X da Educação no país?**

**POSTAGEM 38: UM PASSADO A SUPERAR**

Organização fabril O professor de história Marcio Tascheto, consultor da Unesco no Ministério da Educação, lembra que o modelo de escola de hoje foi universalizado a partir da Revolução Industrial, inspirado na fábrica: uma organização enfileirada, com uma perspectiva de tempo mecânico e hierarquização de saberes. – Mesmo que tenha melhorado muito a qualidade das relações dentro da escola, seu núcleo

**POSTAGEM 39: O X da Educação** | 04/03/2009 18h29min**Educação: as marcas da vida**

Manoel Jesus, Professor de Comunicação da UCPel

Alguns podem me acusar de saudosismo, mas não é assim. Infelizmente, no que se refere à educação, involuímos, voltamos tristemente para trás. Havia uma fórmula simples, mas eficaz: as famílias davam os primeiros ensinamentos, especialmente no que se referia aos valores e às referências, auxiliadas pelas igrejas, e quando a criança chegava ao ensino formal já tinha um lastro, em condições de alcançar o seu desenvolvimento.

Onde deu errado?

**POSTAGEM 40:** | **Por que apenas 2% dos estudantes querem seguir a carreira de professor?**  
13/10/2012 16h04min.**POSTAGEM 41:** "**O Ensino Médio virou um limbo do ensino**", afirma Marcelo Ricardo Pereira, professor da UFMG**Pesquisador defende o uso do diálogo na resolução de problemas na educação**

Diogo Figueiredo - Especial

Apontada por pesquisas, a falta de prestígio da profissão docente tem chamado a atenção da academia. O reflexo desta situação aparece no dia a dia e em momentos pontuais.

**POSTAGEM 42:****No dia da Educação, especialistas apontam as principais qualidades de um professor****Movimento Todos Pela Educação lança campanha nesta quinta-feira: "Um bom professor, um bom começo"**

Juliana Bublitz | [juliana.bublitz@zerohora.com.br](mailto:juliana.bublitz@zerohora.com.br)

Diante da lousa, com a autoridade de quem detém o saber, o professor discursa. Em silêncio quase sepulcral, os alunos escutam. Não há brecha para questionamentos nem discussões. Corriqueira algumas décadas atrás, a cena descrita já não existe mais. Ou, se existe, está com os dias contados — assim como a figura daquele velho educador.

**POSTAGEM 43: O X da Educação** | 03/03/2009 16h37min**Quadro-negro**

Claudia Laitano | [claudia.laitano@zerohora.com.br](mailto:claudia.laitano@zerohora.com.br)

Todo mundo já ouviu – do pai, da mãe ou de ambos – um “quando eu tinha a tua idade não era assim”. Essa é uma daquelas frases que a gente passa a adolescência inteira escutando – convictos de que, esclarecidos como somos, jamais vamos passá-la adiante para a geração seguinte. Até que um dia, em uma discussão boba com o filho sobre lavar ou não a louça, ganhar ou não o último modelo de videogame, você é surpreendido pelo som da própria voz dizendo uma frase que obviamente foi implantada no seu cérebro por forças muito mais poderosas do que suas convicções de adolescência: “Quando eu tinha a tua idade...”.

**POSTAGEM 44: O X da Educação** | 04/03/2009 12h55min**Punição: palavra politicamente incorreta?**

Denise Alves Schwochow, professora estadual

A crise de autoridade se manifesta nas famílias, nas escolas, na política. A escalada da delinquência, da violência, da corrupção corrói a sociedade atual. O problema não é novo, mas frente ao contexto atual **exige**.

**POSTAGEM 45: O X da Educação** | 06/03/2009 14h41min**O bom professor**

Viviane Salvi Gertge, professora de matemática

Quando comecei no magistério, em 1980, a noção que se tinha de um professor passava suficientemente pela qualidade de ser o detentor do conhecimento específico de sua área. Se alguém propusesse um estudo voltado para as etapas de desenvolvimento das crianças e de como funciona a cabeça do jovem, de imediato, era visto como matador de tempo.

**POSTAGEM 46: X da Educação** | 08/04/2009 09h46min**Artigo: Escola não é redoma**

Por Osvino Toillier, presidente do Sinepe/RS

A sociedade é, no mínimo, curiosa: cria um problema, escolhe um boneco e bate nele. Primeiro, foi a droga, largamente usada e tolerada, mas, quando apareceu na escola, foi um escândalo. Agora, é a violência, e a reação é a mesma. Artigos, debates pelo rádio e pela televisão, mas, em síntese, o problema é da escola: como é que se pode admitir falta de respeito em sala de aula, humilhação e agressão ao professor?

**POSTAGEM 47: Por uma nova geração de educadores**

**Kátia R. Maffei dos Reis\***

Falar sobre educação gera polêmica. Uma pessoa lhe pergunta sua profissão e você responde: professor. Nesse momento, a expressão e os comentários de pena ganham a cena. Infelizmente, na opinião popular, professor é um trabalhador sofrido, injustiçado, que perdeu o respaldo e ainda recebe um

#### **POSTAGEM 48: Professor** | 26/04/2013 09h40min

##### **Profissão e paixão**

No exato momento em que você lê este texto, centenas de milhares de professores em cada canto do Brasil se dedicam a educar alguém. Em sua maioria, com certeza eles chegaram à escola hoje, mais uma vez, com a esperança renovada, prontos para exercer um ofício que, antes de tudo, é uma paixão.

#### **POSTAGEM 49: DIZER NÃO É CRIME?**

Todas as crianças têm uma fase de teimosia. Algumas são teimosas durante toda a vida. Temos duas alternativas: Saber lidar com isto ou deixarmos que elas tomem conta. Não é fácil dizer não para uma criança. Se fosse, a maioria dos problemas relacionados à teimosia estaria solucionado. Mas os pais precisam exercer sua autoridade, mostrar quem está no comando E DIZER NÃO. Só assim conseguimos dar limites aos pequenos. Sofremos, eu sei, com a tristeza e a frustração deles, mas infelizmente eles devem passar por isto para amadurecerem.